BEATRIZ WESTIN DE CERQUEIRA LEITE

LIDERANÇAS POLÍTICAS NO SEGUNDO REINADO

Tese para concurso de Livre Docência na Disciplina Formação Social, Econômica e Política Geral da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da Unesp

MARÍLIA
1984

unesp

CLASS.: 981.04
L 533l
tese
TOMBO: nº 111

SVE

BEATRIZ WESTIN DE CERQUEIRA LEITE

1410000111

LIDERANÇAS POLÍTICAS DO SEGUNDO REINADO

Tese apresentada para Concurso de Livre Docência na Disciplina Formação Social, Econômica e Política Geral na Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP - Campus de Marília.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FILOSOFIA CIÊNCIAS SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA
CAMPUS DE MARÍLIA

MARÍLIA - 1984

unesp

ÍNDICE

INTRODUÇÃO I

I. ORIGENS SÓCIO-ECONÔMICAS E MEIOS DE ASCENSÃO 1

a. Formação Cultural 19

b. Atividade Jornalística 33

c. Apoios Políticos 41

II. A ESCALADA POLÍTICA - ATUAÇÃO EM NÍVEL PROVINCIAL E REGIONAL 46

a. O Judiciário - Magistratura 60

b. O Legislativo - Assembléia Provincial 69

c. O Executivo . Presidência de Província 78

III. A ESCALADA POLÍTICA - ATUAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL 99

a. O Legislativo . Câmara dos Deputados e Senado 107

b. O Executivo - Ministério e Presidência do Conselho. 200

c. O Moderador - O Conselho de Estado 240

CONCLUSÕES 265

FONTES E BIBLIOGRAFIA 269

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira contemporânea tem se preocupado com uma temática de natureza mais econômico-social do que política e, neste último campo, tem se buscado uma revisão historiográfica, partindo-se das influências européias que procuraram dar nova roupagem à história política. Depois das severas críticas a ela dirigidas na segunda metade do século XX pela historiografia dos Annales e pela oposição acirrada da historiografia marxista, ficou a história política de certa forma marginalizada, chegando, como bem observa Jacques Julliard, a ter "má reputação entre os historiadores". Hoje, diz ainda Julliard, "não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas se pode existir a inteligibilidade da História fora do universo político". Já não se pensa em escrevê-la como o fizeram os historiadores positivistas do século XIX, embora ela esteja, ainda, atrelada basicamente a dados de natureza empírica.

Vem se solicitando uma atenção aos segmentos menos favorecidos da Sociedade, denunciando-se a quase total omissão do estudo do povo no seu cotidiano, na participação de movimentos sociais. Nesta linha, inclui-se José Honório Rodrigues que mostrou o povo como o grande ausente no processo historiográfico e a História como sendo escrita e orientada por representantes dos grupos dirigentes, daí decorrendo uma visão conservadora, oligárquica e personalista.

Ao lado deste tema, mas sem tanta ênfase, têm sido estudadas as elites políticas, com abordagens gerais e quantitativas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Ao nos propormos um estudo sobre as lideranças no Segundo Reinado, interessava-nos, de início, saber o processo de escalada política, os meios de conquista do Poder e de que ambiente sócio-econômico procediam. Interrogávamo-nos se seriam necessariamente representantes de um grupo elitista de proprietários rurais, se originários de ambientes urbanos, isto é: profissionais liberais, comerciantes e donos de firmas e indústrias ou se poderiam ter origem humilde, enfim se era imprescindível um status sócio-econômico.

Visando tal problemática e sendo impossível um estudo de caráter geral, procurou-se selecionar um pequeno grupo de políticos que teve ampla atuação no Império, passando por diferentes degraus em sua escalada.

Parte deles, a despeito de terem sido guindados a posições de destaque, tinha apagadas participações nos Colegiados, sem discutir projetos, defender propostas ou propor emendas. Os Anais parlamentares revelam nomes que apenas compareciam às sessões sem a elas expressar nenhum realce. Em 1867, por exemplo, durante a 13a. Sessão Legislativa (Gabinete Zacarias), dos 52 senadores que compunham o Senado, 21 deles nenhum pronunciamento fizeram durante todo o período. Em 1877, 12 dos 56 senadores jamais falaram e em 1887, o mesmo ocorreu a 14 dos 57 componentes da Câmara Vitalícia. Essa falta de participação, no mais destacado Órgão do Legislativo Imperial, justifica exclusões de tais políticos na amostragem.

Para a seleção de nomes, muitos critérios poderiam ser adotados, mesmo partindo-se da idéia de que seriam recrutados indiscriminadamente elementos de ambos os partidos. Poder-se-ia optar por aqueles que chegaram efetivamente à Presidência do Conselho,

o cargo mais alto do Executivo, ou ao Conselho de Estado, assessorando de perto o Imperador. Todavia, nomes houve como Nabuco de Araújo, que por condições várias não chegaram a presidir o Conselho, no entanto, desempenharam papel marcante. Nabuco foi ministro mais de uma vez, sendo ainda por doze anos Conselheiro de Estado. Outros houve que por algumas vezes estiveram à testa do mais alto cargo do Executivo Nacional, por exemplo, Saraiva, Zacarias, no entanto, nunca atuaram junto ao Poder Moderador.

A seleção das lideranças estudadas foi uma amostragem feita a partir dos que tinham geralmente passado pelos vários degraus da escalada política, ou seja: Nabuco de Araújo, Zacarias de Goes e Vasconcelos, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), José Antônio Saraiva, Francisco de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim), Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) e Antônio da Silva Prado. Tais elementos constituem uma elite dentro da própria elite política. Não são, porém, os únicos importantes, outros tiveram igual e até maior participação do que alguns dentre os nove escolhidos. Poder-se-ia citar, entre outros, Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), importante chefe do Partido Conservador, Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço), político de projeção que deu apoio a vários dos líderes estudados, Silveira Martins, líder sulista que atuou com destaque no Senado Imperial, em sua última década, Otaviano de Almeida Rosa, escritor e político liberal, Lafayette Rodrigues Pereira, contestado liberal que transitou pelo partido republicano, Afonso d'Escragnolle Taunay, liderança reformista defensora de uma política migratória e o destacado chefe da Política de Conciliação, Honó-

rio Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná).

Os nomes escolhidos tiveram, porém, intensa participação na política de Pedro II, atuando nos vários níveis do Poder, galgando os cargos mais altos no Judiciário, Legislativo, Executivo e Moderador. Destacaram-se geralmente com intensa participação na tribuna e com freqüência nos debates parlamentares. Saraiva, por exemplo, de 17 de junho de 1880 a 30 de julho do mesmo ano, pronunciou vinte discursos, Rio Branco, por ocasião do Gabinete de 1871 ocupou com grande assiduidade a atenção da Câmara e Senado, com muitos pronunciamentos, elucidando sua política reformista e Ouro Preto, em 1888, só no Senado ocupou a tribuna por oitenta e quatro vezes. A força política de uma liderança, todavia, não se pode medir quantitativamente apenas. Nabuco, Sinimbu só com relutância discursaram. Uma liderança é expressiva, pois, na medida em que reflete os interesses de um grupo, as qualidades, a capacidade intelectual, a habilidade, a diplomacia, o carisma do líder.

Além dessas condições geralmente encontradas nos nove políticos citados, um fator se impôs a esta escolha: a diversificada procedência sócio-econômica das lideranças que permitiu esclarecer a primeira questão aqui proposta.

Importava depois saber sobre a formação intelectual, os estudos realizados, o início da carreira, os apoios recebidos, a fim de que fosse possível elucidar se houve ou não uma formação cultural relativamente homogênea das lideranças, se teria havido uma eventual "ideologia" formando o grupo de políticos profissionais, que Eul Soo Pang denominou "mandarins do Brasil Imperial".

Além disso, interessava explicar como ocorria a ascen

são política em nível provincial e regional, como agiam os políticos quando trabalhavam nesses níveis e em que grau de subordinação se encontravam frente ao Poder Central.

Interessava, também, o confronto das posições enquanto representantes da Câmara e Senado com atuação na Presidência de Conselho e Conselho de Estado, isto é, se as atitudes tomadas no Parlamento, muitas vezes como oposicionistas, não diferiam essencialmente das assumidas como integrantes do Executivo.

Da representatividade das nove lideranças pretendia-se concluir quanto ao grau de homogeneidade ou heterogeneidade da elite política dirigente, querendo se saber se a diversidade das províncias: extensão, riqueza, população tinha se sobreposto à política centralizadora do Império ou se esta conseguiu efetivamente criar um quadro homogêneo de políticos, apesar das discrepâncias regionais.

No desenvolvimento desta pesquisa surgiram algumas dificuldades iniciais: ausência de estudos mais abrangentes sobre instituições políticas do Império e número relativamente pequeno de estudos biográficos sobre lideranças.

Interessante constatar que das obras biográficas, as mais completas foram escritas por filhos dos políticos. Sobre Nabuco de Araújo há a obra de Joaquim Nabuco, Nabuco de Araújo. Um Estadista do Império, sobre Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, há o livro do filho, Ouro Preto, sobre Rio Branco, a obra do Barão do Rio Branco, O Visconde do Rio Branco, para Antônio da Silva Prado, o livro da filha Nazareth Prado, Antônio Prado no Império e na República, para Cotegipe, a obra do neto, Wanderley Pinho - Cotegipe e seu tempo (1815-1867) etc. O fato de serem tais políticos retratados por parentes muito íntimos, torna

naturalmente muito comprometida a obra.

Há também diferença entre o grau de importância das biografias. O trabalho de Joaquim Nabuco tornou-se um clássico, no qual ele não apenas estuda o pai, mas todo o Império. Apoia-se no valioso arquivo paterno, faz desfilar aos olhos do leitor todos os principais personagens da política monárquica, apresentando uma visão, em parte, idealizada do Segundo Reinado, em geral repetida pelos demais autores.

As biografias em questão, têm geralmente um caráter elogioso, altamente adjetivadas, tentando a justificação de procedimentos supostamente passíveis de crítica e colocando o biografado numa posição invulgar, sempre como o estadista de maior destaque do País. Mesmo as biografias não escritas por familiares, como a de Craveiro Costa sobre Sinimbu, O Visconde de Sinimbu ou a de Álvaro Lins sobre o Visconde do Rio Branco, Rio Branco etc, apresentam essa mesma característica.

A documentação utilizada foi em sua grande maioria de natureza Legislativa e oficial. A base documental constituiu-se das Coleções dos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado, abrangendo todo o período relativo ao Segundo Reinado, pois, a partir da Maioridade, as lideranças começaram a atuar na Câmara temporária. Esse levantamento de dados foi dificultado pela inexistência de um índice padronizado e pela necessidade de se folhear, às vezes, página por página um volume, a fim de se encontrar um discurso ou um pronunciamento qualquer.

Também foram consultadas as Atas do Conselho de Estado, documentação publicada pelo Senado Federal e os Anais das Assembléias Legislativas Provinciais de São Paulo, bem como os Relatórios de Presidentes de Província encontrados com facilida-

de, inclusive na Biblioteca Municipal, Seção de Obras Raras.

Como se sabe, no Brasil pouca documentação particular tem sido preservada, mas de algumas lideranças do Império foram conservados arquivos particulares, alguns já entregues ao Poder público, como por exemplo, o de Zacarias de Goes e Vasconcelos, Cotegipe e Rio Branco. De Zacarias de Goes, a documentação foi doada por familiares ao Arquivo Nacional, depois transferida ao Museu Imperial de Petrópolis. Trata-se de rico acervo constituído de cartas, documentos diplomáticos, correspondência oficial e particular, informações sobre ministérios, questões comerciais, bancárias, Supremo Tribunal, missões religiosas etc, especialmente sobre o período relativo à década de sessenta. Através da documentação particular penetra-se nos bastidores da política, percebendo-se o companheirismo de Zacarias e Cotegipe, apesar dos antagonismos políticos no Parlamento, o relacionamento com Rio Branco, a despeito das divergências partidárias e as oposições com Sinimbu, malgrado as afinidades liberais.

Alicerçado na documentação indicada, conduzindo ao longo de três capítulos as questões propostas, o presente trabalho pretendeu dar uma contribuição ao estudo do desempenho da elite política dirigente no Segundo Reinado.

ABREVIATURAS

AALPSP - Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo

ACD - Anais da Câmara dos Deputados

ASI - Anais do Senado do Império

ACE - Anais do Conselho de Estado

I. ORIGENS SÓCIO-ECONÔMICAS E MEIOS DE ASCENSÃO

No Brasil do século XIX, a região centro-sul obteve um destaque que progressivamente levou-a a alcançar a prioridade na economia do país. Nesta época, estava já decadente a primeira grande área econômica - o nordeste -, onde o açúcar florescera no final do século XVI e quase todo o XVII. O centro principal da produção localizara-se na Bahia, particularmente no contorno do Recôncavo e Vila da Cachoeira, tendo ainda importância a produção açucareira da planície litorânea, que corresponde ao atual Estado de Pernambuco. (1)

A decadência dos engenhos, na primeira metade do século XVIII, tem sido explicada pelo impacto da exploração aurífera e pela concorrência que a produção nacional sofreu com a das Antilhas, já que a política colonial das nações européias dava preferência ao comércio com suas possessões. (2) No início da segunda metade do século XIX, a produção alcançava ainda 8 milhões de arrobas, mas o mercado ressentia-se cada vez mais com a concorrência do açúcar de beterraba que chegou a atingir dois terços do consumo mundial. (3) Além disso, surgiram então, como concorrentes do açúcar brasileiro, o africano e o indiano. O valor da produção nacional ficou estacionário por um certo tempo, sofrendo em seguida uma queda entre 1861 e 70, decorrente do retraimento da demanda norte-americana. O açúcar não sou-

---

(1) PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, p. 32.
(2) CANABRAVA, Alice Piffer. O Açúcar nas Antilhas, p. 14.
(3) BUESCU, Mircea. Evolução Econômica do Brasil, p. 131.

be renovar-se tecnologicamente, afirma Buescu, houve incentivos tributários à reformulação de uma maquinária apropriada, mas o resultado não foi expressivo. Assim, no final do século XIX, dos 1106 engenhos de Pernambuco, só 18 moviam-se a vapor. Geralmente proliferavam, nessa época, pequenos engenhos, engenhocas cuja produção anual não passava de 2 a 6 mil arrobas, o que é absolutamente insignificante se se tiver em mente que um só escravo podia produzir 100 arrobas por ano. (4)

Nas velhas regiões açucareiras havia se constituído uma elite sócio-econômica que perdurou mesmo quando o eixo da grande produção do país deixara de ser o nordeste para concentrar-se na área centro-sul.

Nesta teve importância especial, no século XIX, a produção de café e a empresa típica foi a fazenda, criada segundo os moldes tradicionais da agricultura brasileira, caracterizada basicamente pela forma de grande propriedade monocultora e trabalho escravo.

A especialização da empresa foi então bem maior e o caráter de autarquia da fazenda menos completo. A disponibilidade de áreas para lavoura incentivava a produção extensiva. Quando a terra se esgotava era abandonada, procuravam-se áreas virgens. Afinal, diz Buescu, "integrava-se em maior proporção um fator barato, a terra com a ajuda de um outro fator relativamente barato, o trabalho". (5) Os preços mantinham lucros sem necessidade de aplicação de capitais ou incentivos tecnológicos. Também o regime agrário organizado pela lei de 1850, que proibia a ocupação de terras devolutas com o objetivo de incentivar

---

(4) Idem, p. 131.
(5) Idem, p. 120.

o trabalhador livre, fortalecia o latifúndio, enfraquecendo a pequena propriedade. Em 1865, constatava-se, diz Emília Viotti da Costa, que quatro quintos do solo estava nas mãos dos grandes proprietários. (6)

Afonso d'Escragnolle Taunay, senador, liderança política atuante, estando empenhado em incentivar a colonização, criticou, por diversas vezes, a atuação do Império, concedendo primazia à grande propriedade. Assim, dizia em 1887, — "O monopólio da terra para deixá-la estéril e desaproveitada é odioso e causa inúmeros e gravíssimos males sociais". Era de "todo iníquo", dizia, ainda, que "sem darem contas à sociedade, nem pagarem nenhum imposto pela sua vaidade, os proprietários mantivessem enormes e fecundíssimas regiões no estado de natureza bruta", sem atender aos interesses dos que "só pediam uma nesga de terra a fim de se libertarem da pobreza e concorrerem com seu trabalho honesto para a prosperidade nacional". (7)

No Rio de Janeiro, inicialmente, e logo depois nas regiões próximas de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, aí, em menor escala, foi que se localizou a maior produção cafeeira do Brasil. Mas o primeiro grande cenário da lavoura foi o Vale do Paraíba, no seu médio e depois alto curso. As condições de clima, solo e vento favoreceram a grande expansão do produto que se escoava facilmente pelo porto do Rio. O desenvolvimento de sua produção foi de tal sorte que concedeu ao Brasil uma posição hegemônica no âmbito internacional. A exportação era canali

---

(6) COSTA, Emília Viotti da. O Escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, tomo II, 3º vol., p. 140.

(7) Taunay apud, COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p.141.

zada para os Estados Unidos, ciosos, então, de fixar o comércio com um país desvinculado do controle do comércio internacional do café, cujos centros estavam em Londres e Amsterdã. (8) Do Vale do Paraíba, o café seguiu depois para o oeste de São Paulo, Paraná, etc, mas isto já no final do século XIX. A expansão cafeeira concedeu certa estabilidade ao país, favorecendo o progresso e a centralização política do Segundo Reinado. (9) Constituiu-se uma elite que, como as demais, vinculava-se aos interesses de uma economia de importação e exportação, atenta à manutenção de estruturas tradicionais. O café dava, assim, origem à última das grandes aristocracias, a dos fazendeiros, os chamados "barões do café", que tiveram projeção na vida social e política do Império.

Se o fazendeiro de café era a figura de maior destaque no Império, os senhores de engenho do nordeste continuavam ainda a ser considerados como homens de invulgar prestígio e poder. Mesmo na Corte, por exemplo, era comentado com um misto de respeito e admiração a chegada de senadores e deputados, proprietários de engenho no nordeste, que desembarcavam no Rio após longas travessias, a fim de participar da abertura das sessões legislativas. Os jornais sempre davam cobertura especial a esses acontecimentos, deixando num plano bem inferior a vinda dos representantes de outras províncias. O senhor de engenho, mesmo no período áureo do café, era um título a considerar-se.

Os líderes políticos que ocuparam o poder no segundo Reinado foram geralmente ligados às áreas rurais: fazendas ou engenhos. Todavia, necessário é considerar-se o desenvolvimento

---

(8) PRADO JR., Caio, op. cit., p. 158.
(9) LIMA, Heitor Ferreira. História Política, Econômica e Industrial do Brasil, p. 229.

a que atingiram também os núcleos urbanos. Já no começo do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa e abertura dos portos, iniciou-se um aumento das funções burocráticas e políticas nas províncias e na Capital do Império. Com o correr dos anos, o aumento das atividades comerciais e o melhoramento dos meios de transporte incentivaram o desenvolvimento dos centros urbanos. Os fazendeiros passaram a construir casas nas cidades. Ligados, todavia, à produção agrária, mantinham-se pouco interessados nos empreendimentos industriais que despontavam. (10)

Mas o comércio desenvolveu-se, favorecido pela elevação das rendas, pelo aparecimento cada vez maior de estabelecimentos bancários e de incentivos comerciais. A indústria se ampliou com as medidas protecionistas então tomadas: fixação das tarifas alfandegárias, existência de uma mão-de-obra apta com a chegada dos imigrantes, criação de uma infra-estrutura de transportes e comunicações. As mudanças gerais ocorridas nas condições econômicas incentivaram a entrada de capitais estrangeiros, e a técnica européia começou a invadir a arcaica estrutura econômica do Brasil. (11) Com tudo isso o Rio, São Paulo e algumas capitais provinciais se tornaram maiores, com maior índice de conforto e civilidade. Não é de se estranhar, pois, que também dos centros urbanos, de atividades como o comércio, pudessem se originar os futuros líderes da Política Imperial.

Os homens que, durante o segundo Reinado, exerceram posições de destaque na esfera do Legislativo ou do Executivo provincial e Nacional galgaram seus postos gradativamente, numa escala de valores sempre ascendente, partindo de origens bem di-

---

(10) COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. Momentos Decisivos, p. 187.
(11) BUESCU, Mircea. Evolução Econômica do Brasil, p. 139.

versas. Houve, assim, os que saíram dos campos, de propriedades de engenho ou de grandes fazendas cafeeiras. Estavam estruturados segundo a velha ordem social brasileira, filhos de senhores de escravos, homens que exerciam cargos políticos proeminentes e cuja esfera de poder já não se delimitava às modestas circunscrições locais ou provinciais. Vários desses líderes foram originários da Bahia; por isso, Joaquim Nabuco chamou-a de "Virgínia brasileira". (12)

Entre os que procediam de grandes propriedades rurais estava o conhecido Visconde de Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que nasceu em 1810, no município de São Miguel dos Campos, em Alagoas, no engenho Sinimbu. O pai, Manoel Vieira Dantas, era figura de destaque na região, e a mãe, Ana Lins, de descendência holandesa, tinha cultura superior a das mulheres de seu tempo. (13) A família Vieira Lins, da qual procedia Sinimbu, segundo o estudo de seu biógrafo, tinha "representantes nas Câmaras, nos postos de comando, nas milícias e lugares de relevo na magistratura, administração pública" etc. A produção de açúcar do engenho permitia aos proprietários viverem uma vida de conforto, gozando de prestígio, em São Miguel dos Campos.

---

(12) Da Virgínia originavam-se muitos presidentes dos Estados Unidos. NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo I, p. 7. A procedência baiana dos muitos políticos de destaque do segundo Reinado, pode ser comprovada através da tabela indicando o lugar de nascimento dos Ministros do Império de 1822-1889 e dos Presidentes de Conselho de 1847 - 1889. PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L. Los Mandarines del Brasil Imperial, p. 27 e 28; bem como em CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem, p. 104 e 105.

(13) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu. Sua vida e sua atuação na Política Nacional (1840-1889), p. 23.

Também Cotegipe, João Francisco Wanderley, teve um começo de vida semelhante. Era filho de João Maurício Wanderley, morador na Barra do Rio Grande, Bahia. Sua família originava-se pelo lado materno de portugueses e pelo paterno de holandeses, Wan der Ley ou Wanderley, como assinavam depois. Há, aliás, um documento de João Maurício de Nassau, em que ele se refere ao fato de o nome Wanderley ter sido "sempre de (homens) dignos, nobres e ocupantes dos principais cargos de minha pátria, aos quais (cargos) sempre serviram com muito louvor e honra". (14) Segundo Batista Pereira, a tradição aponta a Cotegipe pelo lado de mãe, uma herança negra que, todavia, não foi mencionada por seu neto e biógrafo, Wanderley Pinho. Descendia Cotegipe de uma velha e numerosa família de senhores de engenho e fazendas, tendo passado a infância em propriedades da Vila da Barra e de Campo Largo, num ambiente de abastança sertaneja, cercado de vastas áreas de cultivo, com produção suficiente ao consumo e exportação, rodeado de escravos, agregados e parentes e em contato com políticos, que, já tinham em seu pai, um homem de destaque. (15) Como outros líderes estudados, Cotegipe cedo perdeu a mãe. A ausência de ternura e carinho, talvez tenha contribuído para o maior amadurecimento desses políticos.

Procedente, também, de um elevado ambiente sócio-econômico era Antônio da Silva Prado, descendente de famílias que haviam colonizado e governado São Paulo. Antônio Prado, o mais moço dos líderes em questão, nasceu em São Paulo, em 1840, filho do Dr. Martinho da Silva Prado, um agricultor imbuído de

---

(14) O texto está transcrito na íntegra in PINHO, Wanderley, Cotegipe e seu tempo (1815-1867). p. 16. (Trata-se de um ofício do Príncipe, datado de 20 de dezembro de 1668).

(15) PEREIRA, Batista. Figuras do Império e outros ensaios, p.15.

idéias modernas e teve como mãe, segundo Nazareth Prado, uma mulher excepcionalmente inteligente. Como os pais morassem na fazenda, viveu Antônio da Silva Prado com seu avô, o Barão de Iguape, figura de destaque no movimento da Independência e de grande atuação na vida comercial e social da cidade. (16) Era portanto, de um ambiente familiar elitista.

Quanto a Nabuco de Araújo, nasceu em 1813, na capital da Bahia, vindo de uma família de políticos, representando a terceira renovação da descendência portuguesa na Província. A família tivera, nos primeiros tempos, uma situação modesta, sob a proteção do Chanceler José Joaquim Nabuco de Araújo, o primeiro a se tornar senador. O pai de Nabuco, José Thomás, contava com um emprego simples, guarda da Relação, tinha pois difíceis condições de vida, (17) embora tivesse um relativo conforto já que dispunha de alguns escravos e do auxílio eventual de parentes. Com o passar dos anos a situação dos Nabuco melhorou muito, pois o chefe da família passou a ter certo prestígio social e político.

Além de viverem num ambiente econômico-social favorável, Sinimbu, Cotegipe, Antônio da Silva Prado, Nabuco, plasmaram-se em clans familiares em que a política exercia certo fascínio, ou mesmo, uma atração singular.

Sinimbu, por exemplo, originava-se de um lar bastante politizado, no qual repercutiam todas as ações políticas provinciais. Assim ocorreu quando da revolução pernambucana de 1817. Nessa ocasião, um ressentimento por muito tempo contido manifestou-se contra a supremacia e autoridade de Portugal. O movimen-

---

(16) PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República, p. 15.
(17) NABUCO, Joaquim, op. cit., p. 4.

to teve adesão imediata de uma figura de importância em Alagoas, ou seja, de Vieira Dantas que a ele emprestou o seu apoio deliberado e consciente. Não era o pai de Sinimbu um homem de cultura. Não se tratava pois, de uma adesão intelectual ao movimento. Talvez, diz Vieira Costa, não tivesse ele uma compreensão exata do fato político da revolução e não pesasse a gravidade das conseqüências pessoais do seu comportamento. (18) Não agiu certamente por convicção republicana; ao contrário, era um conservador que entendia a Monarquia como a mais alta forma de poder político. Vieira Dantas tornou-se um chefe quase carismático. Reuniu armas, munições, homens. Ana Lins, ao que consta, teve uma participação especial na revolta, espalhando a idéia revolucionária a fazendas e engenhos vizinhos aos quais visitou, agindo de forma sui generis como nenhuma outra mulher o fez. (19) Mesmo quando o movimento foi esmagado e as prisões ocupadas por revolucionários, a família não esmoreceu. Vieira Dantas não voltou atrás, não fez protestos de fidelidade ao regime português, simplesmente aguardou que a anistia lhe permitisse voltar.

Sete anos depois, eclodiu a Confederação do Equador. Pernambuco iniciava a revolução de 1824. Um novo foco de apoio ao movimento ressurgiu também em Alagoas, com a adesão total de Vieira Dantas que foi aprisionado, juntamente com um de seus filhos, quando as tropas imperiais conseguiram dominar os rebeldes. Ana Lins, procurou defender o engenho, organizando uma resistência, com escravos e agregados. Foi aprisionada, também, juntamente com um filho, o futuro Visconde de Sinimbu, que contava então, catorze anos. "Mãe e filho, diz Craveiro Costa, fo-

---

(18) COSTA, Craveiro, op. cit., p. 32.
(19) CAMPOS, General Carlos de S. Heroínas Brasileiras, apud COSTA, Craveiro, p. 37.

ram conduzidos à capital e recolhidos à cadeia pública", (20) onde permaneceram por seis meses. De Recife, Vieira Dantas e o outro filho, condenado à morte pela Comissão Militar, seguiram para o Rio, onde foram presos na Fortaleza de Villegagnon. Tiveram em seguida a pena comutada para degredo perpétuo nas margens do Rio Negro, sendo para esse fim transportados a Recife. Foi de lá, da prisão local, que um terceiro filho, os libertou, assaltando a cadeia com amigos e escravos. Meses mais tarde, Ana Lins e o futuro Sinimbu conseguiram voltar à propriedade, mas só tempos depois, tranqüilizada a província de Alagoas, serenados os ânimos, anistiados os revoltosos, foi que os Vieira Lins voltaram a se reunir no seu engenho, agora já muito conhecido.

Sinimbu viveu, portanto, num lar em que havia preocupação política, com tomadas de posição definidas, mesmo em detrimento de vantagens pessoais e essa bagagem certamente lhe deu elementos para saber agir politicamente no futuro, interessar-se por um desempenho na vida política nacional. Da lembrança da juventude conturbada que teve ficou-lhe uma lição. Procurou ser menos ousado nas atitudes, defendendo reformas, agindo no Legislativo, participando do Executivo, sempre defendendo a legalidade.

A atuação familiar em lutas de Independência, o interesse pela vida política estava presente, também, nos lares de outros políticos de Pedro II.

O capitão João Maurício Wanderley, pai de Cotegipe, desempenhou importante papel na luta de independência da Bahia, tendo por isso recebido ofício de agradecimento do Coronel Labatut. Socorreu também a província do Piauí, em 1823, procurando auxi-

---

(20) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 38.

liar a expulsão dos portugueses da Vila da Parnaíba. (21) Destacou-se nesses episódios, sofreu calúnias, ao que consta, e foi posteriormente condecorado por D. Pedro I, como cavalheiro da Ordem do Cruzeiro. (22)

Nesses lances de vida política do capitão-mor, diz um biógrafo de Cotegipe, manifestam-se qualidades que seriam herdadas pelo filho: tenacidade, patriotismo e tolerância. (23)

A família de Nabuco teve também participação em movimentos políticos e sofreu impactos de situações governamentais.

Quando se transferiram para o Pará, em 1816, José Thomas passou a trabalhar como Secretário do governo e a exercer intensa atividade. Ingressou na carreira administrativa, tornou-se Procurador Interino da Coroa, numa época extremamente difícil entre os partidos luso e brasileiro. Grenfell estava às portas. (24)

José Thomas também participou das lutas de Independência, mas se os Vieira Lins, os Wanderley lutaram contra Portugal, os Nabuco defenderam a causa portuguesa, o que naquele momento representava a legalidade.

A revolução triunfou. Muitos elementos portugueses foram aprisionados e políticos ligados à Coroa detidos. Uma atmosfera de insegurança percorria os lares. Nessa ocasião, a mãe de Nabuco faleceu prematuramente com vinte e oito anos, deixando o filho com apenas dez. Dela teria herdado, segundo Joaquim Nabuco, a parte imaginativa de sua natureza, a iniciativa, a independên

---

(21) PINHO, Wanderley. Cotegipe e Seu Tempo, p. 20.
(22) Decreto de 12 de dezembro de 1825. Idem, p. 21.
(23) PINHO, Wanderley. op. cit., p. 25.
(24) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, p. 4.

cia de espírito, a ambição, o desejo de agradar e a sedução pessoal. Assim como do pai teria recebido a reserva, o sentido de obediência, o respeito hierárquico, a regularidade dos hábitos. (25) Sem a mãe, Nabuco foi ficando entregue a si mesmo, carente de amor e ternura. Um ano mais tarde, seu pai casava-se novamente, com uma jovem que pouca ascendência teve sobre o enteado.

O pai já então se destacava na política local, ganhara a confiança de políticos influentes, vindo a se tornar deputado, na mesma época em que seu tio, o Chanceler, se elegia senador. Nessa ocasião, a família transferiu-se para o Rio.

O jovem Nabuco iniciou seus estudos de Matemática e Latim, mas o que mais lhe interessava era o convívio político que havia em sua casa. A família sempre recebia com grande cordialidade a visita de deputados, especialmente os do Norte. Nabuco que já completara doze anos, passou a freqüentar a Câmara, onde ouvia entusiasmado os discursos dos políticos. Destacava-se então, no jornalismo, Evaristo da Veiga e o grande orador era Bernardo Pereira de Vasconcelos. (26) Algum tempo depois, acabada sua legislatura, José Thomas voltou ao Pará, mas a atração pela vida política já se tinha desabrochado no jovem Nabuco.

Quanto a Antônio da Silva Prado, viveu ele em contato com o avô, político, que, como os demais, lutara na guerra pela Independência. Fez Antônio Prado curso em Petrópolis e, mais tarde, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde adquiriu além da instrução, grande interesse pela política, segundo sua biógrafa e filha Nazareth Prado. Ganhou, já na adolescência, gosto

---

(25) NABUCO, Joaquim. op. cit., p. 6.
(26) Idem, p. 11.

pela carreira pública. Acolhido, como um filho, pelo Conselheiro Costa Pinto, de quem se tornaria genro, conviveu, por seu intermédio, com ilustres parlamentares que freqüentavam essa casa, entre os quais o Marquês de São Vicente, Marquês de Abrantes, além de outros chefes conservadores. (27) Havia, pois, toda uma vivência política nesses seus anos de Rio.

Outras lideranças originavam-se de um ambiente urbano, representantes de uma burguesia comercial, por exemplo, Rio Branco, Ouro Preto, Zacarias etc.

Procedente de família de destaque político e social, mas empobrecida temporariamente, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco não tinha ligações com engenho ou fazenda de café. Era filho de comerciante rico, aparentado com militares de destaque. Nasceu em 1819, na Bahia, filho de Agostinho da Silva Paranhos, originário do Porto e tinha como mãe uma filha de major de infantaria do exército português. (28) Na linhagem materna havia vários parentes próximos que eram militares de destaque. O Visconde do Rio Branco não teve uma infância fácil, feliz. A ele se aplicava também a frase de Nabuco: "Em nossa política, pelo menos tem sido essa a regra: são os órfãos, os abandonados que vencem a luta, sobem e governam". (29)

O pai de Rio Branco, bem como o tio, eram ricos comerciantes portugueses na Bahia, que haviam, inclusive, merecido honrosas menções em documentos oficiais de então, pela liberalidade com que auxiliaram a administração do Conde de Arcos. (30) Na época da Independência ficaram fiéis a Portugal e ao general

---

(27) PRADO, Nazareth, op. cit., p. 16.
(28) LINS, Álvaro. Rio Branco (o Barão) 1815-1912, p. 13.
(29) NABUCO, Joaquim. op. cit., tomo I, p. 5.
(30) LINS, Álvaro. op.cit., p. 10.

Madeira, o que provocou grandes dificuldades à família. A adesão a Portugal ou a luta em prol da Independência, tanto uma como outra, ocasionaram problemas aos seus participantes. Apesar das dificuldades enfrentadas, por ocasião da luta de 1823, o pai do Visconde, ao morrer, deixara a família em condições boas. Foram do próprio Rio Branco essas palavras: "Meu pai deixou grande fortuna, mas disputada por um poderoso irmão que se considerava sócio e credor do finado. Nasci no berço da grandeza, mas ainda jovem a fortuna herdada por minha mãe e meus irmãos passou para outras mãos em grande parte, e se consumira também por efeito das circunstâncias difíceis, sendo eu ainda estudante de preparatórios. Com os poucos recursos que nos restavam e o auxílio de meu tio Barreiros, pude estudar". (31) Esse tio materno era o Coronel Eusébio Gomes Barreiros, Coronel de Engenheiros e com grande fama de ilustrado. Em 1836, veio Rio Branco para o Rio, onde se matriculou na Escola da Marinha e na Escola Militar, vindo a se tornar professor de Matemática de ambas. O fundamento e a base de sua cultura foi a Matemática; pelo conhecimento técnico que recebeu, diferia da maioria dos homens públicos do Império. Assim, com dificuldades econômicas, numa infância nada fácil, iniciou-se a vida daquele que, segundo Joaquim Nabuco, seria "a mais lúcida consciência monárquica que teve o Segundo Reinado". (32)

Como Rio Branco, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto originou-se de ambiente, citadino, médio. Nasceu em 1836, filho de João Antonio Afonso, de origem portu-

---

(31) Cópia do Barão do Rio Branco num caderno intitulado Negócios de Família. Arquivo do Itamarati apud LINS, Alvaro Rio Branco, op. cit., p. 6.

(32) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo II, p. 136.

guesa, e de uma jovem de antiga família ouropretana. João Antonio viera muito jovem para o Brasil, juntamente com alguns irmãos, que escolheram províncias diferentes para se fixarem. Um deles foi para o Rio Grande do Sul, tornando-se o conhecido Barão de Vila Isabel. João Antonio prosseguiu os estudos e passou depois a dedicar-se ao comércio, tendo se fixado em Ouro Preto, onde veio a ser Tesoureiro da Caixa Econômica e da Agência do Banco do Brasil, (33) além de delegado de Polícia e Capitão da Guarda Nacional. Interessava-se muito por literatura, gostava de ler os clássicos, especialmente Camões, cuja obra, em parte, sabia de cor. (34)

Afonso Celso vivia, pois num ambiente modesto, mas culto, ilustrado e cedo destacou-se como aluno inteligente. Estudou no Liceu Mineiro de Ouro Preto de onde partiu para São Paulo a fim de fazer o curso superior. Também, como Rio Branco, não teve no lar um preparo para a vida política, uma convivência diária com políticos, parlamentares, ministros etc. O interesse surgiu depois, propiciado por suas atividades jornalísticas.

Outra liderança do Império foi Zacarias de Goes e Vasconcelos. Baiano, nasceu em 1815 em Valença, (35) uma pequena vila localizada na extremidade sul do Recôncavo Baiano, na proximidade do rio Una. Seu pai, Antonio Bernardo de Vasconcelos era comerciante modesto, dedicava-se à extração de madeira, que fornecia ao Arsenal da Marinha. Com alguma dificuldade adquiriu um sobrado na praça que hoje tem o nome de Zacarias. Participou, como quase todos os pais mencionados, das lutas de Independência

---

(33) VIEIRA, Hermes. Ouro Preto, o homem e a época, p. 50.

(34) Idem, p. 50.

(35) VARGAS, Túlio. O Conselheiro Zacarias, p. 17.

na Bahia. Tomou posição contra Portugal. Era um homem preocupado com a instrução dos filhos, e apaixonado por leitura. (36) Deu assim um exemplo a Zacarias, que o seguiu in totum, segundo se pode deduzir do testemunho de seu próprio filho por ocasião de sua morte. "Ele estudava sempre como um estudante às vésperas de exame". (37)

Ao falecer Antonio Bernardo, a família de Zacarias tinha o Sobrado, vinte escravos e algum dinheiro. Coube ao irmão mais velho, João Antonio, com vinte e dois anos, assumir o lugar do pai. Foi eleito vereador em Valença, tendo concluído o curso de preparatórios na capital da Bahia, com vistas à Coimbra. Partiu de fato para Portugal, onde permaneceu por dois anos, mas tendo se envolvido em problemas políticos, teve que voltar às pressas para o Brasil, o que o fez em companhia de Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço, que muita ascendência teve, embora por pouco tempo, sobre Zacarias. Gonçalves Martins fora colega de João Antonio em Coimbra e algum tempo depois de aqui chegar, tornava-se diretor da Escola Pública e elegia-se deputado à Assembléia Geral. (38) Estas referências mostram que Zacarias participou de um lar, onde se sentia muito de perto os reflexos da política.

Zacarias fez os preparatórios na Bahia, de onde seguiu recomendado pelo irmão ao desembargador Antonio da Silva Teles, que fora amigo de seu pai, em Valença. No curso superior, teria por colega, entre outros, o futuro Barão de Cotegipe. No dizer

---

(36) Idem, p. 18.

(37) Carta a Gazeta de Notícias in O Senador Zacarias de Goes e Vasconcelos julgado pela Imprensa do seu país na ocasião do seu falecimento.

(38) VARGAS, Túlio, op. cit., p. 18.

de Túlio Vargas, Zacarias, a exemplo de outros adolescentes, era envolvido por uma "xenofobia exaltada, por uma hostilidade intensa aos portugueses, por algumas explorações democráticas em episódios históricos". (39) Nessa atmosfera foi fácil despertar o gosto pela política.

Mas a sua definição surgiu mais tarde. Não foi ele um líder plasmado no aconchego do lar, nem foi um adolescente fascinado pela miragem da vida pública. A escolha foi um ato de juventude consciente.

De ambiente humilde, sem nenhuma condição especial, quer no âmbito sócio-econômico, quer no cultural, procediam Saraiva e Torres Homem, especialmente o último.

José Antonio Saraiva, era filho de um homônimo que se dedicava na Bahia às atividades da lavoura e do comércio. A família vivia modestamente com nove filhos. Vindo a falecer a mãe e, logo a seguir, o pai, tiveram as crianças dias difíceis. (40) Esteve depois Saraiva, por um certo tempo, sob os cuidados de sua madrinha até que mais tarde todos os irmãos foram conduzidos ao engenho de Quitange, pertencente aos avós maternos. Nele, Saraiva recebeu as primeiras aulas. Seus avós queriam que ele se tornasse um homem da lavoura, mas acabaram optando por enviá-lo a São Paulo, a fim de estudar.

Sua infância decorreu, por conseguinte, num ambiente simples, muito limitado, sem nenhuma vivência política. Só alimentava um sonho, tornar-se bacharel.

Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim, foi outro político de origem muito modesta e, mesmo, um tanto obscura.

---

(39) Idem, p. 19.
(40) PINHO, Wanderley. Política e Políticos do Império, p. 9.

Mulato, nasceu no Rio, era filho de um padre e de uma quitandeira. Do pai deve ter recebido algum apoio, pelo menos nos seus primeiros anos. (41)

Há informes de que talvez tivesse, como parente, outro mulato de destaque, isto é, Evaristo da Veiga. Certamente teve uma infância muito difícil. Quando se tem dados sobre ele já era aluno da Academia Médico-cirúrgica, desde 1832, Faculdade de Medicina do Rio. Só posteriormente é que vai se interessar pela política, influenciado, ao que parece, por Evaristo da Veiga.

Da análise dos primeiros anos de vida e juventude desses homens, futuros líderes do Senado do Império, pode se deduzir que para a ascensão política não interessava apenas ter nascido em berço de ouro, ter ligações com o senhor de engenho, fazenda ou alto comércio. Tal fato ocorria, por vezes, mas não era o essencial. O que importava era a vivência política que já alguns encontravam em seus próprios lares, de herança dos pais, avós, antepassados em geral. Do convívio constante que tiveram com vultos que participavam do poder desabrochou uma atração irresistível para a vida pública, que já apareceu muito cedo em alguns líderes. Outros, a ela só serão conduzidos posteriormente em função de amizades, estudos ou atividades acadêmicas e jornalísticas.

---

(41) PEREIRA, Batista. Figuras do Império e Outros Ensaios. p. 63.

a) Formação Cultural

Coube sempre à elite sócio-econômica brasileira o monopólio da formação cultural em nível superior. Antes de 1808, os jovens com mais condições sócio-econômicas eram enviados por seus pais a Portugal, a fim de cursarem a Universidade de Coimbra. A partir da vinda da Corte Portuguesa houve a criação de Faculdades de Direito e Medicina no país e, como seria de se esperar, foram implantadas em quatro das cinco mais ricas províncias do Brasil de então: as Academias de Direito em São Paulo e Pernambuco, as de Medicina no Rio e Bahia. São Paulo representou um pólo de atração para os jovens do Rio, Minas, Rio Grande do Sul e ainda Mato Grosso. Olinda e Recife atraíram estudantes do Norte e Noroeste. (42) Assim, 88,12% dos estudantes de Olinda e Recife eram procedentes do Norte e apenas 11,88% do sul; em São Paulo apenas 6,82% eram provenientes do Norte e 93,18% vinham do Sul. (43)

A juventude intelectualmente promissora, oriunda de uma elite social, passou então a cursar as Faculdades brasileiras, aliás a grande maioria dos estadistas do Império constituiu-se de ex-alunos dessas Academias, havendo apenas alguns provenientes de outras Faculdades do País ou do exterior. As Escolas de Direito tinham então currículo semelhante e os alunos podiam com facilidade fazer transferência de São Paulo para Olinda e vice-versa, havendo, por vezes, professores que ministravam au-

---

(42) PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L. Los Mandarines del Brasil Imperial, p. 13.

(43) CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem, p. 67. Os dados trabalhados pelo autor são extraídos do Relatório do Ministro do Império - 1855.

las ora em uma, ora em outra Faculdade, sendo Diretores e professores nomeados pelo Ministro do Império. Os relatórios ministeriais, aliás, apresentam referências às condições das Escolas superiores do país, e através deles percebe-se a identidade cultural existente.

À homogeneidade da elite que freqüentava os cursos juntava-se uma certa homogeneidade no ensino. Daí dizer, por exemplo, Pang que os estudantes estavam subordinados à "mesma tutela" ou à "mesma ideologia oficial". (44)

Constituia essa elite intelectual uma "ilha de letrados num mar de analfabetos", segundo a imagem expressiva de Murilo de Carvalho e era mantida por uma elite sócio-econômica, pois só ela tinha condições de ter os filhos em cidades ou até em províncias distantes, custeando-lhes tudo, inclusive, a própria escola. Murilo de Carvalho refere-se ao pagamento de taxa anual das Academias jurídicas mencionando que no 1º ano de seu funcionamento, o valor foi de 51$200 réis. (45)

Nas duas últimas décadas do Império, cerca de 82,3% dos senadores eram formados em escolas superiores, ou seja, 93 deles, num total de 113, tinham diplomas universitários. Desses 82,3% cerca de 66,3% eram bacharéis em Direito. Cerca de 18% dos demais distribuiam-se entre os cursos de Medicina, Engenharia, ou Escola Militar, etc. (46) Quanto à formação cultural dos Ministros do Império, entre 1853 e 1871 cerca de 77,09% era de base jurídica, e entre 1871 e 1890, 85,73% também constituia-se de bacharéis. (47) Foi essa a grande época das Arcadas, com notória

---

(44) PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L., op. cit., p. 13.
(45) CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem, p. 60.
(46) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. O Senado nos anos finais do Império (1870-1889), p. 54.
(47) CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 68.

e marcante influência na vida cultural e política do país. A estrutura das duas primeiras Faculdades do Brasil obedecia a uma divisão geográfica e sociológica, diz Clóvis Bevilaqua, já que os dois focos de irradiação de cultura superior no país se diferenciavam: Pernambuco, por um certo apego a tradições liberais, fruto das invasões holandesas e dos movimentos de rebelião local, e São Paulo pelo acentuado espírito de organização política e econômica. (48)

Essa possibilidade de fazer um curso superior era decorrente dos meios econômicos e sociais de que dispunham os jovens ou dos auxílios que tiveram a fim de realizar seus sonhos. Assim na Faculdade se encontravam, pela primeira vez, como estudantes brilhantes, alguns dos futuros líderes que se confraternizaram como colegas e como amigos, participaram juntos das agruras da vida acadêmica, das festividades e cerimônias oficiais da Faculdade e organizaram, então seus primeiros jornais acadêmicos. Alguns deles já saíram dos cursos jurídicos, iniciando uma vida política, outros o fizeram mais tarde, mas quase todos se encontraram posteriormente como lideranças atuantes, filiadas ao mesmo grupo político ou separados por sérios antagonismos partidários.

Em 1831, Sinimbu ingressava na Faculdade de Olinda. Em 1833, Zacarias de Goes seguia da Bahia para Recife, no mesmo paquete que Cotegipe. Iam ambos iniciar os cursos superiores. Conheceram-se como jovens estudantes cheios de idealismo, entusiasmo. Foram colegas de Escola. O destino político os faria constantemente encontrarem-se, às vezes, como velhos camaradas, ou

---

(48) BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito de Recife (11 de agosto de 1827 a 11 de agosto de 1927), 1º vol., p. 14.

com freqüência, como violentos adversários. Sobre esse primeiro encontro, sobre esses dias de convívio marítimo, sobre essa amizade que se originou então, Zacarias fez referência, no Senado. Nessa época, Zacarias e Cotegipe, líderes políticos oposicionistas, discutiam seriamente. A um certo momento disse Zacarias: "É uma queda que o orador tem para com o ministro (Cotegipe) desde os tempos felizes em que o orador meteu-se, no dia 6 de janeiro de 1833, com S. Excia. em um paquete na Bahia e chegaram a Pernambuco a 28 do mesmo mês. Ora, nessa viagem de longo curso ao pé da costa, o orador não podia deixar de adquirir afeição ao honrado ministro, que como um certo amigo de S. Excia. e do orador, já falecido, que alegava queixas contra S.Excia., mas sempre dizendo - "Seja como for, quero bem ao Joãozinho". (49) A amizade que nascia entre os colegas de Academia levou algumas vezes, Zacarias por exemplo, a passar suas férias no engenho de Sinimbu, em Alagoas. Assim Sinimbu, Cotegipe, Zacarias, Souza Franco, Euzébio de Queiroz, Silva Ferraz, Alves Branco encontraram-se como colegas em Olinda, nos primeiros anos de Faculdade. Sinimbu foi colega de classe de outra figura invulgar entre os estadistas do Império, Nabuco de Araújo, e de alunos brilhantes como Luís Maia Muniz Barreto, que, apesar de seu talento, permaneceu por toda a vida numa repartição pública baiana e Teixeira de Freitas, o grande vulto da jurisprudência brasileira. (50) Era uma geração formada nos anos agitados da Abdicação e Regência e que se emancipava quando também o Imperador atingia a Maioridade.

---

(49) ASI, ata de 23 de março de 1877, p. 129.

(50) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo I, p. 14.

Grande parte das lideranças do Segundo Reinado originou-se da Bahia, sendo formada na Faculdade de Direito de Olinda. Esta funcionava, desde 1831, no velho Mosteiro de São Bento, onde os religiosos cederam um salão e algumas dependências para o funcionamento, pelo menos temporário, dos cursos jurídicos. A Faculdade instalara-se em ato público, com solene aparato. Após os primeiros exames, que se chamariam hoje vestibulares, ingressou a primeira turma composta de 45 estudantes.

Os primeiros anos de convívio universitário foram amenos e uma harmonia agradável pairava entre mestres e alunos. Só alguns anos depois, à medida que a Faculdade crescia em número é que surgiram discordâncias entre professores e rivalidade entre os alunos.

Olinda era então uma velha cidade colonial, de ruas estreitas, casario antigo, árvores frondosas e jardins floridos. Mas era uma cidade tranquila, talvez demais, sem recursos, sem médicos. "Não há uma botica que seja capaz, não há médicos. Só em Recife". Sem possibilidades de distração, sem convívio social, os alunos e professores sentiam-se isolados, sem boas condições de acomodação e de alimentação - "o passadio lá é mau e caríssimo e onde se dá mesmo graças a Deus, quando se acham gêneros de primeira necessidade, de sofrível qualidade, ainda que por alto preço". (51)

Tudo estava em Recife e para lá convergiam os interesses de todos os que pretendiam um pouco de sociabilidade e cultura. Recife abarcava todo o movimento de província. Era uma cidade-atração possuindo o que de melhor Pernambuco podia ter no tocante a conforto, progresso e desenvolvimento.

---

(51) ACD, ata de 26 de agosto de 1852, p. 724.

Sobre Olinda, falava Zacarias na Câmara dos Deputados, em 1851 - "Se o retiro e o silêncio são as primeiras condições para um estabelecimento científico, afirmo que nenhuma situação do Império pode disputar preferência àquela cidade, porque mais silêncio e retiro que em Olinda, só nos túmulos". (52)

É mister acrescentar, confessava o deputado Vilela também professor em Olinda, - que esta "é quase uma solidão, é lugar onde faltam todos os estímulos da emulação, lugar onde os lentes explicam apenas para os estudantes e para as paredes, lugares em que se fazem os atos mais solenes da Academia sem que alguém concorra a eles", onde por assim dizer só se encontravam lentes e estudantes, lugar em que "os lentes que lá morarem hão de ser quase limitados a comunicarem-se com os mesmos estudantes". Contra isso Vilela reclamava; os horizontes de trabalho deviam ser mais amplos. O professor de uma escola superior realmente precisava ter maiores contatos: "O espírito humano, dizia o professor, precisava de descanso, de distração. Era lhe inconcebível que o docente dia e noite estivesse entregue "a trabalhos pesados de inteligência". (53)

A Faculdade contava, por ocasião do concurso de Zacarias, em 1840, com cerca de nove professores e cinco substitutos. A Biblioteca era restrita.

Também a Faculdade de Direito de São Paulo possuia número restrito de alunos, segundo dados de Almeida Nogueira não excediam as matrículas a média de 50 a 60. (54) Esses jovens, porém, excluídos a política e o governo, representavam o centro da vida da cidade, que não passava de um modesto centro provin-

(52) ACD, Ata de 16 de junho de 1851, p. 499.
(53) ACD, Ata de 26 de agosto de 1852, p. 724.
(54) NOGUEIRA, Almeida. A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências apud Pinho Wanderley Política e Políticos do Império, p. 13.

ciano, de aspecto tristonho, sem movimento ou comércio especial: pequenos bazares, vendedores ambulantes que ofereciam mantimentos e gêneros de primeira necessidade vindos de outros povoados próximos. As famílias viviam simplesmente retraídas em suas casas. As mulheres de condições sociais mais altas pouco apareciam. Havia um pequeno teatro no Pátio do Colégio, a Ópera, no qual se apresentavam companhias vindas do Rio e onde os estudantes das Arcadas faziam representações dramáticas por ocasião da comemoração da fundação dos cursos jurídicos.

Bailes familiares eram raros e comemoravam casamentos ou aniversários. Como Olinda, São Paulo também era pouco mais que uma aldeia solitária. Os estudantes se preocupavam com o teatro, onde vez ou outra se representava um drama ou comédia, com as serenatas e com os jornais locais, a imprensa acadêmica.

Não havia estudos aprofundados da ciência do Direito. Os conhecimentos revelados posteriormente se fizeram na prática: no exercício da advocacia e da Magistratura. A aprendizagem política desenvolveu-se no exercício das funções legislativas.

Apesar do espírito acanhado e do provincialismo de Olinda e São Paulo, nesses núcleos se formaram os alicerces para uma geração de brilhantes políticos. Claro é que a vida na Corte representava vivência importante para os que dela puderam desfrutar, mas foi nas Faculdades de Direito que toda uma geração se formou. A própria Academia era, em muitos casos, um fator especial a abrir as portas à atividade política.

Cotegipe, por exemplo, já tinha tal preparação política que vinha da infância. Dessa forma, na Faculdade apenas se acentuou o interesse pelos grandes problemas do país. Ainda era estudante e já se preparava para a política. "Da Academia, diz seu biógrafo, ajudava o pai a manter e consolidar a base de pres-

tígio social sobre o que havia de lançar em breve, ele próprio a sua fulgurante carreira". (55) Estudava seriamente e se destacava entre os melhores: Teixeira de Freitas, Nabuco, Souza Franco, Sinimbu e Furtado. Suas boas notas, sua aplicação ao estudo chegaram ao conhecimento do pai que orgulhosamente confessava - "muito me tem satisfeito o que se tem dito de ti". Em outra carta, saudoso, dizia: "cada vez mais os dias me parecem anos; enfim se Deus me der saúde haverá um dia em que te aperte em meus braços". (56)

Os novos bacharéis saíam da Academia pensando já no ingresso em uma Assembléia Provincial. Se os cargos iniciais da Magistratura dispersavam os colegas da Faculdade, de novo os reuniam as Assembléias Legislativas. Preparando-se para deixar a Faculdade, Cotegipe correspondia-se com o pai, revelando seus próximos planos. Cabia-lhe, de início, rever o sertão baiano. "Em novembro, dizia-lhe o carinhoso pai, hão de estar infalivelmente a tua espera os animais da Bahia para a tua subida e tomara já te ver em meus braços". (57) Cotegipe ia encontrar sua província inflamada pela revolta Sabinada.

A situação econômica da família, cuja propriedade cobria larga extensão do rio São Francisco e o prestígio social e político do Capitão-mor Wanderley, que possuia prestigiosas relações, iam facilitar, e muito, o seu ingresso na política. Entre 1838 e 1840, enquanto esperava vagas na Assembléia Provincial e cobiçava um lugar na Magistratura, consolidava no sertão amizades políticas e de família. Praticava também a advocacia nos foros da Comarca de São Francisco. Em 1840, pleiteava-se na

---

(55) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo, p. 43.
(56) Idem, p. 39
(57) Idem, p. 45

Corte a sua nomeação para juiz. De longe, o pai acompanhava esperançado. A 11 de setembro escrevia sua última carta ao filho, confiante no fato de que com a proteção do Imperador e com a organização de novas Relações, tudo se tornasse mais fácil. E, carinhosamente, concluía: "Todos te enviamos os nossos corações principalmente eu que te devo tudo quanto é bom por ser teu Pai e amigo do coração". (58) O pai faleceu três dias depois de ter escrito estas linhas sem ver a estréia política do filho, cuja nomeação para juiz municipal e de órfãos dos Termos da Bahia e Chique-chique viria só a 26 de julho de 1842, seguida da indicação para Delegado de Polícia. Sua vida pública teve início em 1840, quando tomou assento na Assembléia Provincial da Bahia.

No começo da Legislatura, ele era impulsivo, sem reservas. (59) Nessa fase foi um "franco atirador", como qualificou Wanderley Pinho. Também nessa época estreiavam na política, Nabuco e Ferraz.

Outro a ter prestígio ligado à Faculdade foi Zacarias, que juntamente com Cotegipe, formou-se em Direito a 6 de outubro de 1837. Como Cotegipe, Zacarias retornou à sua terra natal. Durante dois anos, preparou-se para fazer o Doutoramento em Olinda, o que iria lhe permitir lecionar na Academia. Zacarias prestou concurso em novembro de 1840, mantendo-se como professor, com as características que destacavam o estudante, ou seja, um espírito trabalhador, perseverante. Sobre sua vida de professor, seus cursos, pouco (ou quase nada) se sabe. A Faculdade não tem apontamentos arquivados. O professor deu suas aulas e esqueceu-

---

(58) Idem, p. 52.

(59) Idem, p. 83.

se de deixar um vestígio, um documento para o historiador que busca completar o perfil do político, com o do mestre e o do doutor em Direito. (60)

Sobre ele, porém, diz o Diretor da Escola, Dr. Maciel Monteiro — "O Dr. Zacarias, moço na idade e no gosto natural de brilhar, pelo seu abalizado talento, pela clareza e facilidade de sua expressão (certa prova da clareza de sua inteligência), pela dignidade de suas maneiras e comportamento, pelos seus princípios excelentes, merece o primeiro lugar. Não tardará que ele seja um ornamento do Brasil inteiro. Eu me glorio de o ter laureado doutor e de ter feito o que pude para adquiri-lo para a Academia". (61)

Nessa ocasião, Gonçalves Martins, ex-secretário da Faculdade e amigo do irmão de Zacarias, era deputado à Assembléia Geral e procurou atrair os interesses do jovem professor para o partido conservador. (62) Zacarias não resistiu à idéia de enfrentar o pleito provincial na Bahia, mas ficou só como suplente. Pela falta de titulares, foi chamado, assumindo então seu primeiro cargo político. Os bacharéis de Olinda ensaiavam seus primeiros passos na vida pública. Zacarias era ainda professor na Escola, mas pouco a pouco foi se afastando. Assim, demitiu-se de seu cargo, em 1857, quando a política já lhe abrira portas para ação mais ampla.

A abertura que a Academia de Olinda deu aos jovens formandos, facilitando seus ingressos na política, era, evidente-

---

(60) Algumas reminiscências de sua vida de professor encontram-se nos Anais do Senado. Delas se conclui qual foi seu pensamento sobre a Universidade, sua missão, a docência, os aspectos administrativos do cargo de Diretor, professor etc.
(61) BEVILAQUA, Clóvis, op. cit., p. 84.
(62) VARGAS, Túlio. O Conselheiro Zacarias, p. 27.

mente, a mesma que a de São Paulo concedia a seus bacharéis.

O Visconde de Ouro Preto, ou seja, Afonso Celso de Assis Figueiredo, foi um aplicado aluno das Arcadas. Estudou com dificuldades sérias, pela falta de condições econômicas. Vinha da pequena cidade de Ouro Preto, de onde era toda sua família. Foi aluno de Silveira da Mota, mais tarde seu colega no Senado e que muito o ajudou quando de incidente ocorrido entre Afonso Celso e o Conselheiro Cabral, outro professor da Academia. (63)

As dificuldades econômicas enfrentadas por Ouro Preto foram em parte solucionadas quando ele passou a servir no Gabinete da Presidência da Província. O Presidente era da cidade de Ouro Preto e amigo da família. (64)

No caso de jovens bacharéis, sem respaldo econômico, político, sempre a Academia forneceu alicerces que lhes permitiriam ascender, desde que contassem com apoio de amigos ou, de pelo menos, um amigo influente.

Afonso Celso casou-se em São Paulo com a filha do Coronel Joaquim Floriano de Toledo, homem de destaque, e ao retornar a sua cidade o fez como secretário de Polícia. Passou, então, em um ano e meio, por vários cargos: Inspetor do Tesouro Provincial, Procurador, Fiscal da Tesouraria Geral, Juiz de Paz, sendo em 1864 eleito deputado provincial. (65)

Esta geração que, de modo geral, atuou politicamente a partir de 1840, recebeu um preparo intelectual, homogêneo das Academias de Direito, que, substituindo a Velha Universidade de Coimbra, constituiam no país o elemento formador da elite política do Império. Esse papel desempenhado pelas Academias mante-

---

(63) VIEIRA, Hermes. Ouro Preto, o homem e a Época, p. 57.
(64) Idem, p. 74.
(65) Idem, p. 78 e seguintes.

ve-se, principalmente enquanto foram homogêneas, pois a partir de 1879, elas se subdividiram em Ciências Jurídicas e Sociais, encarregando-se as primeiras da formação de magistrados e advogados e as segundas de políticos, diplomatas e administradores. (66)

Além do estudo no Brasil, algumas lideranças completaram sua formação cultural no exterior, o que era fundamental para a Política, na qual viriam a ingressar mais cedo ou mais tarde.

Sinimbu, por exemplo, após a formatura em Direito foi à Europa. Estudou em Paris com um professor de renome no campo do Direito, além de ter acompanhado cursos de Química e Medicina legal. (67) Na Alemanha, doutorou-se. De lá fez viagens à França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suíça, Itália, Áustria e Saxônia. Preocupou-se em estudar o regime penitenciário suíço, tido como modelar na Europa. Estudou a organização do ensino público primário e profissional na Bélgica, Holanda, França e Alemanha, adquirindo também conhecimentos dos processos agrários utilizados nesses países. Permaneceu alguns anos em viagens pelas grandes cidades européias: Paris, Viena, Berlim, Hamburgo, Praga, Munique, Roma, Londres. (68) Na Inglaterra, demorou-se mais tempo, observando o regime parlamentar, daí ter se interessado em procurar imprimir no Brasil, alguns hábitos do Parlamento europeu. Bem poucos homens tiveram, no Brasil, tanto preparo para uma vida pública.

Em Dresde, (Saxônia) conheceu uma jovem de rica família anglo-teutônica, de boa formação intelectual com quem veio a se

---

(66) CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 71.
(67) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 46.
(68) Idem, pp. 46 e 47.

casar posteriormente, em 1846. (69) Sinimbu foi eleito deputado à terceira legislatura provincial de Alagoas e seu Vice-Presidente enquanto se encontrava ainda na Europa. Para isso concorreu o prestígio da família, a formação intelectual e os apoios que recebeu.

A Presidência da Província cabia, então, a Silva Neves, ligado politicamente à família Vieira Lins, colega e amigo de Sinimbu, desde os cursos jurídicos de Olinda. Mas o Presidente não foi bem aceito por um grupo de políticos que estavam à testa da Província, recebendo então violentos ataques pela imprensa. (70) Em represália, recorreu ao recrutamento, no qual foram cometidas arbitrariedades. A seguir, o governo Imperial deu ordem ao Presidente da Província para que transferisse a Tesouraria da cidade de Alagoas para Maceió, a população indignada não queria que se cumprisse o exigido. Surgiu uma revolta popular, a Câmara se opôs ao Presidente, que foi preso. Sinimbu, que acabava de chegar da Europa, resolveu assumir o governo da Província, que já nesse momento achava-se nas mãos de um político também de destaque, Tavares Bastos. Mas conseguiu impor-se, entrar em contato com a Câmara e restituiu o governo a Silva Neves, (71) o que revelou energia e certas qualidades de liderança, apesar de ser até esse momento, um teórico em política. Transferiu também a capital para Maceió, procurando combater o mandonismo e as arbitrariedades dos políticos de Alagoas. Araújo Lima, então regente, entusiasmado com sua ação transferiu Silva Neves para a Presidência da Província da Paraíba, nomeando Sinimbu para Alagoas, o qual estreou no novo cargo em novembro de 1839.

---

(69) Idem, p. 48.
(70) Idem, p. 50.
(71) Idem, p. 56.

Sinimbu teve, portanto, uma ascensão política mais rápida do que as demais lideranças, pois, vindo da Europa, já fora eleito para a Vice-Presidência, ocupando a seguir a Presidência de Alagoas. Por isso ele destoa da escalada política dos demais líderes do Império, que só galgavam o poder após um treino profissional.

Formação universitária no exterior tiveram Sinimbu, Torres Homem, que cursou Direito em Paris, e Antônio da Silva Prado. Estudou este último, inicialmente, na Faculdade de Direito de São Paulo; aliás, já no 5º ano do Curso, em 1861 (72) iniciava o jornalismo político, combatendo três professores da Faculdade de Direito, os Andradas que então redigiam a Tribuna Liberal. Antes mesmo de formado, já fora eleito deputado à Assembléia Provincial, mas a eleição teve que ser anulada porque ainda não alcançara a maioridade. Repete-se aquilo que já foi mencionado. A própria Academia era um meio de ingresso na política. Afastado da Assembléia provincial por uma questão de idade, exerceu algum tempo o cargo de delegado de polícia na capital. Mas logo renunciou, partindo em 1862, para a Europa. Lá freqüentou cursos de Direito em Paris. Foi aluno do romanista Ortolar e do constitucionalista Edouard Laboulaye. O famoso liberal encantou o jovem brasileiro, então conservador, que no Brasil tentaria reformas progressistas. Interessou-se pela cultura, pela vida européia. Freqüentou altas rodas, esteve em baile nas Tulherias onde pôde admirar a Imperatriz Eugênia, foi recebido pela Papa Pio IX, visitou a exposição industrial em Londres, em 1862 etc. (73) Abriu-se aos acontecimentos mundiais, esse jovem político

---

(72) Ele estudou mais tarde que os demais políticos citados. PRADO, Nazareth, Antonio Prado no Império e na República, p. 16.

(73) Idem, p. 17.

de vinte e dois anos. Voltando ao Brasil, lançou-se à vida política sendo, em 1864, eleito para a Assembléia Provincial de São Paulo. Passou depois a colaborar no Diário de São Paulo, que mais tarde dirigiu. Sua atuação como jornalista, esteve também ligada à sua situação de político.

A formação cultural, especialmente a jurídica, foi essencial para o preparo político dos homens públicos do Segundo Reinado e esta foi relizada geralmente no Brasil, tendo alguns, dentre as mais afortunadas lideranças, complementado seus estudos no exterior. As viagens à Europa foram, todavia, mais freqüentes para os políticos que já haviam ingressado na vida pública.

b) Atividade jornalística

Outro elemento a facilitar a ascensão política foi a imprensa.

No começo da década de trinta, quando as Faculdades de Olinda e São Paulo preparavam as suas primeiras turmas, nasceram os primeiros jornais intimamente ligados à vida acadêmica.

Em 1831, apareceu O Olindense, primeira folha local exclusivamente política. Nabuco, copiado depois por uma série de autores, diz que esse jornal apresentava "dissertações de teses constitucionais e pequenas verrinas condensadas". (74) Era de autoria dos irmãos Teixeira de Macedo, tendo colaboração de Souza Franco, outra importante liderança política do Império.

---

(74) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo I, p. 17.

No Olindense começou Sinimbu a apresentar seus primeiros escritos, (75) e nesse mesmo ano, Sinimbu, Nabuco e Souza Ferraz se encarregaram da redação de O Eco de Olinda (1831-1832). Quando Nabuco aderiu à corrente liberal exaltada, Sinimbu, Silva Ferraz e José Lúcio Correia redigiam O Equinocial, pretendendo, através dessa folha, pugnar pela Ordem e Liberdade. Teve vida brilhante, dando apoio ao governo regencial. Sinimbu sustentou polêmicas com os jornais A Bússola da Liberdade, de Nabuco e O Epaminondas. Em 1833, Sinimbu passou sozinho à redação de O Velho Pernambuco, jornal com duas fases, ambas de intensa vibração patriótica. A primeira, que foi até outubro de 1833, em que combateu as pretensões dos que visavam a volta de Pedro I; a segunda, de março de 1835 a fevereiro de 1836, quando Sinimbu, filiado ao partido chimango, teve polêmicas com A Bússola da Liberdade em Pernambuco (do Padre João Ramalho Correia) e com O Aristarco (de Nabuco, combatendo a pretendida Regência da Princesa Januária). A Bússola era o arauto dos liberais exaltados. (76)

Sinimbu foi, por herança, um liberal, mas talvez porque tivesse passado por duas experiências dramáticas, por ocasião das revoluções de 1817 e 1824, não era um exaltado. A orientação de sua vida, diz seu biógrafo, "foi uniforme, madurada, retilínea, adversário sistemático e intransigente dos desvarios demagógicos", (77) e defensor do princípio de autoridade contra qualquer idéia mais anárquica.

Contrariamente a essa posição foi a atitude inicial de seu adversário de imprensa, Nabuco de Araújo, que por seus contatos políticos, por sua residência no Rio e familiaridade com

---

(75) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 43.
(76) Idem, pp. 43 e 44.
(77) Idem, p. 44.

a Corte, foi do grupo diretor dos jornais acadêmicos.

A primeira folha onde Nabuco atuou foi O Eco de Olinda, já mencionada, e se caracterizou por um federalismo exaltado que, segundo Joaquim Nabuco, não se pode diferenciar das aspirações republicanas. A segunda folha foi O Velho de 1817, francamente reacionária, como diz seu filho e o primeiro número já mostra a virada intelectual realizada pelo autor. A revolução em si já não tinha encanto. O estilo se transformara também, acompanhando a mudança das idéias. Já não usava linguagem "declamatória e abstrata", agora era muito mais conciso, argumentando com a precisão dos fatos e a objetividade de raciocínio. (78)

Esses anos de Academia, em que Nabuco também foi jornalista, foram anos de pobreza. Ao se formar, foi nomeado Promotor público em Recife, em abril de 1836. Sua nomeação, diz Joaquim Nabuco, ele a deveu aos artigos em que atacou os chimangos (praieiros) e à sua ação como jornalista, que o tornou bastante conhecido nos meios intelectuais e políticos. (79)

Nessa época, a administração da Província estava a cargo de Francisco Paula Cavalcante de Albuquerque, futuro Visconde de Suassuna, importante senhor de engenho de Pernambuco. A transmissão do prestígio político de Suassuna a Rego Barros (Visconde de Boa Vista) e depois ao irmão deste, Pedro Cavalcante (Camaragibe) dado o prestígio dos Albuquerque, pareceu a fundação de uma dinastia. Nabuco, em A Ordem, apoiava a família Cavalcante, defendendo-a dos que a acusavam por seu domínio, afirmando que por ser numerosa e com prestígio era inevitável sua influência regional. Nessa ocasião, um terço dos engenhos per-

---

(78) NABUCO, Joaquim, op. cit., p. 20.
(79) Idem, pp. 35 e 36.

nambucanos pertencia aos Cavalcante. Nabuco defendia então, a oligarquia.

Logo após a maioridade de D. Pedro, foi ele nomeado Juiz de Direito em Pau d'Alho. (80) Os jornais praieiros frequentemente mencionaram suas ligações com a elite local, seu casamento com uma parente do Barão de Suassuna. De fato, sua esposa era filha do Marquês de Valença e pertencia a uma família aliada dos Cavalcante. Mas também Nabuco pertencia a uma família de tradições, o pai há pouco fora nomeado senador, numa rápida ascensão política, e ele próprio era bastante conhecido pela atuação na imprensa. Relacionava-se ainda, com elementos de prestígio, como os Cavalcante, e o médico Eustáquio Gomes, muito influente em Recife. Nabuco tinha um conjunto de condições para se fazer notar e ascender politicamente. Sua primeira eleição para deputado ocorreu em 1842.

Quanto ao Visconde de Rio Branco, foi ele para o Rio em 1835, tendo sido aluno da Academia de Marinha e da Escola Militar. (81) Tornou-se conhecido por seus artigos em O Novo Tempo, o que, segundo o Visconde de Taunay, outro político do Império, lhe valeu um mandato na Assembléia Provincial do Rio (82) Veio a ser secretário, Vice-Presidente e Presidente Interino da Província do Rio, sendo, em 1847, eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa. Foi redator chefe do Correio Mercantil, jornal de oposição, quando da Revolução praieira. Esteve Rio Branco, por isso, em prolongado isolamento. Nessa ocasião, escreveu as famosas "cartas a um amigo ausente", comentando a questão argen

---

(80) Idem, p. 46.
(81) LINS, Alvaro. Rio Branco (O Barão), p. 10.
(82) TAUNAY, Visconde de. O Visconde do Rio Branco, p. 43.

tina provocada por Rosas. Recebeu, então, convite para ser Redator Chefe do Jornal do Comércio, folha independente, alheia aos debates da política interna.

Segundo Batista Pereira, seu nome como político consolidou-se através de sua atuação em o Novo Tempo e especialmente no Jornal do Comércio. (83) Este biógrafo, referindo-se à sua carreira, diz que ele a deveu a si mesmo, pois foi graças aos estudos e ao trabalho de professor que pôde formar-se. Pela imprensa galgou a vida política.

Um dia, segundo o relato de Batista Pereira, enquanto repórter no Jornal do Comércio, recebeu surpreso a visita do Marquês de Paraná, então Presidente do Conselho. Vinha convidá-lo para ir ao Prata, como seu secretário particular. Como Rio Branco, então o simples Paranhos, se mostrasse surpreso com tão honroso convite, Honório Hermeto explicou ter sido influenciado exclusivamente pelos méritos que encontrou no jornalista de O jornal do Comércio. (84) Essa missão teve importância marcante na vida de Rio Branco. Com ela entrou na política para triunfar, juntamente com o Império, que também ia ter seu apogeu. Desdobrar-se-iam juntas a história do estadista e a história do Segundo Reinado.

Também Ouro Preto, na medida em que trabalhou no Gabinete da Presidência da Província de São Paulo, teve oportunidade de iniciar uma atividade jornalística em defesa a elemento ligado à política do governo. Os artigos que escreveu e que foram então publicados no Correio Paulistano mostram, já, certa segurança de opiniões, maturidade no raciocínio e na argumenta-

---

(83) PEREIRA, Batista. Figuras do Império e Outros Ensaios, p. 75.

(84) Idem, p. 76

ção, apesar dos seus poucos anos. (85) Esta colaboração pela imprensa a favor do governo, naturalmente contribuiu para uma maior aproximação com as lideranças no poder. A atividade jornalística que tanto influenciou Sinimbu, Saraiva, Rio Branco, dando também uma contribuição a Ouro Preto, facilitou o acesso de outras grandes lideranças do Império, por exemplo, a de Francisco Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim.

De Torres Homem, pobre, de origem modesta, já se disse que estudou tendo apoio de Evaristo da Veiga. Formou-se em Medicina no Brasil e, posteriormente, em Direito, na França, onde foi Adido da Legação Brasileira em Paris. Ao voltar ao páis colaborou no Aurora Fluminense, mas sem continuidade. Redigiu na Europa, com amigos, a primeira revista de Ciências, Letras e Artes, Niterói, publicando trabalhos sobre escravidão, crédito público e comércio do Brasil. De regresso, reiniciou suas atividades na imprensa nacional, colaborando no Jornal dos Debates Políticos e Literários, impresso nas oficinas do Jornal do Comércio. Foi redator e depois dono do jornal O Despertador (1838 - 1841), ora acusando, ora defendendo a Regência. Redigiu, posteriormente, um violento jornal de oposição: O Maiorista, cujos artigos lhe angariaram violentas inimizades. Apoiou a revolta liberal de 1842, em Sorocaba, tendo por isso sido exilado na última deportação do Império. No ano seguinte, de retorno ao país, tornou-se redator chefe de A Minerva Brasiliense, considerada uma das melhores revistas de Ciências, Letras e Artes. Colaborou ainda no Farol Constitucional, no Mercantil e no Correio Mercantil. (86) Publicou então um folheto anônimo, A Oposição e a

---

(85) Correio Paulistano, 25 de Janeiro de 1858 e 4 de fevereiro de 1858.
(86) VIANNA, Hélio. Vultos do Império, pp. 119-121.

Coroa, respondeu a outro panfleto e finalmente, com o esmagamento da revolta Praieira, redigiu sob o pseudônimo de Timandro, O Libelo do Povo, em que satirizou dura e amargamente a Monarquia, os Bourbon de Nápoles, dos quais Pedro II descendia. (87) Por sua origem, seu temperamento, foi muito criticado na época, mesmo por políticos que não tinham por hábito fazer tais comentários. O quadro que dele traçou Taunay não foi muito lisonjeiro, nem tão pouco o que dele fez o Padre João Manuel de Carvalho ou mesmo José de Alencar, quando o retrata sob o pseudônimo de Costa Araújo em A guerra dos Mascates. Nesse livro, Alencar transpõe para o século XVIII o meio político do Império no século XIX. (88)

Os mesmos ditos ferinos e mordazes com que Torres Homem presenteou a Realeza foram-lhe devolvidos, nas sátiras que recebeu no decorrer da vida. (89) Chega a surpreender as críti-

---

(87) PEREIRA, Batista, op. cit., p. 63.
(88) Idem, pp. 9 e seguintes.
(89) Só por curiosidade transcrevemos alguns desses ataques em forma de verso, de uma das páginas de O Caboclo.

Eu já vi o Libelo inflamatório!
Do filho do Rev'rendo Apolinário;
.....
Poucas idéias, vasto palanfrório;
.....
O miolo esgotou nessa matéria;
a casa Bragantina fez injúria
.....
A musa que o inspirou foi a Miséria,
E o autor quem o fez foi a Luxúria!

Outro atacava sua vaidade, suas ligações amorosas, o casamento posterior com uma jovem rica.

Até quando Torres Homem foi para o Senado ainda persistiam ataques e era lembrado O Libelo do Povo.

Timandro, ingrato pai que te partiste,
E o filho renegaste infielmente
Repousa no Senado eternamente
E viva eu cá na estante agora triste.

Quando o Imperador agraciou-o com o título de Visconde de Inhomirim, muitos versos foram publicados em A Semana Ilus-

cas que a ele foram dirigidas pelos colegas, e por políticos sóbrios como Taunay, Nabuco. (90) Seria realmente uma figura desagradável, antipática ou tratar-se-ia de certo racismo contra um mulato que ascendera do nada? Provavelmente um pouco de ambos.

O casamento contraído por Torres Homem com uma jovem rica, que Magalhães Jr. acredita ter sido por interesse, bem como o apadrinhamento de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho certamente favoreceram sua carreira política. (91) Não resta dúvida, porém, que a projeção no cenário nacional foi decorrência dos artigos que escreveu no Correio Mercantil. Passou, então, contrariamente ao que fazia antes, a defender a política de Conciliação; portencia a ala conservadora e interessava-se por mostrar fidelidade ao Trono.

---

trada e na Reforma, criticando o novo status do político.

"Toda gente se admira
do macaco fazer renda
.....
quanto mais de ver Timandro
andar hoje de comenda!"

Esses dizeres eram acompanhados de uma excelente charge, Torres Homem se admirando ao espelho com uma vesta condecoração.

Que inversão! Deus nos acuda!
Mudam-se os tempos — ó dor!
O nome também se muda
Ao eloqüente orador!

Vós, gramáticos defuntos,
Não vistes o que hoje vi!
Dois diminutivos juntos,
Um português e um tupi!

Inho, até aqui desinência!
já se antepõe a mirim.
Simbolizando a eminência
Do senhor Inho... mirim!

apud MAGALHÃES Jr., R. Três Panfletários do 2º Reinado, pp. 15 e seguintes.

(90) O próprio Nabuco de Araújo dele disse: "se o Sales não tivesse talento seria um peru de roda. Só não digo pavão porque este é o rei da natureza em formosura". MAGALHÃES Jr., R. Três Panfletários do Segundo Reinado, p. 9.

(91) Idem, p. 16.

Se os estudos que realizou no país e no exterior, bem como os apoios que teve, facilitaram-lhe a escalada política, foi a ação jornalística que mais o tornou conhecido, constituindo-se, ainda uma vez, num dos importantes caminhos da atividade política profissional. (92)

c) Apoios Políticos

Para o ingresso na vida política do Segundo Reinado fazia-se necessária a existência de alguns fatores que isolados, às vezes, pouco significavam, mas em conjunto eram responsáveis pelo sucesso obtido por uma liderança. O meio familiar, a solidariedade de parentes e amigos, o diploma de bacharel que conferia um prestígio incomum, a imprensa que tornava um nome conhecido nos altos círculos, as viagens de estudo, a formação no exterior — todos esses elementos favoreciam a ascensão política no Império.

A não existência de apoios dificultava a escalada política, mesmo para os que tinham preparo intelectual para exercer uma liderança. Nem sempre a Academia sozinha era um fator de ascensão. (93) Veja-se o caso de José Antonio Saraiva que entrou para as Arcadas, em 1842. (94) Era o ano da revolta dos liberais em Sorocaba. Saraiva impressionou-se pelo movimento, o que se deduz da correspondência que mantinha com o avô, mas apenas no que lhe tocava de perto. Receava perder o ano e se preo-

---

(92) WEBER, Max. Ensaios de Sociologia, p. 120.
(93) Vamos nos restringir, neste capítulo, a mostrar, com o exemplo de Saraiva, as dificuldades acarretadas pela ausência de apoio inicial à carreira política.
(94) PINHO, Wanderley. Política e Políticos do Império, p. 13.

cupava também nesse "desastroso tempo, com a carestia de víveres e dinheiro". (95) O órfão abandonado já revelava o adulto, desprovido de "sentimentalismo e paixões" como ele próprio se definiu depois. Pensava então em se transferir para Olinda, caso o movimento liberal persistisse. Em julho, porém, já escrevia bastante tranqüilo, pois a Província fora pacificada pelo Barão de Caxias. Saraiva vivia então com dificuldades econômicas sérias. Foi com certa relutância que solicitou ao avô um aumento da mesada, justificando sempre no que iria gastar. (96)

Tinha o avô recomendado que visitasse algumas famílias de destaque, mas era sempre com grande constrangimento e timidez que Saraiva o fazia. Esforçava-se por estudar, aplicava-se muito, embora não pareça ter sido um aluno brilhante. Verdade é que, segundo o seu relato, havia em São Paulo um julgamento mais severo dos estudantes, os professores eram mais exigentes do que os de Olinda, tanto que os alunos que aqui eram reprovados passavam para lá. Mas "o rigor, dizia ele, abrandava-se com a intervenção dos Ministros ou do Tobias, o potentado da terra...". (97)

Na Academia teve oportunidade de ver de perto o Imperador. Esse primeiro encontro do jovem monarca com seu futuro ministro, conselheiro e amigo é interessante de ser conhecido, pois dele Saraiva faz um breve, mas interessante registro. "O Imperador e sua Senhora acham-se nesta cidade desde o dia 26 do mês passado... tem já visitado todas as preciosidades que aqui exis

---

(95) Carta de Saraiva ao avô, São Paulo, 12 de maio de 1842, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 15.

(96) Carta de Saraiva ao avô, São Paulo, 28 de novembro de 1842, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 18.

(97) Carta de Saraiva ao Brigadeiro Garcez, São Paulo, 5 de novembro de 1845, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 21.

tem e ante-ontem foi visitar a Academia, onde tivemos a honra de vê-lo e apreciá-lo de perto. É afável com todos, dirige-se a qualquer, faz-lhe perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, só acompanhado daquelas pessoas que o querem acompanhar sem aparato nenhum; enfim desapareceu a distância que na Corte o separa do povo e isso sem a menor quebra de sua dignidade, pois que sua circunspecção, suas belas maneiras fazem com que todos o estimem e respeitem. O entusiasmo tem sido bem grande, e ele está muito contente, e diz sentir ter estado muito tempo no Rio Grande, por não se poder demorar mais, porquanto tem de estar no Rio antes da abertura das Câmaras. É moço muito vivo e segundo dizem todos tem instrução superior a sua idade. No dia 20 vai visitar Sorocaba, a fábrica de ferro de Ipanema e outros lugares da província". (98)

Tinha então Saraiva projeto de se tornar advogado ou juiz — "meu único fim é estudar a morrer para adquirir uma reputação na advocacia, se não puder obter um lugar na Magistratura, donde possa tirar o necessário para a minha subsistência, e que por conseguinte, em lugar de engrossar o batalhão dos bacharéis, eu aumentarei o dos advogados. (99) Estava, então preocupado com o fato do "foro de São Paulo ser pequeno e exercido por tantos advogados, que pouco toca a cada um deles". Contava da conversa mantida com um importante advogado da capital, O Dr. Pacheco e sua opinião desfavorável quanto ao exercício da advocacia em São Paulo. Afligia-se ainda com o fato de notar que também na Bahia havia excesso de bacharéis. "Essa quantidade, acrescentava pessimista, existe em quase todos os pontos mais

---

(98) Carta de Saraiva ao Brigadeiro Garcez, São Paulo, 4 de abril de 1846, apud PINHO, Wanderley, op.cit., p. 25.

(99) Carta de Saraiva ao Brigadeiro Garcez, São Paulo, 30 de dezembro de 1845, apud PINHO, Wanderley, op.cit., p. 27.

civilizados do Império". (100) Preocupado com o futuro, confessava: "eu vou agora descobrindo a realidade da vida, parece-me assás espinhosa. Entrar no mundo para se fazer um futuro é uma das épocas mais críticas da vida de um homem". (101)

Em fins de outubro de 1846 já formado, foi para o Rio, onde se encontrou com o irmão. No começo do ano seguinte, já estava na Bahia, mas nada tinha solucionado quanto ao futuro. Pensava em ser promotor em Valença, mas apesar de todo o seu empenho não conseguiu padrinhos suficientemente fortes. Em 1848, havendo eleições para a Assembléia Provincial, candidatou-se, sem contar com a vitória. E ela não veio de fato. Pensando numa vaga para juiz municipal, tentou obter apoio. (102) Suas cartas endereçadas ao avô, a amigos mostram suas dificuldades. Quis em seguida a promotoria de Jacobina. Foi uma longa tentativa, finalmente bem sucedida — "era uma vila de sertão com luxo de uma cidade". (103) Tornou-se depois juiz municipal e de órfãos. Mas nessa época uma seca terrível atingiu a cidade e as imediações do sertão. Morria-se de fome. A miséria era impressionante. Desgostoso com as condições que atingiam o local escrevia - "Cada vez me convenço de que tenho de sofrer muito, por que tudo conspira contra mim. O que hei de fazer?". (104) Novas eleições iam ser realizadas. Contando com amigos em alguns pontos, Saraiva tentou outra vez a sorte. Entre seus aliados estava Cotegipe, e Gonçalves Martins, o futuro Barão de São Lourenço. Em 1850, fi

---

(100) Carta de 26 de setembro de 1846, apud PINHO, Wanderley, op.cit., p.29.
(101) Carta de 31 de maio de 1846, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 28.
(102) PINHO, Wanderley, op. cit., pp. 30 e seguintes.
(103) Carta de Saraiva ao avô, Jacobina, 22 de junho de 1848 apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 39.
(104) Carta de Saraiva ao avô, Jacobina, 19 de fevereiro de 1849 apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 42.

nalmente elegia-se deputado. Sua carreira, pelo menos nos seus primeiros anos, foi difícil, feita com esforço, luta. É que lhe faltavam os elementos básicos que sobejaram para outras importantes lideranças, como a de Sinimbu, Nabuco, Cotegipe etc, ou seja, o apoio para a ascensão política e que não era necessário apenas no início da carreira. (105) Era primordial nesse momento, mas uma constante em todos os degraus da escalada política. Sem os conchavos, sem a proteção dos amigos, o apoio dos correligionários, sem a simpatia dos eleitores não existia carreira política. Muitos não a iniciaram, outros nela não puderam prosseguir, justamente por lhes faltar o sustento para o próximo passo, o impulso para o novo degrau, o salto à escalada política.

---

(105) O assunto vai ser retomado em outro capítulo, para mostrar a ascensão em nível provincial e nacional.

II. A ESCALADA POLÍTICA — ATUAÇÃO EM NÍVEL PROVINCIAL E REGIONAL.

Analisada a procedência sócio-econômica e política de alguns líderes do Império, desta pequena parcela da "classe política dirigente", segundo a expressão de Mosca (1), ou da "elite do poder", segundo Wright Mills (2) procurou-se compreender os meios de ascensão e as condições que, depois, facilitaram a escalada política. Todavia, esses elementos por si só não explicam o comportamento de tais líderes quando assumem as várias atribuições que lhes competem.

Homens de altas camadas sociais podem ser algumas vezes defensores de reivindicações opostas a suas classes. Outros, de origem bem simples, podem ser porta-vozes de interesses oligárquicos. Nada se pode ou deve concluir da atuação política de um líder simplesmente analisadas suas origens ou sua carreira. Bem destaca Wright Mills a necessidade de considerar-se "o meio institucional em que o drama político é representado. Se assim não for seremos culpados de uma teoria biográfica simplista da sociedade e da História". (3) Há necessidade de certa interação entre os elementos. As origens, a carreira e o meio institucional em que vão atuar ou a "máquina política", segundo a expressão de Robert Merton, da qual vão participar. (4)

---

(1) MOSCA, G. e GASTON, Bouthoul. História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade, p. 306.
(2) MILLS, Wright. A Elite do Poder, pp. 329 e seguintes.
(3) Idem, p. 335.
(4) MERTON, Robert K. "Algumas Funções da Máquina Política" in Sociologia Política II, p. 60.

Os líderes aqui considerados atuaram numa estrutura que, desde Max Weber, se tornou convencional considerar-se burocrática. (5)

O sistema burocrático, o Império herdou da colônia. Como bem observa Uricoechea, o liberalismo brasileiro pré-democrático, porque Lockiano, preservou a "representação hierárquica e autoritária" da comunidade política colonial na medida em que, sendo a Independência proclamada por príncipe português, o "Poder Imperial foi anterior à criação da própria sociedade". (6) O Império representou a continuidade do "antigo regime". Explicar o processo de Independência, no caso, era compreender, na nova instituição política, a continuação do antigo conceito de legitimidade.

No período colonial não houve condições que favorecessem a democratização do exército e a manutenção da velha ordem, por outro lado, facilitou a criação de corporações militares oriundas das oligarquias locais. A guarda cívica, criada para defesa do país, foi uma instituição elitista e estamental. Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil ocorreu um crescimento enorme do aparato estatal e burocrático. (7) Os processos de centralização e burocratização prosseguiram no Primeiro Reinado.

---

(5) WEBER, Max. Ensaios de Sociologia, pp.229 e seguintes. Não é preocupação nossa a análise dos vários conceitos de autoridade burocrática, nem das características várias e discrepantes que um ou outro sociólogo apresenta. A nosso ver, entende-se por Burocracia um sistema de dominação e subordinação, com supervisão de postos inferiores pelos superiores, sistema de autoridade hierárquica de cargo, quadro de funcionários e separação da vida pública e privada do indivíduo.

(6) URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial, p. 84.

(7) D. João VI concedera prebentas aos que o acompanharam; dera pensões a titulares e fidalgos; promovera oficiais; distribuíra benefícios e empregos a clérigos, militares e civis.

O Centralismo, aliado às tendências pessoais do Imperador, deu ao seu governo uma característica absolutista, o que, aliás, o incompatibilizou com o país e favoreceu a abdicação.

A "máquina política" do Império constituiu-se com base na carta de 1824. A Constituição criou quatro poderes: o Moderador, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Moderador, que se identificava com a pessoa do Monarca, foi muito discutido, ponto de discórdia entre liberais e conservadores. A idéia deste Poder, acrescido aos três Poderes de Montesquieu, era da autoria de Benjamin Constant, um dos teóricos da Restauração, cujas idéias tanto influenciaram a primeira Carta Constitucional brasileira. O intuito do Poder ora criado era harmonizar ou neutralizar a força dos outros; daí denominar-se Poder Neutro ou, como cabia ao Monarca, também podia ser chamado Real. Ele devia, pela Constituição, ser a "chave de toda a organização política" e zelar "pela manutenção, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos". (8) Sua esfera de ação era ampla, envolvendo-se diretamente nos demais. Cabia ao Moderador: a escolha dos senadores em lista tríplice, a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a dissolução da Câmara dos Deputados; só nestas atribuições ele já manipulava o Legislativo. Sua interferência no Executivo era observada através da nomeação ou demissão de ministros de Estado e da suspensão ou aprovação de resoluções dos Conselhos Provinciais. Sua participação no Judiciário era bem nítida desde o direito à suspensão de magistrados e comutação de penas por eles impostas até o perdão e anistia geral. (9) O Poder Moderador, portanto, tornava legal e cons

---

(8) Constituição Política do Império do Brasil in Constituições do Brasil, p. 23.
(9) Idem, p. 23.

titucional as interferências, e mesmo prepotências, do Imperador junto a ministros, parlamentares e juízes. Esse poder, produto da Constituição, favoreceu o caráter altamente centralizado que o Império veio a tomar.

Algumas dificuldades surgiram ainda na análise do que era competência pessoal do Imperador como representante do Poder Moderador e o que lhe cabia na situação de Chefe do Executivo. O Executivo foi, obviamente, de grande alcance na engrenagem política do Império. Ele se fazia representar pelo Imperador, pelos ministros, seus auxiliares e nas províncias pelo Presidente da Província.

Liberais e Conservadores muito discutiram sobre a necessidade ou não de referendo dos ministros aos atos do Imperador enquanto personificação do Poder Moderador. Para os Conservadores que se faziam representar pelo pensamento do jurista Brás Florentino Henrique de Souza, este Poder, sendo privativo do Monarca, era um Poder "pelos atos do qual ninguém pode nem deve ser chamado a responder". (10) Os ministros, portanto, não seriam responsabilizados. Era semelhante o pensamento de Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai. (11)

Já os liberais defendiam por seu porta-voz, Zacarias de Goes e Vasconcelos, a idéia de que os ministros tinham responsabilidade pelos Atos da Coroa.(12) Essa tese liberal protegia o Trono, tornando-o menos vulnerável às críticas. Curiosamente, era a escola conservadora a que deixava mais enfraqueci-

---

(10) SOUZA, Bras Florentino Henrique de. Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional, p. 32.
(11) SOUZA, Paulino José Soares de, Visconde do Uruguai. Ensaio de Direito Administrativo, tomo I, p. 33.
(12) Esta idéia predomina no trabalho. VASCONCELOS, Zacarias de Goes. Da Natureza e Limites do Poder Moderador.

da a posição do Monarca.

O Poder Legislativo constituia-se das Câmaras dos Deputados e Senado, a primeira temporária, eletiva, formada em sua maioria pelo partido que detinha o poder e a segunda vitalícia, eletiva, mas de escolha imperial após a constituição da lista tríplice. Na esfera provincial, havia as Câmaras provinciais.

O Poder Judiciário era composto de juízes e jurados, Tribunais de Relações e um Supremo Tribunal de Justiça na Capital do país. Mas era um poder fraco, com sua liberdade de ação ilusória, que já nascia diminuído pela própria Constituição que o colocava inteiramente à mercê do Moderador e do Executivo.

O regime político, elaborado segundo as normas Constitucionais, outorgava ao páis um centralismo, um caráter mais absolutista do que parlamentar, se bem que, como observa Sérgio Buarque de Holanda, pairando acima da Constituição houvesse o "espírito do regime", (13) que tinha um caráter parlamentar. Procurou-se copiar atitudes políticas, modelos e exemplos dos parlamentares europeus, especialmente da Inglaterra, França e Bélgica. Mas, na prática, o que houve foi um parlamentarismo à brasileira, ou, citando novamente Sérgio Buarque de Holanda, um "parlamentarismo fraudulento" que se impôs, apesar de tudo. Um sistema, enfim, em que o Executivo tudo podia e em que o Moderador tinha amplos direitos.

Os processos de centralização e de certa burocratização sofreram retrocessos nos anos regenciais. A década das regências viu surgir tendências separatistas, movimentos regionalistas e provinciais. Em 1832, assinalou-se a aprovação do Ato

---

(13) HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico - Do Império à República in História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. V, p. 72.

Adicional que, entre outras medidas de caráter liberal, optava por uma descentralização administrativa, que dava inclusive grandes poderes às assembléias provinciais.

As promulgações do Código Criminal, em 1830, e do Código do Processo Criminal, em 1832, tiveram também um caráter liberal. Este último fez com que a Legislação Brasileira desse um salto, saindo das Ordenações Filipinas. A justiça municipal tinha então juízes de paz com bastante independência. Nunca, no dizer de João Camilo de Oliveira Torres, houve no Brasil uma "justiça tão descentralizada e liberal". (14) Os anos trinta foram, aliás, marcados por essa liberalidade.

Esse período, na análise dos dados estatísticos levantados por Uricoechea, mostra em geral um decréscimo da despesa pública ao nível das províncias, exceptuando-se o Rio Grande do Sul, por exemplo, no qual explodira a guerra dos Farrapos. Praticamente, nesse período não houve um crescimento da burocracia central, afirma o mesmo autor. (15)

A partir de 1840, ocorreu uma mudança importante que merece consideração. A lei interpretativa do Ato Adicional foi elaborada no sentido de maior centralização, a qual se intensificou no governo de Pedro II. Os anos quarenta mostram um acréscimo das despesas provinciais e isto igualmente, ao nível de todos os setores do governo. (16) Houve ainda uma grande preocupação governamental de tirar o mando político dos proprietários rurais das províncias. Deixaram elas de poder nomear seus Vice-Presidentes, bem como perderam o monopólio da máquina judiciá-

---

(14) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil, p. 258.
(15) URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial, op. cit., p. 99.
(16) Idem, p. 102.

ria e policial. As Câmaras municipais não podiam mais escolher os juízes municipais, cujas indicações passaram a ser feitas pelo poder central. Os juízes de paz foram afastados de suas atribuições. No âmbito judiciário, a lei de 3 de dezembro de 1841 tinha acentuado autoritarismo: suprimia liberdades individuais e políticas dos cidadãos e apresentava, como aspecto que foi altamente criticável, a ligação entre a Polícia e a Justiça. Era a época das chamadas leis opressoras, nas quais se incluía a relativa à criação do Conselho de Estado, responsáveis no conjunto pelas revoluções liberais de 1842 em São Paulo e Minas. (17)

Um domínio político ativo passou a pressionar uma sociedade passiva e dominada. "A tutela colonial, diz Faoro, sucede-se a título Imperial, sob a luz de um mito, o venerando Imperador, fonte de bondade e respeito ao cidadão, mas na realidade desvirilizado pelos intermediários e idealizado à distância". (18) No Estado estava a máquina política e dela partiam os movimentos que iam se imprimindo ao longe, observados atentamente pelo Imperador. Respondendo ao Barão Hubner, filho de Matternick, disse D. Pedro — "Eu deixo andar a máquina. Ela está bem montada. Nela tenho confiança. Somente quando as rodas começam a ranger e ameaçam parar ou ponho um pouco de graxa". (19)

Essa dependência da vontade Imperial pode ser observada no pronunciamento de Afonso Celso, em 1877: "Por que esta quadra é tão estéril?" e responde, referindo-se à ausência do Imperador que estava na Europa e às reformas que aguardavam seu

---

(17) ALMEIDA, Aluísio. A Revolução Liberal de 1842, p. 37.
(18) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder, p. 386.
(19) GONÇALVES, Roberto Mendes. Um Diplomata Austríaco na Corte de São Cristovão (À margem do Diário do Barão Hubner), p. 47.

retorno "não se pode governar porque a vontade da inteligência e força que põe em movimento todo esse mecanismo está longe, muito longe". (20)

Um dos sinais de centralismo e da burocratização crescente pode ser observado através dos documentos oficiais em que o nome de Pedro II foi substituído por termos mais vagos como "este governo", "país" ou simplesmente "Brasil". (21) Dava-se acabamento ao novo aparato burocrático do Segundo Reinado, que ficaria razoavelmente intacto até os anos setenta.

O centralismo mais radical coincide com o período áureo do café e, através dele, a penetração do capitalismo e de novas relações de produção rural.

A centralização e a burocratização do Segundo Reinado foram bem expressas na fórmula "O rei reina, governa e administra", que caracteriza a existência de uma continuidade básica, um entrosamento entre administração e dominação tão a gosto de Weber. Havendo numa instituição política o controle da administração, no todo ou em parte, por um quadro administrativo dependente tem-se o que Weber chamou de "estamento". (22)

A máquina governamental e burocrática do Império organiza-se sob a responsabilidade do Ministério, sujeito ao Imperador, enquanto chefe do Poder Executivo. O gabinete, constituído de Ministros e, a partir de 1847, com o Presidente do Conselho de Ministros, era quem dirigia a política a ser executada enquanto aquele gabinete estivesse no poder. O Presidente do Conselho era de escolha imperial e constituía seu Ministério com

---

(20) ACD, Ata de 16 de agosto de 1877, p. 127.
(21) URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial, op. cit., p.97.
(22) WEBER, Max e outros. Ensaios de Sociologia, p. 301.

elementos tirados do Legislativo, Câmara dos Deputados e especialmente do Senado, sendo o Presidente via de regra, senador. No momento em que um determinado Gabinete ocupava o Poder, sua vontade tudo podia, seu partido tudo monopolizava, sua esfera de domínio era praticamente absoluta, porque subordinado a ele se encontrava toda uma série de funcionários da administração pública em geral, bem como da administração política provincial. O estamento burocrático era sensível na organização contínua dos cargos, no sistema de domínio e dependência dos funcionários com supervisão dos postos inferiores pelos superiores. Tornava-se nítida a autoridade hierárquica dos cargos que é característica de todas as organizações burocráticas, tendo cada funcionário sua específica área de competência, subordinando-se às ordens superiores mesmo quando com elas não concordavam. Sem a disciplina e o respeito hierárquico todo o aparato burocrático ruiria, pois é fundamental o princípio de autoridade. No estamento burocrático ainda ocorria a nítida separação entre a vida pública e particular do indivíduo. A burocratização, segundo Weber, surgia mais pelo desdobramento interno das tarefas administrativas do que pelo aumento extensivo e qualitativo. (23) Tais tendências encontram-se com nitidez no Império, especificamente no Segundo Reinado.

A força do Executivo manifestava-se ainda na cor político partidária que passava a ser imposta a todo o país. A Câmara dos Deputados refletia esse predomínio político. As eleições sempre davam maioria ao partido que galgava o poder, razão pela qual houve Câmaras em que a maioria quase absoluta foi con

---

(23) WEBER, Max e outros. Ensaios de Sociologia e Sociologia da Burocracia, p. 264.

servadora e outras em que os liberais dominaram completamente. Como eram feitas pelo governo, pouco adiantava, por exemplo, serem dissolvidas, pois de fato não representavam a opinião pública. (24) O senador Pompeu comentava, por exemplo, "O governo fez a eleição e não teve concorrentes à empresa". (25) Zacarias afirmava: não há resistência à vontade do Executivo, a vontade do poder é uma tempestade contra a qual não há abrigo algum". (26) Saraiva também dizia: "O governo fabrica o eleitorado que não pode ter independência de votar contra ele". (27) Era bem verdadeiro o sorites de Nabuco "O Poder Moderador, isto é, o Imperador chama a quem quer para presidir o Ministério, este faz a eleição, porque há de fazê-lo necessariamente, esta faz a Câmara que obedece ao Ministério, o qual obedece ao Imperador. Eis o sistema representativo entre nós". (28) O Poder Executivo, fortemente centralizado na capital do Império, tinha suas ramificações no âmbito provincial. O Executivo, nas províncias, fazia-se representar pelo seu Presidente, cuja nomeação estava a cargo do Imperador, mas que contava para isso com a adesão do Presidente do Conselho. O Presidente funcionava, pois, como um agente de ligação das províncias com o Poder Central. O Legislativo, nas províncias, era representado pelas assembléias provinciais que estavam em íntima ligação com o seu Presidente. Quando ascendia um gabinete saquarema, do mesmo partido eram os Presidentes da Província. Qualquer alternância político partidária e "já

---

(24) Quando da eleição direta a situação melhorou, mas por pouco tempo, voltaram a aparecer as câmaras unânimes.
(25) ASI, Ata de 30 de maio de 1870, p. 20.
(26) ASI, Ata de 27 de agosto de 1870, p. 177.
(27) ASI, Ata de 26 de maio de 1880, p. 215.
(28) Discurso de Nabuco no Senado. ASI, Ata de 17 de julho de 1868, reproduzido em Nabuco Joaquim. Um Estadista do Império, tomo III, pp. 118 e seguintes.

se via de viagem para as províncias um enxame de Presidentes, chefes de Polícia e outros empregados". (29) Segundo Heitor Lyra, foram os presidentes os agentes mais poderosos da união e articulação das províncias. Eram criaturas do gabinete, assim sendo, sem espírito regional. (30)

Nas províncias ainda atuava, como segundo órgão do mecanismo centralizado, o chefe da polícia, até 1870, com atribuições policiais e judiciais. Dele dependiam delegados, sub-delegados, inspetores de quarteirões, carcereiros e o pessoal subalterno da administração policial. (31) A interferência do Executivo nas províncias fazia-se sentir também sobre o Legislativo. Podia anular eleições de vereadores municipais e juízes de paz, reintegrar funcionários demitidos pela Câmara e suspender resoluções das assembléias provinciais. O governo provincial podia ainda pressionar a população através da utilização arbitrária do recrutamento, bem como da convocação da guarda nacional. Esta tornou-se no Império perigosa arma política, tendo sido muitas vezes acusada de "instrumento de corrupção do poder". (32) O senador Silveira da Mota afirmava — "quando há oposições, as prisões, os recrutamentos e ameaças da polícia têm conseguido que as urnas se pronunciem conforme quer o governo". (33) O sistema de recrutamento baseava-se num regime de privilégios, caindo totalmente sob uma classe desvalida, embora por condições políticas, até um elemento de classe favorecida pudesse vir a ser recrutado. Com o apoio da guarda nacional, podendo usar o recru

---

(29) BASTOS, Tavares. A Província. Estudo sobre Descentralização no Brasil, p. 136.
(30) LYRA, Heitor. História de D. Pedro II, p. 35.
(31) VIANNA, Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro, p. 249 em diante.
(32) ASI, Ata de 4 de agosto de 1873, p. 49.
(33) ASI, Ata de 8 de agosto de 1873, p. 49.

tamento, o Poder Executivo sempre tinha condições de se impor. Sinimbu, chefe liberal dizia - "nós sabemos que um Presidente de Província cercado de um grupo que vive de favores do governo, com ele organiza uma lista de indivíduos que se possam prestar a seus fins políticos, remete-a a diversas localidades e assim designa os chamados membros das assembléias provinciais". (34) O Presidente de Província simbolizava a força Local sobre as assembléias e o poder central sobre a autonomia das províncias. (35) O Estado a tudo estava presente e a tudo provinha, "centralizava, diz Faoro, as molas do movimento econômico e político criando um país à sua feição, o país oficial. A centralização tudo levava à Corte, as províncias são a cópia servil do centro". (36)

A estrutura burocrática, centralizadora com raízes no atendimento das necessidades freqüentes e normais da vida cotidiana tem uma peculiaridade importante, a permanência. (37) No Império, sofreu certo impacto a partir da década de 70. O grau de descentralização político foi bem nítido: houve maior autonomia das legislaturas provinciais no que se refere ao orçamento, recrutamento de forças policiais, pela nova legislação de 1871 os juízes de paz seriam eleitos e haveria, ainda, uma série de

---

(34) ASI, Ata de 22 de agosto de 1874, p. 156.
(35) Alguns historiadores marxistas consideram o desenvolvimento do aparelho estatal não como uma ameaça ao localismo, ao poder agrário, mas uma garantia desta; referem-se à questão da administração como instrumentalidade do poder. Outros de formação oposta não dão ênfase ao processo de centralização administrativa, já que consideram que uma classe agrária economicamente forte provoca certa descentralização política.
(36) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder, p. 392.
(37) WEBER, Max. Ensaios de Sociologia, p. 264.

novas prerrogativas administrativas, judiciais e policiais. (38) A elite local ganhou, nesse período, maiores direitos políticos, mas o movimento na direção da descentralização foi incompleto porque ela não foi administrativa. A inteligência nacional já sentia que precisava atender aos poderes locais e interesses provinciais, transigindo com eles.

Em 1883, o líder político liberal Dantas descrevia a situação acima mencionada, dizendo: "essas numerosas pupilas (as províncias) acoimam de leonina a distribuição do tutor, acusando-o de abusar da tutela, pois lhe nega o essencial para satisfação de suas mais urgentes necessidades e as condena assim a debaterem em dolorosa penúria. Atribuem aos poderes gerais o seu atraso... destituída de recursos fecundadores de sua riqueza, manietadas no livre exercício de suas forças... não podem marchar se não lenta e quase imperceptivelmente... nem desenvolver ... todos os germes da grandeza e prosperidade que encerram...". (39)

A idéia de centralização imperial já não era bem aceita em 1880. Mas como a descentralização administrativa não pôde ser apoiada pelos políticos da Monarquia, nem adotada a federação, o problema da autonomia das províncias desgastou o Império, ajudando-o a chegar ao fim. Para Faoro, "o degelo da década de 60 que atinge a forma de avalanche no fim de 80, tem necessário caráter antiestamental e antiburocrático". (40)

---

(38) A reforma judiciária de 1871, por exemplo, combateu a lei de 1841, desumana e cerceadora da liberdade e separou em grande parte a polícia da justiça, ampliou o direito ao habeas corpus, restringiu a prisão preventiva, e instituiu a fiança provisória.

(39) Discurso de Dantas em 1883 apud FAORO, R., Os Donos do Poder, p. 461.

(40) FAORO, Raimundo, op. cit., p. 345.

Interessa-nos destacar, nesta engrenagem burocrática do Império, as duas instituições provinciais mais importantes quanto ao Executivo e Legislativo, isto é, a Presidência de Província e a Assembléia Provincial, na medida em que elas representaram os primeiros degraus aos quais ascenderam as lideranças políticas do Segundo Reinado. Geralmente foram esses os cargos políticos e administrativos mais importantes que galgaram após deixarem os bancos acadêmicos e iniciarem a vida pública.

O Presidente de Província era um elemento adventício na engrenagem provincial. As assembléias deviam refletir os interesses regionais, as oligarquias locais. Mas nelas, também, houve os adventícios que nada entendiam dos problemas específicos de uma determinada região. Políticos de fora, atuando num esquema político provincial, por maior que fosse o grau de centralização do governo, nunca puderam agir sem contar com uma cooperação dos grupos locais. O governo central tinha consciência de sua fragilidade e naturalmente de que seus mais altos funcionários procuraram manter nas províncias um espírito de conciliação e diplomacia. Houve, portanto, uma certa interação entre a autoridade central e o poder local, um dualismo - "nem monismo administrativo, nem monismo agrário"; (41) por um lado, um governo razoavelmente centralizado, por outro, uma oligarquia relativamente poderosa, mas com certa dependência recíproca, sem possibilidade de grandes vôos isoladamente.

Faoro, como Uricoechea, mostra a relação entre administração e poder e entre poder central, representado pelos Presidentes e o poder local, simbolizado pelas elites agrárias. Essa interação apresentou graus de especial complexidade.

---

(41) URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial, p. 109.

a) O Judiciário — Magistratura

A escalada política fez-se progressivamente, no Império, de cargos de representação provincial até os altos escalões da política numa esfera de âmbito nacional.

Antes de uma participação mais definida em termos de Legislativo ou Executivo, o jovem bacharel, recém-saído dos bancos acadêmicos, com freqüência desempenhou atividades profissionais ligadas ao Direito e, em especial, à Magistratura.

A organização judiciária brasileira tinha como órgão superior o Supremo Tribunal de Justiça, "um e único para todo o Império, juiz dos juízes e censor de seus atos, sentenças e decisões". (42) Era, pois, o órgão de controle do sistema jurídico do país.

O Supremo Tribunal representava o Judiciário em nível nacional. Compunha-se de dezessete membros, sendo os Conselheiros escolhidos por antiguidade e vitalícios, da mesma forma que o eram enquanto desembargadores. As nomeações eram feitas dentre os integrantes das Relações, ou seja, dos tribunais provinciais. (43) Não podiam exercer cargos públicos. Mas como a incompatibilidade do Judiciário não era absoluta podiam ter o mandato legislativo. O Conselheiro estava no ápice da carreira, após uma vida consagrada ao Direito. Representava a magistratura em seu mais alto nível.

Quando se mencionou a magistratura, como degrau de ascensão à carreira política, estava-se pensando na caracterização dela, em seu estágio modesto, em termos de província.

---

(42) PIMENTA, Bueno. Direito Público Brasileiro, apud TORRES, João Camilo de Oliveira, A Democracia Coroada, p. 251.
(43) TORRES, João Camilo de Oliveira, op. cit., p. 252.

Nela, o Judiciário representava-se essencialmente através de três graus: o mais alto, o dos desembargadores que compunham as Relações, depois os juízes de Direito que integravam as comarcas e finalmente os juízes municipais que ocupavam os termos.

Os desembargadores que exerciam atividades nas Relações eram nomeados pelo Imperador dentre os juízes mais antigos da Província, tendo cargo vitalício, inamovível. (44)

As Relações funcionavam como tribunal de recurso, portanto, de segunda instância. Podiam os desembargadores alterar e até revogar decisões dos juízes de Direito de primeira instância, isto é, das comarcas. O desembargador era um homem de certo status sócio-econômico e, acima de tudo, cultural.

Quanto aos cargos de juiz de Direito, juiz municipal e promotor eram os primeiros a que o jovem bacharel podia ter acesso ao retornar da Academia à sua província natal. O récem-formado com um ano de prática já estava apto a pleitear a nomeação para juiz municipal.

A concretização desse desejo, num momento em que já havia certo número de concorrentes, estava na pendência do maior ou menor apoio político do bacharel. O juiz municipal exercia a função de magistrado em um "termo", que integrava um ou mais municípios. (45)

Após este exercício da profissão podia ambicionar o cargo de juiz de Direito, ou seja, magistrado de uma comarca. (46)

---

(44) Houve exceção para casos de abuso de poder.
(45) TORRES, João Camilo de Oliveira, op. cit., p. 253.
(46) As comarcas compreendiam vários termos e classificavam-se em três entrâncias.

A primeira entrância era sempre uma comarca menos importante, com população mais reduzida. A carreira fazia-se pela passagem pelas demais entrâncias subseqüentes.

Pelo código do Processo havia ainda como componente da estrutura do Judiciário provincial: o representante do ministério público, ou seja, o promotor, nomeado pelo governo dentre os desembargadores e o juiz de paz. (47)

No estudo ora realizado, sobre a escalada política, verificou-se que a Magistratura constituía importante degrau de ascensão. Aliás, a ela e, de um modo geral, ao Judiciário, estiveram relacionados, em grande parte, os que detiveram o poder político no Segundo Reinado.

Dos ocupantes do Senado, de 1870 a 1889, 31% eram magistrados, 34% advogados, promotores; assim 65% dessa Câmara estava constituída de profissionais do Direito. (48)

Para Nabuco, Cotegipe e Saraiva o início da carreira foi propiciado pelo Direito, tendo a Magistratura um desempenho marcante.

Em 1836, Nabuco, recém-saído da Academia, tornou-se promotor público em Recife, fato que se deveu provavelmente às boas relações que mantinha com a família Cavalcante, em especial o Barão de Suassuna que representava importante facção de um domínio oligárquico na província. Aliás, como estudante e redator de pequenos jornais acadêmicos, Nabuco sempre apoiou Suassuna,

---

(47) As atribuições do juiz de paz originavam-se do período colonial, com encargos tais como: concessão de passaportes, assinaturas de bem viver a vadios e mendigos, manutenção da tranqüilidade pública, concessão de fianças, julgamento das contravenções municipais de crimes com multas até 100$000, prisão, degredo ou desterro até seis meses etc.

(48) CERQUEIRA LEITE, Beatriz W. de, op. cit., Anexos - composição do Senado Imperial (1870 - 1889).

quer pela imprensa, quer nas reuniões políticas a que freqüentou. (49)

E Suassuna era figura de tal relevância, que inclusive, em 1840, integrou com Holanda Cavalcante o gabinete da Maioridade. Não era pois desprezível seu apoio. Aliás, Nabuco, nessa data, casou-se com uma parente do Barão de Suassuna, filha de uma irmã do Marquês de Recife, família aliada dos Cavalcante. A imprensa praieira oposicionista, como já foi mencionado, declarou que assim Nabuco passava a integrar uma oligarquia. (50)

Mas seu próprio pai também era figura de destaque e, desde 1837, tornara-se senador; portanto, nada surpreende que no ano de 40, Nabuco fosse nomeado juiz de Direito em Pau d'Alho, em Recife. (51) Ele era um autêntico representante de um grupo elitista.

A Magistratura deixou-lhe marcas indeléveis, mesmo após tê-la abandonado em 1857. Quis vê-la sempre numa posição digna. Para tanto, usou de todos os seus recursos de jurista e de seus dotes de intelectual. Sobre seus discursos pronunciados na Câmara, em 1843, diz Joaquim Nabuco: "combina o espírito político com o espírito jurídico. A cada passo o jurisconsulto e o estadista se auxiliam. Não é um sofista que amolda o Direito segundo as conveniências da Política, é um político para o qual nada do que é contrário ao Direito é socialmente viável". (52)

Em 1866, quando ministro da Justiça do gabinete Olinda, recebeu diversas reclamações quanto a magistrados que não deviam ser reconduzidos por serem opositores ao gabinete ou de

---

(49) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo I, pp. 36 e seguintes.
(50) Idem, p. 46.
(51) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo II, p. 46.
(52) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo I, p. 64.

outros que deviam ser indicados por serem apadrinhados por importantes chefes políticos, todavia, não quis nunca modificar sua opinião de que a Magistratura devia estar alheia a razões políticas. Em carta a um jovem chefe político mineiro disse — "antes de tudo devo dizer a V. Excia. que nos despachos da Magistratura, eu não me guio pelas conveniências políticas, mas quero que a Magistratura seja sobranceira a essas conveniências". (53)

Em 1871, na discussão da reforma judiciária lutou por medidas mais amplas, criticou muitos pontos do projeto, referiu-se com desgosto à inexistência das incompatibilidades absolutas da Magistratura: inamovibilidade, irredutibilidade e vitaliciedade, bem como ao fato de os Tribunais poderem decidir de forma diferente da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, invertendo-se assim a hierarquia judiciária. Aceitando o projeto embora com limitações, declarou no seu voto em separado — "falta uma magistratura como deve ser, uma organização judiciária capaz de garantir as liberdades individuais". (54)

Por duas vezes foi ministro da Justiça. Seus discursos no Parlamento, mesmo quando não era ministro, versaram sobre questões de Direito ou de Justiça. Estava convencido de que o magistrado não devia ser político porque não bastava ao juiz ser sério, justo, era preciso que fosse tido como tal, para que sua autoridade fosse respeitada. (55) O juiz ou desembargador, enquanto político, estaria sempre sob suspeita de parcialidade.

Não foi só para a Magistratura sua atenção; todos os problemas ligados ao Direito o interessavam. Como ministro da

---

(53) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo II, p. 324.
(54) Idem, tomo III, p. 263.
(55) Discurso na Câmara, Ata de 10 de abril de 1850, apud NABUCO, Joaquim, op. cit., p. 119.

Justiça propôs em 1866, ao Parlamento, a criação da Ordem dos Advogados, sendo eleito o primeiro Presidente do Instituto. (56)

Quando, em 1857, abandonou a sua profissão de juiz, coerente com o princípio de incompatibilidade que era seu leme, manteve um escritório de advocacia, no qual revelou sempre um espírito prático, apresentando os fatos e as soluções de maneira lúcida e objetiva.

Em Nabuco, o juiz estava presente a todo momento: enquanto representante do Executivo e agindo como ministro, enquanto figura destacada do Legislativo, na Câmara, ou no Senado.

Também para Cotegipe, a Magistratura foi importante. Após o término de seu curso em Olinda, recém chegado a Bahia e apoiado pelo prestígio da família Wanderley, conseguiu ele, já em 1842, ser nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos da Barra e Chique-chique, bem como delegado de polícia. (57) Começou logo a atuar na assembléia provincial e, em dezembro de 1842, já se elegia para a Câmara dos Deputados. A carreira iniciava-se próspera. (58) Em 1844, tornou-se juiz da rica comarca de Santo Amaro, ainda na Bahia onde passou a desempenhar papel de destaque. (59)

Teve dificuldades na administração da justiça, já que eram claras na região as pressões das oligarquias, os senhores de engenho em choque com interesses do governo. Ser juiz nesse contexto exigia competência e diplomacia. O meio lhe tornou bem nítida, também, a percepção de quanto era necessário estar o magistrado mais ligado à sua profissão e mais alheio à política.

---

(56) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo II, p. 459.
(57) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo, p. 52.
(58) Idem, p. 65.
(59) Idem, p. 115.

Nos seus discursos de 1850, defendeu a autonomia do Judiciário contra os arbítrios do governo. Referiu-se à remoção aplicada como uma "panacéia" aos problemas da Magistratura, levando ao afastamento de um juiz oposicionista ou cuja atitude não fosse de agrado do Gabinete. A instabilidade da Magistratura era, a seu ver, um mal que levava os juízes, inclusive a pensarem num outro trabalho; daí provavelmente suas integrações na política para a qual estariam aptos por formação. (60)

Muitos dos discursos de Cotegipe na Câmara tiveram ênfase jurídica. O magistrado estava, pois, em sua vida política.

Exerceu, posteriormente, em 1851, a chefia da política na Bahia e essa atuação muito lhe valeu como experiência política posterior. (61)

Também Saraiva foi juiz municipal e de órfãos dos distritos de Vila Velha e Vila Nova, (62) além de promotor e advogado. Sua ascensão a esses cargos foi dificultada, pela falta de apoio inicial em sua carreira.

---

(60) Idem, p. 331.

(61) Teve, então grande empenho na perseguição de falsários e contrabandistas de escravos. Numa diligência, na Bahia, encontrou Wanderley cerca de quarenta negros mortos, além de algumas crianças. Tratava-se de africanos recém-chegados, havia conivência das autoridades e moradores com traficantes que destruíam a carga, quando se sentiam a descoberto. Indignado, Wanderley e seus soldados perseguiram os fugitivos, aprisionando um poderoso chefe político local Hygino Pires Gomes, um dos chefes da Sabinada, em 1837, e seu antigo colega da Assembléia provincial baiana. Com ele trouxe mais de duzentos escravos capturados (PINHO, Wanderley, op. cit., pp. 206 a 208).
O episódio marcou profundamente o chefe de polícia que, segundo seu biógrafo, passou a encarar o negro de outra forma. O empenho com que defendeu seu projeto de abolição do tráfico provincial, em 1854, quando denunciou uma "propriedade fundada no abuso", parece resultado disso. (ACD, Ata de 22 de agosto de 1854, p. 243).

(62) PINHO, W. Política e Políticos do Império, p. 42.

Sinimbu, embora tenha sido de início deputado à Assembléia Provincial e Vice-Presidente de Província, teve também como magistrado uma posição de realce.

Em abril de 1848 era lhe oferecida a comarca de Cantagalo, no Rio de Janeiro e ele inaugurou lá sua experiência como juiz. (63)

Era considerada região difícil com perigosos chefes políticos e alta impunidade de crimes. O jovem juiz tentou obter, e parece ter conseguido em parte, uma melhor distribuição de justiça, e a constituição de um corpo de jurados tanto quanto possível menos comprometido.

Interessou-se inclusive, por uma ação de âmbito mais largo do que sua atividade profissional o exigiria. Pensou no desenvolvimento da região e na possibilidade da vinda de imigrantes suíços, tendo feito uma pesquisa baseado em documento do Arquivo e em depoimentos de colonos. (64)

Sinimbu permaneceu como juiz até 1852, quando se aposentou, na condição de desembargador, convencido de que, seguindo a trajetória política não podia ser magistrado. Como outros, viu claramente a incompatibilidade da Magistratura com a política. (65)

---

(63) Constituia-se das atuais comarcas de Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidelis. (apud COSTA CRAVEIRO, Sinimbu, op.cit., p. 137).

(64) ISHUDI, J.J.Von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, p. 89. O trabalho de Sinimbu tinha o título "Notícia das colônias agrícolas, Suíça e Alemã fundadas na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo". Foi publicado por ordem do governo da província do Rio e já mostra o grande interesse que o tema do imigrante despertava no futuro Ministro do Exterior e Presidente do Conselho.

(65) COSTA CRAVEIRO. O Visconde de Sinimbu, p. 140.

Zacarias foi professor de Direito de Olinda, e no fim da década de cinqüenta, já no Rio de Janeiro, casado, num período de afastamento político dedicou-se à advocacia e com o mesmo entusiasmo que caracterizou sua ação parlamentar. Sem ser juiz, advogou interesses da Magistratura quanto a contagem de tempo de serviço. (66) Nesse mesmo discurso defendeu a idéia oposta a de alguns colegas seus de que não se devia fechar as portas do Parlamento à Magistratura, já que entre seus membros encontrava-se a elite ilustrada do país, os grandes talentos em matéria de legislação. Daí discordar da radicalização dos projetos que pretendessem a incompatibilidade absoluta da Magistratura com outra qualquer atividade. (67) Discutiu ainda outros temas ligados ao estatuto dos cursos jurídicos, ensino universitário de Direito; assuntos, enfim, relacionados com sua função de Professor da Faculdade de Olinda.

Já Ouro Preto foi apenas juiz de paz, mas advogou durante certo tempo, enquanto exercia também o jornalismo e Torres Homem, além de médico, foi também advogado.

As profissões ligadas ao Direito, mas muito destacadamente a Magistratura, foram elementos de promoção, de destaque que tornaram mais conhecidos e respeitados os homens que tinham como meta a participação política no Império.

A Magistratura quando representou início de carreira esteve geralmente circunscrita às atividades da primeira entrância. Foi um dos primeiros degraus da escalada política. Quando exercida por muitos anos, ou quando iniciada após outros encargos, apresentou conotação diferente, revelando o prestígio geral do político e não só do magistrado em questão.

---

(66) ACD, Ata de 22 de março de 1850, p. 203.
(67) ACD, Ata de 22 de março de 1850, pp. 203 e seguintes.

b) O Legislativo — Assembléia Provincial

Outro degrau de acesso à carreira política era o Legislativo Provincial. Por ele passaram em sua grande maioria, os donos do poder do Segundo Reinado.

Cabia à Assembléia Provincial legislar sobre uma série de questões no âmbito dos seus muitos municípios. A ação absorvia questões de urbanização, construção de novos edifícios, melhoramentos de estradas, fixação de limites municipais, mudança de capital, desapropriações, enfim uma atividade que hoje estaria a cargo de uma prefeitura. Cuidava ainda de questões relativas à saúde, epidemias, educação: instrução primária, ensino secundário, escolas agrícolas e ensino superior. Legislavam as assembléias, de uma certa forma, sobre problemas referentes ao Judiciário, na medida em que opinavam sobre sistema penitenciário, preocupando-se com a criminalidade e com as perturbações sociais, organizavam a força policial, podiam estabelecer juntamente com o Governo Central o estado de sítio. Fixavam empregos municipais e provinciais, organizavam regimentos internos, tinham uma esfera de ação administrativa e política. Cuidavam ainda de problemas econômicos, do aprimoramento da vida agrícola e industrial das províncias, autorizavam empréstimos, promoviam o levantamento estatístico provincial, preocupavam-se, por vezes, até com a situação de índios e com a colonização. (68) O Legislativo tinha, pois, uma ampla alçada e constituía-se de uma só Câmara. Não se concretizou nenhuma idéia de senado provincial, pensamento esse esboçado por Tavares Bastos e pelo Marquês de São Vicente. (69)

---

(68) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 401.
(69) Idem, p. 402.

Os componentes da Assembléia variavam de vinte a quarenta deputados, sendo os critérios para eleição semelhantes aos existentes para sufragar nomes para a Câmara dos Deputados. As legislaturas compreendiam dois anos e as sessões duravam dois meses, segundo estipulava o Ato Adicional. (70)

Nas Assembléias, como nas Presidências de Província era notória uma grande instabilidade. Houve políticos que da Assembléia participaram o tempo necessário ao cumprimento do mandato. Antônio da Silva Prado, por exemplo, pertenceu à Assembléia Provincial de São Paulo no período de 64 a 66 e depois, de 66 a 68, e posteriormente de 70 a 71. (71) O Visconde do Rio Branco foi indicado para a Assembléia Provincial do Rio, em 1845, tendo se tornado secretário a 31 de agosto de 1846 e, já a 18 de março de 1847, assumia a Vice-Presidência e, logo a seguir, a Presidência da Província do Rio. (72) Cotegipe participou da Assembléia Provincial da Bahia, em 1840, ano da maioridade, permanecendo reeleito até 1846. (73) Nela, junto a antigos companheiros: Gonçalves Martins, ex-secretário da Faculdade de Direito de Olinda e Costa, seu colega de classe, encontrou-se, também, com Zacarias, que foi chamado em 1844, na condição de suplente, sendo eleito em 1846 e reeleito em 1848, deixando desta vez o mandato para assumir a Presidência da Província de Sergipe. (74) Também Ouro Preto foi eleito para a Assembléia Provincial de Minas, em 1860, e depois reeleito em 62, ficando nela até 64, quando tomou assento na Assembléia Geral. (75)

---

(70) Idem, ibidem.
(71) Vejam-se os Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo.
(72) Barão do Rio Branco. O Visconde do Rio Branco, p. 28.
(73) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo, p. 60.
(74) Idem, p. 60.
(75) VIEIRA, Hermes. Ouro Preto, o homem a época, pp. 83 e seguintes.

Houve mandatos muito curtos, inexpressivos na medida em que o político pouco permaneceu em seu cargo, sendo logo indicado para outra função. Sinimbu, em 1839, por exemplo, foi eleito para a Assembléia Provincial do Alagoas e, logo a seguir, era nomeado Vice-Presidente da mesma província. Circunstâncias políticas especiais levaram-no logo a ocupar a Presidência da Província, deixando, por conseguinte, seu mandato no Legislativo. (76) Cotegipe, enquanto participava da Assembléia Provincial da Bahia, teve acesso à Assembléia Geral, reservando para a Câmara na Corte sua ação parlamentar mais significativa. (77)

Por outro lado, o funcionamento do Legislativo Provincial era restrito a sessenta dias de sessão, os políticos que dele participavam tinham sempre uma outra atividade à qual podiam se dedicar. Antônio da Silva Prado, no momento em que ocupava a Assembléia Provincial, exercia também uma atividade jornalística. Inicialmente trabalhava no Diário do Rio, órgão do partido conservador, depois fundou O País, no qual combatia a situação liberal. Era além do mais fazendeiro e abrira uma propriedade "Santa Veridiana", à qual se dedicava com entusiasmo. (78) Já o Visconde do Rio Branco integrava o magistério, sendo professor de matemática da Escola da Marinha e lente catedrático de Artilharia e Fortificação na Escola Militar. Aliás, foi professor da Escola Central, depois denominada Politécnica até 1877, quando se jubilou. (79) Cotegipe, magistrado e Zacarias, profes

---

(76) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, pp. 53 e seguintes.
(77) PINHO, Wanderley, op. cit., p. 60.
(78) PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República, p. 20.
(79) RIO BRANCO, Barão. O Visconde do Rio Branco, pp. 26 e 27.

sor de Direito da Academia de Olinda exerciam, concomitantemente, funções de deputado provincial.

Como para as Assembléias Provinciais as eleições eram feitas segundo distritos eleitorais, os candidatos eram geralmente elementos das próprias províncias para as quais foram eleitos, procedendo de famílias abastadas ou fortemente apadrinhadas. Mas não ocorria normalmente o fenômeno observado no tocante à Presidência da província, ou seja, de que nenhuma ligação tivessem com a vida regional. No caso das lideranças estudadas, os que foram eleitos para o legislativo baiano: Zacarias, Cotegipe e Saraiva tinham condições de lá estar, já que os três eram oriundos da Bahia. Ouro Preto, nascido na cidade da qual recebeu o título de Visconde, estava apto, portanto, para ser indicado para a Assembléia Provincial de Minas Gerais; Antonio da Silva Prado, que atuou na Assembléia paulista, também era de São Paulo e Rio Branco, baiano, fez parte da Assembléia Provincial do Rio, à qual se habituara desde 1836, quando lá chegara a fim de continuar os estudos.

A atuação provincial do magistrado ou membro de Assembléia Geral estava geralmente relacionada à província de onde procedia o político. O salto para uma circulação geográfica maior foi obra da Presidência de Província.

Costuma-se dizer que as Assembléias representavam as oligarquias, que tinham como base econômica a agricultura. Havia uma ligação entre essa aristocracia e o Regime Monárquico, já que a própria Constituição estabelecia um Poder Moderador, com um Executivo forte e assegurava, pelo artigo 179, § 22, o direito de propriedade em toda a sua plenitude. (80) O senhor de ter

---

(80) Constituição do Império, 1824, vol. I, p. 42.

ras, o proprietário rural, o homem de prestígio sócio-econômico na província era, necessariamente, o que partilhava também de um cargo político, tendo assento na Assembléia Provincial. Era de se esperar que fosse elevado o poder dessas Assembléias, todavia isto não ocorria, em conseqüência da ação enfraquecedora do Poder Central. Ainda a autonomia do Legislativo nas províncias era limitado pelos parcos recursos financeiros que dispunha, apesar de o fazendeiro local, o proprietário de terras, individualmente, dispor de apreciáveis bens. A maior influência local só se constituiu após 1881, com a lei Saraiva e no momento em que a autonomia crescente da lavoura mudou as condições regionais, enfraquecendo a força do centro.

Até esse período, todavia, nos conflitos entre o Executivo e o Legislativo provincial, ora um, ora outro poder conseguia uma certa hegemonia, mantendo-se entre eles um equilíbrio que já se observou ter sido freqüentemente precário.

Em 1843, Nabuco reclamava contra o direito da Assembléia Geral de suspender leis provinciais, princípios defendidos pelo então Ministro da Fazenda. "Quereis," dizia, "que os poderes provinciais não cometam excessos e vós os cometeis! Que não usurpem atribuições e vós dais o exemplo de usurpação". Nabuco lançava o seu protesto contra o direito que ele considerava inalienável, ou seja, das províncias usufruírem de seus poderes locais. (81)

A Assembléia Provincial foi um primeiro ensaio parlamentar para a grande maioria dos políticos do Império. Assim, dos 112 senadores que tiveram um cargo vitalício no Legislativo, entre 1870 e 1889, 53 tinham, como um dos primeiros degraus de sua

---

(81) ASI, Ata de julho, 1843, apud NABUCO, J. Um Estadista do Império, tomo I, p. 65.

escalada, uma cadeira na Assembléia Provincial e 50 exerceram a Presidência da Província. (82) Na Assembléia Provincial, os que tinham uma vocação para a liderança já necessariamente se destacaram.

Os muitos assuntos discutidos em plenário permitiram ao político, se não um aprofundamento, pelo menos uma compreensão da problemática dos municípios e províncias.

Cotegipe, por exemplo, na Assembléia Provincial baiana apoiou vários projetos quanto à criação de vilas e freguesias, transferência de sedes de distritos, fixação de limites provinciais, defendeu a estrutura de ensino em vigor, a manutenção de algumas cadeiras de 1º grau, sugeriu e promoveu a publicação de leis e regulamentos, insurgiu-se contra as loterias e aumento dos ordenados, inclusive de professores. Sobre isto, disse: "Que recursos temos para pagar tantos empregados, para os quais já não há dinheiro nos cofres? Sim, venham nos alegar compaixão e generosidade para com os professores! Venham nos deplorar sua triste situação. E sejamos generosos com o que não temos, demos-lhes mais cem mil réis que não receberão, que os obrigarão a andar como mendigos às portas das repartições públicas, como em certa época e serão descontados para lhes ser pago o ordenado". (83) Ao lado desta severidade frente a uma situação que lhe parecia impossível de solução no momento, defendia projeto de socorro aos cearenses flagelados pela seca e fome. Não queria polícia militarizada o que lhe parecia luxo, mas defendia guardas municipais espalhadas pelos termos. A polícia, a seu ver, não

---

(82) CERQUEIRA LEITE, Beatriz W. de. O Senado nos Anos Finais do Império. Anexos - Composição do Senado Imperial (1870 - 1889).

(83) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo. Discurso de 29 de fevereiro de 1844, p. 54.

devia ser usada para conter rebeliões ou qualquer tipo de insurreição, encarregando-se de tais atitudes a força geral. Ao se manifestar sobre o problema dos atravessadores entrou em conflito com Zacarias, cujo pensamento sobre o assunto era bastante radical, já que era freqüentemente mencionado como censor dos costumes, combatendo violentamente os contrabandistas que agiam largamente em Salvador. (84) Cotegipe considerava que tal ação, embora ilegal, tinha certa vantagem, já que podia beneficiar o transporte de mercadorias, pois nem sempre o produtor tinha condições de deslocar seus produtos até às feiras. O espírito prático de Cotegipe chocava-se, pois, com o pensamento de Zacarias exacerbado defensor de uma moral ilibada. Já se definiam também, nessas discussões de âmbito modesto, no acanhado ambiente provincial, as tendências que posteriormente seriam bem definidas com Cotegipe e Zacarias no Senado do Império.

A aprendizagem, pois, do mecanismo burocrático e político era feito no Legislativo Provincial, num momento em que, por vezes, o político ainda não se definira totalmente. Exercia outras atividades, era um profissional: professor, magistrado, fazendeiro etc. A grande maioria dos componentes das assembléias provinciais ficou nesse estágio. Pertenceram às comunidades regionais, nelas se destacaram, mas não houve uma ascensão política a partir da Assembléia. Não havia um determinismo que os impelisse dos postos iniciais ao topo do Império. Mas os que subiram, necessariamente, passaram por tais cargos. Os que tinham condições sociais, econômicas, apoios políticos, qualidades de liderança, motivações etc, é que prosseguiam numa carreira política.

---

(84) Idem, p. 54.

João Antonio, irmão de Zacarias, depois Juiz de Direito na Bahia e seu colega de Assembléia, comentando a atuação do futuro Presidente do Conselho no Legislativo provincial disse: "Foi então que meu irmão principiou a mostrar-se orador distinto e a tornar-se conhecido". (85)

As reeleições desses jovens recém-saídos da Faculdade, suas participações como membros de Comissões de Fazenda, Redação de Leis, Justiça Civil e Criminal etc, mostram que tinham se tornado figuras acima da média da Câmara Provincial.

Antônio da Silva Prado, atuando na Assembléia Provincial de São Paulo, destacou-se logo como o elemento mais representativo do partido conservador. Ocupando o poder num momento liberal, os poucos representantes saquaremas sentiam-se intimidados, no entanto os Anais mostram um Silva Prado com participação rigorosa e constante em todos os grandes assuntos em discussão. Censurou várias vezes, e energicamente, o governo provincial, referiu-se ao "apelo ao patriotismo", lançado pelo governo a fim de se evitar a manifestação de oposição. Mas nada o silenciou. Agiu como um oposicionista sistemático. Fez ataques diretos ao governo, à administração, ao cerceamento de jornais oficiais que não podiam publicar o que não era do seu agrado. (86)

Em fevereiro de 1866, denunciava as irregularidades do recrutamento, a designação da guarda nacional, os " viveiros de substitutos" aleijados e incapazes que obtinham dispensa em lugar dos que verdadeiramente deviam compor a guarda; a corrupção transparente e de conhecimento público e percebendo a reação

---

(85) VARGAS, Túlio. O Conselheiro Zacarias, p. 27.

(86) AALPSP, Ata de 13 de junho de 1862, p. 55.

dos presentes, perguntava - "Um membro da minoria não pode falar?". (87) Criticava o governo pelo estado das finanças provinciais, pelo abandono de obras públicas de urgente necessidade, pelo estado deplorável da lavoura prejudicada, entre outras coisas, pela falta de instrução de crédito agrícola e pela emancipação de escravos. (88)

A vivência profissional dos membros da assembléia permitia maior dedicação a determinados temas de enfoque. Antônio da Silva Prado, fazendeiro, preocupava-se muito com a agricultura de São Paulo, com os vários gêneros cultivados e queria beneficiar a província com estradas de ferro, boas vias de transporte rodoviário, instituições de crédito agrícola e com a vinda de imigrantes. Interessava-se pela lavoura cafeeira, mas argumentava que, se o café não tinha condições de ser a lavoura paulista, deveria ser desenvolvida a cultura do algodão, cuja produção estava em segundo lugar, logo após a norte-americana. (89) Queria Prado o desenvolvimento dessa lavoura e a redução dos impostos que recaíam sobre o produto. Para o desenvolvimento econômico ele queria o estrangeiro, a colonização, e, para isso, as estradas de ferro, o melhoramento da província de São Paulo, cuja migração tornaria ainda maior: "Nós, filhos da província, dizia ele, não podemos nos conservar surdos a voz que pede meios de transportar seus gêneros ao mercado, gêneros que brotam, por assim dizer, de um solo fértil como não há outro no Império". Apresentava a produção da Província, que "exportava 10.000 arrobas de algodão há 9 anos e hoje (1866) exporta 600 ou 700 mil; o café há 6 anos era um milhão de arrobas, hoje 3 milhões". A província

---

(87) AALPSP, Ata de 10 de fevereiro de 1866, p. 35.
(88) Idem, 22 de junho de 1867, p. 81.
(89) Idem, 20 de março de 1866, p. 234.

dispunha, segundo sua afirmação, de avultadíssima soma de capitais.

Defendendo a política das estradas de ferro, dizia que se devia contrair dívidas para construí-las. (90) Apoiou projeto no sentido de que proprietários de estabelecimentos agrícolas tivessem auxílios para conseguir a vinda de colonos ou imigrantes da Europa ou Estados Unidos. Pretendia a instrução agrícola aos fazendeiros, daí a idéia de criação do Instituto Agronômico da Província. (91) Para a solução dos problemas econômicos da província, consagrava Antônio Prado toda sua experiência de lavrador e fazendeiro, toda a grande atividade de político conservador paulista que já despontava com sucesso.

A abertura do Legislativo provincial a toda sorte de problemas regionais levava a uma aprendizagem política que possibilitava depois enfrentar com relativo conhecimento e experiência a atividade parlamentar na Câmara dos Deputados, onde discussões já traziam à tona problemas de âmbito nacional.

c) O Executivo — Presidência de Província

A atribuição do Presidente de Província constituía algo difícil de ser minimizado já que, como se disse, ele exercia a chefia do Executivo, agindo como um instrumento do Poder Central, mas trabalhando juntamente com as Assembléias Provinciais.

A lei de 3 de outubro de 1834 regulamentava: "O Presidente de Província é a primeira autoridade dela. Todos os que

---

(90) AALPSP, Ata de 23 de fevereiro de 1870, p. 263.
(91) Idem, 19 de março de 1870, p. 559.

nela se acharem lhe serão subordinados, seja qual for a sua classe ou graduação". (92) Como suprema autoridade cabia-lhe sancionar ou vetar os projetos provinciais que se tornariam leis, quando aprovados. Em alguns casos de veto, a Assembléia podia recorrer ao governo geral e ao Parlamento Nacional. Tinha o Presidente de Província como dependentes as repartições que constituíam a Secretaria do governo, com seus diferentes órgãos de atribuição: obras públicas, polícia, instituição, arrecadação etc. Entre suas atribuições estava: convocar extraordinariamente a Assembléia, expedir ordens, regulamentos etc, que se encontravam explícitos na legislação sobre os Presidentes de Província, que data do Ato Adicional, em 1834.

Cabiam ao Presidente atribuições políticas, na qualidade de Chefe do Executivo provincial, e administrativas como delegado do governo Imperial. Nas últimas enquadravam-se alguns itens: executar e fazer executar as leis, exigir dos empregados as informações e atribuições que julgasse necessárias, inspecionar repartições subordinadas, dispor da força pública, administrar a Fazenda Imperial, cumprir e fazer cumprir decretos e leis do governo, empossar funcionários, decidir provisoriamente conflitos de jurisdição entre autoridades com sede nas províncias, informar sobre todos os papéis que lhe eram apresentados, punir funcionários, abrir processos etc. (93)

A ação do Presidente de Província, pela sua amplidão, podia tornar-se bastante autoritária. Saraiva, mais de uma vez,

---

(92) Na Corte sua autoridade "não compreendia a mesma Corte, nem o seu município, que era circunscrição independente, administrada diretamente pelo Governo". Atribuições dos Presidentes de Províncias, Lei de 3 de outubro de 1834 in BENEVIDES, Paulo e VIEIRA, R.A. Amaral. Textos Políticos da História do Brasil, pp. 276 e seguintes.

(93) Lei de 3 de outubro de 1834, op. cit., p. 276.

denunciou o domínio que podia advir das atribuições presidenciais, quando, tendo em suas mãos a sorte das províncias e tendo contas a ajustar, ódios ou paixões violentas a satisfazer, o Presidente decidia usar os meios de que dispunha para atingir suas metas. A mudança de um Presidente, dizia ele, representava, então, a alteração de todos os delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão, enfim todos os validos, revolvendo a província inteiramente. O domínio dos Presidentes era total, já que suas decisões assumiam "pela força do Presidente do Conselho, a infalibilidade dos Concílios". (94)

Em outro momento, falando ainda sobre o Presidente, afirmou que ele podia cometer toda sorte de abusos contra as Assembléias Provinciais, porque tais atos passariam desapercebidos, chegando ao Conselho de Estado na categoria de questões sem importância. Também poderiam cometer todo tipo de atentado contra a Constituição, sem chamar a atenção dos Ministros. Nesse caso, denunciava um Presidente que suspendera mais de uma dezena de leis provinciais, sem ser sequer molestado. (95)

O Presidente ocupava um cargo de confiança do gabinete, permanecendo no poder o tempo que correspondia a essa condição. Pimenta Bueno, referindo-se aos Presidentes de província, justificava de certa forma suas nomeações e demissões, na medida em que eram "agentes provinciais de cada ministério". (96)

Aliás, o próprio Imperador tinha consciência dessa situação, quando afirmou ao Barão de Hubner que os Presidentes

---

(94) ASI, Ata de 27 de julho de 1869, p. 22.
(95) ASI, Ata de 10 de junho de 1869, p. 139.
(96) Pimenta Bueno, Direito Administrativo apud TORRES, João Camilo de Oliveira, A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil, p. 381.

de Província dependiam do Ministério a cuja sorte estavam ligados, chegando por isso a se ocupar mais com o que se passava no Rio do que com o que ocorria em suas províncias. (97)

Essa situação era tão conspícua que Saraiva, por duas vezes, renunciou ao cargo, apresentando como justificativa não estar em perfeita sintonia com o gabinete. Assim, renunciou à Presidência da Província de São Paulo, em agosto de 1855, por não poder apoiar a reforma eleitoral pretendida pelo Gabinete Paraná. Renunciou, posteriormente, à Província de Pernambuco, quando o Gabinete Abaeté tomou uma direção muito conservadora e Nabuco deixou o Ministério. Justificou sua renúncia na Câmara dos Deputados, em discurso de 14 de maio de 1859, pois dela então fazia parte, e retirou-se de mais essa Presidência. (98) É que ele entendia realmente que o Presidente de Província era de fato um subalterno ao Gabinete.

Outro traço do Presidente de Província, relacionado com a permanência dos gabinetes ou com o jogo político do Ministério, foi a sua instabilidade. Segundo dados estatísticos de João Camilo de Oliveira Torres, em Minas, num total de 122 períodos administrativos houve 59 Presidentes e 63 Vice-Presidentes em exercício, alguns passando depois a efetivos. O período médio de administração presidencial foi equivalente a 6 meses e 22 dias. (99)

Individualmente pode se verificar alguns exemplos expressivos dessa flutuação. Saraiva, por exemplo, em agosto de

---

(97) GONÇALVES, Roberto Mendes. Um Diplomata Austríaco na Corte de São Cristovão, p. 134.
(98) VALE, Alvaro. Perfis Parlamentares - Saraiva, vol.IV, p. 152.
(99) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 351.

1853 era Presidente da Província de Alagoas, em junho de 1854 já estava indicado para a Província de São Paulo, situada em região totalmente diferente, com problemas também específicos. (100)

Sinimbu permaneceu de 1º de janeiro de 1840 a julho desse mesmo ano como Presidente da Província de Alagoas. Nessa data foi enviado para a Presidência de Sergipe, a qual não lhe agradava por estar nela dominando uma figura de grande força local e mandante de crime que vitimou um seu amigo de Alagoas. Lá permaneceu pouquíssimo tempo, sendo indicado para a Província do Rio Grande do Norte, que ele recusou. (101)

Essa circulação geográfica por diferentes províncias preparava o político à melhor compreensão dos problemas nacionais, bem como a uma sujeição ao Poder Central. Ao mesmo tempo enfraquecia influências provenientes de suas regiões de origem. Se, por um lado, limitava as possibilidades administrativas, por outro, favorecia a aquisição de experiência política. A mobilidade dos Presidentes foi, porém, mais freqüente dentro de um âmbito regional, ou seja, dos 47 Presidentes de Províncias da Bahia, 33 deles, ou seja, 70,20% haviam nascido nas províncias do norte; enquanto que só 12 (25,5%) eram do sul; já em São Paulo, dos 50 Presidentes, 30, ou seja, 60% eram do sul, enquanto que apenas 14 (28%) tinham nascido no norte. (102) Essa amostragem permite observar uma curiosa circulação na Presidência da Província de elementos de sua própria província natal, bem como de outras vizinhas, sendo menos freqüente, embora ocorresse, a indicação de elementos provenientes de regiões mais distantes.

---

(100) VALE, Álvaro. Introdução dos Perfis Parlamentares, p. XVI.
(101) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 65.
(102) PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L. Los Mandarines del Brasil Imperial, p. 23.

Corroborando essa afirmação, a procedência dos bacharéis, também, constitui um dado. Assim, 23, isto é, 48,9% dos Presidentes de Província da Bahia haviam cursado Faculdades em províncias próximas, ou seja, Faculdade de Direito de Olinda ou Medicina da Bahia e só 5, ou seja, 10,6% deles vieram de São Paulo e nenhum do Rio. Quanto aos Presidentes de São Paulo, 44% deles procediam de escolas do sul, havendo 20% só de Faculdades do norte. (103)

Os Presidentes eram por vezes nomeados para províncias com as quais não tinham nenhum laço afetivo, nenhum contato, e delas não possuindo nenhum conhecimento. Suas indicações eram feitas por vontade ou amizade do Presidente do Conselho ou por referência de outro padrinho político. Sinimbu, por exemplo, de origem alagoana, foi indicado para a província do Rio Grande do Sul; Nabuco, da Bahia, para a de São Paulo etc.

Às vezes, mal começavam a entender a região e a sentir os problemas, já eram transferidos para outras províncias ou iam ocupar outros cargos. Sobre isso, dizia o Visconde de Uruguai - "o administrador que começa a tomar pé nos negócios da Província é mudado, leva consigo o que a custo aprendeu e aí vem outro, o qual apenas concluídas as primeiras apalpadelas é também mudado". (104)

Nos Conselhos à Regente, D. Pedro deixou bem claro seu interesse em que os Presidentes fossem apolíticos e que cuidassem acima de tudo dos problemas administrativos, sem preocupações políticas e eleitorais. (105)

---

(103) Idem, ibidem.
(104) URUGUAI, Visconde apud TORRES, J.Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 381.
(105) Conselhos à Regente apud TORRES, J.Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 382.

Havia o desejo de que fossem autônomos frente às idéias de campanário, frente aos interesses provinciais de clãs, não se identificando com o espírito regional. Mas este desejo era uma quimera. Não existe o administrador sem o político. Sobre eles, dizia Saraiva: "são agentes da ação ministerial nas diversas províncias do Império, são empregados eminentemente políticos. Afirmava em seguida que lhe parecia indispensável que a carreira oferecesse "estímulos mais fortes" para que esses funcionários tivessem algum desejo de permanecer mais tempo nos seus cargos, prestando serviços mais concretos. (106)

Os Presidentes de Província eram geralmente jovens que chegavam às províncias imbuídos de planos e sonhos. Não podiam governá-las sem criar seus aliados ou constituir seus adversários. Foram bastante complexos os problemas com que essas lideranças se depararam ao chegar às suas primeiras províncias que geralmente estavam quase ao abandono, carantes de tudo, sem iluminação, com edifícios públicos mal conservados, tipografia oficial péssima, estradas deficientes que prejudicavam o comércio, condições econômicas difíceis, déficits orçamentários, instituições debilitadas pela falta de auxiliares capazes, justiça precária, corpo de jurados muito ignorante, cenário de crimes graves e arbitrariedades políticas, com o povo, em más condições de saúde, enfrentando febres, epidemias etc. (107)

Recém-saídos, muitas vezes, de escolas superiores, com informações mais teóricas do que práticas, tiveram as liderança-

---

(106) ASI, Ata de 6 de junho de 1860, p. 221.

(107) Vejam-se, para isso, os Relatórios dos Presidentes de Província; pois ao tomar posse da Província e, anualmente, o Presidente devia encaminhar à Assembléia Provincial um relatório com destaque das principais questões administrativas, bem como das soluções e sugestões propostas.

ças que rapidamente se informar sobre toda uma gama de problemas. Por isso o cargo foi sempre um aprendizado político-administrativo. Assim Zacarias, recém-chegado ao Piauí, pedia, embora não fosse membro da Junta Administrativa, para ser informado do estado de todas as Repartições, a fim de que melhor pudesse tomar suas decisões nas diferentes áreas. (108) Não era fácil o conhecimento rápido de toda a problemática local para um récem-chegado de outra província distante, ou saído do Rio de Janeiro, onde, às vezes, exercia atividade completamente diferente. Ainda a isso acresciam-se a rivalidade entre os chefes locais e os antagonismos entre as velhas famílias que sempre faziam a politicagem provincial.

Sinimbu, já se disse em outro capítulo, chegando da Europa, onde estivera estudando, assumiu o cargo de Vice-Presidente da Província de Alagoas, que ele encontrou convulsionada por problemas políticos graves. O Presidente estava preso no Palácio, cercado por um grupo de revoltosos que não queriam que fosse respeitada a ordem imperial de transferência da Tesouraria para Maceió. Sinimbu, como Vice-Presidente, conseguiu dominar a situação, libertar Silva Neves que foi enviado à Presidência da Paraíba e, como prêmio, foi nomeado para Alagoas. Mas encontrou aí hostilidade. Embora sua família fosse alagoana, ele não vivera lá, tinha raízes, mas não uma liderança aceita na província. Apesar das oposições, decidiu transferir a Capital de Alagoas para Maceió, o que se tornou motivo de frustações e amarguras para uma parte da população. A burocracia em geral, a liderança econômica com o prestígio social e político se concen-

---

(108) Relatório do Presidente da Província do Piauí, Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 1º de agosto de 1845, p. 34.

trou em Maceió, provocando o descontentamento dos homens da velha Capital.

A Assembléia Provincial apresentou-se hostilmente contra o Presidente, recusando-se a trabalhar na casa designada por Sinimbu para o funcionamento da Câmara. Estava criada a rivalidade entre o Presidente e a Câmara, entre uma liderança forte do centro e um grupo de representantes do poder local. O caso chegou a ser discutido na Assembléia Geral. (109) Seis meses depois, Sinimbu era substituído. Faltou-lhe apoio para sua permanência, talvez por inabilidade para manobrar as oligarquias locais.

Certas desinteligências surgiram também entre Saraiva e a Assembléia Provincial paulista. Saraiva tendo necessidade de jornaleiros para o trabalho nas estradas e não podendo contar com eles, resolveu trazer trezentos homens da Bélgica, Portugal e Alemanha. A medida, embora aprovada pelo corpo legislativo, foi impugnada na Assembléia Provincial de São Paulo, onde o Presidente foi censurado pelo contrato desses trabalhadores, pelo desperdício dos dinheiros públicos, levando a Província a eminência de uma "honrosa bancarrota". Explicando este problema na Câmara, em 1855, dizia que havia especiais dificuldades na fiscalização dos gastos numa estrada. A norma estabelecida era o Presidente da Província confiar a conservação da estrada a um político importante do lugar, o qual escolhia para administrador um homem de confiança. Este, aprovado pela tesouraria provincial, tinha amplos poderes, e reduzindo tudo a um sistema de privilégios e imunidades. A Assembléia Provincial, porém, discordou das medidas mais avançadas de Saraiva, recrutando colonos estrangeiros para um trabalho normalmente executado por seus

---

(109) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, pp. 49 a 65.

homens. (110)

Zacarias de Goes, ao assumir a Presidência da Província do Piauí, em 1845, referiu-se às dificuldades que encontrou justamente apontando o problema das disputas locais entre grupos políticos de destaque, um em ascensão e outro em ostracismo. Não havia, declarava ele, "partidos políticos bem discriminados", mas uma luta "entre uma influência decaída que por longo tempo foi predominante e os que pretendiam que ela não se reabilite". A disputa das últimas eleições para deputados havia "agravado ódios e vinganças". (111) Foi preciso, naturalmente, toda uma habilidade para contornar a situação de modo favorável.

Saraiva, quando esteve encarregado da administração em São Paulo, apesar de contar com o apoio de delegados e agentes administrativos, teve necessidade de modificar o pessoal da polícia em alguns lugares no interesse do serviço público ou por ter necessidade de quem melhor compreendesse e executasse o que ele chamou de "pensamento eminentemente justo, de colocar a autoridade acima dos ódios e das paixões políticas e particulares". (112)

A problemática com que se defrontou Zacarias no Piauí assemelhava-se à de Cotegipe na Bahia. Cotegipe substituiu na Presidência da Bahia, Gonçalves Martins, antigo secretário da Faculdade de Olinda e que ocupava agora a pasta do Império. A Província apresentava alguns problemas, os ânimos estavam exaltados. Saraiva, aliás, deu um depoimento desse momento baiano. Em carta a Penedo, Cotegipe confessava que "seria a última Pro-

---

(110) ASI, Ata de 2 de agosto de 1855, p. 58.
(111) Relatório do Presidente da Província do Piauí, Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 1845, p. 5.
(112) ASI, Ata de 2 de agosto de 1855, p. 39.

víncia que me convinha encetar semelhante carreira... Que hei de fazer? Tentarei a experiência. A oposição como está esmorecida, toda a briga será no campo governista". (113) Procurou trabalhar com ponderação, preocupou-se com o melhoramento da Província: aspecto urbano, Biblioteca pública, Teatro, Palácio, vias de comunicação, povoamento e colonização. O interior da Província não foi esquecido, pois, cuidou da construção de uma ponte de ferro no estabelecimento da Ponta de Areia, de um poço artesiano em Santo Amaro, além de se interessar pela navegação do rio Jequitinhonha. (114) Os jornais provinciais o atacaram por sua campanha contra a moeda falsa e pela posição que tomou quanto à criação da estrada de ferro do Rio São Francisco. Acusaram-no de diferentes modos, inclusive atacando-o moralmente, atribuindo-lhe filiação ilegítima etc. (115) Referindo-se aos problemas com que ele se defrontava, escrevia-lhe Gonçalves Martins, do Rio "não lhe invejo a trabalho, nem o sofrimento... receio mais da guerra surda do que daquela que foi acompanhada de estrondos, insultos, injúria...". Procurava o amigo ausente entusiasmá-lo, injetando-lhe vigor - "eu cá estou para sustentar o que vier oficialmente proposto". (116)

Também ao assumir a Província do Rio Grande do Sul, em 1852, Sinimbu encontrou problemas: antagonismos políticos, partidos políticos inflamados, favorecidos em parte pela própria situação geográfica da Província, sofrendo impacto dos choques platinos. Sinimbu explicou, posteriormente, na Câmara, sua política alheia a envolvimentos, especialmente numa época em que

---

(113) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo, p. 231.
(114) PINHO, Wanderley, op. cit., p. 240.
(115) Idem, p. 239.
(116) Carta de Gonçalves Martins - 24 de dezembro de 1856, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p.237.

o país era dominado pela política de Conciliação. (117) Não fosse o apoio que lhe deu o Marquês de Paraná, as dificuldades que enfrentou quase o levaram a colocar o cargo à disposição.

Os Presidentes de Província encontraram, pois, uma série de dificuldades para agir nos locais para os quais foram designados. Havia oligarquias que mandavam, que os aceitavam ou que os repeliam, tolhendo-lhes a ação.

Na medida em que atuavam na esfera provincial tinham necessidade de apoio, por isso, freqüentemente formaram alianças, fizeram indicações de nomes de projeção da sociedade local para ocuparem determinados postos ou cargos. Com isso envolveram-se na política e não conseguiram manter-se apolíticos como os desejava o Imperador.

A sugestão que o Presidente da Província apresentava ao Presidente do Conselho ou ao Gabinete para nomeações, era algo freqüente e normal no Império. Cotegipe, por exemplo, segundo seu biógrafo, foi um grande patrocinador da candidatura de Saraiva à Presidência do Piauí, tendo, aliás, recebido um agradecimento deste em carta. (118) O poder de um presidente, na medida em que era indicado pelo centro, tinha, portanto, suas amplas ramificações, sendo sua vontade também atendida. Tratava-se de um acordo normal entre os componentes dos diversos degraus hierárquicos.

Foi baseado nesse hábito que Cotegipe escreveu ao Marquês de Paraná, referindo-se à necessidade de nomeações e sugerindo um nome no caso do desdobramento de uma comarca da Bahia. O Marquês respondeu logo que era uma questão de prerrogativa do

---

(117) ASI, Ata de 16 de julho de 1855, p. 169.
(118) Carta de Saraiva a Cotegipe - 24 de janeiro de 1853, apud PINHO, Wanderley, op. cit., p. 238.

ministério. O altivo Presidente do Conselho acreditou que seu delegado na Província estava procurando ir além de sua função. Em outra carta, Paraná afirmava: "concebe Vossa Excelência que pudesse haver dignidade na minha posição se me fosse necessário dar satisfação por motivos semelhantes a todos os Presidentes de Província? Julga Vossa Excelência que eu vim há pouco da Turquia e por isso não posso ter certas convicções a respeito dos negócios do Brasil ou do pessoal com quem posso contar para os empregados, sem em todos os casos pedir e receber informações. E pensa que informações são ordens?". A violência de Paraná era uma resposta a uma observação que Cotegipe ironicamente fizera em carta a um membro do Gabinete, o senador Nabuco de Araújo, o qual distraídamente mostrara a correspondência ao Presidente do Conselho. Nela, dizia Cotegipe - "façam, porém, V. Excias. como entenderem, porque o governo, por obra do Espírito Santo, sabe mais do que quem está vendo e apalpando". (119) O episódio é só um aspecto de uma história biográfica individual, mas mostra um problema constante com que se defrontou o Presidente, a tentativa de agradar ao Gabinete e subordinar-se a ele ao mesmo tempo, procurando manter-se aliado às figuras do poder local, ganhando simpatia dos que lhe podiam ser especialmente úteis.

A interferência do Presidente no esquema político e sua situação como liderança partidária levaram-no forçosamente a imiscuir-se no processo eleitoral, mesmo quando esse não era seu desejo.

Nabuco de Araújo foi Presidente da Província de São Paulo de agosto de 1851 a maio de 1852. (120) Nessa ocasião,

---

(119) Idem, p. 282.

(120) Resumo histórico da Gestão do Presidente Conselheiro José Thomás Nabuco de Araújo, que governou São Paulo de 27 de agosto de 1851 a 19 de maio de 1852 - AALPSP 1852 - 1853, p. 373.

como Chefe conservador, estava a par das decisões do partido saquarema em São Paulo. O Presidente do Conselho, Visconde de Monte Alegre, também liderança conservadora, pleiteava para a próxima eleição senatorial a indicação de Pimenta Bueno, o futuro Marquês de São Vicente. Esse nome, todavia, não estava sendo bem acolhido pelos chefes do partido em São Paulo que queriam Joaquim José Pacheco. Nabuco, em carta ao Presidente do Conselho, fez ver a ele que o governo, com sua determinação autoritária, ficaria em oposição a quase toda a ala conservadora paulista. Não concordava Nabuco com a exclusão do nome de Pacheco, que era considerado por Monte Alegre como mais danoso do que o de adversários políticos declarados. Nabuco lutava para que não houvesse antagonismos entre o partido e o governo. Procurando justificar seus pontos de vista escrevia: "O princípio de autoridade vale tudo no Brasil, pode muito aqui, mas V. Excia. há de concordar comigo que não é tão absoluto esse pressuposto que chegue até a imposição e exclusivismo, até o ponto de alienar-se o governo de todos, de prescindir de todos". Informava não saber como agiram as "influências locais" num "conflito entre o governo e os chefes do partido dominante". (121) Observava que desde 1842, os paulistas viram a Pimenta Bueno como um adversário e Pacheco, como aliado especial. Nabuco não sabia o que fazer. Não queria se demitir para não prejudicar o Gabinete nesse momento de crise, mas por outro lado, não concordava com ele. Decidiu que permaneceria no posto, apoiando o Presidente do Conselho. Enviou circular aos eleitores amigos do governo, fazendo o jogo imposto pelo Centro. A vitória do governo foi total, mas a eleição de Pimenta Bueno tivera vícios, aliás normais nas eleições, e o

---

(121) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo I, p. 129.

Presidente de Província teve que defender-se, inclusive perante o Supremo Tribunal, acusado de violação da neutralidade que o governo deve guardar na eleição como condição de liberdade. Defendeu-se com argumentos políticos um pouco duvidosos. O sistema representativo supõe luta de opiniões, o governo, dizia ele, teria apenas manifestado uma opinião, a circular enviada por ele - "era reflexo dessa opinião manifesta somente junto aos amigos do governo". O Tribunal julgou improcedente a denúncia apresentada contra Nabuco. (122) Mas o conflito ocorrido, ainda uma vez, comprova o dúbio papel do Presidente da Província, pressionado entre duas tendências conflitantes: a centralizadora e a local.

A problemática complexa com que se defrontaram essas jovens lideranças, levou alguns políticos conhecedores da realidade provincial, inclusive a sugerir algumas transformações na instituição. Tavares Bastos queria, como em geral os liberais, que o Presidente de Província fosse eleito e não indicado pelo Executivo. Ouro Preto, por exemplo, chegou a organizar um projeto de que o cargo fosse eletivo e de escolha Imperial, em lista tríplice, semelhante ao processo para eleição de senador. A eleição faria com que o Presidente fosse, de certa forma ligado à região, apoiado na província.

O projeto de Ouro Preto, em 1883, defendia a idéia de que o Estado não devia abdicar de seus direitos frente à província, mas não em detrimento desta: apresentava ele medidas concretas em prol da descentralização, (123) as medidas que, inclusive, ele defendeu posteriormente no último Gabinete da Monarquia.

---

(122) Idem, p. 138.
(123) Projeto do Visconde de Ouro Preto - 1º de janeiro de 1883 in TORRES, João Camilo de Oliveira, op. cit., p. 388.

Saraiva, que atuara como Presidente da Província do Piauí, Pernambuco, Alagoas e São Paulo, tinha também, em 1858, juntamente com outros políticos criado um projeto sobre estabelecimento de uma alçada, na qual os Presidentes pudessem despachar os negócios gerais em última instância. (124) Essas propostas mostram que o problema da Presidência da Província era tal que preocupava aqueles que mais de perto conheciam a instituição ou porque nela atuaram diretamente ou porque sobre ela haviam feito estudos.

Martinho Campos, em 1879, protestava contra as decisões de Sinimbu, então na Presidência de Província, que queria impor proibição no sentido de que os Presidentes não pudessem ser retirados do Parlamento. (125) Sinimbu certamente pensava no problema da instabilidade que tanto prejudicava a Presidência e comprometia o Legislativo. Lembraria, provavelmente a sua própria trajetória como Presidente de Província.

Mas a legislação sobre a Presidência de Província praticamente não se alterou.

Continuavam os jovens líderes nas teias da política e da burocracia. Um pouco do que gostavam, do que já haviam feito, do que eram enfim, transparece nas atividades que exerceram.

Embora estivesse iniciando sua atividade política no Piauí e, ele próprio, fosse um estreante, não deixou Zacarias de observar com olhos críticos as diversas instituições a seu cargo. De sua visão de professor adquirira uma especial sensibilidade com relação à instituição pública. Preocupava-o o ensino primário, sempre relegado a um segundo plano e fator "indispen-

---

(124) TORRES, João Camilo de Oliveira, op. cit., p. 398.
(125) Discurso de M. Campos, 1º de fevereiro de 1879 in TORRES, João Camilo de Oliveira, op. cit., p. 383.

sável ao progresso cultural e mesmo material de um povo". Combatia então, o ensino em classes grandes com professores e monitores, como se usava na Holanda e Alemanha, que "são países clássicos em matéria de educação". Mas essa forma de ensino, mesmo na Europa, já caíra em desuso, motivo pelo qual Zacarias questionava: "por que optamos pelo que as nações cultas já abandonaram?". Impressionava-o o desinteresse, a ignorância ou falta de recursos dos pais que não enviavam seus filhos à escola. A extensão do mal levou-o a sugerir penalidades, em forma de multas, aos infratores. A carência do ensino de 2º grau foi outro ponto que lhe chamou a atenção, pois nele estava a preparação para a carreira superior. Sugeriu que para sanar a ausência de mestres, um mesmo professor se responsabilizasse pelo ensino de matérias afins. (126)

Mais tarde, ao assumir a Presidência do Paraná, quando a Província surgiu, recém-desmembrada de São Paulo, tinha já Zacarias maior experiência. Apresentou melhor desempenho, revelando, através de muitas sugestões gerais, aguçado espírito crítico. Novamente aí, manifestou-se seu especial interesse pelo ensino. O Relatório final que enviou, quando do término de sua permanência no Paraná, permite avaliar o quanto restou no administrador do antigo mestre de Olinda. Lutou no campo do ensino primário para que os professores recebessem melhores salários - "sejamos francos, o professor que não prestar se for vitalício aposente-se; se provisório, destitua-se, mas tendo as precisas habilidades receba pelo menos, sendo efetivo, o máximo dos ordenados fixados no Art. 15 da Lei nº 34, de 16 de março de 1846". (127)

---

(126) Relatório do Presidente da Província de Piauí, Zacarias de Goes e Vasconcelos, pp. 11 e seguintes.

(127) Relatório do Presidente da Província do Paraná. Conselheiro Zacarias Goes e Vasconcelos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial - 15 de julho de 1854, p. 13.

Afirmava que o governo devia manter o edifício público onde pudesse funcionar a escola e não "constranger os professores a alugar uma casa para tal fim, reduzindo já os seus poucos vencimentos". Criticou o fato de a inspeção do ensino ter que ser feita por uma comissão, considerando a dificuldade de se ter que achar um inspetor. Atacou o currículo primária, queria seu ensino obrigatório com verbas destinadas ao ensino das crianças filhas de indigentes, e reclamou contra a idéia, que então ventilava, de fechamento de classes com menos de doze alunos. "Mas essa dezena de alunos que por acaso for despedida da escola não merece a consideração, nem sacrifício algum por parte do governo? Se forem miseráveis esses meninos ficarão assim irremediavelmente condenados à estupidez?". (128) Mentalidade extremamente austera, condenava a "freqüência promíscua" dos dois sexos em classes conjuntas, mas ainda assim mostrou-se suficientemente aberto para compreender que as meninas tinham direito à instrução. Instituiu classes femininas e destacou o papel da mulher na família. Lamentou a inexistência do ensino secundário na Província, preocupado com a mocidade que desejasse o prosseguimento de um curso superior. Denunciou o Liceu criado, em 1846, em Curitiba, como ineficaz e criticou a ausência do inglês no currículo. Pensando na importância da agricultura na região, queria cadeiras de Botânica, Zoologia, Mineração, além de Física e Química. (129) Assim o professor de Olinda se destacava na Presidência de Província.

De igual modo, a experiência que Cotegipe vivera como Chefe de Polícia na Bahia, sua luta incessante contra os co-

---

(128) Idem, p. 18.
(129) Idem, p. 25.

merciantes inescrupulosos fez com que ele, como Presidente, se preocupasse muito com a manutenção da ordem, prisão de ladrões e assassinos. Lutou ainda nesse cargo contra os falsários como já o fizera como Delegado. Seu trabalho mereceu os cumprimentos de Nabuco, Saraiva e Sinimbu e, como Zacarias, recebeu do Império a condecoração da Ordem da Rosa. (130)

Saraiva, ex-promotor público da Jacobina, antigo juiz municipal preocupou-se, por exemplo, no Piauí, com o problema da administração da justiça. Zacarias havia se queixado em 1846 da falta de juízes letrados, obrigando importantes funções da Magistratura a serem exercidas por homens sem conhecimento de legislação. Referiu-se ao júri que agia com grande clemência e concluía severamente, "os juízes de fato não têm obrigação de serem melhores do que a sociedade em que vivem". (131) Se o júri absolvia, também o advogado, observava, desconhecia os limites morais na defesa de seu cliente, empregando meios ilícitos para convencer; também o juiz de Direito e o promotor não usavam do direito de apelação, o que poderia vir a corrigir os desmandos do júri. Já em 1852, Saraiva mostrava a melhora, nos últimos anos, do padrão dos juízes e destacava o cuidado que se devia ter com o Ministério Público, esse "complemento da organização judiciária" e que devia também receber a atenção do Estado". (132) Como promotor estava atento especificamente a esse problema.

A mesma preocupação com os problemas de Justiça o perturbavam em 1855, quando Presidente da Província em São Paulo. Reclamou, então, da irregularidade das sessões judiciárias, re-

---

(130) PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo, p. 255.
(131) Relatório do Presidente de Província do Piauí, Zacarias Goes e Vasconcelos, na abertura da sessão Legislativa Provincial, 11 de julho de 1846, p. 5.
(132) Relatório do Presidente de Província do Piauí, José Antonio Saraiva em 1º de julho de 1852, p. 11.

tardando por muitos meses o julgamento de um réu confinado ao isolamento e angústia de uma cela, ainda sem ter a culpa comprovada. Afligia-se Saraiva, ainda outra vez, com o número de absolvições que - "espanta e depõe", dizia. "Oxalá, acrescentava, o desenvolvimento da instrução do país salve a instituição do júri". (133)

Da mesma forma como algumas características individuais, alguns trabalhos exercidos anteriormente por esses líderes marcaram suas passagens nas Presidências das Províncias, também já se delinearam aí alguns caracteres das futuras grandes lideranças políticas do Império. Como católico convicto, Zacarias, o futuro defensor dos Bispos na questão religiosa, já mostrava suas convicções. Analisou, no Piauí, as formas do culto público, lamentando o estado deplorável das freguesias e pediu ainda a vinda de missionários capuchinhos. Quis providenciar para a cidade um hospital com melhores condições. O futuro provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio enfantizava - "não poderia haver para mim maior prazer do que o de dar impulso e concorrer para se levantar à humanidade enferma um abrigo em que receba a caridade abrigo dos seus males". (134)

Nas experiências políticas que iam adquirindo iniciavam as lideranças seu conhecimento de problemas das diferentes regiões do país, mergulhavam-se nos primeiros sérios problemas administrativos e, agindo na administração, envolviam-se na política, aumentavam seus contatos locais e com a Corte. A Presidência da Província constituía-se, segundo o dizer de Martinho

---

(133) Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial. 15 de fevereiro de 1855, p. 5.

(134) Relatório do Presidente da Província do Piauí, Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 1º de agosto de 1845, p. 20.

Campos, "numa escola para a alta administração do Estado", (135) ou o primeiro degrau que as lideranças do Império subiam em sua escalada política, se bem que alguns líderes voltaram a ser Presidentes de Província, inclusive quando já tinham galgado postos mais elevados, e já tinham sido, inclusive, eleitos para a Câmara dos Deputados, como Saraiva em Pernambuco e Zacarias no Paraná, por exemplo.

Na organização burocrática e centralizadora do Império, portanto, a ascensão política fez-se através do âmbito provincial, da experiência que os políticos conseguiram em suas atuações no Judiciário, Legislativo e no Executivo. A partir dessas participações, da Presidência de Província em especial, adquiriram experiência política e administrativa, possibilitando a que enfrentassem com segurança os problemas propostos, numa segunda etapa, em esfera nacional.

---

(135) CAMPOS, Martinho *apud* TORRES, João Camilo de Oliveira, *Democracia Coroada*, p. 384.

III. A ESCALADA POLÍTICA - ATUAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL

A partir da Maioridade, as lideranças políticas consideradas que haviam tido, até então, uma circulação em âmbito provincial, ocupando cargos ligados ao Poder Judiciário, Magistratura, e Polícia, ao Poder Legislativo, Assembléia Provincial e ao Poder Executivo, Presidência de Província, chegaram ao Parlamento do Império, abandonando uma política de âmbito modesto e regionalista para integração numa esfera mais ampla, nacional.

Da administração de uma província, às vezes, pequena, longínqua, o político chegava à Corte, ao centro das decisões, aproximando-se do Poder. Ao fazê-lo, passava a participar mais diretamente dos interesses do Estado, da "onipotência" deste, continuando o exercício de funções burocráticas, as quais já se havia comprometido, ao deixar a Academia.

No processo, já citado, de Centralização e Burocratização do Império, o envolvimento dos políticos do Parlamento e Gabinete nos interesses do Estado processou-se em decorrência de serem os políticos dos mais altos escalões, também os funcionários mais graduados da administração, recebendo do Estado, portanto, as condições necessárias a seu sustento. Daí, em parte, essa solidariedade confundindo Elite Política e Burocracia.

No âmbito da política nacional, as lideranças podiam participar do Poder Judiciário, do Legislativo ou do Executivo, tendo ainda, especialmente, se integrantes dos dois últimos, acesso ao Poder Moderador, na condição de Conselheiros da Coroa. A participação das lideranças, junto ao Poder Judiciário, só nos interessou destacar, na medida em que representou uma condição

à escalada política. Ao se situarem os políticos, numa dimensão nacional, muitos ainda continuaram a ser juízes, desembargadores, ao mesmo tempo que deputados, senadores e ministros.

Líderes como Nabuco, Cotegipe, Sinimbu abandonaram a carreira, baseando-se na idéia da incompatibilidade da Magistratura com a atividade política. Mesmo para os que tentaram conciliá-las, a primeira foi eclipsada pela segunda, só casualmente, um político de destaque continuou a ser juiz ou desembargador.

O enfoque, em questão, é a atuação das lideranças em nível de Legislativo e Executivo, primordialmente e só, por exceção, o Poder Judiciário, quando a ele estiver relacionada a ação política.

Ainda, havia ou há marcante diferença quanto à ação dos poderes constitucionais. O Judiciário tinha no Império uma esfera de ação limitada às questões civis, criminais, postas em julgamento, através de Comarcas, Relações, Províncias e Supremo Tribunal. Aliás, o seu âmbito é necessariamente o mesmo sempre, começando quando do desrespeito às normas legais, quando a liberdade de alguém é ameaçada pelo abuso da liberdade de outro. A ação do Judiciário processa-se dos casos individuais em níveis comunitários, institucionais e nacionais. Uma nação pode ser ferida pelo abuso do direito de outra sobre ela o que tem implicações internacionais, levando até à guerra. No entanto, a esfera do Judiciário, evidentemente, é muito inferior à do Legislativo, Executivo, e suas decisões estavam sujeitas, no Segundo Reinado, aos juízes municipais, juízes de Direito, desembargadores e conselheiros.

O Poder Legislativo, que estabelece as leis, depois promulgadas pelo Executivo, tinha no Parlamento Imperial, um nú

mero quase ilimitado de atribuições. Mas a aprovação dos projetos nas duas Câmaras: de Deputados e Senado, fazia-se com a deliberação de cerca de 170 membros, número médio para o final do Império; logo o poder de decisão diluía-se entre um número grande de políticos.

O Executivo, em nível de Gabinete constituía-se, a partir de 1847, da Presidência do Conselho e de ministros das seguintes Pastas: Império, Marinha, Guerra, Negócios Estrangeiros e Justiça. (1) Logo, recaía o poder sobre um pequeno número de homens, embora tivessem eles seus assessores e subordinados. Formavam os chefes do Executivo uma elite, que ficava acima de uma "classe política", ou se recrutava de uma "oligarquia" que tinha o poder de governar, ainda que indireta e sub-repticiamente. Por isso, o Executivo era o poder por excelência, o que tinha força, maior peso de decisão, o que outorgava maior glória e maior popularidade.

Assessorando de perto a Coroa, nas mais intrincadas decisões, havia ainda o Conselho de Estado Vitalício, com função política e administrativa, relacionado muito de perto com as mais importantes decisões em nível nacional. Tinha amplas atribuições, um número limitado de conselheiros, doze ordinários e doze extraordinários, e seus pareceres se resguardavam a Coroa, por outras vezes, foram apontados como símbolos do Poder autoritário que, em certos momentos, se atribuiu ao Imperador.

O exercício do poder desde os níveis mais modestos até os mais elevados escalões, foi sempre uma atração para os que direta ou indiretamente pleiteavam, no Império, a participa

---

(1) Em 1850, criou-se o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, surgindo nova Pasta, portanto. Organizações e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império, p.126.

ção política. A Centralização, unificando o poder no quadro administrativo imperial, tornava valiosa a atuação junto ao Estado, pela grande força que este desempenhava junto à Sociedade. O poder político em nível de Judiciário, Legislativo e mesmo Executivo não conferia necessariamente recursos materiais de especial significação, nem mesmo assegurava uma vida econômica tranqüila, mas ainda assim os que se dispunham a escalar o poder, não se sentiam tolhidos por esses obstáculos.

Zacarias, em 1856, pretendia um lugar de deputado e queria concorrer a um dos círculos da Bahia, em que tivesse maior relacionamento, portanto, maior possibilidade de eleger-se. Nessa época, já se demitira da Faculdade de Direito e desejava novamente um lugar no Parlamento. Suas cartas ao irmão, juiz de Direito em Valença, mostram seu desejo de visitá-lo e ao mesmo tempo "fazer a cabala". Questões familiares impediram-no de ir, todavia, o irmão e os amigos se dispuseram a preparar a eleição que custaria oito contos de réis. Ao tomar conhecimento do preço da campanha política, observou Zacarias que a "vitória seria uma derrota", pois, em quatro anos de trabalho na Câmara, receberia somente nove contos e seiscentos mil résis, e dispor-se a tal empreendimento seria "cálculo de quem não tem juízo". Referiu-se às suas dificuldades financeiras, às trinta e oito apólices de que se desfizera para comprar partes de um sobrado de que era co-proprietário. Tal despesa, "nem para entrar no Senado, eu me animaria a fazer". Ainda assim, o irmão custeou despesas superiores às possibilidades de Zacarias o que o levou a escrever-lhe falando de suas inquietações, da impossibilidade de saldar logo a dívida, de sua mulher Carolina como única testemunha de sua aflição. (2)

---

(2) Cartas de Zacarias ao irmão (José). Rio de Janeiro, novembro de 1856 in Coleção Zacarias de Góes e Vasconcelos.

Nabuco de Araújo, ao se tornar ministro pela segunda vez, abandonou o trabalho de advogado e passou a contar só com o ordenado de ministro, de rendimento muito pequeno. Esta alteração causou-lhe inúmeras dificuldades financeiras. Os gastos, que se avolumaram no período em que ocupou o poder, foram bastante elevados, já que sua residência era centro de reuniões políticas e sociais, para as quais tinha que ter uma boa representação. As dívidas, que muito o preocuparam, só seriam pagas com seu escritório de advocacia, quando deixasse o poder. (3)

Sinimbu, segundo informa seu biógrafo, viveu os últimos tempos de sua vida "paupérrimo", com recursos provenientes só de uma modesta aposentadoria de juiz, já que por viver na República, não recebia mais subsídios de senador do Império. Aliás, o próprio governo provisório ofereceu-lhe depois uma pensão de 500$000 mensais, que a muito custo aceitou. (4)

Se não era riqueza, o que o poder concedia como recompensa? O poder influenciava pessoas, permitia participação em decisões de destaque e só por isso já trazia como corolário o tornar-se respeitado, admirado. O poder, já dissera um político, em 1879, compensa todos os nossos esforços.

Para Saraiva, o poder "dá sobeja compensação aos nossos desgostos e trabalhos, satisfação de bem servir e de ganhar uma certa auréola de glória, de conquistar a estima do país e sobretudo a popularidade". (5)

Há uma magia, um fascínio no poder. Antonio da Silva Prado, referindo-se a ele, apesar da instabilidade e dos riscos

---

(3) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo II, p. 36.

(4) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 350.

(5) ACD, Ata de 2 de agosto de 1855, p. 30.

que acarretava, ainda assim declarava: "mas eu gosto de estar sempre no perigo". (6) O poder, desgastava os políticos e amargurava os líderes.

Sinimbu, referindo-se a uma das vezes em que foi ministro e Presidente de Conselho dizia que os que o conheceram sabiam que não procurara o poder: "Já por experiência, conhecia o que valia entre nós a vida política. É em regiões diferentes que tenho passado os meus melhores dias. Se ainda desta vez aceitei o poder, foi levado pelo sentimento de um grande dever". (7) E Sinimbu não gostava de se abrir muito, era homem calmo, comedido, encobria "o ardor de seu temperamento sob o polido das maneiras". (8)

Cotegipe em carta a Nabuco, por ocasião de sua nomeação como Ministro da Justiça, dizia não poder deixar de lhe desejar felicidades, "sem cumprimentá-lo", porém, porque "não creio que seja para invejar a tua posição". (9)

O próprio Nabuco, pouco depois, e ainda no poder, desabafava com seu amigo Visconde de Boa Vista: "Estou cansado, desejoso de sacudir o fardo que tanto me pesa, mas que amarrado por considerações que se não podem escrever, vou indo e não sei até onde e até quando". (10) Angustiado, em outro momento, após pequeno atrito com Rio Branco, a quem muito respeitava, confessou "a carga que me é a política". (11)

Ouro Preto, em discurso no Senado, destacava as críticas que feriam e maltratavam o político em posição de desta-

---

(6) ASI, Ata de 5 de outubro de 1888, p. 311.
(7) COSTA, Craveiro, op. cit., p. 268.
(8) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo I, p. 359.
(9) Idem, tomo II, p. 243.
(10) Idem, tomo II, p. 243.
(11) Idem, tomo II, p. 406.

que e que era tachado pelos adversários e até pelos amigos, de ambicioso, temerário, sem escrúpulos, "todo aquele que realiza um cometimento feliz, que dá passo na vida, que progride por qualquer forma, em qualquer posição ou classe, se encontra por honra da humanidade, um ou outro homem sincero e de merecimento que o anime e aplauda, conta logo com um grande número de adversários que, por inveja, por despeito, tratam de abocanhá-lo, desprestigiá-lo, e criar-lhe toda a sorte de embaraços". (12)

Na mesma ocasião, outro político observou: "O quanto injustamente eram tratados os que alcançaram posição proeminente". (13)

Alguns estudiosos da Política: Lasswell, R. Lane e F. Greenstein consideram que os homens buscam os poderes por motivos inconscientes. Uma das explicações contemporâneas é a de Lasswell que explica a procura do poder como forma de compensação por privações psicológicas sofridas na infância que engendrariam tipos ávidos de domínio. (14) A orfandade paterna e materna de várias dessas lideranças: Zacarias, Saraiva, Torres Homem, a ausência da mãe, caso de Nabuco e do pai, caso de Rio Branco, colocariam nesse contexto acima. A busca do poder como carência afetiva teria raízes patológicas e qualquer generalização nesse ponto seria apressada e inconveniente.

Os políticos do Segundo Reinado, esses da Velha Guarda, tinham se preparado para os grandes cargos do Império, através de um longo exercício da política. Nem todos, mas pelo menos alguns, eram vocacionados para ela, como uma herança de seus antepassados, tinham preparo e até certo idealismo frente ao po

---

(12) PORTO, José da Costa. Afonso Celso. Perfis Parlamentares nº 5, p. XXX.
(13) ASI, Ata de 27 de junho de 1887 - Discurso de F. Castriolo, apud PORTO, José da Costa, op. cit., p. XXX.
(14) LASSWELL, Harold. Power and Personality, p.

der. A isto se aliava um desejo de ser admirado, respeitado. Aliás, Joaquim Nabuco observara que o pai se formara em outra época, quando o poder representava autoridade moral, prestígio, cercava-se de mistério, conservava-se inacessível para todos os que não tivessem completado o longo e "difícil tirocínio pelo qual ele fazia passar as verdadeiras vocações". Nessa época, já havia ambições desmedidas, "crescente vulgaridade quando quase todos", continuava Nabuco, "já se sentiam aptos para quase tudo e o governo não era mais uma especialidade". (15) Os jovens, segundo o pensamento de Joaquim Nabuco, "estavam convencidos de que a mocidade, a inexperiência é uma superioridade, relegando para o museu como medalhões os que tinham tido tempo de aprender a responsabilidade do governo". (16)

Dos que desejaram o poder nos 67 anos de Império e em sua busca foram tolhidos por injunções políticas, falta de apoio, ou pela própria morte, apenas 219 políticos conseguiram atingir o cobiçado cargo de ministro. Essa parcela pequena comprova ainda uma vez que a liderança política no Império era bastante elitista.

Aliás, especificamente no Segundo Reinado, houve 199 senadores, 165 ministros, 30 Presidentes de Conselho e 50 Conselheiros de Estado, sendo esta a cúpula que manobrava o poder à sombra da Coroa. Dos conselheiros, 37 pertenciam ao Senado. (17)

Na escalada em nível nacional, no Império, observa-se que a Câmara dos Deputados foi o degrau inicial, do qual pequena parcela chegou ao Senado. Do Parlamento Nacional foram es

---

(15) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo II, p. 406.
(16) Idem, ibidem.
(17) MAGALHÃES Jr. Atas do Conselho de Estado, vol. IX, p.XII.

colhidos os nomes indicados para o Gabinete e recrutados pelo Imperador para a Presidência do Conselho, geralmente para compor o seu colegiado de mais alto nível. O Imperador selecionou seus integrantes dentre os que haviam ocupado os cargos mais proeminentes no Judiciário, Legislativo e Executivo Nacional, as figuras também mais representativas da inteligência do País. Participar dessa elite imperial, nos seus mais altos cargos, era a principal aspiração dos homens que se consagravam à vida pública.

a) O Legislativo - Câmara dos Deputados e Senado

A escalada rumo ao Legislativo mais alto do País, só se conseguia se o beneficiado houvesse passado por um rigoroso exame de seleção, no qual influíam os dotes pessoais do candidato, seu prestígio, mas de forma muito enfática, as ligações políticas, as condições sócio-econômicas que eram de grande valia, embora não exclusivas, e acima de tudo, os apoios, a presença de vários ou de um padrinho forte, especial. (18)

É que o envolvimento político fazia-se do alto para baixo, centralizando forças e apoios recíprocos.

Para o sucesso nas eleições era necessário um bem montado controle do processo eleitoral, com um conchavo fortemente organizado, constituindo-se uma verdadeira teia, cujas ramificações se encontravam nas extremidades provinciais, mas cujo cen-

---

(18) Nesse sentido ainda recentemente uma comunicação da V Semana da História, no Instituto de História e Serviço Social da UNESP - Franca, desenvolveu o tema "Política de nomeações através da Coleção Paranaguá", destacando as amplas solicitações recebidas pelo Marquês de Paranaguá para concessão de cargos a políticos com os quais mantinha contato ou até mesmo desconhecia; os nomes que apadrinhou, facilitando-lhes a ascensão a cargos de destaque.

tro de ação se fixava no Rio de Janeiro, no governo de Gabinete. Sem esta ligação centro-periferia, isto é, Corte-Províncias, não se podia lutar com sucesso contra os adversários políticos. Os tentáculos que representavam essas alianças, nem sempre bem perceptíveis, de imediato, constituem perigosa armadilha aos demais concorrentes.

Um exemplo de conchavo bem estruturado houve na Bahia, após a revolução praieira. O partido conservador formou um bloco solidário, tentando colocar, no poder, as figuras mais representativas da política provincial.

A correspondência mantida entre a Central Política do Império, isto é, o Gabinete e os representantes do governo nas províncias, atestam a força da centralização e o relacionamento com seus subordinados. Assim, Eusébio de Queiroz, ministro da Justiça do Gabinete 29 de setembro, (19) manteve contato constante com a Bahia, através de cartas dirigidas a Gonçalves Martins, Presidente de Província e Cotegipe, Chefe da Polícia. (20) Os laços de amizade entre Cotegipe e Gonçalves Martins (futuro Visconde de São Lourenço), político já de renome na Bahia, posteriormente senador e ministro do Império, consolidaram-se, então, (21) tendo essa aliança política sido, por vezes, muito benéfica a Cotegipe, pois São Lourenço procurou protegê-lo à medida que também ascendia.

---

(19) Gabinete presidido pelo Marquês de Olinda - 1849.

(20) Foi em função desses contatos que Gonçalves Martins e Cotegipe cederam sua força militar ao governo pernambucano, a fim de que este sufocasse o movimento praieiro. PINHO, W., op. cit., p. 332.

(21) As cartas de 20 e 27 de setembro; 10, 14 e 26 de outubro; 10 e 25 de novembro e 24 de dezembro de 1852 são um comprovante do fato. PINHO, W., op. cit., p.233.

O partido conservador, sempre oposicionista, na Bahia, tinha, em 1849, montada uma boa equipe de apoio. Saraiva, juiz municipal de Jacobina, era então um dos cabalistas do governo. Escrevendo a Cotegipe, dizia esperar um "triunfo glorioso". (22) Também Saraiva pleiteava uma eleição para deputado provincial e Cotegipe o recomendava para diferentes distritos. (23)

A organização política foi de tal ordem que os baianos conseguiram eleger uma deputação saquarema com catorze nomes.

Gonçalves Martins, representou então uma aliança poderosa para Cotegipe, Zacarias, favorecendo inclusive a indicação do último para o ministério, em 1852.

A necessidade de um padrinho forte era algo que não podia de forma alguma minimizar-se para os cargos mais modestos e até para os mais altos escalões.

Em 1856, quando Cotegipe disputou uma vaga para o Senado, contou com o apoio do Gabinete da Conciliação presidido pelo Marquês de Paraná. O hábil político, então na Chefia de um gabinete heterogêneo, prestou total solidariedade ao ainda jovem, candidato ao "Velho Senado". Não tinha Cotegipe ainda quarenta anos, não possuiá, portanto, a idade legal que o habilitava a concorrer a uma cadeira na mais alta Câmara do Império. Nesse momento, Nabuco escreveu-lhe perguntando se tinha sua permissão para também disputá-la. (24) Otaviano, aliado de Cotegipe, buscando apoio para essa pretensão do amigo, em carta ao Barão de Penedo, dizia que "Nabuco só agora se lembrou de ser baiano

---

(22) Carta de Saraiva a Cotegipe, 28 de setembro de 1849 apud PINHO, W., op. cit., p. 181.
(23) Idem, 24 de abril de 1849 e 28 de setembro de 1849.
(24) Carta de Nabuco de Araújo a Cotegipe, 8 de abril de 1855 in PINHO, W., op. cit., p. 481.

e declara-se contra o João" (Cotegipe), mas informava que segundo seu sogro "o Wanderley (Cotegipe) podia derrotar Nabuco". Também Sinimbu pensou em candidatar-se. As lideranças disputavam o mesmo cargo, mas o apoio do Gabinete era todo ele para Cotegipe que, todavia, tinha contra si o mencionado problema da idade.

Percebe-se, nesses casos, que uma minoria coesa, representando o poder central, tinha ação sobre uma esfera ampla de poder, que exercia seu domínio até as mais longínquas circunscrições provinciais. Tal ação do Executivo fazia-se através de políticos que agiam como intermediários com autoridade específica para determinadas áreas.

Na disputa pelo poder no Senado, Cotegipe foi favorecido por algumas circunstâncias casuais. Nova vaga abriu-se decorrente de outro falecimento de senador. A cólera atingindo violentamente a Bahia, atrasou o processo eleitoral, e Cotegipe completou os seus esperados quarenta anos. Ao pleito, também Zacarias concorreu. Tendo falecido o Marquês de Paraná, as condições mudaram. Gonçalves Martins patrocinava agora a candidatura de Ferraz contra Cotegipe. (25) Uma rivalidade surgira, separando os antigos aliados: Martins e Cotegipe, talvez decorrentes de um certo receio do antigo mestre de que o discípulo promissor o superasse. Aliás, essa hipótese é de certa forma aventada por um biógrafo de Cotegipe.

Como sempre entre os grupos políticos, os líderes se incompatibilizavam, criando antagonismos que tinham, às vezes, decorrências várias. Freqüentemente desenvolviam-se entre eles forças de apoio ou repulsão a um ou outro nome.

---

(25) VARGAS, Túlio. O Conselheiro Zacarias, p. 90.

A propaganda intensa, desenvolvida pelos adeptos dos candidatos, sufragou, nas urnas, em maioria, os nomes de Cotegipe e Zacarias, todavia a escolha imperial das listas tríplices selecionou os nomes de Cotegipe e Ferraz.

O conchavo, base de toda a propaganda e de toda atividade política profissional, continuava a ser moldada por uma elite política, provocando certa dicotomia entre a minoria coesa atuante e uma maioria controlada por políticos intermediários.

Eleito e escolhido senador, Cotegipe recebeu os cumprimentos elogiosos, mas irônicos de Gonçalves Martins, pela "façanha de com quarenta anos, se é que os tem, ter assento no Senado" o "matuto da barra" que percorreu "rapidamente todos os degraus da escala social". (26) Ainda, desta vez, a rivalidade entre os políticos não destruiu os resquícios de uma antiga amizade.

Se Cotegipe para subir precisou de Gonçalves Martins, de Paraná, por outro lado, como político de destaque, antes mesmo de ocupar uma cadeira senatorial, já tinha seus apadrinhados. Em 1849, foi através de sua influência que Saraiva obteve um lugar na Câmara. Também, em 1853, Saraiva, então Presidente da Província do Piauí, voltou a necessitar do apoio de Cotegipe para sua reeleição legislativa. Nessa época, Paranaguá desistira de concorrer ao pleito e Saraiva disputou-o, com o apoio do Marquês de Cotegipe. (27)

Aliás, a solidariedade dos baianos levava a província a gozar de um destaque especial na Câmara. Saraiva, em pronun-

---

(26) Carta de Gonçalves Martins a Cotegipe, 25 de maio de 1856, apud PINHO, W., op. cit., p. 502.

(27) Carta de Paranaguá a Saraiva (documento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) apud PINHO, W., op. cit., p. 238. Ao término da eleição, Saraiva em carta a Cotegipe agradeceu o empenho deste (carta de 24 de Janeiro de 1853), idem, ibidem.

ciamento no Senado, referiu-se, certa feita, à influência decisiva exercida por Cotegipe, na ascensão de sua carreira política. Relembrou que o conhecera aos vinte e três anos, quando aspirante à Magistratura, enquanto ele, Saraiva, se encontrava em Jacobina, no interior baiano, imbuído de modestas pretensões. Foi Cotegipe quem favoreceu sua indicação para a Presidência da Província do Piauí, em julho de 1850. O próprio cargo de deputado à Assembléia Geral, afirmou, então, devia à solidariedade de amigos, entre os quais Cotegipe. (28) Saraiva referiu-se a ele como um padrinho com que sempre contou.

Em 1858, Cotegipe, com seu estímulo e entusiasmo, favoreceu a eleição senatorial de Nabuco. Ao que consta, também Sinimbu e Saraiva prestaram-lhe valioso auxílio.

No Senado, como líder de destaque, incentivou Cotegipe vários talentos, favoreceu ambições, prestigiou correligionários, como Junqueira, Leão Veloso, Dantas. (29)

Já se mencionaram em outro capítulo, alguns apoios importantes em momentos especiais, pois a política não só aproxima mas também afasta amigos e correligionários. Os padrinhos não foram sempre os mesmos, todavia alguns houve que significativa ação tiveram junto a seus apoiados, veja-se o Marquês de Paraná para Rio Branco, Evaristo da Veiga para Torres Homem, Gonçalves Martins para Cotegipe e Zacarias, Cotegipe para Saraiva e Nabuco etc.

Os dados apresentados parecem suficientes para que se compreenda que para uma escalada política, necessário se fazia a existência por trás da liderança de uma equipe de apoio,

---

(28) ASI, Ata de 27 de julho de 1869, p. 1.
(29) PINHO, W., op. cit., p. 567.

disposta a lutar para colocar à frente, o político que dele se fazia porta-voz. Além do conchavo entre os pares, era preciso haver padrinhos fortes em cargos mais elevados, de preferência junto ao Gabinete no poder ou junto às figuras mais importantes dos dois partidos, na Corte. Constituía-se, assim, uma verdadeira pirâmide hierárquica em que vários dependiam de alguns e estes de outros mais conceituados, mais fortes e em cargos mais elevados. A escalada política assentava-se sobre um fundo burocrático, definindo-se, assim, a Instituição tão bem caracterizada por Max Weber.

O político, à medida que ascendia, dispunha cada vez de maior número de subordinados e de elementos que a ele recorriam, a fim de obter, cargos de prestígio, ou empregos públicos. A clientela que requisitava os favores políticos aumentava e essa proliferação dos validos proporcionava em troca a formação de um grupo de subalternos politicamente dependentes.

Os cargos mais ambicionados no Legislativo eram a Câmara e o Senado que constituíam a cúpula do Poder, no Parlamento.

A Câmara era eletiva e temporária, enquanto o Senado vitalício, mas resultante de um processo eleitoral, após o qual, o Imperador nomeava o Senador escolhido em lista tríplice. As eleições eram indiretas, sendo os cidadãos ativos das assembléias paroquiais os que elegiam os eleitores das províncias (30) e estes, os representantes da nação. Todos os eleitores podiam teoricamente ser deputados, salvo os de renda inferior a 400$000,

---

(30) Todos os votantes da assembléia paroquial podiam ser eleitores do Parlamento, exceto os de renda inferior a 200$000, libertos e criminosos. Constituição Política do Império do Brasil in Constituições do Brasil, op. cit., vol. I, pp.22 e 23.

estrangeiros naturalizados e não católicos. Para o Senado já se exigia mais, idade superior a quarenta anos, que fosse "pessoa de saber, capacidade e virtudes", que tivesse preferencialmente prestado "serviços à Pátria", e cujos rendimentos anuais fossem da ordem de 800$000. (31)

O tempo de legislatura era de quatro anos para a Câmara. Mas houve freqüentemente dissoluções dela, por pedidos do Gabinete ou por moções de desconfiança. Já o Senado era a única instituição do Império que , oriunda de um processo eleitoral, gozava de vitaliciedade. Assim, se a Câmara dos Deputados, já de âmbito nacional dava certo status, só o Senado representava a consagração política por excelência. Nele, agrupavam-se os homens de maior renome no âmbito da política e numa época em que o Judiciário não tinha independência dos demais poderes, nele também estavam reunidas as mais ilustres figuras da Magistratura.

Os senadores provinham sempre do Legislativo, isto é, do seu órgão temporário, a Câmara, todavia, apenas de um grupo muito selecionado dessa Câmara. Dos 1.418 deputados que tomaram assento na Câmara de 1842 a 1870, a grande maioria não participou senão de algumas sessões legislativas, embora houvesse certa freqüência de nomes mais proeminentes, porém, apenas 7,89% desses deputados constituíam o Senado dos anos de 1870 a 1889. (32) Havia uma seleção natural para a Câmara Vitalícia, para a qual concorria ainda a opção imperial.

---

(31) Idem, p. 13.
(32) Tais cálculos foram efetuados a partir dos informes sobre Deputados à Assembléia Geral do Império do Brasil 1826-1889, contidos na obra Organizações e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar do Império, pp. 279 e seguintes.

Cerca de 30% dos senadores que atuaram no período de 1870 a 1889 eram magistrados e 58,1% representavam profissionais ligados ao Direito: promotores, advogados, juízes e desembarbadores. Ainda essa segunda Câmara era formada por docentes universitários - 13% eram professores, 9,6%, médicos, 8%, militares, 2%, engenheiros, 2%, funcionários públicos, 1,7% eclesiásticos, 5,6%, outras profissões. (33) Esses dados não seriam diferentes no que se refere ao final de 1850 e década de sessenta, quando as lideranças em questão iniciaram sua trajetória no Senado.

A representação profissional mostrava a presença de uma elite sócio-econômica, 32,7% dos senadores eram proprietários de engenhos ou fazendas. (34 Muitos eram filhos de fazendeiros ou casados com filhas de grandes proprietários rurais, por isso, estavam, de uma forma ou de outra, vinculados à aristocracia da terra, por exemplo, Cotegipe. Alguns eram representantes de tradicionais engenhos ou fazendas; Sinimbu, Nabuco e Cotegipe. Cerca de 42,4% dos senadores possuíam títulos nobiliárquicos, sendo 25,6% Viscondes e o restante Barões, Marqueses, Duques e Condes. (35) Já se caracterizaram Zacarias, Paranhos, Afonso Celso como representantes de atividade comercial ou vida militar, bem como se destacou a presença de lideranças de origem humilde, como por exemplo, Torres Homem.

Mesmo o grupo que se marginalizava frente a uma origem sócio-econômica elevada constituía ainda uma elite cultural, num país em que apenas 1,5% da população era alfabetizada. (36)

---

(33) CERQUEIRA LEITE, Beatriz W. de. O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889), p. 55.
(34) Idem, p. 45.
(35) Idem, p. 45.
(36) O dado é referente ao ano de 1881, quando se tinha 145.296 eleitores para 9.941.471 habitantes, apud RODRIGUES, José Honório, Atas do Conselho de Estado, vol. XI, p. XIII.

O Senado tinha prestígio tal, uma tal auréola de glória que se tornar senador era de certa forma ser beneficiado por um carisma. A força da Instituição estava em sua vitaliciedade, que a tornava eterna historicamente - "só há um poder a que temos que nos submeter, é a morte"; (37) em sua ligação com o trono - "O Centro de gravidade política deste país está no Senado, porque ele se acha mais próximo de São Cristóvão do que a Câmara dos Deputados. (38) Ainda seu valor estava na importância que tradicionalmente tinham seus representantes, o que se aquilata pelas palavras do próprio Machado de Assis, "um pouco de homens, um pouco de Instituição" (39) e nas referências do próprio Pedro II que confessava que se não fosse Monarca, gostaria de ser senador do Império. (40)

A possibilidade de acesso ao Senado dependia da abertura de uma vaga por morte de um titular, da realização de eleições para as quais os candidatos deviam ter padrinhos fortes, do número de votos obtidos para constituírem a lista tríplice e, finalmente, de gozarem de certo respeito e admiração do Imperador, que deveria escolher um nome. Muitos candidatos ao Senado pretenderam seguidamente sua eleição. O Marquês de Queluz, por seis vezes, disputou um lugar, só sendo escolhido na sétima vez. Também o Marquês de Abrantes, o Visconde de Abaeté, o Visconde de Suassuna, o Visconde de Caravelas, Teófilo Otoni, Martinho Campos tiveram, por várias vezes, seus nomes preteridos. (41) O próprio Zacarias foi preterido, em 1856, por Cotegipe e, em 1858,

---

(37) TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Memórias, p. 427.
(38) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder, p. 173.
(39) ASSIS, J.M. Machado de. O Velho Senado in Contos e Teatro, vol. II, Obras Completas, p. 615.
(40) TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. O Senado do Império, p. 22.
(41) Idem, p. 63.

por Nabuco. Outras vezes, o Imperador optou por um senador, cujo nome aparecia pela primeira vez na lista, em detrimento de opiniões contrárias, inclusive, do Presidente do Conselho. A entrada de Torres Homem provocou a queda do Gabinete Zacarias, sob alegação de "escolha não acertada". Quaisquer que tenham sido os verdadeiros motivos, certo é, que não era o nome do agrado do Imperador.

A interferência do Poder Moderador na escolha senatorial era um direito constitucional, incluído entre as atribuições da Coroa. (42)

O funcionamento da Instituição assemelhava-se ao da Câmara, aliás, a abertura solene do Legislativo fazia-se concomitantemente e com a presença do Imperador que pronunciava a Fala do Trono, fato que ocorria geralmente no dia três de maio. As sessões começavam nessa época, pois os meses anteriores, muito quentes, eram considerados desfavoráveis, devido à grande incidência de epidemias. A Fala do Trono era momento largamente esperado, em que se tinha inclusive a definição dos assuntos que deveriam prender a atenção das Câmaras no decorrer da próxima sessão. Representava a palavra oficial do Gabinete, embora o veículo dela fosse o Imperador.

A seriedade austera, a elegância refinada de alguns parlamentares foi muito bem descrita pela pena incomparável de Machado de Assis, que entre tantos destacou Sinimbu, e seu ar de Lord, além de Paranhos, Nabuco e Zacarias. (43)

Raramente deixavam de ocorrer sessões por falta de quorum. Em pinceladas bem traçadas, Afonso Celso, filho do líder

---

(42) Constituição de 25 de março de 1824, in Constituições do Brasil, vol. I, p. 13.
(43) ASSIS, José M. Machado de. O Velho Senado, op.cit., p.615.

aqui estudado, descreveu minuciosamente as sessões de que participou na Câmara dos Deputados e, Machado de Assis, enquanto jornalista do Senado, narrou, com a penetração e o humor que lhe eram próprios, a seriedade dos debates, a discussão às vezes veemente, mas numa linguagem muito formal e repleta de mesuras que o escritor chamou de "passos de minuette". (44)

Houve tempo em que nem os carros passavam, quando o Senado estava em funcionamento, mas já no final do Império, Ouro Preto queixava-se dos que com o ruído perturbavam, na ante-sala, os trabalhos da sessão. (45)

Essa Câmara alta, elitista, refinada tinha maior equilíbrio político que a Câmara dos Deputados, na medida em que se constituía de elementos de ambos os partidos, já que o Imperador optando pessoalmente por seus preferidos, selecionava-os alternando nomes entre conservadores e liberais. A Câmara temporária era freqüentemente fruto de transações políticas de momento e constituída por uma deformação do processo parlamentar, em função do Ministério no poder. Era "criatura do Executivo". A 20a. Legislatura, em 1886, apresentava-se com 103 conservadores e apenas 22 liberais; já a Câmara de agosto de 1889, na época do Visconde de Ouro Preto, tinha apenas 9 deputados conservadores para um enorme domínio liberal. (46) As Câmaras unânimes não permitiam, por vezes, nem o debate de idéias contrárias. Os gabinetes que deveriam ser oriundos da maioria da Câmara dos Deputados, tendo como Presidente de Conselho as lideranças majoritárias, tornavam-se no processo político brasileiro, altamente centralizado e burocratizado, os tentáculos de toda uma rede polí-

---

(44) ASSIS, José M. Machado de. Crônica III, in Obras Completas, p. 585.
(45) ASI, Ata de 21 de julho de 1888, p. 204.
(46) Organizações e Programas Ministeriais, Regime Parlamentar no Império, pp. 391 e seguintes.

tica que tinha ramificações nas províncias e municípios.

O Senado, Instituição Vitalícia, bem como o Conselho de Estado - alicerce do Poder Moderador -, constituíam os mais altos degraus, ambicionados pelos homens de ação política do Império.

A relativa juventude da Câmara frente ao Senado, a maior aproximação popular, o caráter eletivo, a possibilidade de ser dissolvida, de os membros não serem necessários, mas só esporadicamente reconduzidos, tudo isso a tornava, em parte, mais aberta que a do Senado. Antagonismos criaram-se, por vezes, entre as duas casas do Parlamento. (47) A Câmara sempre deu impressão de maior atividade e reformismo, todavia, não resta dúvida de que o Senado foi uma garantia de maior liberalidade, já que nele a voz da oposição sempre pôde ser manifesta, todavia, em vários momentos, o Senado agiu politicamente, pressionando o Gabinete para derrubá-lo, saindo, pois, de sua esfera constitucional. Como, em parte, os homens do Senado eram políticos que haviam passado pela Câmara e tido o mesmo processo de escalada política e a mesma procedência, a atuação no Parlamento não era fundamentalmente diversa, embora o Senado fosse mais consciente da sua força como instituição.

Para melhor compreender-se a participação das lideranças no Legislativo Nacional, o estudo foi feito, integrando-se as duas Câmaras, de forma a analisar-se esse poder como um todo.

A partir da década de quarenta, os políticos mais jovens já estavam chegando à Câmara dos Deputados: Sinimbu, Torres Homem, Nabuco, Cotegipe, Rio Branco, embora em participações nem

---

(47) Houve anos em que grande número de proposições da Câmara foi rejeitado pelo Senado.

sempre constantes, pois se alguns dela tomaram parte em legislaturas sucessivas, houve um Torres Homem, por exemplo, que eleito para a Câmara dissolvida em 1842, só a ela foi reconduzido, em 1857.

Nos anos cinqüenta compuseram a Câmara: Zacarias e Saraiva; na década seguinte, lideranças mais jovens: Afonso Celso e Antônio Prado e os demais: Zacarias, Cotegipe, Sinimbu, Nabuco e Rio Branco já ocupavam um lugar no Senado. Houve, portanto, um desencontro da atuação das lideranças que não estavam ao mesmo tempo, integrando a mesma Instituição.

A referência ao Senado vai, pois, somente aparecer a partir dos anos sessenta.

Os políticos que ascenderam no Segundo Reinado e que o fizeram par e passo com a ascensão do Imperador, iniciaram sua ação na Câmara temporária, a partir da própria Maioridade. O período de 1840 a 1850 foi, no dizer de Francisco Iglesias, um preparo para a mais longa fase da história política do Império.(48)

Da Câmara dissolvida em 1842, (49) em que os membros chegassem a ser reconhecidos, faziam parte Sinimbu e Torres Homem. Quando se organizou a nova legislatura, retornou Sinimbu e surgiram também Nabuco e Cotegipe. O primeiro, representante de oligarquia do Norte, era, em 1842, magistrado e chefe da corrente conservadora de Alagoas. (50) Nabuco, também juiz e jornalista,

---

(48) IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848-1868 in Holanda, S.Buarque, "História Geral da Civilização Brasileira", op.cit., p.9.

(49) Decreto de 1º de maio de 1842. Por quatorze meses não se organizou outra câmara.

(50) Lançara ele para o Senado a candidatura de seu irmão, Inácio Cajueiro, que embora eleito, teve sua indicação anulada devido acusação de fraude. Teriam sido transferidos para elê dez votos de Cansanção, que já estava com a eleição assegurada. Sinimbu, recém empossado, não teve muita força para reagir, mas assim mesmo acusou a Comissão de parcialidade ao examinar os diplomas (ACD, ata de 28 de abril de 1842, p. 43). Referiu-se à velha rixa política que havia em Alagoas, seus "desafetos", lembrando a ocorrência de uma sedição no momento em que ele chegava da Europa, indicado para a Vice-Presidência da Província (ACD, ata de 29 de abril de 1842, p. 66).

ocupava ainda o cargo de deputado junto à Assembléia Provincial de Pernambuco. (51) Voltava ao Rio, após vinte anos de ausência. Cotegipe, juiz municipal, delegado, era ainda deputado à Assembléia Provincial baiana.

Os estreantes traziam à Câmara todo o entusiasmo de políticos de província, inaugurando uma atuação nacional, todavia a 5a. Legislatura foi de duração efêmera.

A década de quarenta representou, na história do Segundo Reinado, um período de adaptação. Cessavam as lutas regenciais, mas havia ainda antagonismos políticos violentos. O alijamento dos liberais em 1842, com a dissolução da Câmara, provocou a revolta luzia desse ano. Movimentos liberais surgiram ainda em 1844, mostrando resquícios de rebelião regencial. O País, todavia, caminhava para uma certa estabilidade política. Economicamente os abalos provocados pelo rompimento de um equilíbrio colonial foram-se acomodando. Uma riqueza aparecia em permanente ascensão, "o café, gerador de grandes capitais", diz Iglesias. (52) Havia uma harmonia surgindo nesse setor, que dava idéia de progresso e desenvolvimento.

As lideranças recém-chegadas à Câmara procuravam adaptar-se às novas condições do Parlamento. Sinimbu, de formação liberal, tornou-se logo, após a retirada do Gabinete 23 de março, elemento de oposição. (53) Novato ainda, sofreu ataques de

---

(51) NABUCO, J. Um Estadista do Império, tomo I, p. 48.
(52) IGLESIAS, Francisco, op. cit., p. 35.
(53) Teve aliás, que defender-se contra acusações de contrabando de negros, que atingiam inclusive seus irmãos. Um deles, também magistrado e juiz de feitos da Fazenda, foi acusado de ter feito contrabando num engenho da Bahia, onde teria assassinado um marinheiro. Sinimbu garantiu a inveracidade dos fatos, embora tivesse se referido a contrabando de pau brasil praticado por parentes seus. Explicou todo o rigor que teve no combate a esse tipo de descaminho, todas as medidas enérgicas que tomou a fim de combater o interesse lucrativo dos traficantes, desde o simples trabalhador da madeira até o exportador para o mercado externo, a conivência de autoridades judiciárias etc. (ACD, ata de 20 de junho de 1843, p. 679).

políticos que transportavam para a Câmara temporária as grandes rivalidades da pequena província alagoana. A atuação de Tavares Bastos, com quem Sinimbu se defrontara ao ocupar a Vice-Presidência de Alagoas, era agora uma exemplo das rixas locais chegando até ao Parlamento Nacional. O liberalismo de Sinimbu, o individualismo de Nabuco, ainda não um liberal de partido e a visão liberal de Cotegipe, embora conservador, tornavam seus procedimentos semelhantes. Todos protestaram isoladamente, mas com firmeza, contra a deportação de Feijó e Vergueiro para o Espírito Santo, por estarem envolvidos na revolta de 1842, considerando a prisão de tais senadores, sem se enquadrar nos casos previstos por lei, uma ofensa ao Legislativo. (54)

Nabuco acreditava que o Poder Legislativo era fundamental para o bom funcionamento do Executivo, os Ministros deviam ser parlamentares, ter livre acesso às Câmaras, podendo discutir projetos, só lhes sendo cerceado o direito ao voto. (55) Defendia a autonomia das províncias contra o Centralismo do Governo e combatia o direito de o Poder Central suspender leis provinciais. (56) Nessa mesma linha, com identidade de pontos de vista, manifestou-se Cotegipe, que em prol de uma autonomia provincial, rebateu a restrição de os funcionários públicos assentarem-se nas Assembléias. (57)

Essa independência que caracterizava Nabuco, era comum também a Cotegipe, que no dizer de seu biógrafo, agia como um franco atirador, manifestando-se livremente sem se ligar a

---

(54) ACD, Atas de 08 de fevereiro de 1843, p. 601 e 08 de junho de 1843, p. 541.
(55) ACD, Ata de 22 de setembro de 1843, p. 191.
(56) ACD, Ata de 12 de julho de 1843, p. 189.
(57) ACD, Atas de 07 de maio de 1847, p. 13 e 07 de maio de 1846, p. 27.

partidos ou filiar-se a grupos: "Nenhum compromisso tenho, se não com a minha consciência... as poucas relações, o isolamento mesmo em que vivo não me permitem seguir senão as minhas aspirações". (58) Assim, agia com independência, ora criticando, ora apoiando o Gabinete.

Cotegipe defendia a idéia de que o Senado devia ser a Câmara harmônica, repelindo os excessos da Câmara dos Deputados, bem como do Governo. Para torná-la imparcial, seus membros deviam a eleição tanto ao povo que os elegia, como ao Monarca que os escolhia. O Legislativo, segundo Cotegipe, tinha um grande papel a desempenhar, pois devia exercer um controle sobre o Executivo, desconfiar do Governo, como dizia também Sinimbu. (59)

Não eram só problemas gerais que chamaram a atenção dos jovens políticos. Nabuco batalhou pela salvaguarda das liberdades do indivíduo, desde aquelas cabíveis ao escravo até as condizentes com o cargo de senador, assim, as prisões dos políticos liberais, em 1842. Elaborou projetos, revogando a recondução do liberto ao estado de cativeiro, mediante alegação de ingratidão, o mesmo fez no tocante ao "esbulhado dos desforros incontinentes" e propôs alterar-se o julgamento de Revistas. (60)

---

(58) ACD, Ata de 11 de janeiro de 1843, p. 144. Em 1847, diz a mesma linguagem: "não apoio... reservo e sempre reservarei as minhas opiniões a minha consciência. Seguirei, nesta Câmara, o que entendo justo e conveniente e falarei quando e como quiser porque só a meus constituintes dou satisfação e eles me julgarão". (ACD, Ata de 18 de junho de 1847,p.383).

(59) ACD, Ata de 08 de junho de 1843, p. 540.

(60) ACD, Ata de 01 de julho de 1843, p. 13. Quanto ao julgamento de Revistas, Nabuco condenava a nova forma pela qual o Supremo Tribunal dividia-se em duas seções - criminal e civil, o que tornava os juízes mais profissionais.

Em várias sessões de 1843, denunciou influências locais sobre a Magistratura: "não temos Poder Judiciário, enquanto os Tribunais forem as arenas, onde o governo procura medir suas forças". (61) Defendeu também Cotegipe, tão intensamente quanto Nabuco, a autonomia dos magistrados: "a classe não está pronta a curvar-se a todas as determinações e acenos do governo". (62) Sinimbu comentou também questões do Judiciário, mas de forma amena, suas posições críticas revelaram um aspecto essencialmente moralizador. (63)

Alguns outros pontos de política geral foram discutidos. Cotegipe pronunciou discursos sobre legislação comercial, (64) criticou o Governo por não ter realizado reformas, destacando a necessidade da Judiciária: "O país precisa de leis boas e não de multiplicidade de leis". (65) Censurou o Governo por não ter cumprido as promessas de economia. (66) Seus discursos mostram, nesses anos, desembaraço, respostas inteligentes aos apartes, uma vida parlamentar intensa. Quanto à pequena política, defendeu interesses das Províncias, especialmente as do

---

(61) ACD, Ata de 08 de fevereiro de 1843, p. 600.

(62) ACD, Ata de 18 de agosto de 1848, p. 571. Várias vezes falou sobre o Judiciário: aposentadorias de magistrados e empregados públicos (ACD, Ata de 28 de fevereiro de 1845, p. 871); repartição da justiça e vagas no Supremo Tribunal (ACD, Ata de 27 de março de 1845, p. 273), matrículas de estudantes no curso jurídico (ACD, Ata de 29 de julho de 1843, p. 365).

(63) Criticou por exemplo magistrados que iam a Europa em licença, a fim de passear as custas do governo. (ACD, Ata de 10 de fevereiro de 1843, p. 640).

(64) ACD, Ata de 30 de agosto de 1843, p. 940.

(65) ACD, Ata de 02 de outubro de 1848, p. 427.

(66) ACD, Ata de 08 de junho de 1843, p. 527.

Norte, que conhecia melhor. (67.

Os jovens deputados, tendo deixado havia pouco as Assembléias Provinciais e Presidências de Províncias, estavam mais capacitados para a defesa desses interesses, do que políticos já por muitos anos no Senado.

Sinimbu não falava sempre, preferia pronunciar-se mais espaçadamente com maior convicção. Participou de Comissões e pronunciou discursos sobre vários assuntos rotineiros da Câmara, (68) até que foi convidado a participar de uma missão diplomática, da qual resultou tornar-se ministro do Brasil na República Oriental do Uruguai, quando Rosas era o terror platino. (69)

Nabuco, por temperamento, limitou-se aos assuntos que melhor conhecia: Pernambuco e a organização Judiciária. Nabuco era o homem de Gabinete, estudioso dos processos e das leis; Cotegipe era o diplomata, irônico, com crticas mais maliciosas do

---

(67) ACD, Ata de 18 de junho de 1847, p. 383. Denunciou a situação "calamitosa" de Alagoas, a alta criminalidade, 50 crimes em quatro meses. Esses números referiam-se a crimes políticos, arbitrariedades das autoridades locais. O Presidente de Província perseguia, ameaçava com o recrutamento, etc. Discutiu as eleições no Maranhão, a natureza dos conflitos entre o Chefe da Polícia e o Presidente de Província, o qual também utilizava a guarda para proteger seus correligionários, usando o recrutamento como arma política. Advogou os interesses da Província do Amazonas e os limites da Província da Bahia contra pretensões sergipanas (ACD, Ata de 30 de maio de 1843, p. 411). Pediu ajuda para a Bahia atormentada por chuvas, desmoronamento de terras, população desabrigada, ameaçada por epidemias (ACD, Ata de 22 de julho de 1843, p. 357). Denunciou irregularidades nas eleições baianas e pernambucanas (ACD, Ata de 20 de dezembro de 1844, p. 39 e 16 de janeiro de 1845, p. 205). Defendeu o Presidente da Província da Bahia, acusado de ter demitido o batalhão da Guarda Nacional e conservado preso cidadão com habeas corpus (ACD, Ata de 24 de julho de 1846, p. 311).

(68) Deu parecer sobre o ensino público, especialmente primário, sobre questões relativas a Academia, Seminários, Museus, Bibliotecas, orçamentos do Império, dos Negócios Estrangeiros etc. Entre outros pronunciamentos, veja-se ACD, Ata de 06 de maio de 1843, p. 25.

(69) COSTA, Craveiro, op. cit., p. 83.

que mordazes. Ao tecer reparos ao Gabinete Paraná, afirmou que apoiava o Gabinete por nele encontrar-se Rodrigues Torres, mas o fez com tão grande habilidade que o violento e complexo Presidente do Conselho, (70) até com certa cordialidade, ironizou o apoio do Senador "apenas ministerial da Marinha". (71)

Na observação das atitudes políticas dos jovens deputados ficou patente, ainda uma vez, a importância dos magistrados e o desempenho marcante dos juristas, na vida política brasileira. Observava-se o quanto se preocuparam com a autonomia da Magistratura. Fica claro também que havia um anseio por maior descentralização, por maior liberdade das províncias, o que, aliás, foi o grande problema que o Império enfrentou. E relacionado com ele, certa preocupação com a força do Executivo, com o funcionamento de um legislativo mais autônomo, que tivesse mais condições de lutar por seus direitos, por melhor desempenho parlamentar, sem ser cerceado pelo Governo.

Embora Nabuco, no tocante ao Judiciário e Cotegipe, no tocante a alguns problemas aventados, tenham revelado certa análise objetiva da realidade nacional, nas suas condutas, como na de outros parlamentares, tornou-se notório que as lideranças constituídas primordialmente de bacharéis, de letrados muito mais do que de técnicos, estiveram sempre ligados aos problemas jurídicos, institucionais, preocupadas com o debate, com a discussão de temas, mas afastadas de alguns outros prementes no país, por exemplo, as questões econômicas.

Na Câmara, no final da década de 40, apareceu também o Visconde do Rio Branco. Tinha formação profissional técnica,

---

(70) ACD, Ata de 13 de janeiro de 1843, p. 181.

(71) Rodrigues Torres era Ministro de Marinha.

diferente da dos outros. Fez poucos pronunciamentos nesse período, mas já era membro de algumas comissões. Era militar, jornalista e professor. Escrevia para o Correio Mercantil e foi desse posto que partiu em missão ao Prata, como secretário do Plenipotenciário brasileiro. Aliás, em 1848 já prestara seu fiel apoio ao Gabinete Paraná, contrariamente a Cotegipe. Interessante observar-se a individualidade dessas duas futuras lideranças conservadoras.

Participou também da mais alta assembléia temporal do Governo, Torres Homem, com alguns pronunciamentos. Referiu-se à instrução pública primária, salientando seu caráter precário, quer no tocante ao ensino, quer no que se refere à educação moral e religiosa, à higiene escolar etc. Traçou o quadro geral das escolas primárias na Corte. (72) Denunciou também a ineficácia da lei 3 de dezembro de 1841, do Judiciário, declarando-se contra o esquema do Gabinete no Poder.

Apesar de o período 1840-1850 ter-se caracterizado por um qüinqüênio liberal (1844-1848), houve revoltas liberais (42-44-48), além de domínio conservador. As grandes pretensões liberais para o período: reforma da guarda nacional, questão das incompatibilidades, reforma da lei 3 de dezembro de 1841 não tinham sido aprovadas, nem mesmo suficientemente discutidas. Após o movimento de 1848, que parecia um retorno aos instáveis dias da Regência, voltou-se ao domínio conservador. Marcando o final

---

(72) Para um total de 100.000 habitantes, só havia 25 escolas para o atendimento da clientela entre 7 e 14 anos, compreendendo 14.286 crianças. Comparou a situação com a de outros países, comentando o ensino em geral, o método pedagógico empregado, a necessidade de um liceu. Denunciou também a ineficácia da lei de 3 de dezembro de 1841 e se declarou contrário ao esquema do Gabinete no poder. ACD, Ata de 23 de agosto de 1847, pp.575 e seguintes.

da década, surgiu, em 1849, o panfleto de Sales Torres Homem, "O Libelo do Povo", escrito sob o pseudônimo de Timandro e como conseqüência direta do fracasso da Revolução Praieira. O documento por sua própria natureza tinha um caráter superficial e demagógico, mas colocou Torres Homem em evidência.

Com o início dos anos cinqüenta, surgiu a lei Eusébio de Queiroz, pondo fim ao tráfico legal de escravos.

O País achava-se ainda marcado por uma economia de base agrária, de latifúndio, propriedade escrava, mas começava a se fazer notar juntamente com essa função agrícola, um Brasil de predomínio urbano comercial, industrial, incentivado pelo capital particular e pelo investimento estrangeiro. (73) Da institucionalização marcadamente burocrática, surgia uma organização capitalista.

Algumas declarações da Fala do Trono, alguns informes de Ministros no Parlamento e vários artigos mostravam que o progresso material ia causando também mudanças na mentalidade geral. A austeridade, "a frugalidade dos costumes imperiais" fez-se substituir por uma euforia de empreendimentos comerciais, diz Faoro. (74)

Nessa época, as iniciativas econômico-financeiras, o novo desenvolvimento tecnológico, o surto de ferrovias e fábricas, o surgimento dos bancos parecia indicar um futuro promissor ou pelo menos, uma década "símbolo de um anseio renovador".

A circulação monetária, muito alargada pela possibilidade de emissão do Banco do Brasil, pelos vales e títulos de outros estabelecimentos comerciais, foi um fator de expansão urbana.

---

(73) IGLESIAS, Francisco, op. cit., p. 35.
(74) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder, p. 213.

Esse momento de maior estabilidade política ensejava a que os políticos pensassem nas plataformas de seus partidos e em seus ajustamentos aos problemas nacionais. A instabilidade regencial e as revoltas liberais haviam cessado; continuava, todavia, a existir o descalabro eleitoral e a fraqueza do Judiciário, dificultando o encaminhamento da Justiça. A mão de obra escrava sofria os primeiros abalos reais, sem que a vinda dos colonos solucionasse o problema. A todos os entraves somavam-se dificuldades financeiras e bancárias. Tais condições levavam o homem a analisar, com certo pessimismo, o momento presente, o que não impediu que se lutasse por novas propostas.

Política e economicamente o País tinha dificuldades e esperanças. Por isso, os homens de poder, descrentes dos partidos, pensavam em Conciliação. Era uma idéia defendida por Torres Homem, em artigos do Correio Mercantil e já expressa no folheto "O Pensamento acerca da Conciliação dos Partidos". Também a queria realizada o Imperador.

O Gabinete conservador, a que presidiu Itaborahy, indicara Gonçalves Martins, para a Presidência da Província da Bahia. Nesse momento, e por sua influência, foi Zacarias convidado a compor o Ministério, ocupando a pasta da Marinha, que era o chamado "batismo de fogo" das novas vocações. Era o primeiro dos políticos estudados a chegar ao Executivo.

No momento em que essas lideranças passaram a ser convidadas à participação direta do poder, através do Ministério, pode-se afirmar que atingiam a maturidade política.

Saraiva, analisando a situação, a necessidade de um Judiciário forte, de uma reforma eleitoral, falou a respeito dos partidos políticos e do fato de eles mesmos apregoarem agora a

"idéia de conciliação". (75) A palavra estava, enfim, lançada na Tribuna e teve como grande defensor, Nabuco de Araújo. Pensando na situação do partido liberal, especialmente em Pernambuco, mal visto em função da revolta da Praia,observava não ser correto "infamar um partido", ou acreditar que uma "província se compõe de assassinos e cúmplices", mas reconhecia que a política de Pernambuco era de fato "inconveniente" e "funesta à Monarquia" porque podia "neutralizar e matar a força do partido conservador". Defendia a idéia de uma Conciliação, "não como uma fusão de partidos, mas como obra de governo. (76)

Segundo seu filho e biógrafo, foi um dos melhores discursos que ele pronunciou no Parlamento (77) e, como oração parlamentar, a mais perfeita, inclusive pela cadência dos períodos e a que melhor define sua "fisionomia intelectual e sua individualidade política". (78) Fê-lo como representante de Pernambuco, como conservador, ministerial e "conciliador". Com esse discurso colocou-se à frente da deputação de sua província e abriram-se-lhe as portas para a pasta da Justiça que parecia talhada para ele. Esse pronunciamento foi uma peça importante na política de Conciliação e recebeu o nome de "ponte de ouro", pois com ele lançava-se base de um entendimento entre os partidos.

Para fazer frente a Nabuco, a nova figura de destaque da Câmara, o Gabinete recorreu à palavra inteligente de seu líder, Cotegipe, que não era um letrado, um intelectual como o primeiro, mas um homem de talento, de inteligência que, segundo Nabuco, "tratava a política como uma meada enredada que fosse

---

(75) ACD, Ata de 25 de junho de 1853, p. 313.
(76) ACD, Ata de 06 de junho de 1853, p. 87.
(77) NABUCO, J., op. cit., tomo I, p. 145.
(78) idem, p. 148.

preciso deslindar só com a delicadeza dos dedos". (79)

Cotegipe defendeu o Governo, combateu a Conciliação que, a seu ver, só podia ocorrer ao nível do Poder Moderador, das pessoas, mas não a nível dos princípios: "Podia ser útil em certos momentos, como se via na Inglaterra, mas como programa permanente representava o fim do sistema parlamentar", "a verdadeira força da oposição não quer Conciliação alguma... quer realizar as suas idéias, subindo ao poder com toda a força que deve ter uma opinião que aspira a governar". (80) Cotegipe combateu a Conciliação, mas por pouco tempo. Era, então, chefe da maioria. (81) Logo foi seu ministro no Gabinete do Marquês do Paraná.

No poder, um Gabinete de feição conservadora sofria agora a acirrada oposição de conservadores ligados aos liberais, ávidos de ascenderem a uma posição longamente esperada. Os oposicionistas eram os defensores intransigentes da política de Conciliação. Os liberais haviam já pensado nela, desde o malogro dos movimentos paulistas e mineiros de 1842, e após o de Pernambuco, em 1848, sentindo a impossibilidade de se recorrer outra vez à violência. Queriam participar do poder, percebiam as dificuldades que os barravam. Os conservadores sabiam também que não constituíam uma unanimidade de pensamento, que sem um inimigo à frente eles se dilaceravam, como já observara Nabuco de Araújo. (82) A Conciliação, visando por fim às oposições políticas, às lutas sociais nas províncias, caso da Bahia e do Norte em geral, já tivera origem nos anos quarenta. O Ministério de 5

---

(79) NABUCO, J. idem, ibidem.
(80) ACD, Ata de 09 de julho de 1853, p. 137.
(81) Carta de Otaviano a Carvalho Moreira, 14 de julho de 1853 apud PINHO, Wanderley, Cotegipe e seu tempo, p. 411.
(82) ACD, Ata de 02 de maio de 1853, p. 138.

de maio de 1846, em pleno domínio liberal já falara numa "pequena conciliação", havia "conciliações a nível provincial", etc. (83) Mas a Conciliação, a partir de 1848, quando da ascensão do Gabinete Conservador, passou a ser grandemente apoiada e já não era concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade.

Na Câmara, Cotegipe e Nabuco precisavam os limites dessa política.

Paraná, enérgico,hábil, considerado o político mais forte do País, assumiu, a 6 de setembro de 1853, o Gabinete que passou à História como o criador da Política de Conciliação. Nessa ocasião estreavam no Executivo, com ele, os deputados Nabuco, na pasta da Justiça, Rio Branco, na dos Estrangeiros e Marinha, Cotegipe, na da Marinha e Fazenda.

O novo Gabinete constituiu-se de gente nova, inclusive Rio Branco, que passara de liberal ao partido conservador, mas que nunca teria rigidez partidária, de Nabuco, tolerante e Cotegipe, conservador, embora não reacionário. O Gabinete representou a conciliação de homens, não de princípios, o que permitiu um período de tréguas e progresso material. (84)

O Saldo do Gabinete foi positivo. (85) A ele, refe-

---

(83) IGLESIAS, Francisco. Vida Política - 1848-1866 in HOLANDA, Sérgio Buarque de. História da Civilização Brasileira, tomo II, vol. III, p. 39.

(84) Zacarias, em 1853, não estava na Câmara. Fora a Europa, em breve viagem de núpcias, retornando para assumir a Presidência da recém-criada província do Paraná, da qual se tornou o primeiro Presidente.

(85) Durante este Gabinete, surgiu a lei dos Círculos, a qual estava ligada ao problema das "incompatibilidades", sendo eleitores mas não elegíveis determinadas pessoas enquanto Presidentes de Província, secretários, comandantes de armas, generais, juízes de Direito. Para R.Faoro, as incompatibilidades eram um pretexto para se combater o predomínio local, a tendência descentralizadora que sempre procurou combater a administração central e seu autoritarismo. (FAORO, Raimundo, op. cit., p. 189.)

riu-se Torres Homem, grande pregoeiro da Conciliação, em 1857, num discurso comentando a Fala do Trono. A Conciliação, segundo ele, saiu triunfante das provas porque passou. (86) Referiu-se ao regime de concórdia em que cessaram os antagonismos entre os princípios de Ordem e Liberdade. Mencionaou as questões do Prata, acordos feitos, proteção à lavoura, colonização etc, aliás, ele colaborou com o Gabinete, desde o início. O período da Conciliação foi especialmente a época de Paraná, continuando sob Caxias, em que o Ministério permaneceu praticamente o mesmo. Mas, como já dissera Nabuco, "a política da Conciliação não pode ser senão transitória, a ausência do partido é um mal e eu direi mesmo contingência de perigo, porque o vazio que deixam os partidos pode ser invadido pelas idéias anárquicas dos indivíduos, dos grupos, das facções". (87)

Alguns dos líderes do período estavam enquadrados num espírito de mudança e de euforia. Cotegipe apoiou uma política de fomento econômico e estímulo progressista: isenção de imposto de 5% sobre venda de embarcações nacionais, quando estas saíssem do estaleiro sem terem navegado ainda; (88) isenção da fazenda provincial da incidência de qualquer imposto geral; (89) redução progressiva dos direitos de exportação, preferência sobre o açúcar, o algodão e produtos de importação fabril. (90) Procurou dar uma melhor direção à economia, defendendo a unidade nacional contra a proibição de tráfico interprovincial e revogou impostos interprovinciais. (91) Defendeu, ainda, projeto de cria

---

(86) ACD, Ata de 12 de junho de 1857, p. 557.
(87) ACD, Ata de 13 de junho de 1857, p. 585.
(88) ACD, Ata de 31 de maio de 1850, p. 242.
(89) ACD, Ata de 04 de agosto de 1853, p. 62.
(90) ACD, Ata de 04 de agosto de 1853, p. 62.
(91) ACD, Ata de 11 de agosto de 1854, p. 124.

ção da Província do Rio São Francisco, (92) proposta dele e de outros deputados baianos, a qual teve oposição dos mineiros que se sentiam preteridos.

Além destas iniciativas econômicas, defendeu Cotegipe outras avançadas no tocante a problemas sociais, como a questão do escravo que vinha tomando a atenção da imprensa, da Câmara, do Parlamento, do País e mesmo das relações internacionais. O tráfico negreiro fora abolido em 1850, o que permitiu ao País crescer interna e externamente, liberto da terrível pressão inglesa. Mas a idéia da abolição estava presente, estimulada pela lei de 1850.

Cotegipe procurou dar um impulso ao movimento abolicionista, pleiteando, em 1854, a abolição do tráfico interprovincial. (93) Defendeu o projeto, criticando a "propriedade fundamentada no abuso" e mostrou que o escravo era "propriedade sui generis". (94) O lado humanitário em favor do negro teria provavelmente sido despertado quando, como chefe de Polícia na Bahia, presenciou as atrocidades cometidas no contrabando de tráfico negreiro, episódio, aliás, já mencionado.

Cotegipe, observando que o negro era o sustentáculo das províncias açucareiras do Norte e cafeeiras do Sul, fez, então, ver que estavam em discussão interesses gerais do Império. O envio de escravos para o Sul reduziria o Norte a simples criador de bois, o que redundaria em sistemas de trabalho diferentes nos dois extremos do País, com perigosas conseqüências políticas, decorrentes do antagonismo surgido. (95)

---

(92) ACD, Ata de 19 de julho de 1850, p. 233.
(93) ACD, Ata de 22 de agosto de 1854, p. 243.
(94) Cotegipe não apoiara o projeto Silva Guimarães que, em 1852, pretendia a libertação dos nascituros.
(95) ACD, Ata de 01 de setembro de 1854, p. 347.

Proprietário de escravos, fazendeiro, Cotegipe era um político realista, com uma visão muito precisa dos problemas do País. Via também certamente que a presença do escravo era incompatível com o progresso material que se estava, na segunda metade do século XIX, procurando imprimir ao País.

A colonização, embora pequena, estava sendo encaminhada somente para o Sul. Mesmo derrotado em seu projeto, continuou propondo medidas sociais e de direito civil. Manifestara-se, aliás, já pelo casamento civil, registro civil de nascimento e óbito, (96) pela liberdade de culto, (97) medidas posteriormente pleiteadas por Taunay e que estimulariam a imigração.

As lideranças políticas, especialmente as mencionadas, voltaram-se de forma muito peculiar para as questões sociais, enquadrando-se nesse sentido ao momento em que viveram.

Defendendo uma política migratória manifestavam-se Cotegipe, Zacarias, Saraiva e Torres Homem. Este último a apoiava inclusive como solução para a crise econômico-financeira do Império. A vinda do imigrante solucionaria o problema da agricultura e, portanto, os demais. (98)

Cotegipe, adepto da colonização, restringia apenas o direito de cidadania a qualquer um. Aliás, idêntico era o pensamento de Zacarias. "Não se deve baratear a naturalização para atrair o estrangeiro", (99) mas enfatizava a necessidade de co-

---

(96) ACD, Ata de 07 de agosto de 1847, p. 418.
(97) Referiu-se às oposições à pratica do culto aos protestantes residentes em Petrópolis, como "tendências muito fortes para o Ultramontanismo". Ao utilizar a palavra, com toda a carga pejorativa da época, deixava nítido pontos de vista mais arejados em matéria religiosa e absolutamente contrastantes com os de Zacarias, por exemplo. (ACD, Ata de 14 de agosto de 1846, p. 533).
(98) ACD, Ata de 23 de agosto de 1853, p. 302.
(99) ACD, Ata de 21 de junho de 1858, p. 233.

lonização. Era este o grande tema social da década.

Para Saraiva a colonização espontânea só poderia surgir no futuro. O Governo precisava proteger o agricultor, a fim de beneficiar o País. Mostrava ser maior a dificuldade da vinda do imigrante para o Brasil do que sua ida para os EE.UU. ou a Austrália. (100) Acreditava que, em matéria administrativa, o Governo agia melhor que o corpo legislativo. A respeito da colonização, via que "o absolutismo dos sistemas era uma grave inconveniente". (101) O Governo devia ter agentes de colonização.

O procedimento de alguns líderes revelou assim, linhas avançadas de pensamento, mentalidade ampla, por exemplo, certas posições de Zacarias que mostram um espírito em sintonia com o homem moderno da segunda metade de século XIX. Destacou a necessidade de estradas de ferro, aconselhou o melhoramento das estradas comuns, defendeu a imigração, reclamou contra o "espírito da indústria que está amortecido entre nós", censurando a simplicidade dos objetos que o Brasil enviou à Exposição Industrial de Londres. A indústria brasileira, dizia ele, está na "infância", (102) é preciso desenvolvê-la.

Saraiva, mais arrojado, já relacionava de forma muito íntima a colonização e as estradas, acreditando que as segundas eram uma garantia para a manutenção de imigrantes no Brasil. Defendia o crédito de 6.000.000$000 para colonização, e queria que o estrangeiro, aqui chegando, dissesse aos seus compatriotas que "o Império não é um Eldorado, mas um país que pratica a Justiça, Liberdade, hospitalidade". Os dois meios para obter-se Civilização e Liberdade eram, a ser ver, a colonização e as es-

---

(100) ACD, Ata de 02 de agosto de 1855, p. 30.
(101) ACD, Ata de 02 de agosto de 1855, p. 51.
(102) ACD, Ata de 05 de agosto de 1851, p. 464.

tradas. Considerava prioritária a imigração alemã, depois a dos distritos franceses e cantões suíços. (103) Queria, portanto, a substituição do negro pelo colono. Cotegipe destacava também o fato de que as estradas não deviam ser só encaradas sob o ponto de vista do desenvolvimento industrial e comercial, mas também como meio de ligação política. (104)

Alguns líderes, portanto, estavam imbuídos de um pensamento inovador, comparado ao mais adiantado então existente na época.

Saraiva, contestando a política financeira de Torres Homem, Ministro da Fazenda, em 1859, dizia haver um grupo de homens públicos notáveis que receavam gastos nos negócios públicos, considerando loucos os que pensavam de forma diversa. "Não hesitarei, declarava Saraiva, em estar neste rol desde que veja o país cortado de caminhos, vias férreas, canais etc, embora isso desequilibre o orçamento". No dizer de Mauá, observava, "esta era a escola de verdadeiro progresso". (105)

Saraiva, Cotegipe, neste caso, incluem-se ao pensamento mais modernizado do Império, ou seja, o da ala Mauá.

Havia traços de aferrado conservadorismo nos espíritos mais avançados e lampejos de modernidade mesmo nos mais retrógrados. O fascínio de uma liderança carismática, não está, pois, na coerência, no enquadramento num padrão do qual não se vai sair, mas justamente na sua capacidade de mudança, de surpreender nos seus altos e baixos, na sua versatilidade que é uma característica humana e histórica.

---

(103) ACD, Ata de 02 de agosto de 1855, p. 30.
(104) ACD, Ata de 12 de agosto de 1851, p. 557.
(105) ACD, Ata de 02 de julho de 1861, p. 240.

Se Zacarias era capaz de ver o desenvolvimento industrial, tolhia-o o problema financeiro do País. Não avançava, portanto, além do limite que lhe parecia plausível. Receava gastos elevados, daí certa cautela com construção de ferrovias, num momento em que havia ameaça de guerra e as condições do tesouro revelavam deficit etc.

Dentre os políticos estudados, o mais voltado para o problema financeiro e bancário foi Torres Homem, que de fato se especializou como economista. Foi, porém, adepto de uma política econômica eminentemente defensiva e, antes de mais nada, foi um político de caráter conservador, apesar de sua trajetória violenta pelo partido liberal. Manifestou seus pontos de vista, por diversas vezes, revelando essa tendência. Condenava a multiplicação dos bancos de emissão e sua "liberdade sem peias. (106) Criticou muito a política econômica-financeira do Gabinete. Mostrou as dificuldades com que arcava o Banco do Brasil e o fato de o Banco Comercial e Agrícola ter convertido seus bilhetes em notas do Banco do Brasil; referiu-se ao sistema de cauções, mencionou o aumento artificial do câmbio. Mencionou a crise americana e a diminuição da busca de produtos nossos, que acarretou a dificuldade do País em pagar a dívida européia. Citou o fato de não se ter mantido o câmbio no seu limite legal, aludindo às irregularidades existentes, inclusive o grande erro de emitir papel moeda, recurso desesperado do País. (107) Partidário da centralização do crédito, lamentava que os bancos não tivessem proteção governamental. (108) Os monopólios existentes, "odiosos", pesando sobre a população, provocavam uma carência dos gêneros. A cri

---

(106) ACD, Ata de 12 de junho de 1857, p. 561.
(107) ACD, Ata de 21 de junho de 1858, p. 275.
(108) ACD, Ata de 13 de agosto de 1858, p. 119.

se da lavoura impressionava-o, bem como as taxas dos gêneros: carne seca, bacalhau, farinha de trigo e fazendas grossas, como baetas. Pensava que o imigrante solucionaria, em parte, o problema agrícola.

Mas não parece ter tido capacidade de apresentar uma alternativa para resolver alguns dos problemas, então, em destaque. Sua visão da política financeira chocava-se com a de Saraiva, que o criticou com certo vigor, quando Torres Homem se tornou, em 1859, Ministro das Finanças. (109) Geralmente os políticos mais conservadores do período receavam uma bancarrota, queriam estabilizar o meio circulante, proibindo novas emissões. Nesse sentido também se manifestou Zacarias, mais tímido em aceitar medidas de caráter inovador. Zacarias foi um liberal, mas como muito bem observou um jornalista conservador em 1877, poderia ter "engrossado as fileiras de seu próprio partido". (110)

Na rápida observação de alguns problemas socio-econômicos da década de cinqüenta, as lideranças mostraram tanto atitudes avançadas, até próximas das mais radicalizantes do País bem como outras muito conservadoras, apegadas a uma política eminentemente reacionária. E os antagonismos estiveram presentes, muitas vezes, no mesmo homem.

Ainda os políticos, mesmo ocupando cargos de âmbito nacional, mesmo treinados para o exercício da profissão, não deixaram de mostrar resquícios dos homens de província que eram, das particularidades regionais de onde provinham, ou dos locais

---

(109) ACD, Ata de 07 de julho de 1859, p. 52.

(110) Comentário da Imprensa Conservadora por ocasião da morte de Zacarias. Sob o ponto de vista religioso, por exemplo, apresentava-se como um homem carregado de preconceitos, voltado para o pensamento conservador da Igreja de Pio IX.

por onde haviam passado em sua trajetória política. Assim, observa-se o apego especial de Cotegipe à Bahia, um certo provincionalismo notório na defesa intransigente de subvenções para o hospital e matriz de sua vila natal da Barra, (111) isenção de direitos de importação para material destinado ao serviço de águas da capital baiana, obras do palácio episcopal, (112) criação de colégios eleitorais, dando inclusive prosseguimento a projetos que já desenvolvera como Presidente da Província baiana. Defendeu veementemente a criação de uma estrada de ferro, ligando a Bahia ao Rio São Francisco, a qual teve apoio da bancada baiana, mas sofreu violenta investida dos deputados de Pernambuco, defensores do chamado projeto Mornay (estrada de ferro de Recife a um ponto à margem do Rio São Francisco). (113) O teor das discussões levou Cotegipe a perder certa moderação que costumava ter nos discursos, nos quais, aliás, a Bahia não deixou de ser mencionada como sua "filha querida". Imaginava um futuro muito grandioso para a região a ser cortada pela estrada. Sonhava por ela a circulação de algodão, trigo, mas a ferrovia, embora aprovada na época de Paraná, juntamente com a estrada pernambucana, não seria construída. (114)

Também Zacarias, primeiro Presidente da Província do Paraná a ela ligou-se sentimentalmente, defendendo-a com ardor, quando se tratava do envio de colonos para o Sul: "entre as províncias aptas, nenhuma está em melhores condições do que a do Paraná. (115)

---

(111) ACD, Ata de 17 de junho de 1850, p. 429 e 02 de agosto de 1852, p. 419.
(112) ACD, Ata de 30 de julho de 1847, p. 319.
(113) ACD, Ata de 12 de agosto de 1851, p. 557.
(114) ACD, Ata de 26 de agosto de 1853, p. 343.
(115) ACD, Ata de 15 de julho de 1856, p. 211.

As reformas pleiteadas nesse período e as mais discutidas pelas lideranças foram relativas ao poder Judiciário, à reforma eleitoral da guarda nacional e do recrutamento.

Na defesa das reivindicações do Judiciário, Nabuco continuou a ter destaque. Sua "condição de juiz inabilitava-o para as tiragens eloqüentes da paixão política", comenta J. Nabuco. (116) Julgando que como juiz não lhe ficava bem o exercício da política, já que"o magistrado político, por mais esforços que faça para ser justo, para ser reto, paira sempre certa suspeita de parcialidade sobre seus atos que destrói a força moral que lhe é mister", decidiu dedicar-se apenas à advocacia. (117)

O problema do Judiciário foi discutido geralmente pelas lideranças porque a garantia de liberdade desse poder é sempre um ponto de apoio para existência de um regime liberal. Nesse sentido, procurou Cotegipe limitar o arbítrio do Governo, no tocante às remoções. (118)

Quanto ao problema da incompatibilidade absoluta que Nabuco via como condição necessária à Magistratura, Cotegipe considerava-a de forma menos radical, acreditando que, num país como o Brasil, o Legislativo precisava contar com magistrados.

Cotegipe criticava ainda, no Parlamento, a demora do processo criminal, o réu pobre ter que aguardar preso por seis meses ou mais o julgamento, enquanto os ricos podiam pagar fiança. Salientou ainda a demora também na composição do júri.

Na luta pelos interesses da classe destacaram-se então Nabuco, Cotegipe, bem como Zacarias que, em 1850, defendia

---

(116) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo I, p. 119.
(117) Idem, p. 122.
(118) PINHO, Wanderley, op. cit., p. 331.

a contagem de tempo de serviço, a antigüidade para os magistrados. (119) Nabuco, membro da comissão de justiça criminal, incentivava a aprovação desse projeto, como um estímulo para a carreira. (120.

Nabuco tinha ainda o apoio de Cotegipe, ao advogar o privilégio de foro aos juízes de Direito em todos os crimes individuais. (121) Tais crimes eram raríssimos, o foro privilegiado, temível em crimes de outra natureza, não seriam desaconselháveis, então. O júri não inspirava confiança a Nabuco, (122) aliás, como Ministro da Justiça deixou bem clara essa posição.

A reforma eleitoral foi pleiteada com mais afinco nos anos cinqüenta. Em 1851, um projeto pretendia fixar o número de eleitores, a fim de se poder verificar se era ou não adequado à população. (123) Na época em que se pensava em Conciliação, com maior ardor, foi o próprio Saraiva quem defendeu a idéia de uma reforma eleitoral e necessidade de um Judiciário forte. (124.

Em 1855, a Câmara votou a lei dos círculos, que não teve apoio geral, embora fosse fruto do pensamento da Conciliação. Ainda uma vez foi vista como plataforma oligárquica, (125) instrumento de despotismo e paixões. Saraiva votou contra ela.

Outros problemas preocuparam a atenção da Câmara, como a Guarda Nacional, por exemplo. Zacarias observou que, embora tal não fosse motivo para extingui-la, a Guarda Nacional participara dos movimentos liberais de 1842, 1844 e 1848. Acredi-

---

(119) ACD, Ata de 22 de março de 1850, p. 203.
(120) ACD, Ata de 10 de abril de 1850, p. 258.
(121) ACD, Ata de 28 de maio de 1852, p. 109.
(122) ACD, Ata de 31 de maio de 1853, p. 333.
(123) ACD, Ata de 15 de maio de 1851, p. 79.
(124) ACD, Ata de 27 de junho de 1853, p. 313.
(125) ACD, Ata de 06 de junho de 1860, p. 121.

tou, contudo, que o projeto de reforma esboçado em 1850, era oligárquico e não deveria ser aceito. (126)

Mencionou-se a reforma das escolas superiores. Zacarias participou de debates, facilitado por sua atuação como professor de Direito, em Olinda. (127) Foram aprovados os estatutos dos Cursos Jurídicos e das Escolas de Medicina.

A saúde pública mereceu atenção. Cotegipe preocupou-se com o crédito para dessecar pântanos, abril valas. E, numa rara penetração para sua época, numa intuição dos problemas ecológicos do futuro, pensou na necessidade de conservar a vegetação em pontos chaves, a fim de ter a purificação do ar. (128)

Ainda problemas relativos ao exército, marinha, recrutamento, abertura do Amazonas à navegação, ocuparam o interesse das jovens lideranças, embora em segundo plano. O problema platino mereceu alguma observação, quando do estudo da participação das lideranças em nível do Executivo Nacional.

A década seguinte foi um período extremamente difícil, embora, economicamente, o café fosse o grande gênero e estivesse em desenvolvimento, atendendo à demanda externa, representada pela Europa e EE.UU. Se a economia agrária hauria suas forças da lavoura cafeeira, por outro lado esse período marcou o aparecimento de um incipiente capitalismo comercial e financeiro, graças à urbanização, industrialização e especulação bancária. A produção cafeeira assegurava estabilidade econômica à nação, inversão crescente de capitais estrangeiros, daí relativa estabilidade do País, apesar de os deficits orçamentários aparecerem como resultantes dos empréstimos decorrentes da seca do

---

(126) ACD, Ata de 21 de junho de 1850, p. 502.
(127) ACD, Ata de 16 de junho de 1851, p. 495.
(128) ACD, Ata de 03 de setembro de 1850, p. 799.

Nordeste e do acúmulo de dívidas no exterior, provocadas pela guerra do Paraguai.

Na política do Governo havia maior incentivo aos interesses urbanos e certo desinteresse pela criação de mecanismos que favorecessem os empreendimentos agrários, daí sentirem-se os lavradores prejudicados frente a tais iniciativas.

O período de projetadas reformas foi assim adiado para a fase posterior à guerra, quando foram discutidos os projetos de recrutamento, guarda nacional, sistema eleitoral e Judiciário.

As questões platinas haviam desencadeado rivalidades, crises para a solução das quais vários diplomatas, algumas lideranças políticas do Império foram deslocadas. Entre elas estavam Sinimbu, Rio Branco, Saraiva e Cotegipe. Ao lado da política interna, e como conseqüência dela, desenvolveram-se relações diplomáticas, ou melhor, relações internacionais entre a nação brasileira e estados platinos.

Os anos sessenta presenciaram, politicamente falando, o fim da Conciliação e a preparação para a Liga, constituída de nova ala do partido Conservador, a dos Moderados que, ligados aos liberais, constituíram um bloco de oposição ao partido Conservador, e esta galgou o poder, pela primeira vez, em 1862.

A participação de Saraiva na Liga foi curiosa, pois deixando o Gabinete de Caxias altamente conservador, tornou-se padrinho do Progressismo e caloroso defensor de uma aproximação entre os dois grupos políticos moderados. A Conciliação criara, em sua opinião, uma sociedade nova, e dessa união de homens de ambos os partidos, formara-se a base para a organização do partido Progressista. (129)

---

(129) ACD, Ata de 05 de julho de 1862, p. 281.

As lideranças saíram, pois, da Câmara para atuar nos Gabinetes, na Presidência do Conselho, no Senado. Cada etapa política alcançada com sucesso era um degrau para uma nova ascensão.

A Câmara dos anos sessenta teve, de início, Torres Homem numa participação de pequena duração restrita aos primeiros anos da década; Rio Branco atuou até 1862, Zacarias, até 1866, Ouro Preto e Saraiva, até 1868; começando em 1869 a vivência política de Antônio da Silva Prado. Nabuco, Sinimbu e Cotegipe, líderes cujas atuações tanto enriqueceram o período anterior, dela agora não faziam parte.

Zacarias destacava a necessidade de equilibrar-se a situação, fazendo-se frente às despesas, aumentando-se as rendas etc. Mostrava a importância que o Ministro das Finanças tinha no contexto da política do Império. (130) Falava da lavoura, que a seu ver estaria em "estado calamitoso". Manifestava-se contra o imposto de 2% adicional aos gêneros de exportação que era tirado dos lavradores, em grande parte, sem recursos. Torres Homem enfatizou o grande deficit mencionando o total de 10.000.000$000 (131) tomando posição contra empréstimos. Os impostos seriam um recurso incômodo, mas que pouparia o Estado de sacrifícios permanentes. Também o sistema de créditos suplementares era fator de desequilíbrio de orçamentos. Exprimia-se favorável à "lei de progresso social", isto é, que gerações se sujeitassem a sacrifícios a fim de propiciar uma evolução industrial ao País.

Também Rio Branco interessou-se pelo problema de Bancos de circulação da Corte, (132) afligiu-se com o deficit geral, (133) sugerindo impostos e taxas.

---

(130) ACD, Ata de 06 de setembro de 1861, p. 52.
(131) ACD, Ata de 08 de agosto de 1862, p. 75.
(132) ACD, Ata de 13 de agosto de 1862, p. 122.
(133) ACD, Ata de 30 de julho de 1862, doc. apêndice, p. 86.

Afonso Celso, quando o País, em 1865, estava às voltas com a guerra, pensava nas "fontes de riqueza pública: comércio e lavoura", (134) e afirmava estar conivente com a idéia de que "o mal não era a guerra, mas o deficit, a decadência da lavoura. (135) "Não são os partidos", afirmava, "que se acham em decadência", "são as indústrias, as forças produtivas". (136) Em outro pronunciamento, o futuro Ouro Preto afirmava: "os créditos de nossa nacionalidade não serão comprometidos no campo de batalha, porque estão confiados à bravura de nossos soldados, ao patriotismo e ilustração de nossos representantes; mas sê-lo-ão infalivelmente nas praças européias por não podermos satisfazer os compromissos pecuniários a que nos houvermos sujeitado". (137)

Interessado no desenvolvimento do País, Afonso Celso defendia, com todo o entusiasmo de uma liderança jovem, chefiando o grupo mais moço da Instituição, uma economia sólida, mas para isso propunha medidas reformistas amplas, elásticas. Queria a extensão dos privilégios da navegação de cabotagem, a qual traria para o Brasil benefício semelhante ao da abertura dos portos. (138) Comparava a situação brasileira com a de Cuba, mostrando os índices de importação e exportação da Ilha, com uma população igual à de Minas Gerais e que tinha facultado o comércio a 15 portos, Jamaica o fizera a 14. No Brasil, em quase mil léguas de litoral, só 19 eram os beneficiados. Solicitava o privilégio da navegação, extendido a todos os portos que não tinham alfândegas, (139) limitando o benefício a uma só viagem para cada

---

(134) ACD, Ata de 14 de junho de 1865, p. 114.
(135) ACD, Ata de 04 de abril de 1866, p. 30.
(136) Idem.
(137) ACD, Ata de 14 de junho de 1865, p. 114.
(138) Idem, ibidem.
(139) Idem, p. 115.

navio estrangeiro. O navio brasileiro que, naquela ocasião, se deslocasse da Corte a Recife, não podia transportar mercadorias para o Ceará ou Belém, nem receber gêneros em Recife, por exemplo, para transportar a outro porto nacional. O privilégio da cabotagem tolhia a navegação livre dos rios.

Junto à nova reivindicação, Ouro Preto defendia a reforma hipotecária, a instituição do crédito agrícola, e fazia a condenação formal dos monopólios. Pedia amplas reformas: lei eleitoral, reorganização judiciária, reforma das municipalidades e da guarda nacional, descentralização administrativa, combate ao exclusivismo dos empregos públicos etc.

Era um liberal e já mostrava, no seu desempenho, as idéias pelas quais lutaria, em 1888, quando o Império agonizava.

As idéias levantadas por essas lideranças, e até apresentadas em projetos não eram aceitas pelos pares na Câmara, nem propostas pelo Gabinete com o teor reformista desejado. Ao se tornarem projetos e, finalmente decretos, tinham já adquirido o aspecto moderado de forma a poderem ser aceitos mesmo por alas mais reacionárias.

A década de 60 enfrentou as questões platinas e, por fim, a guerra,(140) tendo sido, por isso mesmo, uma década política. Nela discutiram-se amplamente as funções dos partidos, as instituições, a competência dos poderes, inclusive a alçada do Moderador, tema de interesse especial do deputado Zacarias Goes.

Escritor, jurista e político, Zacarias levou para o debate parlamentar, em 1861, o assunto de seu grande interesse na época, que veio a se tornar não só a principal tese do deputado baiano, mas a plataforma de apoio a muitas reivindicações liberais. Zacarias defendia a responsabilidade ministerial pe-

---

(140) Este problema será tratado no capítulo referente a atuação junto ao Executivo e Presidência de Conselho.

los atos da Coroa. Para ele, todo ato do Poder Moderador teria que ser acompanhado da referenda do Ministério. (141)

Igualmente, Afonso Celso aprovava essa idéia. "Sempre fui e serei liberal". (142) Afirmava Zacarias que o limite do partido liberal era a própria Constituição do Império, mas queria a harmonia dos poderes e a responsabilidade dos Ministros pelos atos do Poder Moderador. (143) Os Conselheiros de Estado, embora com função consultiva, eram responsáveis pelos conselhos que davam ao Imperador. "A responsabilidade", dizia Zacarias, "além de moral, civil, política, judiciária podia ser até criminal". "Temos atos do Poder Moderador como do Executivo bons ou maus, inocentes ou prejudiciais e até criminosos conforme a circunstância, porque embora alguém diga que os atos do Poder Moderador são por natureza inocentes, é mister fechar os olhos à luz da evidência para não ver as conseqüências do abuso das atribuições do Moderador". (144) O Imperador de forma diferente do político, não estava sujeito à censura pública, sua pessoa era inviolável e sagrada, seus atos deviam transpirar a responsabilidade dos Ministros. (145) O Conselho de Estado devia ser "o antimural que sempre cobrirá a Coroa". (146) Estas idéias ele as defendeu no trabalho publicado em 1862, Da Natureza e Limites do Poder Moderador, no qual contestava as idéias dos conservadores, apresentadas por Brás Florentino Henrique de Souza no trabalho - Do Poder Moderador, Ensaio de Direito Constitucional e as de Pimenta Bueno, no estudo Direito Público e Análise da Constitui-

---

(141) ACD, Ata de 05 de julho de 1861, p. 79.
(142) ACD, Ata de 06 de fevereiro de 1864, p. 45.
(143) ACD, Ata de 29 de abril de 1864, p. 249.
(144) ACD, Ata de 16 de julho de 1863, p. 89.
(145) Idem
(146) ACD, Ata de 19 de maio de 1862, p. 110.

ção do Império e Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai) O Poder Moderador. Os conservadores atacaram violentamente o pensamento de Zacarias, mostrando que tais idéias provocaram uma inversão nas condições reais do Império, ficando o poder de "suprema inspeção e vigilância" subordinado aos demais. Curiosamente, a concepção conservadora, atribuindo todos os poderes ao Imperador, enquanto único representante efetivo do Poder Moderador, deixava a Coroa aberta aos possíveis ataques dos adversários, enfraquecendo um regime que teria sido fortalecido pela tese de Zacarias.

A participação de Goes e Vasconcelos nos debates parlamentares da década foi bastante significativa. Se Nabuco via o mundo com os olhos de magistrado, talvez não se exagere destacando que Zacarias o via como um professor. Mesmo quando a oposição o criticava com veemência, chamando-o de "censor", nele subsistem vestígios do docente de Olinda. Ressaltou assim a necessidade de aprimorarem-se os cursos jurídicos, ao mostrar a fraqueza do ensino nas Faculdades de Direito. Destacando as falhas, pretendeu criticá-las, a fim de provocar um melhoramento de nível. (147) Já se preocupara também com o estatuto das escolas de Medicina e dos cursos jurídicos, em 1851. Para as deficiências da Faculdade de Olinda apontou, como responsáveis, os docentes e a Direção da casa. Defendeu a reforma universitária, ao ouvir no parlamento que a Academia estava moribunda, afirmando que tal não se devia à falta de alunos.

Parecia um homem modernizado, ao defender um ensino com maior conhecimento de História, Geografia e línguas modernas, sobrepondo-se às clássicas, todavia seu posicionamento ra-

---

(147) ACD, Ata de 04 de julho de 1851, pp.56 e 57; Ata de 16 de junho de 1861, pp.496 e seguintes e ASI, Ata de 28 de agosto de 1869, pp. 273 e 274.

dical aparecia, em seguida, quando se referiu ao temor de ver ministradas na Cátedra "doutrinas subversivas e perigosas". O Governo devia inspecionar os métodos e os livros adotados. Por outro lado, defendendo o direito do povo à rebelião, dizia que "a história de todos os tempos e nações" confirmava-o e, embora ele não devesse ser pregado numa Academia, maior inconveniência haveria em se negá-lo. (148)

Zacarias, nesse período, era já bem consciente de suas posições, tinha maturidade e independência de julgamento. Na defesa de alguns princípios era um perfeito liberal, mas capaz também, pela intransigência, de estar apegado ao mais renitente conservadorismo, o que não era nele resultado de posição política, mas de características de personalidade. Daí seu cognome "jesuíta de casaca", dado por seus adversários. Fez, então, pronunciamentos de diversas ordens. Quanto à Magistratura, mais do que o aumento de vencimentos, preocupava-o seriamente a reforma do Judiciário. Mais do que os magistrados de exceção, que prejudicavam a classe, afligia-o, o que reputava uma "desgraça", aliás, que a Magistratura estivesse dependente da vontade e muitas vezes do capricho de governo. (149)

Opôs-se sistematicamente ao Gabinete Caxias, que correspondeu à agonia da Política de Conciliação. Entre os Ministros do Gabinete estavam os deputados Rio Branco e Saraiva. Juntamente com Sinimbu, Nabuco, Olinda, Zacarias deixou os "arraiais conservadores" e, com um grupo de liberais, formou a Liga que Saraiva denominou progressista. (150)

---

(148) ACD, Ata de 25 de julho de 1861, p. 91.
(149) ACD, Ata de 06 de setembro de 1861, p. 41.
(150) Este assunto será tratado no capítulo referente ao Senado e a atuação junto ao Executivo.

No ataque contundente ao Governo, Zacarias pôs em evidência as deficiências da organização municipal, a instrução pública, a falta de reformas, como a do recrutamento, a da guarda nacional, a do Judiciário e a eleitoral. (151) Deu-lhe a Liga uma proeminência especial, de forma que, três vezes nessa década, ele foi guindado ao mais alto posto do Executivo Nacional. Mas, neste capítulo, apenas o pensamento do deputado interessa focalizar. Como parlamentar foi um dos grandes responsáveis pela queda do Gabinete Caxias, certamente, por isso, foi chamado em seguida para composição do Gabinete.

Se o teórico do pensamento político nos anos da Liga e do Progressismo na Câmara era Zacarias, a figura de destaque, no Senado, era Nabuco, cuja entrada na Câmara Vitalícia fora especialmente elogiada. Poucas eleições, dissera Cotegipe, há que sejam tão honrosas quanto a sua (152) e Camaragibe, seu colega, na Câmara, observara que "nossa deputação perdeu um de seus ornamentos, a província ganhou, como parte do Império, vindo do Senado, com assento vitalício, seu antigo representante. (153)

A chegada de Nabuco trouxe novas luzes à Instituição, não por ter simplesmente alterado sua posição que, em 1861, na Câmara tinha sido ministerial si et in quantum, (154) para oposicionista agora em 1862, no Senado, mas porque ao fazê-lo, traçou todo o quadro político em que uma nova visão do poder era discutida. Este discurso tornou-se conhecido pela designação de uti possidetis. E foi tão marcante, tão representativo quanto a "ponte de ouro" pronunciada na Câmara, na década anterior, o qual traçara a política de Conciliação.

---

(151) ACD, Ata de 18 de maio de 1862, p. 96 e 19 de maio de 1862 (doc.em apêndice), pp.4 e seguintes.
(152) NABUCO, J. Um Estadista do Império, p. 13.
(153) Ibidem.
(154) ASI, Ata de 15 de junho de 1861, p. 353.

Nabuco retomou a idéia dessa política que a seu ver não tinha representado a morte dos partidos, mas um período "transitório" em que as denominações conservadora e liberal haviam caído em desuso. Os partidos teriam de ter uma organização e atualização, "legitimarem-se por suas idéias", ter alternância no poder, combatendo o "uti possidetis das posições oficiais" conservadoras. Referia-se ao fato de que desde a Conciliação sentiam-se os saquaremas donos do poder num monopólio dos cargos públicos, já havia catorze anos, constituindo uma "manifesta tendência para oligarquia", portanto com sérios embaraços ao sistema representativo.

Ao se declarar oposicionista, porém, afirmou que não faria uma oposição sistemática, pessoal, porque entendia que como senador não lhe cabia tal direito, pois "o Senado não faz política", "não pode se envolver na torrente das parcialidades militantes, sem derrogar o princípio conservador que o coloca entre a Coroa e o Povo, entre a Imobilidade e o Progresso, entre a Ordem e a Liberdade". (155) Lembrando Montalembert afirmava que não podia a Câmara Alta fazer oposição sistemática, pessoal ou adesão servil e silenciosa, não podia derrubar gabinetes, apresentar moções de desconfiança etc. (156)

No Senado, não se decidia o fim dos Gabinetes, dizia Nabuco, "aqui só se trata de adverti-los, corrigi-los e esclarecê-los". (157)

Defensor da temporariedade da Instituição, não acreditava ser possível um corpo político sem a responsabilidade de um corretivo que, no caso, deveria ser o processo eleitoral.

---

(155) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo II, p. 87.
(156) ASI, Ata de 09 de julho de 1861, p. 44.
(157) ASI, Ata de 12 de fevereiro de 1864, p. 57.

A expressão "O Senado não faz política" enunciada de passagem, tornou-se um princípio enfaticamente repetido, quando se quis denunciar o poder de coação da Câmara Vitalícia.

O discurso de Nabuco, o uti possidetis de 1862, foi de grande importância, pois, além da teoria política nele contida, tornou-se a peça mais bem articulada contra o Gabinete, com grande repercussão na Imprensa e no Legislativo em geral.

Ainda Nabuco reconduziu ao Parlamento uma idéia cara ao parlamentarismo europeu, inspirada em Thiers, Guizot, no sistema do parlamento inglês e apresentada de novo no Legislativo Nacional, "o Rei reina, mas não governa". Sob o ponto de vista político de Nabuco, era condição fundamental a existência da Instituição Monárquica e ele a defendia enquanto monarquista, mas foi vista por alguns como tese revolucionária. (158)

Queria ele, como a totalidade dos liberais, a responsabilidade legal, política e moral dos ministros pelos atos da Coroa, o direito de censura parlamentar aos atos do Gabinete. Nabuco queria a Coroa, escolhendo ministros de uma maioria parlamentar, a Câmara, tendo a função de poder efetivamente negar os meios de vida ao ministério e a escolha dos deputados em eleições sem violência ou paixões políticas. Não queria, dizia ele, falando em nome dos correligionários, a extinção do Poder Moderador, mas colocá-lo entre "a responsabilidade dos ministros e a liberdade de eleição" e não "como vós (conservadores) que o colocais entre a própria responsabilidade (Coroa) e a opinião pública". Queria ele a proteção à Coroa.

Seu pensamento assemelhava-se ao de Zacarias, apresentado no ensaio Da Natureza e Limites do Poder Moderador, idéia,

---

(158) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 91.

aliás, que passou a ser aceita geralmente pelos liberais. (159)

Nabuco acreditava ser necessária a Centralização Política, mas queria também a descentralização administrativa e judiciária, como se verá.

Sob o ângulo político, o seu pensamento foi-se amadurecendo. E a transição para o novo Partido Liberal - a Liga, o Progressismo processou-se como conseqüência natural da evolução de uma consciência política.

Em 1861, dizia: "não sou atualmente conservador e porque nunca fui liberal, menos o posso ser hoje". "Não posso pertencer à Liga, porque é de Conservadores e Liberais". (160) Em 1864, já entusiasta da Liga e do Partido Progressista, defendia as liberdades individuais necessárias ao pleno desenvolvimento do cidadão e do Estado. Conseguida a liberdade política, "devia se lutar pelas individuais em todos os níveis: jurídico (pelo habeas corpus, contra prisão preventiva), comercial, financeiro, industrial etc. (161)

Nabuco foi, no Senado uma grande voz do Progressismo, embora tenha se recusado a participar do Diretório do Partido e tenha declarado que o novo partido tinha que publicar seu programa, pois não podia viver sem a divulgação de sua bandeira de luta. (162)

Durante esse período, aliás, Nabuco não falou muito de política, afirmando que não queria tratar de tais assuntos durante a guerra, nem freqüentou de forma especial a Tribuna.

---

(159) Já foi dito que o Gabinete Caxias caiu em grande parte pela oposição contra ele dirigida na Câmara por Zacarias e no Senado por Nabuco, que se tornou então líder especial na Câmara Vitalícia.
(160) ASI, Ata de 15 de junho de 1861, p. 353.
(161) ASI, Ata de 04 de junho de 1864, p. 20.
(162) ASI, Ata de 04 de junho de 1864, p. 27.

Quando o fez, foi para manifestar-se em defesa de uma Magistratura independente de pressões governamentais. Propôs para isso magistrados com mais treino, maior capacidade. Criou o noviciado que correspondia a um período em que o bacharel se preparava para o desempenho da Magistratura através da freqüência à audiência, júri e estudava para um concurso. (163) Sem suprimir os juízes municipais, queria juízes de Direito mais aptos para a função de desembargadores. Lutava por melhores vencimentos, a fim de que o magistrado não fosse tentado à corrupção pecuniária. Batia-se pela descentralização da Justiça, dando destaque aos tribunais de segunda instância.

Também Sinimbu pronunciou, nessa ocasião, alguns discursos, salientando o papel do magistrado na Sociedade e do juiz como defensor do cidadão. (164) As lideranças repetiam no Senado, plataformas já defendidas anteriormente na Câmara.

Se o problema da política em si preocupava Nabuco, um dos teóricos da atuação política do Senado; se a questão do Poder Judiciário e da Justiça chamaram a atenção igualmente de Nabuco e Sinimbu, o angustiante problema do momento girava em torno das questões do Prata, que culminaram com a guerra do Paraguai, provocando o agravamento das dificuldades econômicas do País.

Em 1864, Rio Branco, preocupava-se com as relações exteriores do Brasil no contexto da América Latina, com o exacerbamento dos ânimos do Prata. (165) O Governo, mudando a política conciliatória que vinha se propondo, lançou um ultimatum a Montevideo. Encarregado da missão, foi enviado Saraiva, acompa-

---

(163) ASI, Ata de 15 de junho de 1861, p. 353.
(164) ASI, Ata de 04 de outubro de 1869, p. 1.
(165) ASI, Ata de 06 de abril de 1864, p. 33.

nhado de força naval e terrestre.

Nos pronunciamentos que Rio Branco fez, no tocante a orçamento de forças de terra e mar, deixou bem clara sua posição moderada de que, embora militar, não concordava que o País consumisse somas elevadas com equipamentos do exército e marinha. (166)

Ao comentar a missão, Saraiva expôs seu pensamento em defesa de uma política não intervencionista, sem represálias, embora reconhecesse, por vezes, a necessidade de chegar-se a esse extremo. (167) Rio Branco, o especialista da política externa no Prata, era comedido, falando com moderação num "gesto lento e sóbrio", como o descrevia Machado de Assis. (168)

Em 1865, a inevitabilidade da guerra. Mato Grosso invadido. O assunto coloriu os debates do Senado. Arroubos de patriotismo. Discutia-se a Tríplice Aliança. Retomavam-se os problemas platinos.

Nesse momento, Rio Branco ocupou a tribuna para explicar as condições do Estado Oriental, quando lá esteve como enviado diplomático. (169) Historiou num famoso discurso de oito

---

(166) ASI, Ata de 19 de abril de 1864, p. 115,
ASI, Ata de 20 de abril de 1864, p. 129,
ASI, Ata de 22 de abril de 1864, p. 43,
ASI, Ata de 28 de abril de 1864, p. 159,
ASI, Ata de 29 de abril de 1864, p. 172.

(167) ASI, Ata de 25 de julho de 1864, p. 141.

(168) ASSIS, J.M.Machado. O Velho Senado, p. 619.

(169) ASI, Ata de 05 de junho de 1865, p. 1. Explicou que a partir lembrara das palavras de Villars a Luís XIV - "Sr. vou combater os inimigos de V.M. e deixo-o rodeado dos meus". Mostrou os problemas externos do país, a missão Saraiva, a divisão dos homens de Montevidéo, o governo rompendo os Tratados e as Relações Comerciais com o Brasil, a imprensa oficial em oposição e a aliança com Flores. Falou do convênio estipulado com o novo governador Villalba, chefe dos Blancos que prometeu desagravo à bandeira nacional etc. Explicou que não tinha instruções do governo brasileiro, não podia impor Flores ao governo uruguaio e sozinho, sem saber opinião do Ministério no Brasil celebrou o acordo, recebendo em troca a demissão imposta pelo Gabinete Furtado. Orgulhosamente, porém, declarou que a "demissão imposta foi lhe muita mais honrosa do que a nomeação".

horas, os acontecimentos dos quais foi protagonista e que culminaram com sua demissão repentina. Machado de Assis, na qualidade de jornalista do Senado ouviu-o até o término da oração e, segundo o escritor, a justificativa do convênio de 20 de fevereiro foi "uma das mais profundas impressões que me deixou a eloqüência parlamentar. (170)

A guerra do Paraguai exauria os recursos do tesouro, o estado melindroso do País agravava-se dia a dia, reclamando medidas urgentes. O meio circulante estava depreciado. A Fala do Trono pedia providências. (171)

Afirmava-se que a guerra estava demorando mais do que a expectativa e que a História, certamente, julgaria tal fato, como registraria com severidade o abandono da Província de Mato Grosso. (172)

Rio Branco, preocupado com esse tema, inqueria os políticos sobre a continuidade da luta, a conveniência ou não de se ter conselheiros de guerra, a técnica da luta, o porquê de nossos encouraçados terem parado diante da "chatas paraguaias", demorando o avanço sobre o Itapevi. Fazia ainda considerações sobre a lavoura enfraquecida e o comércio abalado com a crise de 1864. (173) Colocava restrições a que as potências estrangeiras praticassem no País a navegação de cabotagem.

Zacarias também se preocupava com os meios de debelar a guerra, fazendo reparos à administração do País. (174) As menções agora feitas referem-se à Câmara Vitalícia, para onde

---

(170) ASSIS, Machado de, op. cit., p. 619.
(171) ASI, Ata de 16 de maio de 1866, p. 51 (discurso de Paranhos sobre a guerra).
(172) ASI, Ata de 04 de julho de 1866, p. 41.
(173) ASI, Ata de 05 de junho de 1866, p. 14.
(174) ASI, Ata de 04 de julho de 1866, p. 41.

estavam chegando as lideranças em estudo.

No ano seguinte, quando Zacarias ocupava a Presidência do Conselho, Cotegipe trouxe ao Senado informes sobre a depilação dos negócios públicos, quer no tocante ao fornecimento de gêneros para frente de combate, quer na compra de material bélico e fretamento de vapores para enviar mercadorias. (175)

O Brasil enfrentava, então, além dos problemas atinentes ao próprio mecanismo da guerra, dificuldades quanto ao desvio e contrabando de mantimentos, roupas e armas destinadas aos soldados.

Os fornecedores estavam estabelecidos em sua maioria em Buenos Aires, servindo também as tropas argentinas. A fiscalização dos contratos era embaraçosa e de grande complexidade. Por isso não havia meio de serem comprovadas ou negadas as acusações constantes de que intermediários se locupletavam às custas do tesouro do Império, fazendo uma guerra "tão devastadora quanto à que ia-se travando nas trincheiras". (176) Daí denúncias de corrupção, inclusive administrativa, de elementos, favorecendo ou prejudicando a realização de negócios de vulto em troca de altas vantagens pecuniárias, ou mesmo, de ordem pessoal ou política.

"A corrupção insinuava-se, diz Sérgio Buarque de Holanda, nas antecâmaras dos ministérios e acabava por invadir a periferia do poder, ajudando a corroê-lo". (177)

Cotegipe denunciou o contrabando escandaloso, mas mostrou-se preocupado como Rio Branco, com a agricultura, com o comércio, com a crise financeira, embora conservador e oposicio-

---

(175) ASI, Ata de 14 de junho de 1867, p. 64.
(176) HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República, p. 91.
(177) Idem, p. 94.

nista ao Gabinete Zacarias, defendeu a emissão de papel solicitada pelo Presidente de Conselho, que sem ela não poderia prosseguir a guerra. A sua política financeira era discordante da de seu correligionário, Rio Branco, totalmente contra a emissão pedida. (178) A discussão de orçamentos ocupava os debates do Senado, especialmente daqueles relativos ao Exército e Marinha. Em função da guerra, discutia-se ainda a construção de navios e conseqüentemente a necessidade do cultivo de matas. (179)

No Senado, críticas à extensão do conflito, à crise econômico-financeira, à colocação do problema abolicionista como plataforma de discussão provocaram sérias divisões no partido liberal que se enfraquecia a olhos vistos. A dissidência liberal associou-se à oposição conservadora. Quando ocorreu o agravamento das críticas e o Senado passou a considerar, inclusive a eventualidade de uma censura ao Gabinete, Cotegipe, com visão política muito objetiva e lúcida, revidou. A proposta de um voto de desconfiança do Senado, passando por cima de uma Câmara conivente com o Gabinete, mesmo em se tratando de um Ministério Progressista, era um fato inédito nos Anais Parlamentares. (180) O Senado podia até estar convencido de seus direitos, mas quais seriam as conseqüências futuras? O Senado, declarou Cotegipe, precisava agir com moderação, "não fazer política". Mencionando o lema liberal, o político conservador relembrava Chateaubriandt, usando citações francesas tão do gosto dos bacharéis no Parlamento; "receio muito que recostados à janela, vejamos passar triunfalmente o carro da Revolução". "Eis os temores, as desgraças que peço a Deus afaste de nossas cabeças".

---

(178) ASI, Ata de 06 de agosto de 1867, p. 41 e 16 de agosto de 1867, p. 80.
(179) ASI, Ata de 06 de outubro de 1867, p. 279.
(180) ASI, Ata de 22 de junho de 1867, p. 117.

No impacto de tendências políticas divergentes e sentindo a gravidade do momento, os políticos mais conscientes do Senado percebiam a necessidade do apoio à Monarquia e da defesa de suas instituições.

A década de sessenta viu geralmente a contemporização de reformas, de decisões importantes de projeção do Império, porque um problema de maior amplitude dominava a política nacional: a guerra.

No final desse período, quando novamente os conservadores ocuparam o poder, de forma considerada "legal", porque a Coroa podia chamar a quem quisesse para constituir o Ministério, mas não "legítima", porque o Gabinete tinha maioria na Câmara, os liberais, esquecendo suas divisões internas, formaram um bloco solidário de oposição.

Foi Nabuco ainda quem lançou as bases jurídicas do fundamento da legalidade e ilegitimidade (181) e Zacarias, referindo-se ao poder constituído, lembrou que se instituía uma "legislatura nova saída de uma ditadura". (182)

O Senado continuava a preocupar-se com a guerra, apesar do sucesso dos combates de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. (183) O Conde D'Eu fora encaminhado à frente de combate. As manifestações das lideranças eram pró ou contra o Gabinete, dependendo de suas ligações partidárias. (184)

No poder duas importantes figuras políticas: Rio Branco e Cotegipe.

---

(181) ASI, Ata de 17 de julho de 1868, p. 114.
(182) ASI, Ata de 22 de maio de 1869, p. 160.
(183) Idem
(184) As críticas feitas serão destacadas no capítulo referente aos Gabinetes.

Os luzias questionavam a presença de seus opositores no Gabinete, as eleições realizadas, o processo fraudulente ocorrido, a nomeação de José de Alencar para o Senado, "bafejada pelo Gabinete", segundo o linguajar irônico de Saraiva. (185) O partido liberal acusava os conservadores de desejarem o "monopólio do Senado" e Saraiva declarava que esse se não recebesse "sangue novo será um corpo oligárquico". (186)

Os liberais denunciavam a todo o momento a necessidade de reformas havia muito aguardadas e que não deviam mais ser contidas. Tinham elas marcante caráter social. Pedia-se a reforma do elemento servil, do recrutamento, da guarda nacional, do Judiciário, do processo eleitoral, todas pretendendo a concessão de maiores garantias individuais. Em parte, essa avidez reformista pode ser explicada pela viragem política ocorrida em 1868, quando os liberais, novamente unidos, estimulavam pela Imprensa e pelo Parlamento programas de seu partido que sentiam, inclusive, estar refletindo os anseios do Brasil de então.

Torres Homem exprimiu seu pensamento sobre essa posição dos liberais: "eles pensam em reformas, quando a injustiça lhes tira o poder das mãos e é nesse período de abatimento que descobrem os vícios de nossas instituições, que combatem os abusos, que tornam-se críticos da sociedade presente e reclamam com urgência e em voz ameaçadora, as reformas de que antes não se lembravam de solicitar". (187) Mas não era um reclamo apenas da oposição. Caso fosse, não encontraria guarida na opinião pública mais esclarecida.

---

(185) ASI, Ata de 15 de junho de 1870, p. 151.
(186) ASI, Ata de 15 de junho de 1870, p. 145.
(187) ASI, Ata de 16 de maio de 1871, p. 83.

Outro importante fator torna-se decisivo para esse estímulo reformista, isto é, o fim da guerra do Paraguai e, em decorrência, o País poder recomeçar a refletir nos graves problemas internos.

Câmara e Senado discutiam a possibilidade de empréstimos estrangeiros, a necessidade de solução de questões agrícolas e financeiras. Queriam os liberais melhorar as vias de comunicação, pretendiam benefícios materiais vários, e além destes, leis abolicionistas: emigração, colonização, reforma eleitoral com eleitorado independente, liberdade de voto, reforma do Judiciário, do município, da guarda nacional, do recrutamento e do código militar. Pretendiam, mesmo os senadores, diminuir a ação desta Câmara nos negócios públicos, encurtar o tempo das legislaturas e aumentar a representação democrática. (188)

Algumas lideranças liberais no Senado como: Sinimbu, Cotegipe consideravam entre as reformas, prioritária a eleitoral. Sem ela, diziam, nada de legítimo poder-se-ia obter. Sinimbu referia-se a ela como seu "Delenda Cathago". (189) Cotegipe dizia ser a "suprema aspiração de sua carreira política", a ponto de não conseguindo realizá-la, preferir abandonar a vida pública. Afonso Celso, que pela idade não podia ainda ter acesso ao Senado, defendia, na Câmara, com entusiasmo, as reformas liberais, considerando que o programa luzia devia ter como meta prioritária a eleição direta. (190 Os liberais que se uniram em 1868, dizia ele, queriam "o governo da nação pela nação", a liberdade de voto através da eleição direta, o que levou, em 1877, a faze

---

(188) ASI, Ata de 22 de julho de 1870, p. 203.
(189) ASI, Ata de 01 de setembro de 1870, p. 11.
(190) ACD, Ata de 20 de março de 1877, p. 287 e 24 de janeiro de 1879, p. 179.

rem uma oposição parlamentar que jamais seria esquecida. (191) Já Rio Branco e Nabuco consideravam fundamental para o País a solução do problema da mão de obra.

Os liberais no Senado, pequena minoria, com elementos representativos entre as figuras políticas estudadas, certamente teceram de início algumas considerações sobre como agir frente ao Gabinete oposicionista que surgia e que agora pleiteava a realização de algumas plataformas liberais. Foi Saraiva quem formulou a questão "devemos concordar que nossas idéias sejam realizadas por nossos adversários?" (192) Houve um acordo no sentido de apoio, dependendo do caráter delas. (193)

Uma série de projetos, já aprovados na câmara, chegaram para análise do Senado.

A primeira reforma a ser considerada foi a do Judiciário, levada a efeito sob o Gabinete Rio Branco. Era exigência de muito tempo, desde que a lei de 1841 fora instituída com seu cortejo de arbítrio e centralização, (194) já que cerceava liberdade do Judiciário, praticamente sujeitando-o à Polícia, limitava o uso do habeas corpus, instituía a prisão preventiva, que se tornava ainda perigosa arama política, utilizada pelos partidos no poder, enfraquecia as autoridades do júri e do juiz de paz etc.

---

(191) ACD, Ata de 24 de janeiro de 1879, p. 112.
(192) ASI, Ata de 16 de maio de 1871, p. 93.
(193) Por dez anos gabinetes conservadores assinalaram sua passagem pelo poder: Itaborahy (Gabinete 16 de julho), S.Vicente (Gabinete 19 de setembro), Rio Branco (Gabinete 7 de março) e Caxias (Gabinete 25 de junho) permanecendo até 1878, quando retornaram os liberais. Foi todavia sob o de Rio Branco, o mais longo, que durou 3 anos e 3 meses que as reformas de caráter liberal puderam ser discutidas e aprovadas.
(194) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. A Reforma Judiciária de 1871 e sua discussão no Senado do Império, pp. 61 e seguintes.

O projeto de reforma que então chegava à Câmara Vitalícia já sofrera 170 emendas da Câmara e foi analisado no Senado por uma Comissão de Legislação, composta de liberais e conservadores, entre os quais, Nabuco. A Comissão aprovou o projeto, havendo voto em separado de Nabuco a pleitear maior autonomia à Magistratura, maior preparo ao juiz com a criação do noviciado, sistema de promoção por antigüidade e incompatibilidade absoluta da Magistratura com outros cargos públicos.

A promoção por critério de antigüidade visava a evitar os apadrinhamentos e a corrupção. A incompatibilidade era uma garantia à honorabilidade do magistrado, para que não fosse sequer posta em dúvida. Lutando por uma Magistratura condigna, reiterava as exigências de 1861, ordenados melhores, gratificação por tempo de serviço, honras de Ministro e Desembargador, uniformidade da Jurisprudência nas diferentes Relações do Império. Nabuco, por tudo o que faltava ao projeto, considerava que a reforma do Judiciário ainda estava para ser feita, devendo os liberais pretendê-la tanto quanto antes. (195.)

Os liberais manifestaram-se geralmente contrários à reforma. Saraiva também considerou que ela nada tinha de liberal e o Governo não deveria tê-la feito da forma como a planejou. (196) Zacarias contestou alguns itens da lei e concluiu que os conservadores não estavam à altura de tomar sobre si a defesa de reformas de que o País necessitava. No dizer de outro liberal do Senado, a reforma do judiciário era uma "mistificação que o Governo preparava antes que chegasse a questão do elemento servil". (197)

---

(195) ASI, Ata de 03 de agosto de 1871, doc. em apêndice, p. 2.
(196) ASI, Ata de 03 de julho de 1871, pp. 4 e seguintes (apêndice).
(197) ASI, Ata de 31 de julho de 1871, p. 214.

e outro dizia ainda, da surpresa de ver o Gabinete 7 de março "desfraldando o estandarte liberal", de estar assaltando as plataformas ou "arraiais liberais". O Gabinete apresentava-se aos liberais como editor de uma idéia que não era a sua.

A reforma modesta, marcada por certa timidez e pelo compromisso em não romper com o status quo, foi seguida por outras leis posteriores em 1873, 1886 que estabeleceram novas Relações, comarcas e regularam aposentadorias de magistrados.

Referindo-se às críticas liberais, ironicamente observou Rio Branco que "o critério dos senadores liberais era o espírito de contradição contra aquilo mesmo que tinham ontem como digno de ser adotado".

Na discussão desse projeto de lei, a grande voz dos liberais foi Nabuco e dos conservadores, Rio Branco. Nabuco, revelou-se, ainda uma vez, o estudioso que era das questões jurídicas.

A magna questão de 1871, todavia foi a do elemento servil, abolição a ser concedida aos filhos nascidos de mulher escrava. Havia muito fora discutido na imprensa, no Parlamento, com lei já decretada, desde o período Regencial. O problema continuava em pauta, intensificado após a pressão inglesa contra o tráfico, a assinatura da lei Eusébio de Queiroz, de certa tutela internacional bem notória na carta da Societé Française pour l'abolition de l'Esclavage, dirigida ao Imperador em 1866, da posição norte americana frente à escravidão, do movimento abolicionista que ganhava espaço etc.

Na discussão do projeto de 1871, o partido conservador não tinha unanimidade. Houve os que a ele aderiram completamente: Mendes de Almeida, Fernandes da Cunha etc. Torres Homem comoveu o Senado com um longo discurso em que apresentou a si-

tuação cruel do negro, da mãe preta e, ao traçar esse quadro, censurou a oposição liberal pelos entraves que apresentava ao que era uma plataforma do seu partido. O problema do escravo tocava-lhe de forma muito particular, por ser mulato. (198)

O Visconde de Itaborahy, por exemplo, já censurava a rapidez com que se encaminhava a discussão, deixando de se levar em conta projetos anteriores. (199)

Havia obviamente, entre senadores e deputados, muitos fazendeiros que acreditavam que a posse do escravo era garantia constitucional e sua abolição, sem indenizar-se o senhor, acarretaria grandes inconvenientes ao País. O Barão das Três Barras afirmava: "a questão do elemento servil é gravíssima, nela não podia ceder de minhas convicções. Entendo que grandes e essenciais interesses do País estão nela envolvidos e que pode comprometer as instituições pelo modo com que se há de resolver". (200) Essa opinião era mais freqüente entre os conservadores, embora outros argumentassem que a propriedade de um ser humano sobre outro não era um direito material e sendo um "privilégio excepcional", tinha um aspecto relativo, podendo ter vida temporária. Esta era a idéia de um dos grandes nomes do conservadorismo, São Vicente e de um dos representativos líderes liberais, Nabuco. (201)

A discussão processava-se acaloradamente, com Rio Branco falando quase todos os dias no Senado e na Câmara, às vezes duas ou três vezes seguidamente numa só Câmara. (202) Sem sua

---

(198) ASI, Ata de 05 de setembro de 1871, p. 49
(199) ASI, Ata de 14 de setembro de 1871, p. 140.
(200) ASI, Ata de 04 de agosto de 1871, p. 39.
(201) ASI, Atas de 09 de setembro de 1871, p. 81 e 26 de setembro de 1871, p. 246.
(202) RIO BRANCO, Barão. O Visconde do Rio Branco, op. cit., p. 197.

habilidade, a oposição teria impedido a tramitação do processo.

Os luzias apontavam como falhos vários itens do projeto: o problema da convivência perniciosa de escravos e ingênuos, a permanência da criança liberta até os oito anos junto da mãe escrava, a sua prestação de serviços obrigatória até aos vinte e um anos, se ficasse na fazenda, a diferença entre libertos por lei e pela vontade do senhor, a utilização do pecúlio, do fundo de emancipação etc. (203) Analisando estas insuficiências do projeto, os liberais criticavam-no com veemência, pretendendo, como dizia Saraiva, uma lei abolicionista, mas após um longo e calmo exame da situação. (204) O projeto, argumentava Zacarias, "desacompanhado de certas práticas, causaria desastres". A reforma não podia ser feita "irrefletida e precipitadamente". (205) Zacarias mencionou algumas vezes que os liberais estavam adstritos à cláusula de seu partido, libertação gradual, por etapas da escravidão. (206)

Nabuco, embora acentuasse insuficiências do projeto, era favorável à sua aprovação, destacando os inconvenientes que eram menores do que os males acarretados pela não solução da questão. Ele a apoiava, dizia, por ser a primeira lei abolicionista. (207)

Contra a acusação dos liberais de que o partido conservador queria rapidamente a passagem do projeto, contestava Rio Branco. Os conservadores eram acusados de precipitação, em-

---

(203) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de, op. cit., p. 157.
(204) ASI, Ata de 17 de agosto de 1871, p. 101.
(205) ASI, Ata de 04 de setembro de 1871, p. 24.
(206) ASI, Ata de 12 de agosto de 1871, p. 119. Muitos discursos de Zacarias, por certo descuido dele não foram revistos até o momento de serem encaminhados à publicação, não constando mesmo nem na documentação em apêndice o que é lamentável no caso.
(207) ASI, Ata de 29 de setembro de 1871, p. 275.

bora não o fossem os liberais de 1868. (208) Se liberais não concordavam com a proposta do Governo, por não ser suficientemente ampla, alguns conservadores viam nela inconvenientes que prejudicavam a lavoura. Diante dessa contradição, Rio Branco interrogava: "se o escravo só não será escravo de nome", pois a lei não vai alterar nada, porque então tanta oposição e tanta alegação de que ela vai "prejudicar a lavoura?". (209)

A lei vulgarmente chamada de Ventre Livre, como outras de então, foi relativamente modesta, com efeitos mais psicológicos do que reais; mais um adiamento do que uma solução, pois quando tivessem que ser efetivamente sentidos os seus efeitos, teriam se passado muitos anos e esperava-se que fosse outro o contexto geral do País. Foi, pois, mais um compromisso com o processo de emancipação. Envolvia o princípio de indenizar-se o senhor pela concessão de liberdade ao nascituro, sob o disfarce da compensação de despesas com o escravo, até oito anos. (210) Com esse argumento queria-se enfraquecer a oposição dos proprietários. Depois dela, os conservadores passaram a se considerar em paz com suas consciências, como se a abolição estivesse de todo completa.

O Senado, em 1871, analisou ainda a reforma de recrutamento, cuja proposta causou também grande celeuma entre os liberais. Acreditavam as lideranças luzias: Nabuco, Saraiva que o Brasil, terminada a guerra do Paraguai e sem nenhuma potência a representar ameaça no continente, não se devia preocupar demasiadamente com o contingente militar. Em vez de "militarizar o

---

(208) ASI, Ata de 04 de setembro de 1871, p. 48.
(209) ASI, Ata de 15 de setembro de 1871, p. 140.
(210) NABUCO, Joaquim, op. cit., tomo III, p. 214.

País", os recursos deviam ser encaminhados à lavoura. (211)

Os luzias, embora considerassem como ponto positivo do projeto, a abolição dos castigos corporais, argumentavam que se devia aumentar o engajamento voluntário. A proposta conservadora estabelecia, no mínimo, um contingente de 16.000 homens, para a defesa nacional e os liberais mostravam que 10.000 seriam suficientes. Queriam, ainda, a contenção do número de recrutas a fim de se ter maiores porcentagens de jovens cuidando do cultivo do solo. Denunciando tais falhas, procuravam provar que o projeto só "legitimava a opressão e o arbítrio", era um "atentado à liberdade", de que se apresentava como "um dos mais fatais" que passava pelo Legislativo. (212)

A maior crítica à proposta do Governo prendia-se à inexistência de estímulos ao engajamento voluntário, já adotado como norma em outros países. No Brasil, realmente, essa prática não podia ter o alcance obtido em estados pequenos como a Suíça, todavia seria de fato algo a reivindicar-se. Outra idéia ventilada por Saraiva relacionava-se ao aproveitamento de escravos alforriados. (213) O uso da força, no processo de recrutamento, bem como o preenchimento dos quadros através de sorteio, eram altamente censurados por ele. No interior, dizia, "só seriam sorteados os filhos dos adversários". (214)

Nabuco, frisando, mais de uma vez que não era utópico o engajamento voluntário, mostrava que o recrutamento era uma instituição civil de homens que trabalhavam na indústria, agri-

---

(211) ASI, Atas de 18 de agosto de 1870, p. 11 e 20 de maio de 1874, p. 44 e 31 de maio de 1873, p. 281 etc.
(212) ASI, Ata de 17 de agosto de 1874, p. 103.
(213) ASI, Ata de 16 de agosto de 1870, p. 95.
(214) ASI, Ata de 05 de junho de 1874, p. 179.

cultura, não podendo, por conseguinte, analisar-se o problema, apenas sob o ângulo militar. (215) Respeitando-se os direitos civis do cidadão, não concordava com a idade de dezoito anos para o serviço militar.

Apesar do saldo positivo do projeto destacado por Rio Branco e seus correligionários, destacando a abolição de castigos corporais, a melhora do padrão militar, a diminuição do tempo de serviço e a criação da isenção pecuniária, (216) a reforma do recrutamento, foi segundo a ótica liberal considerada modesta, insuficiente no que tange ao atendimento dos mais importantes anseios do seu partido.

A discussão do Projeto da reforma da guarda nacional provocou forte oposição dos líderes liberais: Zacarias, Saraiva, Sinimbu, além de outros que queriam fosse ela precedida da reforma eleitoral, a fim de que não houvesse pressões políticas, quando do encaminhamento do projeto. Supunham eles que sem essa solução não haveria possibilidade de manifestar-se livremente a opinião pública, ocorreria a violação, pelos interessados, do pronunciamento das urnas e por conseguinte, desmoralização da lei.

O novo projeto propunha a convocação da guarda somente em casos específicos de guerra externa, rebelião, sedição e insurreição. A oposição mostrou que facilmente poder-se-ia burlar a lei, invocando um pretexto de rebelião etc, para prejudicar, por exemplo, o andamento normal de eleições.

Saraiva observava que o projeto conservava a sobrevivência e a corrupção, (217) continuando a manter um rigor mili-

---

(215) ASI, Ata de 18 de maio de 1874, p. 21.
(216) ASI, Ata de 26 de setembro de 1874, p. 395.
(217) Idem, p. 189.

tar. (218) Sinimbu, impugnando-o, censurava uma reforma que não era senão um "arremedo de liberalismo". (219)

Ainda, o Senado discutiu o projeto de Promoções do Corpo da Armada, conseguindo fazer também passar essa reforma, cujo autor era Cotegipe. Ele próprio propôs emendas ao projeto, assim que o mesmo chegou à Câmara Vitalícia (220) e, embora achando que pudesse ser alterado, acreditava que encerrava menos arbítrio do que a Legislação vigente. (221)

Geralmente considerava-se o melhor artigo da nova proposta de lei, o que estabelecia a impossibilidade de acesso aos postos de oficiais, sem que se desse a condição de embarque. Além desta exigência para promoção, havia ainda outra, a antigüidade. Embora ambas se fizessem necessárias tanto em guerra, como em períodos de paz, Cotegipe pretendia que as promoções por atos de bravura, as promoções em tempo de guerra pudessem ocorrer com redução do prazo para 1/3 do exigido em tempo normal. (222)

Outra preocupação do novo projeto referia-se à falta de pessoal capacitado para a função. Desenvolvia a idéia de que uma esquadra menor, bem organizada, com navios pequenos, mas bem equipados e marinheiros disciplinados, era mais valiosa do que uma grande, sem estar bem equipada tecnicamente. (223)

Os liberais, todavia, não apoiavam geralmente o projeto. Saraiva observava que a condição de embarque para promoção era inviável, pois não havia navios disponíveis para o co-

---

(218) ASI, Ata de 07 de agosto de 1873, p. 37.
(219) ASI, Ata de 10 de setembro de 1873, p. 275.
(220) ASI, Ata de 08 de agosto de 1871, p. 45.
(221) ASI, Ata de 06 de junho de 1871, p. 21
(222) ASI, Ata de 23 de agosto de 1871, p. 229.
(223) Tinha-se então 16 ancoradouros, 40 navios a vapor e vela; ao todo 56 navios de madeira, 357 oficiais, 200 efetivos embarcadouros - ASI, Ata de 10 de agosto de 1871, p. 85.

mando de todos os capitães. (224)

Verdadeiros ou não os motivos alegados, um fato transparece com nitidez, o desgosto dos liberais pelas propostas de seu partido, apresentadas agora por seus opositores no poder.

O Gabinete reformista de Rio Branco tentou ainda apresentar um projeto de reforma eleitoral, sem alteração da Constituição. Vigorava então, no Império, a Lei dos Círculos, obra do Gabinete de Conciliação, que todavia sofrera mudanças em 1860, com ampliação dos círculos dos deputados de um para três e abolindo-se a eleição simultânea dos deputados e suplentes.

A partir de 1868, com a exclusão dos liberais do Poder, passaram estes na oposição a protestar contra a máquina eleitoral do Império. Um projeto surgiu, condenado pelos luzias por nele não estar a eleição direta. Ainda criticavam lhe o caráter autocrático, o censo elevado, bem como os dois tipos de eleitores agindo concomitantemente, os da lei de 1846 e os da lista - censo elevado.

Os liberais, especialmente Zacarias, Sinimbu, Silveira da Mota e Otaviano manifestaram-se vigorosamente contra o projeto, depois denominado "lei do terço ou representação das minorias", que pretendia fazer com que a oposição dispusesse de um certo número de representantes. (225) Visava-se ao combate às Câmaras unânimes. As lideranças liberais lutavam pela eleição direta, lembrando ser ela adotada já em vários países europeus, os de vanguarda como: Inglaterra, França, existindo também na Itália, Portugal, Espanha, Áustria e na América, EE.UU., Chile, Argentina. (226)

---

(224) ASI, Ata de 08 de agosto de 1871, p. 49.
(225) O pensamento de Zacarias está expresso no discurso - ASI, 24 de agosto de 1870, p. 173.
(226) ASI, Ata de 06 de agosto de 1875, p. 75.

Saraiva referiu-se à farsa ou tragédia que, no Brasil, representava a eleição, onde "os homens eram feitura do governo". (227) Foram vários os discursos pronunciados. (228) Também, Nabuco e Zacarias consideraram a eleição direta necessária e o sistema de eleição indireto como a "mola fatal que prejudica todo o sistema político do Império". (229)

No Senado, as manifestações dos liberais foram sempre contrárias à eleição indireta, e o alvo das críticas foi o Ministro Cotegipe, defensor anterior da eleição direta.

Os conservadores procuraram mostrar que a eleição direta não era "uma panacéia a curar todos os males do Brasil" e Rio Branco contestava que ela fosse um "anacronismo" no mundo atual. A eleição direta para ele teria que se constituir após uma Constituinte que planejasse a reforma Constitucional (230) e procurava, bem como os conservadores em geral, provar que não eram só os países atrasados que tinham eleições indiretas. A reforma eleitoral foi aprovada em 1875, não resolvendo, todavia, a questão, pois conseguia-se burlar a lei, diminuindo a representação das minorias.

As reformas encaminhadas pelos conservadores, mas plataformas dos oposicionistas, de fato, não atendiam as reivindicações das lideranças liberais mais arrojadas, ou a opinião pública mais consciente. É preciso não esquecer que a grande queixa dos liberais, certamente, era decorrente de uma sensação de frustração por não estarem sendo encaminhadas sob suas próprias

---

(227) Idem, p. 76.
(228) Veja-se, por exemplo, o de ASI, Ata de 11 de agosto de 1875, p. 162. O pensamento de Zacarias está expresso no discurso de ASI, Ata de 24 de agosto de 1870, p. 173.
(229) ASI, Ata de 19 de agosto de 1875, p. 293.
(230) ASI, Ata de 25 de agosto de 1875, p. 405.

ordens, no Poder.

Ao lado desses desejos reformistas, os anos setenta viram, no Parlamento, planejados pelo Governo e solicitados pela oposição, projetos abrangendo interesses vários: empréstimos, apólices, orçamentos, deficits, impostos e bancos de crédito. Zacarias defendeu a idéia de criação de banco com essa finalidade, para melhor atendimento à lavoura.

A lei de 06 de novembro de 1875 criava um Banco de Crédito Rural, visando ao investimento, no País, de capitais estrangeiros. Pretendia-se gradualmente atrair um total de 400.000$000 da Europa para o Brasil. O capitalismo europeu interessava-se profundamente pela questão. O plano de investimento foi discutido no Conselho de Estado, na França. A Inglaterra,também, apoiava a iniciativa, temendo só algum outro conflito na América Latina.

O investimento de capitais europeus representava uma mudança na política até então vigente, quando o País só pensava em emissão ou empréstimo. (231)

O Parlamento estudava agora a questão dos bancos de circulação. (232)

Pensando na necessidade do comércio e no estímulo às transações internacionais, Sinimbu, homem de visão larga, já apresentou projeto de prolongamento da estrada de Piranhas a Jatobá, o qual deveria desenvolver a bacia do São Francisco. (233) Cotegipe, defendendo o prolongamento da estrada do Madeira ao Mamoré, deixava clara sua posição de votar verbas que "chamem o comércio ao País", caminhos que facilitassem intercâmbio do Paraguai, Argentina e República Oriental com o Brasil. (234)

---

(231) ASI, Ata de 05 de junho de 1877, p. 39.
(232) ASI, Ata de 08 de junho de 1877, p. 56.
(233) ASI, Ata de 01 de setembro de 1874, p. 259.
(234) ASI, Ata de 31 de agosto de 1874, p. 250.

Sinimbu também estimulava o prosseguimento da estrada de ferro de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, mencionando necessidade de comunicação com os grandes centros de importância comercial, industrial e de validade estratégica e administrativa. (235)

Saraiva já se manifestou favoravelmente ao prolongamento da estrada da Bahia ao São Francisco, mas defendeu também a necessidade de atender as províncias do norte. Nesse sentido foi contrário ao término da Pedro II que só beneficiaria Minas. (236) Para ele, a construção das vias férreas era prioritária a projetos, como a instituição da Província do São Francisco. (237)

O deficit do País fazia com que as lideranças defendessem uma política de contensão, com o mesmo ardor do Governo. Zacarias sugeria economia nas pastas que mais solicitavam em termos de orçamento, isto é, Marinha, Guerra e Agricultura. (238)

Outro projeto discutido foi o da conversão dos bens móveis e urbanos dos conventos em apólices da dívida pública. Nabuco, como Zacarias, considerara que o imposto progressivo era inconstitucional e visava ao aniquilamento do patrimônio das Ordens. (239)

Zacarias salientava a decadência da lavoura - como um grande mal a ser sanado, em parte, através de novos braços para a lavoura. Pensou na imigração européia, e mesmo na asiática, o que era idéia carinhosamente acalentada por Sinimbu. Este propunha medidas amplas do Governo no sentido de estimular a colonização. Aliás, seu interesse pelo assunto o tinha levado a

---

(235) ASI, Ata de 26 de agosto de 1873, p. 191.
(236) ASI, Ata de 12 de junho de 1873, p. 187.
(237) ASI, Ata de 30 de julho de 1873, p. 89.
(238) ASI, Ata de 24 de setembro de 1877, p. 252.
(239) ASI, Ata de 18 de junho de 1870, pp. 190 e 191.

empreender uma pesquisa sobre a colônia suíça de Nova Friburgo. Concluiu que para estímulo a qualquer empreendimento de tal porte, faziam-se necessários alguns requisitos: terra fértil, mercado certo e transporte barato. Mostrou também problemas surgidos em núcleos coloniais fechados, como São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, que se tornou "um estado dentro de outro estado". Em seu discurso mostrou o problema da língua, religião, casamento que afetavam o imigrante, além de sua colocação lada a lado com o escravo. Sugeriu a organização de colônias com o elemento branco nacional. Revelou-se um apto incentivador de uma política de imigração e estímulo agrícola, fatores importantes para a solução dos problemas econômicos do País. (240)

Zacarias relacionou o problema da lavoura e das finanças arruinadas a um Governo fraco, pedindo com urgência a solução da crise nacional que, a seu ver, tinha como remédio eficaz a emancipação do voto. (241)

Afonso Celso, liderança liberal na Câmara era da mesma opinião. Considerava a eleição direta fundamental para a solução dos maiores problemas do País, todavia dava ênfase especial ao aspecto econômico-financeiro do Império, ao deficit orçamentário "medonho, assustador" e tanto em 1877, como em 1879, referiu-se à "crise gravíssima da lavoura". (242)

---

(240) ASI, Ata de 16 de junho de 1873, pp.107 e seguintes. O seu conhecimento da situação européia, através de uma vivência de quatro anos, fornecia-lhe uma bagagem nada desprezível para a análise do problema brasileiro. Não só neste como em outros pontos, a questão do engajamento voluntário, por exemplo, suas observações revelavam uma profundidade de reflexão partida de uma observação concreta dos fatos.

(241) ASI, Ata de 06 de outubro de 1877, p. 78.

(242) ACD, Atas de 20 de março de 1877, p. 287 e 24 de janeiro de 1879, p. 179.

Descontente com a forma como o Governo distribuía o orçamento geral, analisava algumas concessões: 14% ao Exército, 10% à Marinha, 31% à dívida pública, limitando-se a 1% ou pouco mais à instrução pública, menos ainda para a Colonização, 5% para estradas de ferro e 3% para a navegação a vapor etc. O maior gasto com o Exército e Marinha justificava-se, talvez, em função do término das guerras e das preocupações que o conflito acarretara. Censurava, porém, a existência de créditos suplementares e extraordinários que agravavam uma situação já crítica e que fora o grande pecado do Gabinete 7 de março, ou de Rio Branco. (243) A guerra, a seu ver, aumentara a dívida nacional, mas não a responsabilizava pelo descalabro financeiro e desequilíbrio do orçamento. "Uma dívida é um ônus temporário e suportável, não um embaraço invencível". A dívida não seria uma barreira ao desenvolvimento. (244) Se acabada a guerra tivesse havido um equilíbrio, a situação ter-se-ia estabilizado. O deficit era provocado por despesas loucas, aumentos de vencimentos para todas as classes, compras de armas e navios, edifícios com luxo e ostentação para educar a pobreza etc. Afonso Celso responsabilizava pela crise dos anos 70 um conjunto de fatores anteriores à guerra, o próprio conflito e como agravante, os desmandos do Gabinete Rio Branco, e especialmente de Cotegipe, ministro dos estrangeiros do Gabinete Caxias, com seus gastos desnecessários nas pastas da Marinha e Guerra. Referindo-se às instituições militares, em especial ao Arquivo Militar, mostrava que era um viveiro de desocupados, oficiais superiores recebendo ordenados sem

---

(243) ACD, Ata de 14 de maio de 1877, p. 68.
(244) Idem, p. 72.

nada fazer. Assim estavam: 8 coronéis, 6 tenentes-coronéis e 4 majores etc; cerca de vinte a trinta oficiais.

Afonso Celso procurava sugerir possíveis economias, como a dispensa de empregados desnecessários. Não concordava também com a manutenção de fazendas muito caras ao Estado, com os gastos na administração de terrenos diamantinos, com a preservação do Diário Oficial. Sugeria supressão de verbas de participação e de horas extraordinárias a funcionários públicos, supressão dos créditos suplementares e emissões de apólices. Mostrava que, nos últimos sete anos, longe de se amortizar, aumentava-se a dívida pública, salientando que, só de 1868 até então, o acréscimo havia sido quase igual à dívida que se contraiu da Independência até essa data. (245) Propunha uma esquadra menor de pequenos navios do que uma numerosa e velha, queixando-se do esbanjamento de madeira na restauração de navios velhos. (246) Os grandes gastos eram, pois, dos conservadores, já que os liberais pouco haviam ocupado o poder. Sustentou, por isso, uma discussão com o então ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe. Em outro momento, denunciou Afonso Celso os artigos entrelinhados pagos pelo Tesouro, dos quais constava defesa do Gabinete 25 de junho (Duque de Caxias), no tocante à questão bancária e ao elemento servil. (247) Defendeu os liberais de uma acusação de emissão fraudulenta em 1865 e 1866, apresentada por Andrade Figueira. Mostrou que, se assim fosse, também seriam "moedeiros falsos Itaborahy, o maior financista conservador, o Visconde de Inhomirim de saudosa memória, o Visconde do Rio Branco, um dos mais emi-

---

(245) ACD, Atas de 04 de julho de 1877, p. 40 e 23 de julho de 1877, p. 36.
(246) ACD, Ata de 08 de outubro de 1877, p. 55.
(247) ACD, Ata de 10 de agosto de 1877, p. 84.

nentes estadistas e o próprio Barão de Cotegipe, todos sucessores de Zacarias de Goes" e concluía — "iremos às galés em boa companhia". (248)

Afonso Celso já era, pois, uma liderança bem aceita e empolgava a jovem ala liberal da Câmara. Participava de muitos debates, crítico diante de um Governo ao qual fazia oposição. Reclamava melhor administração da Justiça, queria maior segurança individual, boas condições de ensino primário, privilégios para a lavoura e combate aos problemas da seca. A reforma eleitoral era, porém, sua grande preocupação nesse momento. (249) Aborrecia-se com o fato de o corpo legislativo voltar a se reunir após oito longos meses e nenhum dos grandes problemas nacionais estar resolvido. A concentração de esforços restringia-se à lei de orçamento. (250) Interessava-se pela situação das províncias e lamentava seu terrível estado. Referindo-se ao programa do Gabinete liberal de 1879 (Gabinete Sinimbu), afirmava não ser afinal esse o programa do generoso partido luzia. Os liberais, quando se uniram em 1868, queriam o Governo da nação pela nação, a liberdade de voto através da eleição direta, o que levou, em 1877, a fazerem uma oposição parlamentar que jamais foi esquecida nos Anais do Sistema representativo do País. (251) Mas a eleição livre só seria conseguida pelo sistema direto.

A participação de Afonso Celso nesse período foi bastante ampla, crítica, envolvente.

A ação das lideranças, pois, não apresentava diferenças especiais, quer estivessem elas atuando na Câmara ou no Se-

---

(248) ACD, Ata de 06 de setembro de 1877, p. 31.
(249) ACD, Ata de 16 de agosto de 1877, p. 127.
(250) Ibidem
(251) ACD, Ata de 24 de janeiro de 1879, p. 112.

nado, embora como instituições tivessem elas, as mencionadas diferenças.

A década assistiu ainda à abertura da navegação do Amazonas.

Saraiva abordou no Senado, o problema econômico e político da região e os interesses internacionais, convergindo para ela. (252) Concluiu ter a abertura evidenciado que "todo medo que se tinha ao estrangeiro era pueril". O Amazonas, continuava, "ainda está deserto, os Yankees lá não chegaram". (253)

Outras vozes, porém, refletiam pensamentos mais temerosos, como a de Pimenta Bueno, por exemplo.

As lideranças políticas analisaram ainda o problema da Universidade e das reformas necessárias. Sinimbu sugeriu um curso de Teologia e a organização de uma Faculdade de Direito, no Rio.

Zacarias manifestou-se quanto ao ensino primário, secundário - superior, acreditando que o Governo só devia preocupar-se com o ensino de 1º e 2º graus. O povo, dizia Zacarias, não sabe ler e escrever, como cogitar da Universidade? Como liberal, afiançava que o ensino universitário era elitista - "aquilo que quer governo forte, quer sempre pergaminhos". (254) Já ele se mostrava interessado na reforma do Colégio Pedro II, mas numa mudança de currículo que realmente favorecesse os estudantes de um grupo médio da população. Não aprovava o estudo do latim ou grego, em detrimento de línguas vivas. Queria o ensino não só para os mais bem aquinhoados sócio e economicamente, mas também aos menos favorecidos.

---

(252) ASI, Ata de 09 de outubro de 1877, p. 106.
(253) Idem, p. 107.
(254) ASI, Ata de 26 de agosto de 1870, p. 182.

Quanto ao ensino e concursos em Faculdade, defendia a antigüidade para os opositores (255) e não o concurso, pois este podia ser manipulado a gosto dos que ocupavam o poder na Faculdade e até na Província.

Problemas regionais e provinciais foram levantados e discutidos na década de setenta e uma questão a criar impasse foi a Maçônica ou também chamada questão religiosa. O conflito ocorreu pelo choque entre as duas tendências: Regalismo e Ultramontanismo, resultantes das oposições entre o Poder Político e o Religioso e o da repercussão, no Brasil, de questões européias. O Regalismo existia decorrente da união entre Igreja e Estado e de caber este último a concessão do placet imperial a bulas e documentos religiosos.

Em 1872, quando elementos filiados às ordens religiosas e à Maçonaria foram expulsos da primeira, iniciou-se violenta campanha maçônica contra a atuação dos Bispos, que cumpriam rigorosamente as ordens papalinas.

O conflito tomou proporções alarmantes, quando da prisão dos Bispos e foi motivo de ampla discussão no Senado do Império.

Interessante foi a posição de Zacarias, no impasse surgido. Liberal, defensor de idéias, às vezes avançadas, Zacarias foi, porém, contrariamente a seu partido, ferrenho defensor dos Bispos, aliás, foi advogado de D. Antônio de Macedo Costa. Aliou-se a um conservador como Ferreira Vianna que defendeu D. Vital M. de Oliveira. O pensamento de Zacarias, no Senado, assemelhou-se muito a de outro saquarema radical, Mendes de Almeida. A intensidade com que apoiou seu cliente, a intransigência com que

---

(255) Opositores - designação de professores substitutos.

defendeu idéias consideradas "ultramontanas" fez com que recebesse dos opositores e até dos correligionários o apelido de "jesuíta de casaca".

O conflito maçônico favoreceu o desgaste do Governo monárquico, nessa década reformista, mas já prenunciadora de algumas crises.

Na luta para solucionar os problemas do Império, os líderes mesmo os mais ousados, continuaram ainda a apresentar sua profissão de fé monárquica. Nabuco referiu-se à liberdade concedida pela Monarquia inglesa ou belga e comparou-a com a República norte-americana, exemplificando com algumas vantagens que ela representava, por exemplo, a estabilidade. (256) A Monarquia, segundo Saraiva, trazia consigo mais liberdade do que a República (257) e esse ponto de vista, aliás, Ouro Preto tentou provar ainda em 1889. Nabuco falou enfaticamente que a "República só poderia ocorrer como resultado de reformas sempre negadas".(258)

A década de 70 roubou ao Senado alguns de seus mais brilhantes líderes e entre eles, algumas das lideranças destacadas neste estudo.

Em 1876, falecia, em Paris, Torres Homem que para lá viajara em tratamento de saúde. O mulato modesto que ascendera a todos os degraus da política imperial, morria sozinho, distante da Pátria, na terra onde se formara bacharel.

No ano seguinte, bruscamente abandonava a cena política, deixando uma sensação de vazio, Zacarias de Goes e Vascon

---

(256) ASI, Ata de 19 de maio de 1871, p. 121.
(257) ASI, Ata de 06 de junho de 1871, p. 121.
(258) ASI, Ata de 19 de maio de 1871, p. 125.

celos, admirado pelos correligionários e até pelos opositores. (259)

A morte de Zacarias, como a de Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) muito abalaram a Nabuco de Araújo, segundo relata seu filho. (260) No estado de depressão em que se encontrava, no verão de 1878, foi atingido por uma febre, a que não conseguiu resistir. O Jornal do Comércio, comentando as mortes recentes de Alencar, São Vicente, Zacarias e Nabuco, diz: "quatro linhas que podem encenar no seu centro todo o Império do Brasil" (261) e o Cruzeiro assim se pronuncia: "nomes que deixam grande vácuo na época atual, vácuo difícil de preencher, porque a natureza não é muito pródiga dessas naturezas excepcionais". (262)

Dois anos depois, em 1880, Rio Branco falecia, após longa enfermidade. Novamente um impacto nacional com o desaparecimento de um dos últimos grandes figurões do Império, como os dois últimos bafejado também por um carisma especial. O Senado Vitalício perdia figuras especiais, mas era uma instituição viva, em constante transformação. Em 1879, a ele chegava Afonso Celso e das lideranças em destaque, o último a atingi-lo seria Antônio Prado. Nos anos oitenta, foi intensa a participação de

---

(259) Página interessante de um jornal conservador, que lhe traçou um esboço de sua personalidade invulgar, assim se expressa a um determinado momento: "atacamos o senador Zacarias de Goes, atacamo-lo sempre e nunca o estimamos. Respeitamo-lo sempre, hoje como ontem. Por ilustre que foi, ilustrando o País, por austero que sabia mostrar-se, a despeito de quaisquer conveniências de seu governo, desde que se tratava de salvaguardar a moralidade e a força da administração. E, acima de tudo, pela força de seu caráter, pela energia com que sacrificava os sucessos de ocasião, os aplausos dos seus, a simpatia dos contrários à livre expansão do que sua consciência julgava bom e acertado...". Jornal da Tarde, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1877 in O Senador Zacarias de Goes e Vasconcellos julgado pela imprensa de seu País na ocasião de seu falecimento. (Arquivo Nacional).

(260) NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, tomo III, p. 546.

(261) Idem, p. 548.

(262) Ibidem.

Sinimbu, Saraiva e Cotegipe na Alta Câmara legislativa do Império.

Nesse período, quase imperceptivelmente, as instituições políticas começaram a apresentar alguns sinais de desgaste. A década de oitenta vê o desmoronamente das instituições do Império.

Os anos oitenta já encontravam no poder novamente os liberais, que haviam retornado, após um afastamento de dez anos. Pensavam em realizar o que não haviam podido e levar avante as reformas que seus opositores, no poder, haviam promulgado, mas a alternativa dos partidos não vai acarretar diferenças no teor dos decretos promulgados.

O País estava endividado, ressentindo-se dos gastos com a seca do nordeste e com a epidemia de febre amarela. (263)

Pedia-se proteção maior à agricultura, havia urgente necessidade de crédito agrícola, pensava-se em reforma hipotecária. (264) As condições orçamentárias pareciam, pelo menos aos contemporâneos, excessivamente graves. O estado do tesouro era deficitário e a falta de confiança na estabilidade econômica do País fazia baixar o Câmbio, afetando a situação do dinheiro nacional nas praças estrangeiras. O comércio e a indústria sofriam entraves. Paulino Soares de Souza mostrava que o deficit era muito grande, correspondente à quinta parte da renda nacional. (265)

A não solução do problema mais importante, o econômico, agravado pela questão da mão de obra escrava, em discussão e pela do imigrante não totalmente definida, criava quase um impasse.

---

(263) ASI, Ata de 22 de abril de 1880, pp. 9 e 10.
(264) ASI, Ata de 11 de junho de 1883, p. 109.
(265) ASI, Ata de 20 de março de 1885, p. 60.

Antônio Prado atuando na Câmara dos deputados, como liderança conservadora de destaque, envolveu-se nos problemas econômicos do período. Proprietário, comerciante tinha uma experiência ampla e sua posição frente ao negro marcou o apoio dos lavradores paulistas à causa da abolição.

O estado angustioso da lavoura, o decréscimo das rendas públicas, a depreciação dos principais produtos agrícolas, a desproporção entre receita e despesa, o deficit que se acumulava anualmente, a baixa de câmbio e o abatimento do espírito público chamavam-lhe a atenção de forma peculiar. (266) Referiu-se à angústia de Saraiva, então Presidente do Conselho, e alarmado com a situação, embora conservador e oposicionista, resolveu não ficar indiferente ao pedido de cooperação. Mencionando a divergência existente, inclusive, no seio do partido liberal, mostrou que era comum ao partido conservador.

Estudou o problema da abolição então em xeque e, pelas estatísticas, acreditava que, em dez anos, o número de cativos estaria bastante reduzido. Argumentava que o maior desejo do proprietário não era a indenização, mas a garantia da propriedade por mais alguns anos. Antônio Prado, antes contrário à abolição, dava-lhe agora, na medida em que acreditava que a lavoura estava garantida. Aceitando o essencial do projeto da abolição dos sexagenários, não queria embaraçar-lhe a passagem. Via a introdução dos trabalhadores livres como um complemento indispensável à reforma do elemento servil, mas queria que parte dos impostos destinados à criação do fundo especial de emancipação dos escravos mais velhos devesse ser destinada à introdução do imigrante. Pelo confronto entre as duas formas de trabalho: escravo

---

(266) ACD, Ata de 01 de julho de 1885, p. 86.

e livre é que se deveria combater e substituir o negro. Não concordava com a idéia de que a libertação dos sexagenários resolvesse a causa do abolicionismo. O escravo de sessenta anos já era um incapaz para o trabalho. Os fazendeiros não se interessavam por tal serviço. Não seria melhor ajudar a libertação da escravatura jovem? Referindo-se a Saraiva, aconselhava-o a não se preocupar com a glória de obter a adoção do projeto, mas em realizá-lo com o concurso de todos, especialmente com o "assentimento da lavoura, porque digam o que quiserem os seus detratores, é da classe agrícola que depende o futuro desse País". Ainda uma vez, nota-se a objetividade com que os políticos conservadores conduziam os problemas do País às vésperas da abolição, em 1888. Também Cotegipe manifestou a mesma idéia, na Presidência do Conselho.

Os problemas acumularam-se durante a década, todavia, já se delineavam com certa nitidez no início dos anos oitenta.

A atmosfera intranqüila que se vivia podia ser medida pelo conflito provocado no Rio, em janeiro de oitenta, pelo imposto do vintém. Acumulavam-se críticas aos liberais no poder.

Pouco a pouco, de forma a se tornar um tanto alarmante no Senado, apareceram críticas às instituições monárquicas, referências ao "depauperado organismo político do Império". (267) Dizia-se que a Câmara dos Deputados "reúne ilustres desconhecidos que só querem aparecer", (268) as "cadeiras das assembléias já estão sendo consideradas lugares de aprendizagem dos estudantes" (269) "o estado geral é de desânimo", (270) por outro lado

---

(267) ASI, Ata de 12 de maio de 1886, p. 61 (discurso de Franco de Sá).
(268) Idem, p. 62.
(269) ASI, Ata de 08 de abril de 1855, p. 33.
(270) Ibidem.

o Senado era visto como "essa Sibéria que não engana a ninguém" (271) e Saraiva observava: "se o Senado não votasse com o espírito de partido teria um alto conceito no País". (272)

Falando sobre a Magistratura, comentou um senador, "no estado lastimoso que está (sem independência) não pode cumprir sua alta missão". (273)

Politicamente baixamos tanto, diz outro, "a educação é de tal nível que cada ministro tem obrigação de demonstrar tudo para ser acreditado". De igual forma o deputado (274) e as críticas continuavam severas "tão fraca idéia se faz do cargo de Ministro que quando vai se organizar um ministério, não há deputado que não sonhe ser ministro. Parece que no Senado todos já foram ministros. Pelo desânimo que lavra, ouço dizer que a Princesa não reinará e estamos em vésperas de um cataclisma". (275)

Ao compasso de certa desilução geral, a Fala do Trono de 1886 foi das mais amargas que se viu.

Enquanto isso ocorria, a propaganda republicana acentuava-se. Os senadores tomavam consciência dela e alguns trouxeram suas preocupações para discussão. Em 1882, Cotegipe a mencionava e Afonso Celso atalhava dizendo que, enquanto ela se restringisse aos "meios legais, não seria perturbadora", isto é, enquanto fosse feita pela imprensa, de forma "moderada e decente". (276)

Já em 1888, quase às vésperas do final do Império, ainda se observava no Senado que "os nossos republicanos não têm

---

(271) ASI, Ata de 11 de julho de 1888, p. 101.
(272) ASI, Ata de 26 de maio de 1880, p. 226.
(273) ASI, Ata de 15 de junho de 1882, p. 333.
(274) ASI, Ata de 20 de maio de 1886, p. 115.
(275) ASI, Ata de 08 de abril de 1885, p. 32.
(276) ASI, Ata de 13 de julho de 1882, p. 225.

força, nem capacidade, o que trará à república é a incapacidade dos governos monárquicos". (277)

Referências negativas e esporádicas a uma ou outra instituição aparecem registradas nos Anais Parlamentares, mesmo em épocas mais antigas, mas o que de certa forma surpreende nos anos oitenta foi a forma quase sistemática desses comentários, bem como o fato de não causarem impacto. As comparações com instituições similares de além-mar eram sempre depreciadoras para com as formas políticas nacionais.

As esperanças reformistas dos anos setenta contrapõe-se agora a tônica pessimista da década. Tal situação não impediu, no entanto, o encaminhamento de projetos importantes para a vida política nacional, entre os quais, a reforma eleitoral de 1881, planejada através de reforma constitucional, e conseguida sob forma de lei ordinária. Os grandes batalhadores dela, em termos de governo, foram as lideranças senatoriais de Sinimbu e Saraiva, quando estiveram na Presidência de Conselho. Sinimbu ao pretendê-la visava a consegui-la mantendo censo elevado e exclusão de analfabetos e já, por essas duas condições, foi considerada altamente aristocrática, tendo entre seus críticos, na Câmara, Joaquim Nabuco. (278) O Senado opôs-se, seriamente, a apoiar o projeto e sua posição contrariou a velha fórmula parlamentar. "O Senado não faz política". Ele não só o fez como tentou derrubar o Gabinete. Cotegipe insinuara que o projeto caíra pela vontade do Imperador, contrário à reforma constitucional, sabendo que qualquer reforma dessa natureza desagradaria ao Senado, pois este temia ser transformado em Câmara temporária: "a

---

(277) ASI, Ata de 11 de julho de 1888, p. 104.
(278) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. O Senado nos Anos Finais do Império, op. cit., p. 152.

eleição direta havia de naufragar de encontro a um promontório mais alto do que o Senado, ao que inteligentemente retrucou Sinimbu: "perigo maior que este são os torpedos, onde as paixões ocultas podem surpreender os mais avisados e cautelosos políticos". Referia-se diretamente ao Senado. (279) Propôs a reforma eleitoral através de censo baixo. Justificava-a como altamente benéfica ao País, já que o Governo e opositores disputavam sempre o controle do eleitorado, viviam a "fabricá-lo" e a nova modalidade de eleição tornariam o votante livre, "independente", pensando e refletindo". (280)

A proposta tinha seus opositores, bem como os que acreditavam que ela teria validade, sem ser, como dizia Rio Branco, "salvatério da sociedade brasileira". (281)

Os que a defenderam destacavam a importância de medidas como: ser de fato eleição direta, propor penalidades contra fraude, alargamento dos votos a naturalizados, a católicos e libertos, estabelecer o direito de voto ao cidadão com renda superior a duzentos mil réis e introdução do título de eleitor, o que foi, aliás, a principal reivindicação.

Foi a única das grandes reformas liberais realizadas por elementos do partido liberal, todavia, nem por isso, foi mais ampla do que as demais. Sua pouca validade pôde ser percebida, quando já em 1882, uma comissão mista de membros da Câmara e do Senado tiveram incumbência de reestudá-la, a fim de combater seus inconvenientes. (282) O corpo eleitoral continuava pequeno, facilmente se fraudava a lei. Discutia-se agora o voto uninominal.

---

(279) COSTA, Craveiro, op. cit., p. 267.
(280) ASI, Ata de 26 de maio de 1880, p. 226.
(281) ASI, Ata de 25 de maio de 1880, p. 192.
(282) ASI, Ata de 16 de agosto de 1882, p. 258.

Mas já não haveria, no Império, um grande debate sobre o problema eleitoral.

Saraiva, agindo com maior diplomacia, procurou captar as boas graças da Câmara a que pertencia, ainda mais após a pressão que ela exercera sobre Sinimbu. Assim, disse aos colegas: "O Senado não é um corpo divorciado do País, não é uma entidade à parte, manifestar-se-á de acordo com o que sente, que é a opinião nacional". (283) Declarou ainda que "como governo não podia impor-se ao Senado", com isso, afiançava o respeito pela instituição.

A grande preocupação da década foi o problema da mão-de-obra para a lavoura. Em 1885, pensava-se em nova legislação para alterar a situação do escravo. Após um período longo de silêncio, depois da agitação de 1871, a abolição ressurgia antusiasmando as consciências.

O projeto de libertação dos sexagenários recebeu apoio de políticos abolicionistas, todavia, teve fortes restrições dos fazendeiros e proprietários de escravos. Não que tivesse caráter amplo, mas qualquer plataforma abolicionista, mesmo bastante modesta como esta, tinha já de início sérias oposições. Tratava-se de projeto visando a libertar escravos com sessenta anos ou mais. Sofreu ele múltiplas críticas, a Câmara foi dissolvida, constituíu-se uma nova e nem assim houve condições de ser aprovado no Parlamento. Não apresentava proposta de indenização pecuniária. E a discussão do problema levou ao plenário muitos senadores que apresentaram as mais discrepantes opiniões, desde os que consideravam a indenização pecuniária absurda, não sendo

---

(283) ASI, Ata de 18 de maio de 1880, p. 508.

"coisa séria" para escravos sexagenários, (284) um "escândalo", a "história se admirará de que um dia, num império constitucional a liberdade dos saxagenários tinha parecido tão difícil, (285) de "reforma raquítica", (286) aos que acreditavam que a "indenização pecuniária era perniciosa, alimentava abusos e imoralidades, (287) ou "só deveria haver para escravos aptos e capazes" (288) até os que estavam convictos de que a abolição sem indenização causaria distúrbios, podendo se tornar demasiado "revolucionária". (289)

A proposta continuou em discussão sob o Gabinete Saraiva que contava com maior apoio. Era senador experiente, fazendeiro e proprietário de escravos, e afirmou que queria resolver a questão com os lavradores porque era um deles. (290)

Enquanto liberais dissidentes criticavam a timidez da proposta, manifestações liberais traziam ao Senado informes sobre a situação terrível dos escravos, os crimes cometidos contra eles (291) e os casamentos impostos a jovens negras e velhos escravos, a fim de que o casal ficasse na lista dos que prioritariamente deveriam ser libertos pelo Fundo.

Rui e Nabuco, defensores do projeto Dantas, não apoiaram a iniciativa de Saraiva, com o argumento de que"a emancipa-

---

(284) ASI, Ata de 07 de abril de 1885, p. 22 (discurso de Jaguaribe).
(285) ASI, Ata de 10 de abril de 1885, p. 54 (discurso de José Bonifácio).
(286) ASI, Ata de 13 de abril de 1885, p. 63 (discurso de Fernandes da Cunha).
(287) ASI, Ata de 07 de abril de 1855, p. 22 (discurso de Cristiano Otoni e Jaguaribe)
(288) ASI, Ata de 26 de março de 1885, p. 99 (discurso de Teixeira Jr.).
(289) ASI, Ata de 24 de março de 1885, p. 87 (discurso de Afonso Celso).
(290) ASI, Ata de 23 de maio de 1885, p. 25
(291) ASI, Ata de 26 de junho de 1855, p. 243.

ção não podia sair da orientação de um fazendeiro". (292)

A dificuldade surgida criou novo estado de tensão. A lei dos sexagenários só passou quando da ascensão do Gabinete Cotegipe.

A reforma que o Senado aprovou, constituía projeto bastante modesto,com significado muito pequeno no cômputo geral dos negros cativos dos engenhos e fazendas, pois era reduzido o número dos que venciam os tormentos da escravidão, sobrevivendo até aos sessenta anos.

Já em 1885, algumas províncias, como o Amazonas e Ceará haviam libertado seus escravos. Proprietários havia que tinham concedido a abolição a cinqüenta, sessenta escravos. (293) Nessa época discutiu-se projeto do Senador Dantas visando a apressar a emancipação, já que, em função das leis de 1871 e 1885, havia escravos por ainda treze anos. (294)

Os abolicionistas queriam pressa no encaminhamento das propostas. Se o imigrante já era uma realidade em São Paulo, tal não se dava em outras províncias; Minas e Rio de Janeiro, especialmente, continuavam presas à escravidão. A idéia do Imperador, propalando "espero não morrer sem ver extinta a escravidão no Brasil, (295) dava alento especial ao movimento.

Na proposta de Dantas, a libertação surgiria em cinco anos. Também Silveira da Mota apresentou projeto pleiteando fim da escravidão em sete anos. (296)

Em 1888, o movimento pró libertação avançara, generalizando-se pelo País. Muitos fazendeiros alforriavam os escravos.

---

(292) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de, op. cit., p. 170.
(293) ASI, Ata de 23 de maio de 1885, p. 7.
(294) ASI, Ata de 01 de junho de 1886, p. 3.
(295) Ibidem.
(296) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de, op. cit., p. 172.

Todos os dias anunciavam-se novas libertações. Muitas delas foram feitas pelo temor de rebelião. Em 1887, Cotegipe contou o caso de um fazendeiro que libertara 140 ou 150 cativos sob condição de continuarem a prestar serviços por mais algum tempo, mas só haviam restado oito. Ora, dizia ele, "se o proprietário reclama, dizem que é tirano". (297) Muitos escravos debandaram de fato, foram freqüentes as fugas em Campinas. (298) Os senhores solicitavam providências ao Governo, mas o exército deixara de exercer a função de capitães do mato, não buscando mais os cativos. A situação dos escravocratas tornava-se mais tensa. No Senado, Cotegipe, em 1887, afirmava: "não censuro a propaganda abolicionista, mas o exagero que leva à rebelião" e prosseguiu: "sem indenizar o Estado absoluto parece estar dispondo do domínio alheio", no que via "grandes males" (299) Também o clero unira-se à cruzada abolicionista. (300)

O Senado participou ativamente da discussão da lei. Voz coerente representando importante peça do pensamento conservador foi a de Cotegipe, que fiel às suas convicções, não quis apoiar na Presidência de Conselho a passagem de uma lei que, a seu ver, abalaria profundamente as instituições do País. Seu discurso de 1888 dá uma idéia da sua capacidade de análise política. Afirmando-se o mais impopular dos homens, ele diz que "os políticos sabem, as lições da História demonstram que, muitas vezes, o triunfador de hoje é a vítima de amanhã" e que alguns pensavam que o partido conservador queria a eternidade da escravidão,

---

(297) ASI, Ata de 14 de setembro de 1887, p. 170.
(298) ASI, Atas de 13 de setembro de 1887, p. 144 e 15 de setembro de 1887, p. 191.
(299) ASI, Ata de 16 de setembro de 1887, p. 211.
(300) ASI, Ata de 17 de setembro de 1887, p. 225.

no entanto, o problema estava na fixação de um prazo maior para o seu término. Referiu-se ao fato de que a alforria proposta por muitos proprietários, fez com que vizinhos destes se obrigassem a mesma decisão, temendo indisciplinas e rebeliões. Se São Paulo tinha o imigrante, portanto melhores condições de resolver o problema, tal não ocorria com a maioria das outras províncias . A abolição devia, a seu ver, realizar-se com os liberais. Os conservadores poderiam ter assumido a responsabilidade da lei 1871, 1885, mas não da de 1888. Esta última enfraqueceria os conservadores, provocaria "perturbação enorme no País, durante muitos anos, o que não verei talvez (ele morreu em 1889), mas os jovens presenciarão". A lavoura seria a causa da instabilidade e, vem sua frase profética: a "crise será medonha". "Se me engano, lavem a minha sepultura... que fui um visionário". (301)

Numa visão lúcida dos desdobramentos possíveis mostrou preocupação pela sorte de "500.000 ingênuos que agora têm comida e abrigo", dos velhos, bem como da população de libertos que se "converterá em salteadores" etc. Contestado, pelo entusiasmo de um colega abolicionista quanto ao fato de que então os libertos seriam cidadãos brasileiros, Cotegipe retrucou teimosa e ironicamente: "são libertos sim, mas direi até, se quiser, que são ingleses". Analisou as "conseqüências políticas do ato" em que agora ninguém pensava, pois só se via sentimentalmente: "por ora tudo é festa, tudo é alegria, tudo são flores. Vejamos as decorrências: "os descontentamentos, as instituições perdendo apoio com a "irritação de uns" e o "desinteresse de outros". "Secas as flores, dissipadas as nuvens ou o fumo das girândolas, apagadas as iluminações, vereis surgir uma questão grave. Não é uma

---

(301) ASI, Ata de 12 de maio de 1888, p. 31.

profecia, que eu esteja fazendo, ou que as minhas palavras sejam de um vidente, não faço mais do que julgar das intenções dos indivíduos, pelos seus atos e palavras". Citou o discurso de um conservador, com o qual concordava - "a Coroa se enfraquecera substancialmente com isso". "Quem não percebe, quem não vê o golpe republicano que candidamente descarregou em seus próprios interesses". Mostrou a seguir que nas "novas reivindicações de norte a sul espalhadas, nos anseios de liberdade religiosa, regularização da legislação, difusão do ensino, universalidade do povo, desfeudalização da propriedade, federação dos Estados Unidos Brasileiros são reformas que não têm outro princípio que não a mais ampla liberdade no estilo americano". (302)

Numa visão semelhante, também Paulino Soares de Souza, representante do Rio de Janeiro, mostrou que se a abolição se constituía numa "renda gloriosa para muitos", a seu ver era "arriscadíssima". Reclamou a rapidez da mudança e considerou-a inconstitucional porque atingia a propriedade legal; anti-econômica, porque desorganizava o trabalho e desumana porque deixava os libertos expostos à miséria e à morte. (303) Tais vozes consideradas pessimistas não poderiam ser bem aceitas nesse momento eufórico. Refletiam, no entanto, a situação das elites agrárias do País.

A Lei Áurea provocou de fato a situação dramática que visualizou tão perfeitamente Cotegipe. Não só, mas relacionada a outros fatores foi razão de desgaste monárquico. Ela rompia, aliás, com a tendência de contemporização das reformas brasileiras.

---

(302) Ibidem.
(303) ASI, Ata de 13 de maio de 1888, P. 38.

Dias depois da assinatura da lei, já se lia nos jornais, já se comentava no Parlamento, a adesão de fazendeiros e proprietários à causa republicana. Os políticos no Senado assustaram-se. Menos de um mês decorrido e um deles dizia: "nunca vi tão abaladas as instituições", e outro comentava: "confio no patriotismo dos brasileiros, na força de nossas instituições".(304)

Cotegipe, com sua visão precisa, argumentava: "o mal não veio da extinção, veio da surpresa, da rapidez com que a medida foi levada a efeito. (305) "Estou há 45 anos no Parlamento e cousa semelhante jamais presenciei. Só de uma vez me recordo, mas ainda não era deputado: a Maioridade". A extinção da escravidão embora opinião nacional, não deveria ter sido feita de modo a acarretar um tão grande abalo. Mostrando a situação das fazendas, Cotegipe observava a iminência da crise. O desagrado dos proprietários de escravos por não terem sido indenizados como ocorreu em outros países. "Minha opinião não tem objetivos ocultos, não pretendo voltar ao poder. Já dei de tudo quanto tinha que dar a meu país". (306) E de fato o fizera. Algum tempo depois, alarmado com "o fantasma da República" comentava: "é preciso não acordar tão tarde quanto os franceses". (307)

Se o problema da mão-de-obra provocou sérias considerações por parte da elite política do Senado, esta se ocupou também em discutir os projetos que viessem a diminuir os males da abolição, inclusive considerando a difícil situação financeira do País.

---

(304) ASI, Ata de 06 de junho de 1888, p. 37.
(305) ASI, Ata de 09 de junho de 1888, p. 51.
(306) Idem, p. 65.
(307) ASI, Ata de 14 de julho de 1888, p. 151. Nessa ocasião comentou a idéia de Saraiva de queimar os arquivos dos escravos, com a qual afirmou não concordar. Deve ter sido dela a inspiração de Rui Barbosa.

Alguns políticos empenharam-se em planos concretos, propondo a introdução do imigrante em maior escala. Em 1885, falou-se no chim. (308) Mas o grande defensor de uma política migratória inteligente e ampla foi Taunay que propôs adoção do registro civil, do casamento civil, da secularização dos cemitérios e naturalização dos estrangeiros, como medidas estimulantes da vinda do europeu para um país tropical. Queria também que as verbas do Fundo de Emancipação fossem deslocadas no incentivo à imigração. (309) Homem de visão modernizada, assim que obteve o primeiro sucesso, o registro civil, passou a intensificar a reivindicação das outras medidas congêneres. Após a Lei Áurea, vendo a adesão de fazendeiros e proprietários ao movimento republicano, recredesceu o seu ânimo de batalhador, (310) ao mesmo tempo ia sempre destacando a necessidade de o Brasil modernizar-se. (311) Em outro discurso reclamou do alheamento dos jurisconsultos às grandes reformas sociais de que o País precisava e lamentou estar, desde 1877, a clamar no deserto. (312)

As idéias de Taunay, como outras mais avançadas, sofriam o impacto da tendência geral do País de pouco mudar e, ao fazê-lo evitar precipitações, mantendo sem grande prejuízo o status quo. Cotegipe, Sinimbu também defenderam a vinda do imigrante, mas nesse período com menos empenho que Taunay.

O problema da maior gravidade que o Senado monárqui-

---

(308) ASI, Ata de 08 de abril de 1885, p. 28.
(309) ASI, Ata de 08 de maio de 1888, p. 23.
(310) ASI, Ata de 30 de maio de 1888, p. 123.
(311) ASI, Ata de 05 de julho de 1888, p. 34.
(312) ASI, Ata de 31 de maio de 1889, p. 155.

co discutiu foi a chamada questão militar. (313)

Os senadores, percebendo a gravidade do impasse, surgido na época do Gabinete Cotegipe, emitiam opiniões sérias: "nossas instituições não se apoiam na força, quem as sustenta e a opinião pública" ou do mesmo teor a frase de Sinimbu: "Não é com a força militar que se sustentam as instituições, é com a força moral". (314) Mas vozes de senadores militares eram enfáticas: "não desmoralizemos o Exército que é o sustentáculo de nossas instituições". À complexidade da questão o Governo confirmava a absoluta confiança no Exército. (315) As desconfianças persistiam: "se passar o precedente de um ministério derrubado pela ameaça da força, os ministros de ora em diante devem fazer-se nos quartéis". (316) Falava-se na "grande ansiedade" existente (317) e Afonso Celso, surpreso, incrédulo, interrogava: "como pode haver pressão do Exército?". (318)

Houve um momento de difícil impasse em que Saraiva perguntou ao plenário: "o Presidente do Conselho tem confiança no Exército, mas pelo que diz Pelotas fica-se em dúvida se ele pode ter essa confiança. Será que esta questão não pode ter solução?". (319)

---

(313) Envolvia os conflitos de Cunha Matos, Sena Madureira e outros punidos por terem apresentado críticas a superiores hierárquicos, as reivindicações dos militares coligados e dirigidos por Deodoro no Sul e as pressões sobre o Ministro da Justiça, então como geralmente ocorria no Império, um civil. O agravamento da questão tornou-se tão sério que não mais parecia haver acordo possível, entre Governo e Exército.

(314) ASI, Ata de 18 de abril de 1879, P. 93.

(315) ASI, Ata de 16 de maio de 1887, p. 76 (discurso de Cotegipe.

(316) Idem

(317) ASI, Ata de 17 de maio de 1887, p. 92 (discurso de Henrique d'Avila).

(318) ASI, Ata de 16 de maio de 1887, p. 76.

(319) ASI, Ata de 18 de maio de 1887, p. 115.

Logo depois surgia uma proposta de que o Senado convidasse o Governo a cessar as penas disciplinares impostas aos militares. (320) Alguns políticos se interrogavam se essa solução podia ser de competência do Senado, outros traziam à tona a velha e desgastada fórmula - "o Senado não faz política", houve quem dissesse que o Presidente do Conselho teria que dizer: "não cedi ao Exército, mas cedi ao Senado". Mas vários senadores apoiaram a moção: Saraiva e Afonso manifestaram-se de imediato e o próprio Cotegipe considerou-a honrosa, embora posteriormente dissesse ter o Governo solucionado a questão "com alguns arranhões em sua dignidade".

As lideranças políticas levavam ao Senado a bagagem de experiência acumulada no decorrer de vidas consagradas à administração e à política.

No último ano do Império, Afonso Celso, pela primeira vez Presidente de Conselho, tentou algumas medidas avançadas visando a frear o movimento republicano, mas já se processara o desgaste das Instituições Monárquicas e a República surgiu decorrente das dificuldades internas do País e da adesão repentina dos militares. O fracasso do último Gabinete liberal pôs fim àquelas instituições, destruindo a Câmara mais elitista e importante do Império. As lideranças consideradas estiveram presentes, atuaram, tentaram salvar e prolongar a vida da Monarquia, mas caíram esmagados pelo golpe de 15 de novembro, no momento em que se percebia que os ideais monárquicos tinham ficado para trás, substituídos por novos anseios de descentralização, de federação que encontravam apoio no movimento Republicano. A Monarquia era vista como algo ultrapassado. A República

---

(320) ASI, Ata de 20 de maio de 1887, p. 125.

representava a modernidade da América que tinha seu exemplo mais expressivo nos Estados Unidos e no seu prestígio como nação jovem.

No decorrer de quase meio século de vida parlamentar, verifica-se que o desempenho na Câmara atirou como um filtro a preparar os mais bem dotados politicamente para alcançarem novos cargos e prosseguirem na escalada política, para a qual, mesmo nesse nível, ainda se faziam necessários os apoios.

A atuação das lideranças foi semelhante, fossem elas liberais ou conservadoras. Apresentaram-se, algumas vezes, modestas, tímidas, em outras, revelaram coerência, objetividade; mas os projetos apresentados, por mais bem estruturados que estivessem, quase nunca tiveram o sucesso esperado, pois cerceava-lhes a aprovação, oposições partidárias, cisões internas, pressões da Câmara ou Senado, do Gabinete ou da Coroa. Dessa forma resultaram freqüentemente leis que pouco inovavam, que já surgiam velhas, tendo necessidade quase sempre de correções imediatas.

b) O Executivo - Ministério e Presidência do Conselho

As lideranças políticas, desde que tinham ocupado um lugar na Câmara ou Senado, já estavam em condições de ser chamadas aos mais altos cargos do Executivo Nacional. A grande maioria dos ministros constituiu-se de ex-deputados; assim dos 219 ministros do Império de 1822-1889, 174 ou seja, 79,5% haviam saído da Câmara temporária e 121, isto é, 55,3% foram senadores. (321)

---

(321) PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L., op. cit., p. 26.

Só excepcionalmente foi escolhido a ocupar a Presidência, alguém que até aquele momento não ocupara um lugar no Senado. Há como exceção o Gabinete presidido por Martinho Campos, em 1882, entretanto, nesse mesmo ano, ele veio a tornar-se membro da Câmara Vitalícia.

No cômputo geral, houve vinte e três Presidentes de Conselho, desde 1847, quando se criou o cargo até 1889. Destes, todos foram senadores e vinte e dois, foram deputados. (322)

Para uma observação da escalada política até o topo, porque de fato a Presidência de Conselho é o ápice: 82,6% provinham das mais importantes províncias, ou seja: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio e São Paulo; 60,9% deles eram oriundos só do Nordeste sendo 39,1% somente da Bahia; ainda 78,3% eram formados em Direito, 60,9% iniciaram a carreira como juízes ou delegados, dois deles, ou seja, 8,7% já começaram de cima, caso de Sinimbu que chegou da Europa nomeado para a Vice-Presidência de Alagoas e a seguir ocupou a própria Presidência. Uma boa porcentagem dos Presidentes de Conselho, 82% foram Presidentes de Província, e 82,6% tiveram assento no Conselho de Estado. (323) Ainda uma vez, constata-se que a elite política foi uma só, atuando nas diferentes instituições.

A escolha do nome para compor um gabinete era competência privativa do Imperador, concessão do Poder Moderador, atri-

---

(322) Caxias que seria a exceção foi eleito, mas não assumiu o cargo. Idem, p. 29.

(323) As porcentagens indicadas foram extraídas do trabalho já citado de PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L., pp. 26 e 27 ou foram calculados segundo os dados absolutos apresentados pelo autor, que se baseia em obras muito consultadas por nós: LYRA, Augusto Tavares de, Os Ministros de Estado da Independência à República in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 13, out/dez 1946, p. 3-104 e Organizações e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império.

buição da Coroa. Geralmente, porém, ela não se fazia arbitrariamente. Podia ser uma sugestão do Presidente do Conselho que deixava o poder, mas relacionava-se com a importância do político, manifestada no Senado. Podia tratar-se de um chefe de partido, ou de um entre os chefes luzias ou saquaremas, aureolados por certo carisma, ou alguém que se havia destacado na oposição, ou que estivesse representando uma nova linha de ação política. Quando o Imperador chamou Rio Branco, Itaborahy, Cotegipe, Sinimbu etc estava chamando lideranças bem marcantes. Ao chamar Zacarias, em 1862, era ele então uma figura importante de oposicionista que contribuíra para a derrubada do Gabinete Caxias e o líder da nova posição política representada pela Liga ou Progressismo.

Rio Branco, em 1871, representava efetivamente o único conservador que tinha condições de levar adiante um programa reformista, capaz de atender aos reclamos da imprensa e do Parlamento, enfraquecendo dessa forma, cautelosamente, as mais rigorosas solicitações do Programa Liberal.

Saraiva foi, freqüentemente, chamado ao poder, especialmente nos momentos de crise, pela confiança que o Imperador lhe dispensava, bem como por outras razões já mencionadas.

Outros nomes foram pouco ou quase nunca lembrados. Nabuco foi convidado uma vez, recusou, e nunca chegou a esse cargo. (324)

Questionando o porquê de não ter sido ele conduzido ao poder, em 1862, já que era no Senado a grande voz mentora da Liga, Joaquim Nabuco chegou à conclusão de que talvez o Imperador se tivesse desgostado, ainda que temporariamente com o pai, por

---

(324) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 405.

ter ele trazido ao Senado o velho lema "O Rei Reina, mas não governa". Referiu-se, ainda, ao fato de o convite a Zacarias — ainda deputado nessa ocasião — ter soado ironicamente como uma aplicação do postulado recém-formulado por Nabuco. "O Senado não faz política". (325)

Quanto ao que se mencionou, de ser o nome de um novo Presidente do Conselho sugerido pelo antecessor, este procedimento habitual foi freqüentemente citado, quando na Câmara e no Senado, os Presidentes demissionários e estreantes explicavam seus envolvimentos nos últimos acontecimentos políticos.

Houve ocasiões em que o Presidente declinou do convite para designar o sucessor, como Zacarias, o fez em 1868. Nessa ocasião "a Coroa ficou a descoberto", como se costumava dizer no Senado, pois o Imperador chamou um membro da oposição, embora a Câmara fosse liberal como o Gabinete que caíra e não houvesse ocorrido nenhum incidente entre os dois órgãos. Assim, em 1868, Itaborahy foi chamado ao poder, sendo a Câmara de maioria liberal.

No Brasil, contrariamente ao que sucedia nos sistemas parlamentares europeus, podia ocorrer a queda de um Gabinete e a ascensão de outro do mesmo partido, para levar adiante um mesmo programa de Governo. Integrava-se, nesse caso, a reforma eleitoral pretendida por Sinimbu em 1878, que ele desejava fosse obtida por reforma Constitucional. O Senado manifestou-se contrário ao projeto. O Imperador temia que alterar a Constituição acarretasse outros problemas, como a supressão da vitaliciedade do Senado, e dessa forma caísse o Gabinete por pressões, inclusive do ramo vitalício do Legislativo. Ao poder foi condu-

---

(325) Idem, p. 95.

zido Saraiva que propôs a reforma eleitoral, por lei ordinária, conseguindo obter sua aprovação.

O Presidente do Conselho constituía o Gabinete com seus colegas de partido, ou seja, com os mais chegados. Convidava geralmente aqueles que lhe pareciam mais aptos para as funções, especificando as pastas com as quais tinham maior afinidade.

Havia como que uma hierarquia delas: a da Fazenda era por excelência a Ministerial e das mais importantes, tendo sido ocupada dezesseis vezes pelos Presidentes de Conselho. As demais forneceram também alguns Presidentes de Conselho e a da Marinha foi geralmente considerada a dos principiantes, dos que estreavam nos Gabinetes. (326) Rio Branco, Zacarias, Ouro Preto e Cotegipe também começaram suas atividades nessa pasta. Nabuco ocupou a da Justiça, nas duas vezes em que foi Ministro, em 1858 e 1865. Parecia talhado para ela. Torres Homem, cujo conhecimento de assuntos financeiros era respeitável, fora Presidente do Banco do Brasil, esteve em 1858 e 1870, vinculado à pasta da Fazenda. Sinimbu que, por mais de uma vez, foi enviado diplomático ao Prata, ocupou, por duas vezes, a pasta dos Estrangeiros, em 1858 e 1878, tendo sido também chamado para a da Justiça e Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Também Rio Branco esteve por três vezes na dos Estrangeiros, mas também ocupou outras pastas: a da Marinha, quando estreou o cargo e a da Fazenda, quando Presidente do Conselho. (327)

---

(326) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 206.

(327) Tais dados foram extraídos da obra Organizações e Programas Ministeriais, onde há a composição de todos os Gabinetes do Império.

Os ministros não se ativeram aos interesses concernentes apenas à sua pasta. Preocupavam-se com problemas gerais e defendiam a política proposta pelo Gabinete. Saraiva, em 1857, ocupou a pasta da Marinha e tomou uma série de medidas condizentes com esta função: melhoramento das barras do Rio Grande do Sul e Pará, instalação de faróis em pontos desprotegidos do litoral, paquetes no rio Amazonas e preparo da navegação do Paraguai. (328) Mostrou que o Governo estava atento à necessidade de fortalezas, ao recrutamento de capitania dos Portos, à navegação de cabotagem, relacionando-a ao desenvolvimento comercial etc. Além de problemas específicos da Marinha: lei do recrutamento, problema de disciplina, soldos (329) enfatizou questões fora de seu âmbito específico, por exemplo, verbas para produção e riqueza pública, além de ter dirigido vários discursos relativos aos problemas da alta política, dos partidos, do Progressismo. (330) Freqüentemente os ministros ocuparam, ainda que interinamente, outras pastas, substituindo colegas afastados em missões diplomáticas, com tratamento de saúde etc. Assim, Cotegipe em 1885, enquanto Presidente do Conselho, ocupou a dos Estrangeiros e, interinamente, a do Império. Saraiva, em 1885, na Presidência do Conselho, ocupou a pasta da Fazenda, mas por alguns meses, interinamente, também a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

---

(328) Discurso de Saraiva, in Perfis Parlamentares, vol. IV, p. 65.

(329) Idem, 01 de junho de 1858, pp. 84 e seguintes.

(330) Idem, 01 de julho de 1858, p. 82.

A recomposição ministerial foi comum a vários Gabinetes: o de Olinda, em 1865, Zacarias, em 1866 e muitos outros.(331)

O ministro, ora ocupando uma, ora outra pasta, tinha que estar sempre adaptando-se a novos encargos, conhecendo novas técnicas, aproximando-se de novos auxiliares porque, se a Assembléia Provincial e a Presidência eram um aprendizado, continuava a sê-lo a participação na Câmara, Senado e de igual forma, no Gabinete.

Elementos houve tão bem dotados que podiam de igual forma ocupar indiscriminadamente uma ou outra pasta. Nabuco referindo-se a Ferraz, disse que ele era um político apto para qualquer pasta e, se as circunstâncias o obrigassem, para todas ao mesmo tempo". (332) Aliás, o Imperador sempre admirou a extraordinária capacidade de trabalho do seu ministro.

Para que um Gabinete pudesse ser bem sucedido, havia necessidade de haver certa harmonia entre os ministros, uma boa convivência entre eles. O Gabinete da Conciliação presidido pelo Marquês de Paraná, que poderia inclusive apresentar problemas especiais, pelo fato de nele encontrarem-se liberais e conservadores, embora ambos do grupo moderado, representou um equilíbrio de homens, atuando numa política liberal, eclética, "Gabinete de homens de primeira grandeza", reunindo o "mais alto grau de espírito governamental à "mais ampla competência administrativa", já que seu Presidente foi também "o homem mais forte que a nossa política já produziu". (333) Paraná pertencia a essa galeria de Presidentes de Conselho tão do gosto do Impera-

---

(331) Organizações e Programas Ministeriais, pp.142 e seguintes.
(332) NABUCO, J., op. cit., tomo I, p. 178.
(333) Idem, p. 390.

dor, isto é, homens de certa altivez e independência. Joaquim Nabuco dizia que Pedro II não desejava ministros soberbos, "mas não os toleraria servis". Queria fiscalizá-los supervisionando lhes as ações políticas, não os deixando esquecer quem era o chefe, mas não acentuando o espaço existente entre eles e ele. (334)

A interação dos ministros foi tão boa, que após a morte repentina do Marquês, aconteceu algo inédito na vida parlamentar do País, o Gabinete foi todo mantido e deu-se a substituição do Presidente do Conselho, ascendendo para o cargo, o então Marquês de Caxias. (335)

Também Rio Branco conseguiu, em 1871, uma excelente integração de sua equipe de trabalho. Liderança inteligente, tinha segundo Quintino Bocaiuva, "o talento de afagar a vaidade de todos os auxiliares, tornando-se duplamente estimável, pela modestia com que simula ser o último entre os seus". (336)

Mas nem sempre tal ocorreu. Às vezes, os ministros desentenderam-se, não viram os problemas de governo sob o mesmo prisma, não concordaram com projetos da Presidência e preferiram sacrificar-se a abandonar seus pontos de vista.

Saraiva, ministro do Império no Gabinete Caxias, defendia política diferente daquela do Gabinete. Era criticado pelos gastos que estava acarretando ao Ministério, mas ainda assim queria várias reformas. Mostrava a necessidade de o País ser cortado por vias férreas e canais e afirmava, com certo desprezo, que "a escola dos prudentes nada conseguia se não que trouxesse o expediente em dia". (337) Voz divergente da maioria no

(334) Idem, p. 347.
(335) Organizações e Programas Ministeriais, p. 113.
(336) BOCAIUVA, Quintino. Os nossos homens, apud Rio Branco, Barão. op. cit., p. 89.
(337) ASI, Ata de 02 de julho de 1861, op. cit., p. 241 (Discurso de Saraiva).

Poder, não quis abdicar de suas idéias, votou contra a reforma bancária e incompatibilizou-se com o Gabinete, alegando motivos de saúde, mas realmente sentindo falta de apoio, entre os membros do ministério, demitiu-se.

No Gabinete Abaeté, em 1858, Nabuco, Paranhos, Torres Homem foram ministros e algumas incompatibilidades surgiram entre o ministro da Fazenda e o da Justiça, aliás vários foram os políticos que tiveram alguma desavença com Torres Homem. (338) Nabuco, sentindo-se em dificuldade também com outro colega, preferiu deixar o Poder. O seu afastamento comprovara claramente dissidências internas.

Às vezes, os ministros puderam sair sem prejudicar o funcionamento do Gabinete, em outras, a perda de um ministro era um risco que o Ministério não queria correr. Em 1864, no Gabinete Zacarias, divergências surgiram entre dois políticos: José Bonifácio e Martinho Campos, comprometendo seriamente o Ministério. Zacarias não quis ou não pôde substituir seu brilhante ministro, cuja passagem na Câmara, segundo Nabuco, foi um "deslumbramento". Nabuco afirmou que Zacarias não cogitou em substituí-lo, porque "não era um colega que ele pudesse sacrificar", "o Presidente do Conselho não pensou um instante em continuar sem ele". (339)

Para Sérgio Buarque de Holanda, Zacarias tinha a idéia de colocar em seu lugar outro liberal histórico, José Furtado,

---

(338) Entre eles, por exemplo, Cotegipe, Nabuco, Zacarias. Nabuco, aliás, defendera Torres Homem após as acirradas críticas que sofreu com a publicação do Libelo do Povo: "Perdoam-se e canonizam-se os que ensangüentam a Pátria, atentam a mão armada contra o Trono e quer se fazer um crime imperdoável de um escritor". (NABUCO, J., op.cit., tomo II, p. 35).

(339) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 131.

que não teve boa acolhida do Imperador; de qualquer forma a saída do ministro provocou a retirada do Gabinete. (340)

Houve casos em que a atuação de um ministro prejudicou e enfraqueceu o Gabinete. Quando Sininbu esteve à testa do Governo, já com dificuldades de manter-se em função das oposições à passagem do projeto de reforma eleitoral, Afonso Celso, jovem ministro, estreante na pasta da Fazenda, quis propor uma nova taxação. Queria cobrá-la sobre vias férreas, empresas de navegação, transporte, bondes; (341) intransigentemente dispôs-se a aplicá-la à população urbana do Rio. Sinimbu era contrário, temendo que a medida acarretasse sérios danos, mas foi impossível demover Afonso Celso e não desejando mudanças ministeriais, concordou com ele. Surgiram, em consequência, vários incidentes, com feridos, depredações e até mortes. A polícia teve que intervir. Era a primeira vez que ocorria um motim destes na Capital do Império. O fato desagradou profundamente ao Presidente do Conselho e ao Imperador. Não foi a causa da queda do Gabinete, mas contribuiu para debilitá-lo.

Também Nabuco, ao aplicar em 1857, as aposentadorias forçadas aos magistrados e desembargadores, embora tivesse procurado destacar todo o cuidado da medida, contribuiu com essa atitude para diminuir as forças do já enfraquecido Gabinete Olinda.

Às vezes, um ministro foi tão hábil, tão capaz e deu tal dimensão às suas atitudes que fortaleceu um Gabinete e se

---

(340) HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República, p.28. A queda do Gabinete, segundo este historiador, foi decorrência da vontade de Pedro II, pois, logo a seguir ele chamou para compor o Gabinete o próprio Furtado.

(341) HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. 234.

tornou a grande figura do Ministério. Antônio Prado, que já se destacara de forma especialmente brilhante no Gabinete Cotegipe, como Ministro dos Estrangeiros, procurando incentivar a imigração para o Norte, já que ela dera bons resultados no Sul, transformou-se, em 1888, no grande colaborador do Gabinete João Alfredo. Aliás, o Presidente do Conselho confessou ao público que antes de ter dado sua resposta afirmativa ao convite da Regente, havia procurado a Antônio Prado, perguntando-lhe se teria seu apoio. (342) Antônio Prado que reformulara sua posição quanto ao escravo ser o sustentáculo da lavoura, estava agora convencido de que esta podia sair da crise em que se encontrava, tendo o apoio da imigração. Sua participação intensa no Gabinete fez com que este fosse chamado João Alfredo-Prado.

Outras ocasiões, a ação do Ministro eclipsou a Presidência do Conselho, criando antagonismos. Nabuco, acreditando não existir perfeita sintonia entre o Imperador e ele, recusara, em 1865, estar na Presidência do Gabinete, mas aceitou participar, como ministro, do Gabinete para o qual fora chamado como Presidente, o Marquês de Olinda. Neste, teve grande atuação. No discurso do status quo, pediu um armistício na política interna, apelando ao patriotismo nacional. (343) Embora sua pasta fosse a da Justiça, sua atuação excedeu de muito esse limite.

Alcançando singular liderança no Gabinete, defendeu-o, inclusive, no discurso de Saturno, alusão mitológica, que ele fez â Câmara, devorando seus filhos, os ministros. (344) Sua posição de destaque criou divergências com o Marquês, e Cristiano Otoni falou publicamente da luta entre os "dois Presidentes de

---

(342) ASI, Ata de 07 de maio de 1888, pp. 21 e seguintes.
(343) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 131.
(344) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 334.

Conselho". (345) As cisões ministeriais, as divisões do partido progressista na Câmara, a hostilidade do Senado apressaram a queda do Gabinete.

Houve ocasiões em que um ministro com prestígio segurou, por mais tempo, a retirada de um Gabinete. Quando Rio Branco, à testa da pasta da Fazenda era o líder do Ministério Caxias, foi sua ação que fez com que o mesmo resistisse ao impacto da Liga, aos ataques de Zacarias na Câmara, para ser atingido seriamente quando do uti possidetis de Nabuco no Senado, que, segundo o Diário do Rio, foi o "grito de guerra que determinou a mudança política de 1862". (346)

Os Gabinetes, dado o sistema centralizador do Império e a instituição hierárquica dos cargos, característica da burocracia, tinham o centro de Poder na Corte, com as ramificações nas províncias. Ainda, a Câmara era poderosa aliada do Gabinete, já que no Brasil, constituía-se da quase totalidade de membros da cor política do Gabinete.

Na província, os presidentes, delegados, subdelegados, enfim a alta hierarquia regional, estava conivente com o Ministério. A Magistratura ligada à Polícia, nesse primeiro estágio, mesmo que desejasse, não poderia de fato ser autônoma. Daí constituir-se o domínio do Executivo do País, apenas limitado pela vontade do Imperador.

É que a ação do Presidente de Província, estendendo-se à Guarda Nacional, ao recrutamento, ao processo eleitoral, ao domínio do Judiciário tornava o Executivo aquele poder contra o qual Zacarias dizia não haver "abrigo algum". (347)

---

(345) Idem, p. 347.
(346) NABUCO, Joaquim, op. cit., p. 92. Otaviano colocou a nova situação sob a égide de Nabuco.
(347) ASI, Ata de 27 de agosto de 1870, p. 177.

Esse aspecto que marcou fortemente o Segundo Reinado entrava em choque com os anseios de autonomia provincial, constituindo a luta Centralização - Descentralização, o magno problema político do Império, que ainda em 1889, Afonso Celso tentaria solucionar.

Os Gabinetes, geralmente, permaneceram no poder por um tempo bastante variável. De 1847 a 1889 houve trinta. Nesse período, o de menor duração foi o de Zacarias, em 1862, que durou três dias e o maior foi o de Rio Branco, em 1871, que durou três anos e três meses.

As quedas de Gabinete foram, evidentemente, resultados de causas várias. Cada Ministério teve problemas específicos, todavia, do conjunto deles, pode se destacar que as demissões ocorreram por vontade Imperial, por moção de desconfiança da Câmara ou por pedido de demissão da Presidência do Conselho, em nome do Colegiado.

Gabinetes houve, que viveram a quase totalidade de seus dias com cerca de metade da Câmara como opositora. Num determinado momento a moção de desconfiança surgia, resultado de uma maioria momentânea. As moções eram conseqüência da oposição natural ao Gabinete, que se luzia tinha como opositores os saquaremas e vice-versa, mas também decisões internas nos próprios partidos. A moção podia surgir muito depressa, quando o Gabinete mal ensaiava os primeiros passos. O Gabinete Zacarias, em 1862, "Gabinete dos Anjos", pois permaneceu apenas três dias no poder, caiu por moção de desconfiança da Câmara, com 49 votos contra 43. Zacarias fora chamado como representante da Liga Progressista, mas ao apresentar sua proposta de governo, encontrou violenta restrição. Torres Homem, opositor ao Gabinete já disse, então, que a Liga possuía "variada coleção de cores e matizes",

só se justificava como "coligação temporária e heterogênea", que servia para derrubar Gabinetes, mas não para governar. (348) Foi freqüente a queda de Gabinetes por moções da Câmara, mas não era regra infalível.

Em 1868, o Imperador chamou a oposição liberal ao poder, entregando-o a Itaborahy, do que decorreu uma virada na política nacional. O Gabinete Conservador, ascendendo em pleno domínio progressista, encontrou uma Câmara hostil que logo apresentou uma moção em termos radicais, todavia o Imperador não a acolheu, e a Câmara foi dissolvida.

Algumas vezes, o Presidente do Conselho, pressionado por uma Câmara opositora, solicitou sua dissolução.

O Imperador podia acolher ou não o pedido, para o qual sempre ouvia o seu colegiado superior, o Conselho de Estado, se bem que nem sempre atendesse a opinião dominante. Quando Sinimbu se encontrava no poder, tentando aprovação do projeto de reforma eleitoral, já citado, houve circunstâncias várias que enfraqueceram sua ação política: a falência do Banco do Brasil, do qual Sinimbu fora Presidente, antes de ser Presidente do Conselho, o imposto do vintém, a pressão do Senado, as cisões entre os liberais etc; por isso decidiu solicitar o Presidente a dissolução da Câmara temporária. O Imperador não apoiou o pedido e o Gabinete exonerou-se.

Geralmente, o Gabinete enfraquecendo-se e não havendo condição de reerguê-lo, após a consulta de todos os ministros, o pedido de demissão era apresentado.

Zacarias enfrentou em 1868, severa oposição dos liberais históricos aliados aos conservadores, a guerra contra o Paraguai e seu cortejo de problemas, a crise da lavoura, e das

---

(348) ACD, Ata de 27 de maio de 1862, p. 80.

finanças, a oposição do Senado, com as críticas de antigos aliados etc. Os ataques violentos a Zacarias tornaram as sessões do Parlamento com um teor de agressividade incomum nos Anais. (349) Sob esse impacto, Zacarias usou, como também outros Presidentes o fizeram, de um pretexto para deixar o poder, lembrando "a escolha não acertada de Torres Homem para o Senado", (350) o qual sendo conservador e oposicionista aumentaria a hostilidade da Instituição contra o Gabinete. O Gabinete caiu, em função deste pedido de demissão de Zacarias, que inclusive, como já foi dito, não quis, então indicar sucessor.

Analisado o funcionamento institucional do Gabinete, cumpre verificar a condição que as lideranças imprimiram ao Executivo, o teor de seus projetos, nessas suas passagens, às vezes rápidas como meteoros, outras vezes mais estáveis.

Nos anos cinqüenta, o Império, em função das transformações sociais, econômicas, tecnológicas tomava novo aspecto, especialmente o Rio de Janeiro que se modernizava ou europeizava com o apoio de capitais do Velho Mundo. Uma nova mentalidade surgira. Os empreendimentos comerciais e industriais ampliavam-se num desejo de fortunas rápidas. Os Bancos privados fundiram-se. O Banco do Brasil surgiu não mais coordenando os empreendimentos financeiros do País, como desejava Mauá, mas realmente exercendo verdadeira ditadura militar. Tornou-se o Banco emissor e, por ele, em 1853, 52.000 contos foram emitidos e 95.000, em 1857. Era o "Encilhamento Imperial" (351) Os lucros ilusórios,

---

(349) ASI, Ata de 10 de julho de 1868, p. 64. Jequitinhonha, entre outros, denunciou a oposição ao Gabinete, como sem precedentes na história parlamentar.
(350) ASI, Ata de 17 de julho de 1868, p. 112.
(351) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder, p. 211.

a inflação assustou o Governo que tentou detê-la, retirando da circulação 15.000 contos de papel-moeda. Mas o processo desinflacionário foi violento, diz Faoro, que se tornou mais calamitoso que a inflação. (352)

Nesse contexto geral, a agricultura foi sendo marginalizada em favor da atividade urbana. Houve uma atração para a cidade, em detrimento da lavoura, apesar de os produtos de exportação como café, algodão, cacau, fumo, couro, borracha e açúcar constituirem 90% do total da economia do País.

O Império centralizador, burocrata, estava mais ligado aos interesses urbanos e, nas áreas rurais, os grandes proprietários ficavam marginalizados na concretização de algumas necessidades básicas.

Esse descompasso já evidente é importante de ser registrado.

A grande atração era representada pelos empreendimentos lucrativos das áreas urbanas. Nomes, como Tavares Bastos, Gonçalves Martins estiveram ligados a concessões comerciais com que o Governo beneficiou particulares, que receberam vantagens especiais na qualidade de intermediários. (353) Parece razoável que tais políticos estivessem, então, menos interessados na defesa de valores da sociedade rural do que nos novos empreendimentos urbanos. Contudo, não se gostaria de radicalizar a idéia de total falta de envolvimento com as origens agrárias.

O primeiro ministro a ocupar um lugar no Gabinete foi Zacarias chamado à pasta da Marinha, durante o Gabinete Itaborahy, em 1852. (354) Certamente, favoreceu-lhe o convite a presen

---

(352) Idem, p. 219.
(353) Idem, p. 217.
(354) Organizações e Programas Ministeriais, p. 111.

ça de Gonçalves Martins, então como Ministro do Império. Deu Zacarias andamento à medidas rotineiras da pasta (355) e como meta prioritária estava a criação do Conselho Naval.

A chegada de Cotegipe, Nabuco, Rio Branco, ministros que também estreavam no Executivo Nacional, ocorreu com o Gabinete da Conciliação, ou seja, o do Marquês de Paraná. Nessa estréia brilhante, porque o Gabinete foi muito harmônico, tiveram as lideranças, no dizer de Joaquim Nabuco, "sua lua de mel em política". (356) Torres Homem, defendia a Conciliação, embora não fosse Ministro.

Rio Branco, indicado para a pasta da Marinha, em 1853, transferiu-se depois para a dos Negócios Estrangeiros, em 1855, deixando a primeira a Cotegipe que estreava no cargo. (357) Coube-lhe solucionar um problema até então intrincado. A diplomacia paraguaia não respeitava o acordo de 1850, de abertura do Rio Paraguai à livre navegação e o Brasil pressionava politicamente o País vizinho, procurando uma solução pacífica, mas formando condições para uma eventual resistência, utilizando-se até de uma esquadra, embora não desejasse dar impressão de hostilidade. (358) A atuação diplomática de Rio Branco foi feliz. Pelo Tratado de 1856, abria-se o comércio do Paraguai à província de Mato Grosso, o que foi um título de glória para o Ministro.

---

(355) Reorganizou e reequipou a Marinha com nova frota, concedeu auxílio a hospital naval e asilos, aumentou o montepio, agrupou os fuzileiros em batalhão naval e procurou combater o tráfico negreiro. VARGAS, Túlio, O Conselheiro Zacarias, p. 52.

(356) NABUCO, J., op. cit., tomo I, p. 355.

(357) RIO BRANCO, Barão. O Visconde do Rio Branco, p. 48.

(358) Existe uma correspondência entre Rio Branco e Cotegipe, seu colega de Gabinete mostrando o embaraço das relações diplomáticas. Também há carta "confidencial" "reservadíssima" a Caxias, outro ministro do Gabinete Paraná. PINHO, W. Cotegipe e seu tempo, p. 439.

Paranhos ocupou-se ainda de uma discussão diplomática com a Legação inglesa sobre o apresamento de navios brasileiros, mostrando, através do protesto de 1856, que a abolição do tráfico não fora decorrente da vigilância inglesa em nossas costas, mas da lei Eusébio de Queiroz que impusera o que a lei de 1831 já pretendera. (359)

Nesse período e através de ação sua, o Brasil aderiu às cláusulas de Direito Marítimo estipuladas pelo Congresso de Paris, em 1856, (360) uma posição autônoma frente a política norte-americana.

A questão do Prata afetou também a atividade de Cotegipe, na pasta da Marinha. Havia necessidade de frotas para os casos de cólera e de repressão ao tráfico e, na emergência de uma guerra na Prata, maior cuidado no preparo de uma esquadra de reserva; daí o interesse em canhoneiras, armas em geral, navios que a Inglaterra disporia após o término da guerra da Criméia.

Cotegipe queria fragatas modernas a hélice que operariam uma revolução na guerra marítima. Vários projetos fez, inclusive importar da Europa bombeiros aperfeiçoados, bombas e escadas para aprimoramento de uma nova tecnologia no combate ao fogo. Transparecem do conjunto de seus planos, idéias reformistas, mas preocupou-se não só com a tecnologia, mas também com o elemento humano: aumento de soldo, atribuição de melhores condições ao marinheiro profissional, racionalização do comércio marítimo e favorecimento da pesca e das profissões ligadas ao mar. A base do poder naval, a seu ver, repousava numa marinha mercante organizada. (361) Queria para isso disciplina a bordo, ampa-

---

(359) RIO BRANCO, Barão, op. cit., p. 65.
(360) Idem, pp. 66 e 67.
(361) PINHO, W., op. cit., p. 454.

rando a população, evitando castigos abusivos e desnecessários, mas estabelecendo a base da "autoridade superior e da obediência do subordinado". Sua grande inovação, na Marinha, foi a criação do Conselho Naval, idéia esboçada em 1838, encalhada no Senado desde 1847. Cotegipe conseguiu levá-la adiante; o projeto foi aprovado, embora muito criticado, por exemplo, por Zacarias, que já o apoiara antes. (362) Como todo principiante, Cotegipe comunicou aos técnicos navais, aos oficiais mais graduados certos receios de sua inexperiência. Preocupou-o muito o tráfico negreiro, aliás, fora sua grande e constante atenção como chefe de Polícia e Presidente da Província da Bahia. Esse interesse se revelou nos bilhetes e cartas trocadas com Nabuco, então Ministro da Justiça. Nela, falava em requisição de navios e comunicava denúncias. (363) Combinava-se a ação conjunta da Marinha e da Polícia, então confiada a Sinimbu. Os caminhos se cruzavam entre os políticos, os interesses interligavam-se.

Desagradava-lhe a sustentação de cruzadores, mas acreditava que era uma necessidade, a fim de que os "ingleses não se tornem cada vez mais exigentes e insolentes". (364)

Com a morte repentina de Paraná, que provocou um impacto geral, foi Cotegipe transferido para a Pasta da Fazenda. Procurou manter uma política financeira prudente, defensiva, receando a emissão bancária, confessava "ter medo de reformas nesse ponto". (365)

---

(362) Idem, ibidem, p. 454.
(363) Idem, p. 435.
(364) Idem, p. 435.
(365) Idem, p. 465. Nessa ocasião houve um incidente, entre Torres Homem, então Diretor de Rendas e Conselheiro do Tribunal de Contas, e ele, do qual resultou a demissão do futuro Visconde de Inhomirim, exonerado por Caxias.

No Gabinete de Conciliação, na Pasta da Justiça, Nabuco estreava também. Trouxe ele ao debate duas importantes questões, além de outras: a reforma hipotecária e a do Judiciário. A primeira era de grande premência num país agrícola, em que o proprietário rural não tinha proteção do Governo e nenhuma garantia contra o credor ávido de lucros. Nabuco argumentava que o registro de cartório denunciava a propriedade já hipotecada, não a que "está alienada ou foi depois alienada, a fim de o credor poder exercer sobre ela o direito de seqüela", o registro previne o estelionato (hipoteca de algo já hipotecado), mas não outro estelionato (hipotecar-se propriedade já alienada). (366) A dificuldade na tramitação de um projeto que seria fundamental a uma sociedade agrária, em que o proprietário tinha longas extensões a cultivar, gêneros a produzir, evidencia o interesse pelos problemas da cidade, do comércio e da indústria em detrimento das áreas rurais. Trata-se de "uma nação peculiarmente agrícola e que pode tirar o melhor partido de sua imensa riqueza territorial; cuja propriedade imóvel e rural se acha amortecida e não inspirando a necessária confiança, torna a condição dos proprietários sumamente desvantajosa em relação à de outras classes da sociedade". (367) Este parecer de Teixeira de Freitas sobre a necessidade da reforma parece de absoluta objetividade. Em sua opinião, todavia, far-se-ia necessário reformular o Código Civil para que se tivesse uma lei hipotecária, contra o que discordava Nabuco, acreditando que tal medida atrasaria muito a reforma pleiteada. (368) Discutida na Câmara, remetida ao Senado, ainda demorou vários anos para se tornar lei, o que ocorreu apenas em 1864.

---

(366) NABUCO, J. Um Estadista do Império, tomo I, p. 271.
(367) Idem, p. 269.
(368) Idem, p. 269.

O projeto de Nabuco mostrava uma mentalidade sensível aos problemas de seu tempo, "as largas vistas do homem de Estado que sabe compreender as verdadeiras necessidades do País", como dissera Teixeira de Freitas.

Ainda Nabuco interessou-se particularmente pelo projeto de reforma da lei 3 de dezembro de 1841, a reforma Judiciária que só foi aprovada em 1871. Pleiteou a reforma dos Tribunais do Comércio, que se tornariam de segunda instância. Queria os processos julgados por juízes comerciantes. Alterou depois seu pensamento, quando em função de uma uniformidade judicial requerida, defendeu o julgamento por juízes vitalícios. (369) Levou adiante um projeto de Cotegipe que estipulava dever ser julgado, segundo leis criminais do Império, os crimes cometidos por brasileiros fora do País. Embora o projeto tramitasse pela Câmara, em 1854, não era fácil sua conversão em lei, já que entrava em choque com aspectos do Direito Internacional. (370)

Ainda Nabuco apresentou outra proposta de lei, no sentido de isentar os estrangeiros que estavam no País, de títulos de residência que repetiam informes contidos nos passaportes. Essa simplificação do sistema burocrático foi muito bem vista, inclusive pela diplomacia inglesa. (371) Redigiu ainda, imiscuindo-se em todos os assuntos sobre os quais lhe cabia opinar, como Ministro da Justiça, em projeto de lei ousado para uma época muito limitada, isto é, o que conferia aos casamentos mistos, em que só um dos cônjuges era católico, os mesmos direitos civis dos demais. (372) Se Nabuco parece um homem modernizado, por outro

---

(369) Idem, p. 273.
(370) NABUCO, J., op. cit., vol. I, pp. 268 e seguintes.
(371) Idem, p. 275.
(372) Idem, p. 293.

lado, às vezes, revelou outras facetas, inclusive a autoritária.

Defendeu assim a idéia de uniformidade da Jurisprudência e de que a interpretação de leis cabia ao Supremo Tribunal. Não havendo ainda reformado o Judiciário, e sem haver a tão almejada unidade, Nabuco passou a considerar que o Governo tinha o direito de exercer a Jurisprudência, já que nenhuma Instituição a estava exercendo.

Os Conselheiros de Estado, por manifestação de onze votos contra dois, não aprovaram a proposta, sendo que um deles declarou que se tratava de uma "sublevação de princípios", dar a outro poder o que era competência de um, especificamente. A idéia advogada por Nabuco, bem como a defesa das aposentadorias forçadas que ele fez cumprir, ocasionaram altos protestos da Magistratura.

No exercício do poder, Nabuco, defensor da autonomia da Magistratura, não se inquietou com a idéia de poder ser o magistrado manipulado, enfraquecido, amesquinhado pela força do Executivo. Nem pensou em criar, de imediato, organismos que, consagrando a independência do Judiciário, permitissem que a própria classe realizasse o expurgo dos juízes e desembargadores indesejáveis. No poder, decidiu de cima. Não interessa o julgamento de mérito, mas no mínimo, a medida foi autoritária. Aliás, o filho, apaixonado biógrafo, que freqüentemente comentou antagonismos entre atitudes do pai e o Sistema, destacando esse comportamento, observa que Nabuco foi "um dos fundadores da onipotência do Governo, convertida em última instância dos poderes públicos". (373)

---

(373) NABUCO J., op. cit., tomo I, pp. 313 e seguintes.

Igual sentido autoritário aparece quando firmou a superioridade hierárquica dentro da Igreja, instituindo a impossibilidade de recursos, suspensões ou interdições impostas pelos Bispos extrajudicialmente aos clérigos com intuito de emenda e correção. Embora houvesse certo descalabro moral nas Ordens Religiosas e a medida decretada visasse a corrigir tais males, a lei apoiava intenção de alguns Bispos, revestindo-se de caráter autocrático.

No Gabinete Caxias, destacou-se pela política financeira, Torres Homem diametralmente oposto aos planos financeiros de Sousa Franco. Contra a idéia emissionista em larga escala, queria controle do meio circulante, valorizando como garantia apenas as reservas metálicas. (374) O projeto do Governo baseava-se na lei de 5 de julho de 1853 sobre os prazos a serem dados aos Bancos de emissão para realizarem, em ouro, as trocas de suas notas e a competência do Legislativo sobre o assunto. A posição financeira de Torres Homem era mais radical, do que a de seus colegas, como Saraiva, por exemplo, mais aberto e que o criticou pela visão pessimista que apresentava ao País, agindo como um "economista teórico" e sem ver de forma prática, males que poderiam ser solucionados. (375)

Na década de cinqüenta, as lideranças que galgaram o Executivo familiarizaram-se com as pastas, pensaram nos problemas rotineiros e pretenderam também fazer algumas planejadas reformas. Pouco conseguiram, entretanto. Houve uma contemporização delas, mesmo das fundamentais, como a hipotecária.

---

(374) ASI, Ata de 06 de julho de 1859, p. 39.
(375) ASI, Ata de 07 de julho de 1859, p. 52.

Os anos cinqüenta, anos da Conciliação e de gabinetes conservadores tinham sido de problemas econômicos e financeiros, de dificuldades agrícolas, de forma que, ao terminar-se a década, havia uma dissidência grave processando-se e fortalecendo-se no seio do próprio partido. Os "conservadores puros, a "oligarquia vermelha", os "vermelhos" ou os "emperrados", termo tão a gosto de Zacarias, tinham através de governos fracos, acumulado problemas que se agigantavam na alvorada dos anos sessenta.

Em 1860, após entusiástica campanha popular, foi Teófilo Otoni eleito deputado. Aliás, toda a chapa liberal foi vitoriosa. Esse êxito do partido, tanto tempo afastado do poder, foi visto por seus adeptos como uma ressurreição. (376)

Junto aos liberais, notavam-se alguns baianos de destaque, os da velha guarda conservadora: Saraiva, Zacarias, agora deputados, Nabuco e Sinimbu já no Senado etc. Ao novo grupo assim constituído, denominou-se Liga. (377)

Em 1862, usando das suas atribuições constitucionais, D. Pedro chamou ao Poder, Zacarias de Goes, como representante mais importante na Câmara, da nova linha política, Liga ou Progressismo, segundo a denominação de Saraiva. (378) Da primeira ascensão de Zacarias já se fez referência. A Liga não teve condições de permanecer, sendo logo substituída. Novamente Zacarias foi chamado, em 1864, após o "Gabinete dos Velhos". O êxito do do Progressismo pode ser interpretado como uma desilusão com os partidos tradicionais, com a sua falta de direção política.

---

(376) NABUCO, J., op. cit., tomo II, p. 74.
(377) Idem, pp. 78 e seguintes.
(378) ACD, Ata de 27 de maio de 1862, p. 84.

Um exemplo desta idéia encontra-se no pronunciamento do deputado Raiol: "Presto o meu fraco apoio ao Gabinete (Zacarias), porque considero-o expressão da opinião pública manifestada nas urnas do último pleito eleitoral. Adoto a nova situação política do Império porque considero-a como a condenação de um passado de que nada mais havia a esperar e como a garantia de um futuro no qual o País confia e deve tudo esperar. Cansado das opiniões estéreis dos partidos, a opinião pública confraternizou os liberais com os conservadores moderados e formou deles um novo partido que hoje milita sob a bandeira do progresso". (379)

Faoro observa que o Progressismo foi uma Conciliação ao contrário, (380) ela mais perto dos conservadores do que dos liberais; ele mais próximo dos luzias do que dos saquaremas, ambos, Conciliação e Liga, tentaram combater as posições radicais.

Zacarias galgava o poder em circunstâncias bem mais favoráveis do que da primeira vez. Tinha a seu favor uma Câmara eminentemente liberal, com apenas seis vozes conservadoras. (381) Desde o início, porém, ficou clara a falta de unidade: "não foi possível o acordo de idéias". (382) Só aparentemente havia o que dissera Zacarias, em seu primeiro pronunciamento, "o concurso de uma só opinião e de um só partido". (383)

Saraiva, em brilhante apologia do liberalismo, que segundo ele, estava vivo no Gabinete Zacarias, defendia uma política em que se colocasse "o poder Judiciário, abrigo do povo contra o povo e do governo contra os excessos do povo em sua altura

---

(379) ACD, Ata de 21 de março de 1864, p. 233.
(380) FAORO, R., op. cit., p. 231.
(381) ACD, Ata de 10 de março de 1864, p. 119 - Discurso de Ribeiro da Luz.
(382) ACD, Ata de 01 de abril de 1864, p.122 - Discurso de Costa Pinto.
(383) ACD, Ata de 18 de janeiro de 1864, p. 304.

constitucional, tirando-se à lei de 3 de dezembro toda a feição partidária; em que desaparecesse de uma vez o antagonismo entre a Nação e o Poder Executivo; em que se fizesse a nação gozar de liberdade plena na indústria e no comércio, em que se desenvolvesse plenamente o município, em que se desse liberdade aos representantes provinciais e se favorecesse o aparecimento de um corpo eleitoral ilustrado e independente. (384) Comentando essas palavras de Saraiva, diz Tito Franco: "era o Império do verdadeiro liberalismo". Como se poderia exigir mais do Progressismo?". (385)

Logo se começou a sentir nas discussões dos projetos, nos debates calorosos ou simplesmente nas interpelações do dia-a-dia parlamentar, que a pretensa unidade do Progressismo era uma ilusão, pois mantinham-se velhas discrepâncias entre os atuais liberais que haviam abandonado as fileiras conservadoras e os velhos liberais do antigo partido luzia, agora chamados liberais históricos. Aliás, já observa Buarque de Holanda, não passou despercebido a muitos o fato de Zacarias ter colocado nesse Gabinete apenas dois políticos da velha corrente liberal, sendo os demais liberais, como ele, dissidentes do partido conservador. (386) Sintetizando as opiniões e as posições da Câmara frente ao novo Gabinete, o deputado Burlamaqui mostrou haver grande diferença na forma como liberais e conservadores viam o novo partido progressista.

---

(384) Discurso de Saraiva in "Perfis Parlamentares", op. cit., vol. IV, 28 de janeiro de 1864, p. 282.

(385) ALMEIDA, Tito Franco de. O Conselheiro José Furtado, p. 468.

(386) IGLESIAS, Francisco in HOLANDA, Sérgio Buarque de, História da Civilização Brasileira, tomo II, vol. III, p. 94.

Começaram graves críticas à "inércia do governo", que ele chama de "moderação". Eram atacadas as demissões políticas nas províncias, as aposentadorias de magistrados, as instituições demasiado centralizadoras, mas, acima de tudo, a deplorável situação financeira do Império.

Nos anos sessenta, Zacarias foi conduzido ao poder algumas vezes, em 62, 64 e em 66, que foi o período de seu mais longo e mais importante Gabinete, quando ele encontrou oposição violenta dos liberais históricos, a qual foi, segundo Nabuco, "das mais renhidas, mas mais vivas e mais cheias de ódio e rancor pessoal em toda a nossa história política". (387)

Após a reorganização da Câmara dos Deputados, a oposição intransigente manifestou-se no Senado, tendo como adversários os antigos aliados de 1862 e 1864, como Otoni, São Lourenço, D. Manoel etc. Já se fez referência aos anos sessenta como difíceis, devido à guerra e aos grandes problemas internos. O País ressentia-se dela, dos pesados sacrifícios que recaíam sobre a população, do recrutamento, dos prejuízos da lavoura. (388)

A década não teve condições de prosseguir projetos reformistas. O grande problema do período foi o político — externa e internamente.

Os desastres externos prejudicavam, então, a imagem do Governo. Em agosto de 1867, o País chocou-se com a retirada da Laguna, um dos episódios mais tristes e cruéis da luta. (389) A derrota de Corupaity levou o Senador Furtado a atacar os "desmandos" do Ministério. (390) Pompeu criticava o Tratado da Trí-

---

(387) NABUCO, J., op. cit., vol. III, p. 3.
(388) ASI, Ata de 10 de junho de 1867, p.33.
(389) ASI, Ata de 05 de agosto de 1867, p. 29 (discurso de Silveira da Mota) e 06 de agosto de 1867, pp. 33 e seguintes (discurso de Paranaguá - Ministro de Guerra).
(390) ASI, Ata de 24 de agosto de 1867, p. 196 (discurso de Furtado.

plice Aliança e o comando de Mitre; enfim, o Governo era responsabilizado pelas derrotas.

Ainda Cotegipe enfrequecia a autoridade moral do Presidente de Conselho, referindo-se ao problema dos escravos libertos em função da guerra, a fim de lutarem no Paraguai, cujos proprietários, em troca, recebiam comendas. (391) Zacarias procurava justificar tal medida como necessidade do momento, mas acrescentava: "Vossa Excelência sabe se não é com a maior repugnância que o governo usa esse recurso". (392)

Cotegipe denunciava também o contrabando, Silveira da Motta confirmava os gastos exagerados que o Governo despendia com as tropas, sem especial proveito para os soldados. Medicamentos comprados em excesso, apodrecendo nos depósitos de Corrientes; carne que se estragava, pois era em maior quantidade do que o necessário ao consumo, compras desnecessárias, sapatos de criança que chegavam até às tropas, além de descaminho de gêneros, rolhas em lugar de remédios etc. Ao dizer que o Governo, deles não tomava conhecimento porque o "protetor ou protegido á progressista", tal declaração atingia profundamente o Gabinete, embora sempre fosse lembrado, inclusive pela oposição, a incorruptibilidade de Zacarias. (393)

A crise financeira foi assunto de prolongados debates. O País precisou de capitais estrangeiros em decorrência da guerra, da seca do Nordeste. Em 1864, houve a famosa quebra da

---

(391) ASI, Ata de 22 de junho de 1867, p. 117.
(392) ASI, Ata de 22 de junho de 1867, p. 10 (discurso de Zacarias em apêndice).
(393) Sobre o contrabando nos referimos numa comunicação. A guerra do Paraguai e a Política interna sob o Gabinete Zacarias (1866-1868), pp. 116 em diante.

Alves Souto & Cia., que se rivalizava com o Banco do Brasil pela guarda de economias populares. (394) O Governo recorreu a uma grande emissão, inclusive porque o processo desinflacionário fora muito contraproducente. Zacarias procurou mostrar, contrariamente à política dos governos em geral, que o deficit que se pensava alto, todavia, era de fato muito maior do que se poderia supor. O Chefe do Gabinete não sendo um financista, tinha que preparar-se sempre para responder aos parlamentares na Câmara e Senado.

O Governo foi atacado com maior intensidade, à medida que se acentuava a cisão entre liberais históricos e o grupo progressista, sendo responsabilizado pelas desordens provinciais, pelo recrutamento e pela ação da Guarda Nacional. (395)

A preocupação com a guerra e com a crise interna teria desviado, quase que toda a década, da cogitação de projetos reformistas. O Imperador, porém, percebendo o quanto o problema do negro era importante de ser solucionado fora e dentro do País, pressionou Zacarias a que colocasse o assunto da abolição na Fala do Trono. Nesse caos, censurava Cotegipe: "ainda há quem pense em emancipação". (396) Assim, em abril de 1867, o Presidente do Conselho confiava a Nabuco a redação de um projeto, oferecendo como subsídios os projetos anteriores de São Vicente. (397) Pela correspondência trocada com Nabuco, percebe-se que Zacarias tinha pressa do projeto. A simples referência à proposta provocou um clamor geral, principalmente daqueles ligados a propriedades rurais. Cotegipe queixou-se de que Zacarias podia apresen

---

(394) FAORO, Raimundo, op. cit., p. 219.
(395) ASI, Ata de 25 de junho de 1867, p. 136 (discursos de Cotegipe e de Otoni).
(396) ASI, Ata de 22 de junho de 1867, p. 117.
(397) NABUCO, Joaquim, op. cit., vol. III, p. 65.

tar e defender um projeto que não lhe afetava por não ser senhor de escravos. (398) A oposição foi tão feroz que José Maria dos Santos acreditou que foi a causa primordial da queda do Gabinete liberal em 1868. Teria ocorrido uma propaganda anti-abolicionista feita, na Imprensa, pelos representantes das classes produtoras, que exploravam a fraqueza do Gabinete e as desinteligências entre Zacarias e Caxias. (399)

De qualquer forma, porém, nesse período de instabilidade, foi talvez a única grande proposta a ser pelo menos arquitetada e, evidentemente, não tinha condições de ser levada adiante.

Nessa década difícil, estivera Sinimbu no Executivo, no Gabinete Olinda, como Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e depois da Justiça. No seu primeiro cargo teve que se haver com a Inglaterra, em função da prisão de marinheiros que eram oficiais ingleses. O caso levou a um conflito diplomático com a tradicional amiga de Portugal e do Brasil. A indignação popular diante da hostilidade inglesa, no Rio, foi tal que Sinimbu, como Ministro, viu-se na contingência de falar ao povo revoltado. Conseguiu explicar moderadamente o incidente, acalmado a população. (400)

Na Pasta da Justiça puniu o Ministro do Supremo Tribunal e três desembargadores da Relação da Bahia, aposentando-os. (401)

Nessa ocasião, tinha a Magistratura brasileira sido apontada por Lord Russel, no Parlamento inglês, como a mais corrompida do mundo. No País, as punições tiveram, porém, violenta

---

(398) ASI, Ata de 25 de junho de 1867, p. 142.
(399) SANTOS, José Maria. A Política Geral do Brasil, pp. 101 e seguintes.
(400) COSTA, Craveiro, op. cit., pp. 175, 176 etc.
(401) Idem, p. 179.

repercussão nas Câmaras e na imprensa, onde sofreram severas críticas. Os magistrados do Parlamento sentiam-se atingidos. D. Manoel pronunciou discurso na Câmara, censurando a atuação do Ministro. Sinimbu justificou-se explicando atos semelhantes de autores diferentes, em momentos também diferentes: 1833, 1842, 1856, o último, de Nabuco que, aliás, deu total apoio ao Ministro da Justiça, mostrando não haver, pela Constituição, proibição de aposentadoria e justificando a possibilidade de o Senado, atuando como um corpo político, legislativo e judiciário, agir como juiz. (402) A Câmara, que também tinha competência para o caso, pediu que uma Comissão estudasse o problema das aposentadorias e o parecer foi favorável ao Ministro.

Também foram ministros, Afonso Celso e Nabuco. O primeiro foi, talvez, o mais jovem ministro do Império, tinha trinta anos. Ocupando a Pasta da Marinha, procurou conhecer o que seus antecessores haviam feito, deu prosseguimento a essas tarefas e destacou-se, defendendo e estimulando a passagem de Humaitá, estabelecendo plano estratégico, combinando com o Vice-Almirante esse passo importante da guerra. (403)

A atuação do Executivo, no sentido de projetos e reformas, passou a ter maior significação na década de 1870, após o término do conflito no Prata. Correspondeu ao período de dominação conservadora, o qual se estendeu até 1878 e foi este partido que se incumbiu das tão esperadas reformas liberais.

Em 1869, o Gabinete Itaborahy era integrado pelos ministros: Rio Branco e Cotegipe; o segundo em substituição ao pri

---

(402) Idem, p. 184.
(403) Carta de Afonso Celso ao Almirante José Joaquim Inácio em Vieira, Hermes, Ouro Preto, o homem e a época, pp. 133 e seguintes.

meiro, ambos na Pasta dos Estrangeiros, tendo estado Cotegipe também na da Marinha. (404)

Ele, que após certo afastamento da política, a ela retornara a partir do terceiro Gabinete Zacarias, dedicava-se então à vida pública com a garra de um principiante. Em sua escalada chegaria ao topo do Executivo, à Presidência de Conselho.

Cotegipe substituiu Rio Branco de 10 de fevereiro de 1869 a 30 de agosto de 1870, e este último só foi Ministro por poucos meses, num período correspondente ao final da guerra. Afastou-se do Ministério, ao ser enviado ao Prata, como Ministro Plenipotenciário. (405) Era, acima de tudo, o homem das Relações Diplomáticas e Internacionais. De lá estimulou a luta nas Cordilheiras e assinou, a 20 de junho de 1870, o Tratado preliminar de paz, feito com o enviado argentino. (406) Retornando ao Brasil, foi ministro por alguns dias, pois a partir de 29 de setembro de 1870 já ascendia o novo Gabinete conservador sob o comando de uma figura de grande expressão no partido, o Marquês de São Vicente.

Os liberais unidos faziam severa oposição aos Gabinetes conservadores, atacando-os pelos mesmos procedimentos, pelas idênticas falhas que haviam cometido enquanto estiveram no poder. O programa do Partido Liberal, em 1869, foi bafejado por um espírito reformista já bem delineado no própria manifesto desse ano: Reforma ou Revolução, no qual os signatários do documento, entre os quais Nabuco, optaram resolutamente pela primeira alternativa.

---

(404) Organizações e Programas Ministeriais, p. 158.
(405) RIO BRANCO, Barão. O Visconde do Rio Branco, p. 187.
(406) Idem, p. 192.

Nesta época, a Pasta da Fazenda novamente coube a Torres Homem. (407) Os políticos especializavam-se em alguns setores, nos quais se sentiam melhores e mais afins.

Coube ao Gabinete Rio Branco, o mais longo do Império a discussão e a aprovação de projetos como a do Judiciário, o da libertação dos filhos da mulher escrava, do recrutamento, da Guarda Nacional, da promoção da Armada, todos já mencionados ao se analisar o Senado, todavia, considerados sob o ângulo do Gabinete, pode-se enfatizar que eles não foram senão projetos tímidos dos grandes e teóricos planos do Liberalismo. O partido conservador, propondo-os, atenuou-lhes o rigor e eles foram nos vários setores, Judiciário, Recrutamento etc, feitos não no interesse da Sociedade, mas do Estado Centralizador. A lei que concedia liberdade aos nascituros, podendo, pois, estar mais de acordo com o interesse social, protegia a posição do Governo favorável a não concessão de reformas drásticas e permutava, como já se disse, a indenização ao proprietário pela troca de serviço do escravo até que este alcançasse a Maioridade.

Do mesmo teor foi a reforma de Cotegipe, no que concerne à lei eleitoral, denominada "representação das minorias", em 1875. Cotegipe, embora fosse um batalhador pela reforma eleitoral, pela eleição direta, verificou nessa ocasião a impossibilidade de conduzi-la nesse sentido. Daí ter sido tão violentamente criticado pelos liberais, mas o problema é que, ao assumir o poder, mesmo os que tinham arquitetado projetos amplos, percebiam as dificuldades no contexto sócio-econômico da época em estabelecer reformas radicais. Elas se tornaram, pois, atenuadas sob os conservadores e da mesma forma sob a égide liberal.

---

(407) Organizações e Programas Ministeriais, p. 158.

A eleição direta foi por isso protelada, sendo discutida no Gabinete Sinimbu, mas só aprovada no Ministério seguinte, com Saraiva. Sinimbu tentou conseguir a reforma por lei ordinária. Organizou-se, assim, o que se chamou a "constituinte constituída", que todavia não teve sucesso, inclusive, devido a grande oposição do Senado. O Gabinete foi impopularizado por causas várias, como por exemplo, a estrondosa falência do Banco do Brasil, que envolveu o nome do Presidente do Conselho que fora o ex-Presidente do Banco. (408) Apesar dos ataques a Sinimbu, ficou notoriamente comprovada a hororabilidade do Ministro, porém, esta já não tinha muitas condições de se manter no poder.

A eleição direta foi conseguida no Gabinete Saraiva, aliás, foi a única importante reforma liberal que os luzias realizaram no poder, todavia, não se apresentou mais ampla que as demais. Ela atendia aos interesses de uma população relativamen alta de comerciantes - 18% do eleitorado -, de uma porcentagem ainda maior do funcionalismo que era "a profissão e a vocação de todos os brasileiros" e de outros profissionais independentes. Mas mesmo entre esses últimos: advogados, médicos, engenheiros, clérigos, capitalistas havia os que dependiam, em grande parte, de ajudas do Governo, havendo, pois, um interesse recíproco em que "os eleitores de que os Governos necessitavam ou deveriam necessitar, se recrutavam de preferência entre aqueles que por

---

(408) Repete-se aqui o que acontecera a Cotegipe, enquanto Presidente do Conselho, quando fora acusado de ligações com elementos da Alfândega e co-responsável pelo contrabando de vultosa partida de "popelines". Nessa ocasião, mesmo os denunciadores do fato, não puseram em dúvida a probidade do ministro e Cotegipe conseguiu não ser maculado por ela, transformando o problema em questão de confiança ao Gabinete.

sua vez necessitavam dos governos e aos governos recorriam". (409) A proposta era de voto direto, mas restrito, censitário. Excluíam-se as classes operárias, sem reconhecer, como observava o naturalista Herbert Smith, nos trabalhadores humildes um importante fator de progresso. O que se visava, diz Buarque de Holanda, não era uma seleção dos políticos por meio de uma aristocratização do eleitorado, mas sim o governo de uma minoria sobre um grande número de brasileiros. (410) Seu insucesso pôde ser observado pelas queixas logo surgidas e pela necessidade de corretivo que apresentou. Surgiu após um longo período de preparo porque o Gabinete anterior lutou com dificuldades para sua aprovação, já que cisões graves havia entre os liberais. Esse foi o grande problema dos luzias. Mais facilmente ainda que os conservadores, eles se dividiam em grupos de oposição e dificultavam, dessa forma, a aprovação de seus projetos.

Geralmente, os liberais, no poder não conseguiam realizar as reformas, e, quando o fizeram, também elas tiveram cunho modesto, já mencionado, daí a perfeita exatidão do dito: "nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder".

Os anos oitenta viram o agravamento das condições sócio-econômicas do Império, as instituições mostravam dia-a-dia a sua inadequação à nova realidade. A Monarquia caminhava para o fim, embora geralmente os políticos não se dessem conta, exceto alguns entre os quais Cotegipe por sua visão muito precisa dos problemas nacionais.

---

(409) HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. 225.
(410) Idem, ibidem.

Na Presidência de Conselho, teve ele que enfrentar a chamada questão militar que tantas dificuldades trouxe ao Império, mesmo antes de levá-lo ao final.

O projeto de lei dos sexagenários, iniciado em Gabinetes liberais, foi então aprovado; era mais uma reforma abolicionista, mas de fato quase inócua, devido à regulamentação da idade, sessenta anos, ser muito alta para que se pudesse englobar número representativo de escravos.

Cotegipe não quis prestar seu apoio à abolição geral dos escravos, convencido como estava de que essa medida fatalmente provocaria o final do Império. (411)

No Ministério seguinte, de João Alfredo, foi grande a colaboração de Antônio Prado, daí já se ter dito que o Gabinete passou a ser chamado João Alfredo-Prado que a todo custo procurou incentivar a imigração, pretendendo com ela melhorar as condições da lavoura. Queria a concessão de privilégios aos estrangeiros que se resolvessem dirigir às províncias que não São Paulo. Poder-se-ia favorecer esse interesse, criando melhores meios de comunicação, especialmente estradas de ferro. A descentralização surgiria com os melhoramentos econômicos e financeiros. Manifestava-se Antônio Prado contra medidas coercitivas, como a dos "burgos agrícolas", que se formavam de terras compradas a particulares pelo mesmo preço, divididas e depois vendidas a imigrantes, obrigando-os, por contrato, a nelas se instalarem, produzindo determinados gêneros. Este sistema, já existente no País havia uma década, parecia-lhe menos interessante

---

(411) Era-lhe muito difícil sua situação à testa do Executivo. Em sua correspondência particular há um informe de que a Princesa Isabel no seu afã de defender a abolição, vinha até abrigando no próprio palácio escravos fugidos, acobertados pelo manto da então Regente do Império.

do que o incentivo à imigração. (412)

Nesse período foi assinada a Lei Áurea, que contrariamente às demais reformas criou um clímax não por ser altamente radical, mas porque havia muito manifestava-se um desentendimento entre os interesses da lavoura e o Governo, sendo que os proprietários sentiam-se desprotegidos e prejudicados diante dos comerciantes que vinham, no Segundo Reinado, usufruíndo de uma série de privilégios especiais.

A adesão do partido conservador à causa abolicionista acentuara a separação da lavoura com o Império. Nabuco escrevendo a Sinimbu, em 1871, quando da cisão dos conservadores em função das reformas de Rio Branco, deixara transparecer sua preocupação: "tenho medo que não haja alternativa se não entre conservadores e republicanos ou que a ascensão liberal seja uma transição para os republicanos". (413) Ao que Saraiva respondeu: "não desanime, porque se V. Excia. e os homens de sua têmpera desanimarem, o partido liberal desmantela-se e teremos o republicanismo em frente ao partido conservador só". (414) A fragilidade a que chegara o partido conservador, atingido pelo seu envolvimento com a Abolição, levou Joaquim Nabuco a declarar, certamente com exagero, que a "história da queda da Monarquia não é se não a história da cisão conservadora de 1871, como será também em outro sentido o remate da agitação liberal de 1868". (415) Para alguns líderes, pois, era bem patente, além do enfraquecimento das instituições, a descrença nos velhos partidos da Monarquia: o conservador rompendo com os interesses agrários e o liberal dividido internamente, como uma ala avançada já aderindo à República.

---

(412) ASI, Ata de 01 de outubro de 1880, p. 292.
(413) NABUCO, J., op. cit., tomo III, p. 253.
(414) Idem, p. 255.
(415) Idem, p. 221.

O País atravessava uma crise financeira, resultado de problemas econômicos não solucionados, por vários anos; processava-se a substituição da mão-de-obra escrava, havia agitações no exército, instabilidade social, propaganda republicana e foi, nessas condições, que ocupou o Poder, o Presidente do 36º Gabinete, aliás o último do Império, Ouro Preto. Expondo seu plano de Governo, procurou mostrar que a Monarquia podia admitir e consagrar princípios novos, com suficiente elasticidade para produzir reformas: pleiteava alargamento do direito de voto, plena autonomia de municípios e províncias, liberdade de culto, temporariedade do Senado, mudanças no Conselho de Estado, de forma a ser apenas órgão administrativo e não político. Sugeria medidas econômicas para sanar o descalabro financeiro, estabelecimento de crédito, conversão da dívida externa, amortização do papel-moeda, equilíbrio da receita pública etc. Não havia terminado sua explanação e já fora interrompido com o brado: "É o começo da República". Categoricamente, Ouro Preto repeliu-o querendo mostrar que era a "inutilização da República". Sob a Monarquia representativa, o País tinha garantida segurança e liberdade. Teve que responder a contínuos apartes, inclusive à acusação de que o Gabinete se compunha de áulicos. Descreveu o perfil de seus auxiliares e, resolutamente, inquiriu a Câmara: "Quem é o áulico?". Será acaso o Presidente do Conselho?". ((416) Havia certo orgulho nas pinceladas rápidas com que esboçou o seu próprio retrato. Pressionado por uma Câmara hostil, explicou ao Imperador e ao Conselho de Estado reunido a gravidade do momento nacional e, assim, os motivos pelos quais não pedia a demissão do Gabinete e sim a dissolução da Câmara, a qual foi concedida. Na sessão

---

(416) PORTO, José da Costa. Afonso Celso. Perfis Parlamentares nº 5, p. 434.

histórica em que se teve a última dissolução da Câmara, aprovada pelo Conselho de Estado, votou, entre outros, e nesse mesmo sentido, o conselheiro Sinimbu. (417)

O Governo preocupava-se com a administração, com um sentido de modernidade que procurava impingir a diferentes projetos aprovados. Parecia poder vencer. Mas quando Ouro Preto promoveu a reorganização da Guarda Nacional, o exército reagiu contrariamente. A imprensa conservadora explorou a situação, afirmando que as forças armadas se incompatibilizavam com o Gabinete e de fato, assim era. Os republicanos aproveitaram a brecha surgida. O Gabinete, alheio à gravidade da situação, administrava rotineiramente. Afonso Celso posteriormente, declarou que lhe faltou, bem como a todo o Ministério, uma visão mais objetiva e realista do momento histórico: "jamais pensei que tais manejos pudessem surtir efeito, calando no ânimo da maioria dos oficiais do Exército e menos da Marinha tão correta e circunspecta até então, no desempenho de seus árduos deveres". (418)

Não se vai historiar os acontecimentos que levaram ao golpe de 15 de novembro. No entanto, os informes existentes mostram todos que a deflagração do movimento republicano colheu inteiramente de surpresa os homens que ocupavam, então, o Gabinete.

Afonso Celso, após o ferimento do Barão de Ladário, seu ministro da Marinha, quando percebeu que as tropas não reagiriam contra as fileiras rebeldes, porque "agora são todos brasileiros", pediu exoneração do Gabinete. O Imperador, ouvido Ouro Preto, pensou em chamar Silveira Martins para compor novo Minis

---

(417) ACE, Ata de 15 de junho de 1889, p. 248.
(418) VIEIRA, Hermes. Ouro Preto, o homem e a época, p. 363.

tério. Mas o Exército e o grupo republicano tinham feito um pacto. Ouro Preto, preso, soube, estupefacto, da deportação do Imperador. Era o fim. A Monarquia, sob suas mãos não conseguiu deter o golpe republicano. A seguir partiu exilado, para a Europa, o último representante do mais alto cargo Executivo do Império. Voltaria a atuar, mas só alguns anos depois. Faleceu na República Velha, em 1912. (419)

Com o final do Império, as lideranças tomaram as posições que a sua postura intelectual e sentimental permitia. Em 1889, morria Cotegipe, sem presenciar o que previra, o golpe republicano. Sinimbu, já velho e cansado, retirou-se, quase num exílio nostálgico, ao seu velho engenho, onde faleceu em 1906. (420)

Antônio da Silva Prado foi também um homem da República, na qual viveu até 1929 e na qual teve importante atuação. E Saraiva, cuja existência foi até 1895, um dos políticos mais próximos do Imperador, disse, logo após o 15 de novembro: "A República é um fato consumado. Devemos adotá-la e servi-la lealmente". (421) Sua rápida virada era um traço de seu caráter: objetividade, realismo, ausência de "sentimentalismo e paixão". Os homens seguiam suas tendências, seus ideais, suas ambições. Para alguns, a escalada política já terminara, ceifados pela morte. Para outros, o final do Império era também o fim de suas vidas políticas. Outros ainda avançariam pela República adentro, aderindo e prestando serviços especiais ao novo Regime. Saraiva, Afonso Celso, Antônio Prado teriam também sua trajetória republicana.

---

(419) VIEIRA, Hermes, op. cit., p. 441.
(420) COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu, p. 352.
(421) CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. O Senado nos anos finais do Império, p. 198.

c) O Moderador - Conselho de Estado

A partir da década de sessenta, as lideranças consideradas passaram a compor o Conselho de Estado. Em 1866, nela ingressavam: Torres Homem, Rio Branco e Nabuco; em 1880, Saraiva, em 1882, Sinimbu e Ouro Preto e finalmente em 1883, Cotegipe. Constituíam tais vultos a mais alta hierarquia da política nacional. Tinham todos galgado elevados cargos na administração, no Judiciário, no Executivo e Legislativo. Como Conselheiros de Estado vitalícios assessoravam agora de perto a Coroa. Era o pináculo da glória.

Instituição criada pela Carta Constitucional de 1824, compunha-se o Conselho de Estado de conselheiros vitalícios, nomeados pelo Imperador, com exigências iguais às estabelecidas para atuação no Senado. Órgão consultivo era chamado a opinar nos momentos em que o Imperador se propunha a exercer a função específica do Poder Moderador. (422).

Suprimido pelo Ato Adicional, foi restaurado pela lei de 23 de novembro de 1841, com atribuições mais precisas. Constituía-se o novo Conselho de doze membros ordinários e doze extraordinários, - servindo os segundos no impedimento dos primeiros -, além de ministros de Estado e Presidente do Conselho. Continuava a ser instituição vitalícia e os Conselheiros permaneciam responsáveis pelos pareceres apresentados ao Imperador, devendo em caso de processo ser julgados pelo Senado. Deles se exigiam os mesmos requisitos necessários aos candidatos ao Senado.

---

(422) Constituição de 25 de março de 1824 in Constituições do Brasil, cap. VII Do Conselho de Estado, p. 31.

A audiência do Conselho de Estado era indicada em todas as questões graves: declarações de guerra, acordos de paz, relações diplomáticas, questões de presas e indenizações, conflitos de jurisdição entre autoridade administrativa e judiciária, abusos de autoridades eclesiásticas, decretos, regulamentos, instruções, execuções de leis e propostas que o Executivo tinha que apresentar à Assembléia Geral. (423)

Tinha a instituição uma função dupla: política e administrativa que parece ter sido sui generis no conjunto geral das instituições similares de outros países. (424) Por outro lado, como órgão jurisdicional, exerceu funções de um contencioso administrativo, semelhantes a um tribunal.

Ao ser criado, visava a dar uma proteção, um auxílio ao jovem monarca; daí ter-se dito, que ele foi um antemural do Poder Moderador, anteparo de Pedro II, já que resguardava sua responsabilidade. Realmente o Conselho foi, muitas vezes, consultado pelo Imperador, quando da necessidade de esclarecer-se sobre um assunto e de ouvir a opinião competente de seus membros, homens sempre tarimbados no exercício de funções políticas. O respeito, a consideração que o Monarca testemunhou pelo Colegiado pode ser observado nas anotações das atas, quando D. Pedro resumiu o pensamento dos Conselheiros em seus diversos pronunciamentos e no que considerou de maior relevância. O Museu Imperial tem o arquivo dessas anotações manuais.

A leitura geral das Atas do Conselho de Estado pleno permite verificar-se a grande heterogeneidade das opiniões e,

---

(423) Lei nº 234, de 23 de novembro de 1841 in Constituições do Brasil, p. 87.

(424) ESPOSEL, José Pedro Pinto. O Conselho de Estado no Segundo Reinado, p. 53 e NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, vol. III, p. 474.

qualquer que fosse a decisão imperial, ela estaria sempre resguardada com o pensamento de um Conselheiro.

Políticos já experimentados, com participação no Senado, Câmara vitalícia que lhes permitia agir sem necessidade de agradar a um eventual eleitorado, agora atuando em outro colegiado também vitalício, esses líderes podiam ter certa independência de espírito e de atitude. E de fato esforçaram-se por estar à altura da missão que lhes era confiada.

Nabuco sustentou diante do Conselho de Estado, portanto frente ao Imperador, o princípio que já defendera no Senado - "o rei reina, mas não governa", (425) que não era fácil de ser advogado nessas circunstâncias. Houve, também, uma sessão do Conselho de Estado em que se analisou a solicitação do Governo republicano uruguaio, a qual pedia anistia geral aos cidadãos orientais acusados de crime político contra o Brasil. Nabuco, após profunda reflexão, manifestou-se pró-anistia plena, (426) Rio Branco aprovou-a, mas sugeriu alguma cautela (427) e Torres Homem manifestou-se contra. Acreditava que enquanto ocorresse a guerra do Paraguai, ela seria prejudicial aos aliados. (428) Só se devia aceitá-la após o término do conflito.

A abertura do Amazonas à navegação e ao comércio provocou também opiniões divergentes; Nabuco repetiu a posição que tinha, quando Ministro do Gabinete 12 de Maio, considerando que como nação civilizada, devia o Brasil aderir aos princípios liberais do Congresso de Viena (1815), quanto à navegação fluvial. Ainda, Nabuco sustentava que não podia o País querer a navegação de rios do complexo platino se não permitia a navegação de

---

(425) NABUCO, J., op. cit., tomo III, p. 127.
(426) ACE, Ata de 12 de novembro de 1866, vol. VI, p. 105.
(427) Idem, p. 106.
(428) Idem, p. 111.

seu maior rio nacional. (429) Rio Branco, embora considerasse importante a medida, inclusive para que diminuisse a prevenção "hispano-americana contra nós", acreditava que não devia ela ser imediata, necessitando antes solucionar a questão de limites com a Bolívia, Nova Granada e Equador. A franquia do comércio e navegação exigia ainda, a ser ver, "constante vigilância". (430) Notam-se aqui casos em que a opinião dos conselheiros foi totalmente discrepante.

Geralmente, o Imperador parece ter acolhido a reflexão ponderada da maioria. O Conselho de Estado representava a inteligência do País e, certamente, as argumentações dessa alta Corte do saber e da cultura, inclusive jurídica, pesou fortemente nas discussões do Poder Moderador. Realmente a força do Conselho de Estado estava nessa influência.

O Conselho estava, porém, intimamente relacionado com o centro de decisões do Império e não só a própria pessoa do Monarca. Seus membros constituíam, no setor político, a mais alta hierarquia burocrática do Segundo Reinado. As várias seções de Negócios do Império, Justiça e Negócios Estrangeiros, Fazenda, Marinha e Guerra reuniam-se separadamente ou, conforme os assuntos em pauta, em conjunto, duas ou três delas. Cada uma fazia-se presidir pelo Ministro da pasta correspondente. No caso de reuniões conjuntas, presidia o ministro da pasta, cujo assunto estava em discussão. Nessas sessões sugeriam-se propostas, preparavam-se projetos nas várias áreas, tendo portanto, o Conselho uma atuação muito próxima a do Executivo e suas proposições. Com o apoio do Gabinete eram por este encaminhadas à Assembléia

---

(429) ACE, Ata de 03 de dezembro de 1866, vol. VI, p. 136.
(430) Idem, p. 143.

Geral. É preciso não esquecer que a grande maioria dos projetos discutidos no Parlamento eram da autoria do Executivo. Assim, por exemplo, só no tocante à Abolição foram consultados os conselheiros sobre a eventual utilização de escravos alforriados para participar da Guerra do Paraguai, ((431) as condições em que deveria ocorrer a emancipação geral dos escravos (432) e os meios a serem propostos para a libertação do filho da mulher escrava, (433) sendo a partir dos pareceres apresentados no Conselho que as questões mostrando-se de interesse geral, passaram a ser propostas do Governo, encaminhadas, dessa forma, ao Parlamento Nacional.

Os exemplos multiplicam-se facilmente. Na área econômica, as emissões de papel-moeda, (434) os créditos extraordinários para vários fins, (435) as operações de câmbio e títulos de crédito do Banco do Brasil (436) só efetivamente se tornaram decretos após exaustivas discussões na Câmara e Senado, surgidas a partir de projetos do Governo originários do Conselho de Estado. Havia, assim, um Conselho de Estado estritamente vinculado ao Poder constituído. Já Tavares de Lyra ressaltava esse caráter "preliminar e complementar" do Conselho de Estado, na elaboração e sanção das leis. (437) Pimenta Bueno referiu-se ao colegiado como "valioso auxiliar do Executivo", "ninguém melhor do que ele concorreu para aperfeiçoar a legislação do Estado e

---

(431) ACE, Ata de 05 de novembro de 1866, vol.VI, p. 81.
(432) ACE, Ata de 02 de abril de 1867, vol. VI, p. 171.
(433) ACE, Atas de 16 e 23 de abril de 1868, vol. VII, pp. 431 e seguintes, 451 e seguintes.
(434) ACE, Ata de 19 de fevereiro de 1866, vol. VI, pp.35 e seguintes.
(435) ACE, Ata de 06 de fevereiro de 1868, vol. VII, p. 305.
(436) ACE, Ata de 30 de janeiro de 1868, vol. VII, p. 273.
(437) RODRIGUES, José Honório. O Conselho de Estado. O quinto poder. p. 6.

impulsão de seus melhoramentos. (438) Também o Visconde de Uruguai, - Paulino José Soares de Souza - identificou claramente essa missão, referindo-se à esfera administrativa pela qual o Conselho se subordinava ao Ministério. (439) Silveira da Motta não deixando de resguardar a independência dos Conselheiros, ressaltava, por outro lado, a solidariedade existente entre eles, mostrando que certamente ocorreria uma conivência entre a Instituição e o Governo. Ele seria cúmplice do Governo. (440) Não obstante, os conselheiros presidindo as sessões quer da Justiça, Fazenda etc não votavam nas reuniões do Conselho de Estado pleno, quando nelas era tratado problemas de interesse primordial do Governo, qual seja, dissolução da Câmara dos Deputados ou queda de Gabinete.

Se o Conselho de Estado mantinha estreito contacto com o Executivo, não deixava, porém, de relacionar-se intimamente com o Parlamento do Império já que se constituía na sua essência de homens provenientes da Câmara e do Senado, logo oriundos da mesma elite que tinha a direção política do País.

William Quick, analisando a biografia coletiva dos conselheiros, tomando como base os estudos de Seeckinger e Pang, mostra que a elite do Conselho de Estado, era semelhante a que compunha o Parlamento; 73,6% dos membros do Conselho de Estado provinham das províncias mais ricas do País: Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, e constituía-se de "mandarins"

---

(438) BUENO, Pimenta (Marquês de São Vicente). Direito Público Brasileiro, p. 293.

(439) SOUZA, Paulino José Soares de. Ensaio sobre Direito administrativo apud RODRIGUES, J. Honório, O Conselho de Estado. O quinto Poder, p. 8.

(440) MOTA, SILVEIRA. ASI, Ata de 06 de setembro de 1873 apud RODRIGUES, José Honório, O Conselho de Estado, p. 233.

isto é, de homens que tinham passado por um curso de adestramento político regional, provincial e nacional. (441) A maior parte dos Conselheiros estudou nas Faculdades de Direito: 75% nos anos quarenta, 50% nos cinqüenta, 87,5% nos sessenta, 69,2% nos anos setenta e 90,5% nos anos oitenta. (442) A diminuição nas décadas cinqüenta e setenta correspondia, a seu ver, a um interesse pela carreira militar, quando a Coroa necessitava desses braços em função das revoltas regenciais e da ocorrência da guerra do Paraguai.

A Magistratura correspondia a profissão inicial de 48,6% desse colegiado. Ainda, quanto as tarefas exercidas antes e depois do ingresso no Conselho de Estado, verificou-se que 59,9% dos conselheiros serviram às províncias como Presidentes, a maioria deles por mais de uma vez; 89,9% tinham pertencido, pelo menos uma vez, à Câmara dos Deputados; 73,6% tinham sido Ministros, 41,5% mais de uma vez; 6,9% já haviam ocupado a Presidência do Conselho; 65,3% já eram senadores e 9,7% membros do Supremo Tribunal. (443) Tais dados permitiam comprovar que o Conselho de Estado de fato era um colegiado de alto nível, um "super Senado", segundo o dizer de Magalhães Jr. (444)

Na medida em que esses políticos atuavam no Parlamento e ao mesmo tempo assessoravam a cúpula do Poder, já que agiam junto à Coroa e aconselhavam o Gabinete, tinha esse Conselho em teoria uma força bastante ampla. Constituíam de fato uma única elite, homogênea, a dos homens que efetivamente eram os senho-

---

(441) QUICK, William. The Second Imperial Council of State of Brazil 1842-1889, p. 63.
(442) Idem, p. 64.
(443) QUICK, William. The Second Imperial Council of State of Brazil 1842-1889, p. 68.
(444) MAGALHÃES JR., R. Prefácio das Atas do Conselho de Estado, vol. IX, p. IX.

res do Poder no Império e que atuavam no Judiciário, Legislativo, Executivo e Moderador.

Esse órgão, constituído da mais refinada elite política do Império, era composto, em sua maior parte, de conservadores, 55,6% pertenciam ao partido conservador; 33,3% eram liberais e 11,1% de filiação partidária desconhecida. (445) A entrada de maior ou menor número de saquaremas ou luzias esteve sempre condicionada, como bem provou William Quick, aos períodos de domínio de um ou outro partido. Era natural que a escolha imperial recaísse sobre um conselheiro identificado com o partido político que então ocupava o Poder. Ainda mais porque os partidos se alternavam.

Órgão de tendência conservadora, vitalício, elitista, certamente seus conselheiros teriam interesse em amoldar o pensamento do Monarca ao seu próprio desígnio, mas a isto a habilidade do Imperador, principalmente após seus anos de adolescência, sempre conseguiu se sobrepor. O Conselho agiu geralmente com moderação, equilíbrio na defesa de ponto de vista mesmo partidário, aliás, do Poder, pouca ou quase nenhuma foi efetivamente a diferença a separar conservadores de liberais.

As maiores discrepâncias entre os membros do Colegiado, no que tange a suas filiações partidárias, podem ser observadas quando em pauta, estavam assuntos como dissolução da Câmara, demissão de Gabinetes, o que constituía efetivamente tema político, ou a ele correlato, como o pedido de demissão de Caxias do comando da guerra. Diferenças de opinião surgiam em debates em torno de problemas como abolição, reforma eleitoral que tinham também implicações político-partidárias. Mas talvez mais

---

(445) QUICK, William, op. cit., p. 54.

caracteristicamente políticos fossem ainda os pedidos de dissoluções de Câmaras solicitados por Gabinetes liberais e conservadores que naturalmente recebiam o apoio dos conselheiros da mesma cor política do Gabinete no Poder, ou a negativa dos que lhe eram hostis. Essa situação era tão rotineira que, em 1878, quando Rio Branco, líder conservador, após cuidadoso parecer opinou contra a dissolução apresentada pelo Gabinete Sinimbu, mais de uma vez afirmou não estar falando "como homem de partido".(446)

Algumas vezes, elementos filiados ao partido no Poder, deixaram de apoiar reivindicações do seu próprio Ministério, como a dissolução de uma Câmara, mas isto só ocorreu em decorrência de fragmentação partidária, cisões internas. Em 1884, houve um pedido de dissolução do Gabinete pleiteado por Dantas, liberal. Sinimbu, como ele, liberal, ao ter que opinar no Conselho de Estado, inverteu a proposta, sugerindo a dissolução do Gabinete. (447) Também Afonso Celso, o mais jovem Conselheiro de Estado, manifestou-se contra dissolver-se a Câmara. (448) Faziam parte do partido liberal, mas da ala diferente a que então se encontrava no Poder.

O pedido de demissão de Caxias foi um acontecimento de tal repercussão que o assunto foi logo apresentado ao Conselho de Estado. É que o General, ao mesmo tempo que entregava a carta formal de demissão, escrevera outra ao Ministro da Guerra, explicando as verdadeiras razões do pedido, falando em falsidade, calúnia. O fato já foi mencionado. Zacarias de Goes, na Presidência do Conselho, em função dele, entregou ao Imperador pedido de dissolução do Gabinete. A questão de natureza grave e urgente foi logo levada aos conselheiros da Coroa.

---

(446) ACE, Ata de 10 de abril de 1878, vol. X, p. 126.
(447) ACE, Ata de 29 de julho de 1884, vol. XI, p. 287.
(448) Idem, p. 282.

A leitura da carta indignada de Caxias causou impacto, bem como a pergunta sobre quem se sacrificar, o General ou o Presidente. Momento difícil que exigia cautela. Os conselheiros teceram diversas considerações, as opiniões divergiram desde a alusão ao "excessivo amor próprio de Caxias", opinião de Jequitinhonha até a "alucinação deste", idéia de Nabuco. (449) Pela demissão do Comandante votaram: Abaeté (liberal), Olinda (liberal), Jequitinhonha (liberal), São Vicente (conservador) e Sapucaí (conservador) e pela demissão do Ministério: Nabuco (liberal), Paranhos (conservador), Torres Homem (conservador), Muritiba (conservador) e Bom Retiro (Conservador). Os únicos votos não condizentes com o espírito de partido foram os do Marquês de São Vicente e Sapucaí, conservadores favoráveis à demissão de Caxias e o de Nabuco, liberal pró-retirada do Gabinete também liberal. Visaram a fins maiores, consideravam o que lhes pareceu o bem do País acima de transações político-partidárias. A manifestação de Torres Homem representa uma posição de partido - "a tarefa do gabinete poderia ser preenchida por outro qualquer", "por outro lado justa ou injustamente, o Gabinete é impopular, a oposição a seus atos é quase geral". (450)

Não havia uma jurisdição firmada, as soluções eram casuísticas. Com muita freqüência, por exemplo, os conselheiros debruçaram-se sobre pedidos de dissolução de Câmaras, todavia, parece que inexistiram pontos de reflexão, roteiros que favorecessem a análise de um caso específico. As decisões foram sempre em função de condições de momentos, dos problemas políticos que cercavam o caso em questão. (451)

---

(449) ACE, Ata de 20 de fevereiro de 1868, vol.X, p. 345.
(450) Idem, p. 356.
(451) Dissoluções de Câmara ocorreram em épocas dos seguintes Gabinetes: Olinda, Rio Branco, Sinimbu, Saraiva, Souza Dantas, João Alfredo, Ouro Preto etc. (respectivamente vol. V, p. 362, VIII, p. p. 50, p. 351, vol. X, pp.119 e 195, vol. XI,p.16, p. 273, vol. XII, p. 215 e p. 239.

Oliveira Torres apresentou a idéia de que o Conselho de Estado foi o "cérebro da monarquia", ao qual "afluíram todos os assuntos que deviam ser decididos e dele partiam todas as decisões".(452) Representava a seu ver a força centralizadora da nação.

William Quick retomando a hipótese, estudou a situação do Colegiado frente a dois grandes problemas: a Igreja e os interesses provinciais, concluindo favoravelmente a tese proposta. Através da Constituição do Império Art. 102, § 2 e 14 de fato dominava no País, o Regalismo e subseqüentemente o Beneplácito; o 1º estipulando que o clero se subordinava à nomeação da Coroa; o 2º que as bulas e decretos eclesiásticos precisavam da aprovação ou placet imperial para aqui terem aceitação. (453) Defendendo esses argumentos constitucionais, o Conselho de Estado sustentou, por diversas vezes, o direito da Coroa de nomear religiosos e sobrepor-se a preferências e sugestões de Bispos. (454)

---

(452) TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada, p. 186.

(453) Constituição de 25 de março de 1824, op. cit., cap. II, do Poder Executivo, pp. 26 e 27.

(454) Em 1857, algumas sessões do Conselho de Estado discutiram a nomeação de um vigário para Mariana. O nome recomendado pelo Bispo (Benfica) não fora aceito pelo Imperador que optou por outro (Roussin). A Seção de Justiça do Conselho de Estado sustentou por sete votos contra três a decisão imperial. Embora os conselheiros Jequitinhonha e Uruguai dissessem que o Monarca não podia "forçar o Bispo contra sua consciência". Mattoso Câmara, outro conselheiro proclamava, porém, o regalismo ao dizer que o problema "não era de consciência, mas de obediência". (Quick, William, op. cit., p. 21).

Ainda o Conselho de Estado, como mostrou muito bem William Quick, negou a permissão de empréstimos a Ordens Religiosas para construção e manutenção de escola, sustentou a idéia de que os contratos das ordens só tinham validade com a permissão imperial e apresentou propostas determinando o direito do Governo fiscalizar e administrar as Ordens Regulares.

Na defesa dos interesses monárquicos, os Conselheiros de Estado repensaram, a partir de 1870, a orientação geral que vinha sendo imprimida ao País, conseqüência da religião católica ser oficial e com ela proibir-se o casamento civil, os cemitérios para os suicidas e não católicos. As Seções de Império e Justiça juntas passaram a defender e a sugerir medidas contrárias a essas e que pudessem favorecer o desenvolvimento da imigração de países protestantes. Tais atitudes mostram o quanto os conselheiros defendiam interesses monárquicos. (455)

A questão religiosa, aliás, que provocou extensas consultas ao Conselho de Estado e muitos pareceres de líderes como Nabuco, Rio Branco, Torres Homem, reafirmou o que já foi dito, ou seja, de que desde o início o Regalismo foi a doutrina exposta oficialmente pelos conselheiros. (456) Se D. Pedro levou tão longe a chamada Questão Religiosa ou Maçônica foi por estar totalmente acobertado pelos seus mais fiéis Conselheiros e mais ilustres Ministros.

Na consulta que o Monarca fez sobre dever ou não ser atendido o recurso das irmandades contra o Bispo, manifestou-se, entre outros, Nabuco que se apoiou no art. 8 do código do Processo, reduzindo a jurisdição Eclesiástica à matéria puramente espiritual. (457)

---

(455) Idem, p. 26 e 27.
(456) O que é observado já a 03 de junho de 1873, vol.VIII, pp. 384 e seguintes.
(457) ACE, Ata de 03 de junho de 1873, vol.VIII, p. 419.

Reiterando os pronunciamentos em defesa do governo, os conselheiros de Estado opinaram novamente em novembro desse ano. (458) Várias questões foram colocadas à reflexão: responsabilidade dos Bispos, suspensão ou não de suas funções, condições das dioceses nesses casos, submissão ou não dos párocos ao Governo etc. Nabuco, o conhecido jurisconsulto do Imperador, afirmou que os Bispos não tinham "privilégio da impunidade ou isenção de jurisdição temporária", eram "empregados públicos". Em "matéria contenciosa", as resoluções imperiais valiam como "sentenças judiciárias". (459)

Após a prisão, por dois anos, dos Bispos do Pará e Bahia, a questão voltou ao Conselho, discutindo-se agora a anistia. Até nesse momento, o Colegiado, em sessão plena, dividiu-se meio a meio pró e contra a idéia. Rio Branco e Torres Homem acreditavam que a clemência seria vista como confissão de fraqueza do Governo", Nabuco, apoiando a anistia, afirmava não poder levar à categoria de crime uma questão de consciência, (460) mas havia Niterói, por exemplo que radicalmente declarava: "deve o Governo desenvolver toda a energia e obrigar com o império da razão e com a força da razão do Império os Bispos e o clero ao respeito da autoridade pública. Não há razão, nem prerrogativa que possa prevalecer contra o direito constitucional e o império da lei". (461)

William Quick destacou ainda no tocante às sonhadas autonomias provinciais, tão apregoadas por Tavares Bastos, que a Igreja e as irmandades, os conselheiros de Estado apregoaram

---

(458) ACE, Ata de 08 de novembro de 1873, vol.VIII, p. 436.
(459) ACE, Ata de 08 de novembro de 1873, vol.VIII, p. 485.
(460) ACE, Ata de 08 de setembro de 1875, vol.X, pp. 25 e seguintes.
(461) ACE, Ata de 23 de janeiro de 1875, vol. X, p. 18.

sempre a defesa dos direitos da Coroa de revogar leis provinciais, de manter a todo custo contra as assembléias e suas decisões, a autoridade central, inclusive seu direito de influir sobre a Magistratura. (462)

O Conselho de Estado, colegiado de alto nível, constituía-se dos homens políticos mais capazes segundo a visão observadora do Imperador. Naturalmente nomes ilustres deixaram de a ele pertencer, mas geralmente os que a ele chegaram, mereciam o cargo recebido. Nem todos os escolhidos por D. Pedro II aceitaram a missão para a qual haviam sido designados. Assim rejeitou e, até de forma veemente, Zacarias de Goes, político inteligente, mas já amargurado com as dificuldades que acarretaram seu alijamento do poder em 1868. (463) Também declinaram do convite Sinimbu e Cotegipe, que mais tarde aceitaram o cargo. (464)

Esses homens ilustres que assessoravam as várias Seções do Conselho de Estado e que, além disso, participavam das sessões do Conselho de Estado pleno, tinham que estar com freqüência curvados sobre intrincados e graves problemas, a fim de poderem apresentar um parecer preciso, objetivo e profundo.

Joaquim Nabuco refere-se aos últimos doze anos da vida do pai, mencionando como árdua a tarefa que tinha no preparo de seus pareceres. Aliás, diz Joaquim Nabuco que tudo que Nabuco de Araújo, então expôs no Senado, já tinha manifestado antes do Conselho. (465)

---

(462) QUICK, William, op. cit., pp.30 e seguintes.
(463) Sua recusa foi publicada no Diário do Comércio, 15 de outubro de 1870 e na Reforma, 16 de outubro de 1870.
(464) Sinimbu foi nomeado Conselheiro de Estado extraordinário, cargo que recusou, aceitando a nomeação de conselheiro ordinário em 1882 e Cotegipe em 23 de abril de 1883.
(465) NABUCO, Joaquim, op. cit., vol. III, p. 467.

Mostram o alto nível técnico e especializado dos conselheiros, o grande conhecimento jurídico desse Colegiado, as consultas, por exemplo, em torno do problema de questões de limites, tratados de paz, acordos e relações diplomáticas, tratados de comércio e extradição etc.

Os pareceres surgidos quanto ao projeto de tratado definitivo de paz entre Brasil, Argentina, Uruguai de um lado e Paraguai de outro, revelam estudo minucioso e sério do problema. A Seção dos Negócios Estrangeiros, antes da consulta ao Conselho de Estado pleno, já apresentara longo relatório e foi baseado no que se colheu de informes no Conselho que Saraiva, então ministro dos Negócios Estrangeiros, transmitiu instruções ao plenipotenciário brasileiro Otaviano. (466)

Outro ponto curioso que revela o conhecimento, mas ao mesmo tempo, a habilidade dos conselheiros foi relativo ao tratado de limite da Argentina com o Paraguai, no qual a primeira pretendia apoderar-se de larga parte do território inimigo. Rio Branco, num longo parecer de nove páginas, mostrou que a pretensão argentina era exorbitante, assinalando os antigos marcos pelos quais pautara ele sua conduta em 1852 (linha de Bermejo) e em 1857 (divisa do Pilcomaio). (467) Sobre a incorporação do território paraguaio, esclarecia Nabuco - "nem a causa da guerra foi a questão do território, nem a partilha do Paraguai foi a condição da aliança. (468) Torres Homem propôs que se adiasse a discussão da proposta argentina até o final da guerra, a fim de que eventualmente ocorressem mudanças nas posições das

---

(466) SOUZA, José Antonio Soares de. Prefácio das Atas do Conselho de Estado, vol. VII, p. XI.
(467) ACE, Ata de 30 de setembro de 1867, vol.VII, p. 18.
(468) Idem, p. 17.

potências em confronto. (469) Tal não ocorreu, porém. Em 1874, a situação entre os limites da Argentina e Paraguai novamente foram colocados no Conselho de Estado. Nabuco foi favorável ao arbitramento. Iniciaram-se aí nossas inclinações por propostas arbitrárias. O parecer de Nabuco trouxe argumentos poderosos. Bem estudado, tornou-se verdadeiro modelo para casos análogos. Não considerava justo usar do direito de vencedor, "os limites devem ser discutidos com o Paraguai". "Não é nossa intenção — declarava — conquistar territórios pelo direito da vitória, mas exigir o que for de nosso perfeito direito". (470)

No Conselho de Estado ventilou-se a idéia de que os EE.UU. mereciam a confiança dos homens públicos do Brasil, já que era "país sobranceiro a essas questões de limites". A Europa era menos bem vista, dada a influência da teoria de Monroe. Havia ainda o recuo dos "ingratos e falsos vizinhos do Prata", como mencionou então o Visconde de Niterói. (471)

A questão argentino-paraguaia desgostou o plenipotenciário argentino que deixou o País, sem nenhum aviso. O fato foi transmitido ao Conselho de Estado, em ata "reservada" e ele ainda uma vez, revelou ter em seu seio homens experimentados na Política e na Diplomacia. Diante da questão se teria ou não havido ofensa à dignidade nacional, estadistas responderam geralmente de forma ponderada. Tratava-se de "falta de cortesia segundo uso da Diplomacia", diz Abaeté, (472) e Nabuco se referiu "em honra dos governos modernos, às questões de etiqueta têm perdido a importância que outrora tinham e que algumas vezes comprome-

---

(469) Idem, p. 27.
(470) ACE, Ata de 24 de janeiro de 1874, vol. IX, p. 84.
(471) MAGALHÃES JR., R. Prefácio das Atas do Conelho de Estado, vol. IX, p. XVIII.
(472) ACE, Ata de 11 de junho de 1875, vol. IX, p. 242.

tem com guerras a existência do Estado". O caso considerado pedia apenas explicações diplomáticas. (473) Os limites Brasil e Argentina foram em 1884 tema de nova sessão do Conselho de Estado. Estava em discussão reservada uma proposta do ministro argentino Vicente Quexada, uma das mais lúcidas inteligências daquele País, com referência ao problema de fronteira com o Brasil. (474) Sinimbu, aliás, referiu-se ao fato de que o Marquês de Herval lhe dissera haver um partido argentino que fazia dessa questão uma arma de guerra. Mitre já lhe revelara também que só com as armas seria solucionado o dilema. (475) O Brasil também receava a guerra, o estado era de alerta. A proposta do ministro tinha a desvantagem de fazer com que o Brasil abandonasse o princípio do uti possidetis e a região contestada era quase toda de povoamento brasileiro. Com ela perder-se-ia 2/3 de Santa Catarina, parte do Paraná e as comunicações com o Rio Grande do Sul restringir-se-iam a uma faixa de cinqüenta léguas de extensão. (476) A questão então apresentada mostrou de novo um conhecimento profundo e um estudo criterioso por parte dos cultos homens do Conselho de Estado. Daí talvez o entusiasmo de Joaquim Nabuco que qualifica a Instituição de "admirável colegiado" (477) ou a de Miguel Calmon "exemplar corte de juristas". (478)

A posição elitista do Conselho de Estado, que aliás, não é só desse órgão, mas de todas as instituições políticas

---

(473) ACE, Ata de 11 de junho de 1875, vol. IX, p. 250.
(474) ACE, Ata de 24 de outubro de 1884, vol. XII, p. 3.
(475) Idem, p. 22.
(476) Atas do Conselho de Estado, Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, vol. XII, p. XV.
(477) SOUZA, José Antônio Soares de, Prefácio das Atas do Conselho de Estado, vol. VII, p. XVI.
(478) CALMON, Miguel, Prefácio das Atas do Conselho de Estado, vol. VIII, p. XV.

do Império, pode ser observada quando os conselheiros apresentavam pareceres sobre algumas das mais importantes reformas do País. Veja-se, por exemplo, a questão da Abolição. Durante a guerra do Paraguai, no período inicial que ocasionou verdadeira crise diante do despreparo do País para enfrentar a luta, foi no Conselho de Estado testada a eventual possibilidade de se enviarem escravos para a guerra, os quais naturalmente para lutarem pela nação teriam que ser cidadãos, logo, alforriados. Havia falta de braços, dificuldades no processo de engajamento de estrangeiros, geralmente considerada tarefa morosa, impopular e arriscada, devido às maiores possibilidades de deserção.

Aos conselheiros perguntou-se, em 1866, da conveniência de se usarem escravos na guerra e em que grau de prioridade: escravos da nação, de ordens religiosas ou particulares. A iniciativa teve o apoio do Colegiado. Nessa ocasião muitos proprietários, fazendeiros, profissionais urbanos substituíam seus filhos por escravos, enviando-os para a luta. A solução já vinha recebendo então críticas da oposição e mesmo restrições de amigos do Governo. Rio Branco observou que a medida "feria preconceitos sociais", mas assinalou outro ângulo, o prisma do homem de certo status, o voluntário, o oficial de guarda nacional que não queria se igualar a ex-escravo. (479) Torres Homem manifestou-se contra a iniciativa, concluiu que ela tinha grandes inconvenientes, gerando sentimentos incompatíveis com a "segurança dos proprietários" e podia ser mal vista no exterior. (480) Aliás, Zacarias de Goes, Presidente do Conselho, nessa época, no Senado, foi bastante censurado por essa medida.

---

(479) ACE, Ata de 05 de novembro de 1866, p. 85.
(480) Idem, p. 88.

Um ano depois, o Conselho de Estado era interrogado, agora em escala mais ampla sobre como enfrentar o problema da Abolição, se convinha dele se tratar imediatamente, quando e com que cautelas. Rio Branco, ao dar seu parecer historiou cuidadosamente o problema análogo surgido na Inglaterra e França e as precauções com que ele foi encaminhado. Na França, a Abolição, dizia ele, foi marcada para iniciar-se dali a dez anos, com fim em vinte. O processo abolicionista foi por etapas, com indenização para os senhores e aprendizagem para os libertos. Contrariamente à situação européia, nos EE.UU. ela custou "rios de sangue". Manifestou-se finalmente, pró-abolição, mas de forma moderada, gradual, sem perturbação da tranqüilidade pública, sem prejuízo à lavoura e aos seus braços. (481)

Nabuco também mencionou a Abolição em geral, frisando que só subsistiam escravos na Espanha e Brasil, sendo que na primeira, deveria estar abolida nos próximos cinco anos. Restaria o Brasil. Pediu Nabuco emancipação gradual, com pecúlio, mantendo a eqüidade nas relações entre senhor e escravo. (482)

Torres Homem, embora mulato, defendeu também a posição do homem branco de elite. A abolição imediata exigia, a seu ver, grande soma para indenização. (483) Nos pontos de vista enunciados pelas três lideranças em questão, ainda uma vez se observa a semelhança de pensamento entre Rio Branco e Torres Homem (conservadores) e Nabuco (liberal).

Torres Homem discorreu, em 1867, sobre a necessidade de se começar com a abolição dos nascituros que seria menos pe-

---

(481) ACE, Ata de 02 de abril de 1867, vol. VI, p. 189.
(482) Idem, p. 205.
(483) Idem, p. 210.

rigosa num país de lavoura, então já com dificuldades especiais. (484) Rio Branco preveniu que, se fosse necessário aguardar melhores condições financeiras, podia ter-se que adiar a questão por longo tempo e Nabuco também mostrou que se devia legislar logo sobre o assunto. (485)

Chegado ao consenso de que era aconselhável buscar, de início, como primeira iniciativa abolicionista, a liberdade dos filhos da mulher escrava, tratou o Conselho de Estado desse assunto, nas reuniões do dia 16 a 23 de abril de 1868. Essas discussões, bem como os cinco trabalhos de Pimenta Bueno, o Projeto da Comissão Constituída por Nabuco, Torres Homem e Sapucaí, mas praticamente obra de Nabuco, serviram de base para o projeto apresentado pelo Gabinete Rio Branco, em 1871.

Elitista na apresentação das propostas abolicionistas, não diferiam muito no pensamento: liberais e conservadores. Ainda assim objetivos, realistas, já percebendo que a supressão da mão-de-obra escrava provocaria abalos extraordinários.

Outra questão que levou a longos debates e que teve características elitistas foi a referente à reforma eleitoral, que J.H. Rodrigues chamou de "aspiração pequeno-burguês". (486) O assunto da reforma eleitoral ocupou as Falas do Trono de 1862 a 1875, com exclusão de 1863, 1866 e 1867. O sistema vigente era a eleição indireta em dois graus, na qual foi incluída em 1878, a lei do terço ou representação das minorias, também discutida no Conselho de Estado.

---

(484) ACE, Ata de 09 de abril de 1867, vol. VI, p. 237.
(485) Idem, P. 223.
(486) Atas do Conselho de Estado. Direção e Introdução de José Honório Rodrigues, vol. X, p. XXII.

A lei também propiciou fraudes. Achou-se meio de burlá-la, lançando mão de rodízio de nomes de candidatos e calculando-se o número de eleitores de cada partido. Conseguiu-se, dessa forma, reduzir e quase suprimir a representação minoritária. A eleição direta tornou-se, pois, mais reivindicada após pequena experiência negativa com a lei do terço.

Sinimbu, em 1878, preocupado com o problema, conseguiu colocá-la em debate no Conselho de Estado, quando se inquiriu sobre o censo para alguém ser eleitor e a necessidade ou não de o votante saber ler e escrever. (487) Os conselheiros presentes consideravam a condição de alfabetização como requisito necessário e essa resposta afastou então o analfabeto da vida política brasileira, apesar de não ser essa uma exigência constitucional. Na sessão de 28 de outubro de 1879 houve discussão do censo. (488) Os pareceres do Conselho mostraram, pois, as bases do projeto, depois conhecida como lei Saraiva, considerada altamente elitista, apesar de apresentar a novidade do título de eleitor.

Do mesmo teor era o projeto de recrutamento. Apresentava como novidade o sorteio militar, o que já era adotado em alguns países, não sendo aceito aqui. Mas instituía a isenção de serviço aos jovens abastado através da contribuição pecuniária ou substituição pessoal. (489) Havia, ainda, em um dos artigos, exclusão dos graduados, estudantes das Faculdades, dos cursos teológicos e seminários, além do filho único, e que fosse arrimo de família etc. (490) As exclusões por pagamento e por cursos

---

(487) ACE, Ata de 07 de novembro de 1878, vol. X, p. 137.
(488) ACE, Ata de 28 de outubro de 1879, vol. X, pp. 171 e seguintes.
(489) ACE, Ata de 09 de janeiro de 1875, vol. XV, art. 63.64 do Recrutamento, p. 174.
(490) Idem, art. 3, p. 163.

superiores, que eram privilégios de grupos sócio-econômicos mais favorecidos, demostraram o caráter elitista do projeto em discussão.

O projeto de reformulação da lei sobre terras devolutas foi assunto de reunião do Conselho em 1880. (491) Embora considerado de "alta importância em relação à lavoura", pouca alteração produzia com relação à lei anterior de 1850, e se teve pareceres cuidadosos, foram como sempre discordantes e o não comparecimento do Presidente do Conselho - Saraiva - à única sessão em que se discutiu o projeto, provou que ele efetivamente não estava na ordem das propostas consideradas então prioritárias, daí não ter sido inclusive, encaminhado como projeto à Câmara dos Deputados. Sua existência limitou-se ao próprio Conselho de Estado, onde a idéia acabou por ser esquecida.

Foram muitos os temas que os conselheiros de Estado analisaram. Alguns discutidos, como a questão das terras devolutas, mas que nunca saíam do seu seio, nasceram mortos, pois passaram imediatamente dos pareceres e das atas aos arquivos da História.

Outras discussões foram atalhadas pelos próprios conselheiros, por exemplo, a revisão e classificação de rendas gerais, provinciais e municipais e recusadas, quase unanimemente, algumas taxações, como o imposto de renda etc. (492)

Geralmente considera-se que o Conselho de Estado teve, por volta dos anos sessenta, setenta um período brilhante. Época de guerra e de crise interna, o Colegiado foi constantemente chamado a opinar, tendo seus Conselheiros apresentado pareceres eruditos, que comprovaram mais uma vez, o seu elevado

---

(491) ACE, Ata de 17 de julho de 1880, vol. X, p. 223.
(492) ACE, Ata de 07 de agosto de 1883, vol. XI, pp. 150 e seguintes.

nível cultural. Nesses momentos, atuou mais do que como órgão consultivo, numa esfera quase deliberativa. As discussões, por exemplo, em torno do projeto de criação de um Conselho de Estado nas províncias, da autoria de São Vicente tomaram onze reuniões do Conselho pleno, de 14 de novembro de 1867 a 23 de janeiro de 1868, mostrando a seriedade com que se trabalhou a questão. A importância do Conselho de Estado levou Joaquim Nabuco a dizer que o mesmo estava se transformando na primeira Câmara do Legislativo.

Mas, a partir já de 1868, os liberais passaram a acusar a Instituição de ser instrumento de arbítrio, de despotismo, visando à sua abolição tal como a vitaliciedade do Senado.

Joaquim Nabuco considerou sintomático, comprovador da decadência do colegiado o fato de Zacarias de Goes ter se recusado a participar do Conselho, (494) publicando um manifesto na "Reforma", em que explicava as razões. (495) Os liberais criticavam, então, acerbadamente o Conselho e o Senado Vitalício. Acreditava Nabuco que a Instituição teria sido remodelada, como propunha Ouro Preto, na Presidência do último Gabinete monárquico, se o Império não tivesse chegado ao fim. O projeto de Ouro Preto visava a extrair do Conselho o caráter político, mantendo apenas funções administrativas. (496) O Conselho de Estado, todavia, continuava a ser acusado, todas as vezes que se pretendia censurar o Poder Moderador.

No final do Império, pelo menos no que se refere ao Conselho de Estado pleno, já não era consultado com a mesma frequência. Reuniu-se doze vezes em cinco anos, tratando de um nú-

---

(493) RODRIGUES, J. Honório. O Conselho de Estado. O quinto Poder, p. 8.
(494) NABUCO, J., op. cit., tomo III, p. 7.
(495) NABUCO, J., op. cit., tomo III, p. 194.
(496) COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, p. 325.

mero limitado de questões. Escaparam aos pareceres dos conselheiros temas de importância como Abolição, Questão Militar e só de passagem menciona-se o crescimento do partido republicano.

No fim do Império já se debilitara também o seu Colegiado de elite.

Alguns dos conselheiros permaneceram na Instituição por muitos anos. Magalhães Jr. calcula que a média tenha sido dez a quinze anos. Houve quem ficasse vinte, como São Vicente; 25, como Sapucaí, 28, como Olinda e 35, como Abaeté. Mas outros houve, como Martinho Álvares da Silva Campos e Belisário Soares de Souza que morreram no ano em que foram indicados para o Colegiado. (497)

Várias lideranças estudadas já haviam falecido em 1889. Estiveram atuando nas instituições monárquicas até esta data: Sinimbu, Saraiva, Cotegipe, Antônio da Silva Prado e Ouro Preto. Mas não simplesmente como espectadores. Políticos militantes agiram até o fim e receberam pessoalmente o impacto do golpe republicano, em especial Ouro Preto, então na Presidência do Conselho de Ministros.

O Conselho de Estado, órgão político e administrativo ligado à Coroa, teve papel preponderante nas decisões políticas mais importantes do Segundo Reinado, sendo constituído de homens de destaque no Império e que tinham na carreira política as funções burocráticas mais altas.

---

(497) MAGALHÃES JR., Raimundo. Prefácio das Atas do Conselho do Estado, vol. IX, p. XIII.

Assessorando de perto o Imperador, estavam os Conselheiros intimamente ligados ao Gabinete, ao centro de decisões do Império e advogavam especialmente os interesses do Governo em detrimento de outros: provinciais, jurídicos, eclesiásticos e até mesmo de "classes".

A maior parte dos projetos apresentados no Legislativo eram propostas do Executivo e, por isso, já tinham sido discutidas no Conselho de Estado, inclusive a forma como deviam ser conduzidas no Parlamento. As decisões, pois, vinham de cima para baixo, nascendo da mais alta burocracia do Império em vez de serem, ao que se poderia supor, oriundas de um Legislativo que estivesse em sintonia com os interesses do País.

Os projetos eram, por conseguinte, elitistas, visando mais aos interesses do Estado do que aos anseios da sociedade em geral.

CONCLUSÕES

Do estudo das lideranças tomadas como amostragem da elite política do Segundo Reinado, chegou-se a algumas conclusões que podem ser estendidas a toda a elite política dirigente.

Os líderes tiveram origens diversas. Procediam de áreas rurais, engenhos do Nordeste e fazendas baianas, portanto, de um meio sócio-econômico elevado; vieram de núcleos urbanos relacionados com o comércio, profissões liberais e originaram-se até de ambientes bem modestos, ligados à atividade rural ou urbana.

A participação na política não estava, necessariamente, vinculada a um alto status sócio-econômico de origem, ao contrário do que a historiografia tradicional pressupõe. Mas, um conjunto de fatores constituía requisito básico à escalada.

Geralmente os políticos eram bacharéis em Direito, formados em Olinda - Recife ou São Paulo. Tais escolas transmitiam uma formação cultural bastante homogênea, pois os cursos tinham iguais currículos, às vezes, rodízio dos mesmos professores, com facilidade de transferência dos alunos. A formação livresca era a mesma, apresentando igual linha ideológica que lhes proporcionava os conhecimentos teóricos indispensáveis à atividade política.

Recém saídos da Academia, alguns continuaram os estudos no exterior, outros voltaram às regiões de origem e ocuparam cargos públicos como delegados, promotores.

A Magistratura mais do que qualquer outra profissão representou um meio de promoção.

A necessidade de apoio político, fundamental no início da carreira, foi fator preponderante nos diversos níveis da escalada política.

Bastante jovens, passaram a desempenhar função legislativa e executiva nas províncias. Atuaram nas Assembléias junto à elites regionais e com freqüência foram chamados à Presidência de Províncias com as quais jamais tinham tido contacto. Escolhidos pelo Gabinete, os Presidentes foram de fato agentes do Poder Central, sendo de todas as formas dependentes do Ministério. A rotatividade de Presidência de Província foi uma forma de preparo político para o desempenho de outras funções, pois, através dela passaram a conhecer a diversidade do País.

O primeiro degrau de acesso à escalada em nível nacional era a Câmara dos Deputados. A votação para essa Assembléia revelava a boa aceitação do político na comunidade provincial, o respaldo do partido, o apoio de elementos que então ocupavam a cúpula do Poder.

Muitos políticos foram escolhidos uma só vez para a Assembléia Geral, outros a ela tiveram acesso algumas vezes, havendo os que nela colaboraram em diferentes legislaturas.

A nomeação para o Senado refletia seleção mais rigorosa. Coroava-se com ela a atividade política de um líder, pois tratava-se da Câmara Legislativa de maior importância do País, para a qual o Imperador escolhia de uma elite política altamente selecionada, por votação indireta, os nomes considerados mais capazes e mais hábeis.

A atuação na Câmara e Senado não diferia essencialmente, pois embora a Câmara vitalícia tivesse maior equilíbrio partidário que a temporária, constituída em sua quase totalidade pelo partido no Poder, todavia, teve o Senado, também, atuação radical ao pressionar alguns Gabinetes, tentando forçá-los à demissão. Algumas lideranças mostraram tendências inovadoras, mas tiveram barradas suas propostas, em função das oposições suscitadas.

Há ainda a considerar-se a atuação diferente de políticos, quer liberais ou conservadores, enquanto integrantes do Legislativo, e no momento posterior em que agiam no Executivo, como Ministros e Presidentes do Conselho. Nessas condições revelaram-se muito mais cautelosos, e seus projetos de reformas foram muito mais moderados do que os que propuseram em nível de Legislativo, o que ocorreu mesmo na década de setenta, a mais reformista do Império.

Do Senado compunha-se a Presidência do Conselho, com o nome escolhido ou referendado pelo Imperador, após a sugestão do Presidente anterior e era esse o cargo mais alto a que se podia almejar na esfera do Executivo. Para esta função não foram muitos os escolhidos, sendo que alguns o foram por várias vezes, mostrando a grande importância que tinham e sua receptibilidade junto ao Monarca.

Também do Senado, quase sem exclusão, foram chamados os Conselheiros de Estado, os assessores mais íntimos do Trono, aqueles que deviam emitir opiniões para melhor esclarecimento do Imperador.

Representando os altos interesses da Monarquia, numa organização fortemente Centralizada e Burocrática, esses políticos constituíam de fato, apesar das variadas origens e procedências regionais, uma elite homogênea que manipulava o Poder em diferentes Órgãos. Sugerindo no Conselho de Estado os projetos que eram encaminhados pelo Executivo ao Parlamento e e da participação em nível nacional, o controle de estendia ao Executivo e Legislativo das Províncias. O Poder no Império estava, pois, restrito a um número limitado de líderes que ocupavam ao mesmo tempo diversos Colegiados constituindo, de fato, a inteligência política do País.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES MANUSCRITAS

1. Museu Imperial de Petrópolis

a) Maços

Maço CXLII doc.6985 - Comunicados de Zacarias de Goes a Pedro II (1868).

Maço CLVII doc.7319 - Papéis de D. Pedro II enviados ao Visconde de Itaborahy sobre escolhas senatoriais.

Maço CLIX doc.7388 - Consultas ao Conselho de Estado.

Maço CLXX doc.7799 - Convocação do Conselho de Estado feita pelo Visconde de Rio Branco à 12 de novembro de 1874 para discutir projeto de reforma eleitoral.

Maço CLXXV doc.7972 - Carta de D. Pedro II à Princesa Isabel sobre assuntos de reforma eleitoral (1876).

b) Coleção Zacarias de Goes e Vasconcelos

Carta do Barão de Mauá dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Recife, 03 de setembro de 1867.

Cartas dirigidas ao Marquês de Caxias. Rio de Janeiro, 06 de janeiro e 20 dc fevereiro de 1867.

Carta de João Lustosa da Cunha Paranaguá dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1867 e carta, sem assinatura, dirigida ao Conselheiro Amaral. Rio de Janeiro, 09 de março de 1868.

Cartas de João José do Rosário dirigidas a Figueiredo Novais, datadas de Londres, 08 e 23 de julho de 1867 e a Zacarias de Goes e Vasconcelos, Londres, 1867 e 1868.

Cartas dirigidas ao Barão de Mauá, Rio de Janeiro, 02 e 03 de janeiro de 1868, 17 de fevereiro de 1868 e cartas do Barão de Mauá dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datadas de 1868.

Carta do Barão de Mauá dirigida ao Marquês de Caxias, datada de Montevidéo, 24 de dezembro de 1867 e carta do Marquês de Caxias dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datada de 21 de fevereiro de 1868.

Redação do Projeto de Emancipação discutido no Conselho de Estado. Assinado por José Tomás Nabuco de Araújo. Corte, 08 de outubro de 1868.

Cartas do Barão de Mauá dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1866 e carta, sem assinatura, dirigida ao Barão de Mauá. Rio de Janeiro , 07 de dezembro de 1866.

Ata da reunião realizada na Secretaria do Estado da Agricultura. Assinada por Francisco de Sales Torres Homem, datada de 30 de novembro (data incompleta).

Documentos assinados por José Antonio Saraiva dirigidos a Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Rio de Janeiro, 05 de maio de 1866 e 29 de novembro de 1865.

Decretos e outros documentos de D. Pedro II referentes ao Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1845, 31 de maio de 1845, 02 de julho de 1846, 11 de março de 1848, 11 de maio de 1852, 17 de setembro de 1853, 09 de dezembro de 1854, 11 de julho de 1857, 24 de julho de 1858, 24 de maio de 1862, 30 de maio 1862, 15 de janeiro de 1864, 10 de fevereiro de 1864, 31 de agosto de 1864, 16 de julho de 1868 (15), 09 de janeiro de 1867 e 03 de outubro de 1870.

Carta do Brasiliensium Advocatorum Institutum dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datada de 06 de julho de 1871 e Documento impresso do Círculo dos Estudantes Católicos dirigido a Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Cartas de D. Pedro II dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datada de 1866.

Carta de Zacarias de Goes e Vasconcelos dirigida ao Conselheiro J.L. da Cunha Paranaguá.

Cartas de D. Pedro II dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datadas de 1867.

Cartas de J.M. da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, 09 de março de 1868 e carta de Afonso Celso de Assis Figueiredo, datada de 01 de junho (data incompleta).

Índice cronológico dos discursos proferidos no Senado pelo Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, 1869-1872.

Carta de Zacarias de Goes e Vasconcelos dirigida a José Antonio Saraiva, datada de 01 de agosto de 1852.

Carta de J. Nabuco dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Rio de Janeiro, 22 de março de 1854.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos de Brás Florentino Henriques de Sousa. Recife, 12 de junho de 1862 e Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Fortaleza, 27 de agosto de 1862.

Carta de Zacarias de Goes e Vasconcelos dirigida a Brás Florentino H. de Sousa. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1862.

Cartas de José Bonifácio, datada de 29 de setembro de 1863 e de Antonio Pedro de Albuquerque, datada de 14 de dezembro de 1863, dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de José Bonifácio, datada de 14 de janeiro de 1864; Martinho Campos, datada de 15 de janeiro de 1864; Joaquim Marcelino de Brito, datada de 01 de fevereiro de 1864; Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, datada de 02 de agosto de 1864, Joaquim de Brito, Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1864; F. J. Furtado, 1864; Gustavo Adolfo de Sá, Rio Grande do Norte, 26 de novembro de 1864.

Carta dirigida a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Fortaleza, 17 de setembro de 1865.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Manuel Pinto de Sousa Dantas, datada de 15 de janeiro de

1866; Francisco Otaviano de Almeida Rosa, 1866; A. Leitão da Cunha. Bahia, 1866; carta de São Lourenço, datada de 14 de outubro de 1866; J.L.C.Paranaguá, datada de 03 de novembro de 1866; documentos sem assinaturas, dirigidos a Francisco Otaviano de Almeida. Rio de Janeiro, 05 e 22 de dezembro de 1866; Visconde de Itaborahy, datadas de Petrópolis, 05, 10 e 14 de dezembro de 1866; Francisco Sales Torres Homem. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1866 e 28 de dezembro de 1866.

Cartas dirigidas a Francisco Otaviano de Almeida , de Zacarias de Goes e Vasconcelos. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1867. Cartas,sem assinatura. Rio de Janeiro, 21 de janeiro e 05 de fevereiro de 1867. Cartas de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, sem indicação de destinatário. Montevidéo, 07 de janeiro de 1867, Londres, 07 de julho de 1867 e Paris, 13 de novembro de 1867.

Cartas de A. Leitão da Cunha, sem indicação do destinatário. Bahia, 1867.

Cartas de Francisco de Sales Torres Homem. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro, 02 de março, 05 de julho e 27 de agosto de 1867 e de Londres, 08 de janeiro de 1867.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Antonio M. Nunes Gonçalves. Paris, 06 de fevereiro de 1867, Francisco de Sales Torres Homem, datada de 23 de fevereiro de 1867, Vigário Peixoto Duarte. Maceió, 27 de fevereiro de 1867, Sérgio T. Macedo. Paris, 07 de março de 1867, Barão de Muritiba, datada de 11 de março de 1867, Barão de Vila Bela. Recife, 11 de março de 1867, Bernardo de Sousa Franco. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1867, Afonso Celso de Assis Figueiredo, datada de 02 de maio de 1867.

Cartas de Gastão de Orleans dirigidas ao Presidente do Conselho de Ministros. Paço, 04 de junho, 08 de junho e 21 de outubro de 1867.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, do Visconde de São Vicente. Rio de Janeiro, 1867, José Inácio Silveira da Mota, de 28 de outubro de 1867.

Cartas de Joaquim Raimundo Lamare dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Pará, 18 de agosto, 20 de outubro , 31 de outubro e carta de Zacarias de Goes e Vasconcelos ao Conselheiro Joaquim Raimundo Lamare. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1867.

Cartas sem assinatura, dirigida ao Conselheiro Paranhos e a Zacarias de Goes e Vasconcelos, 1867.

Cartas de Pedro Leão Veloso dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos. Ceará, 24 de outubro, 05 de novembro, 06 de dezembro de 1867 e Fortaleza, 24 de novembro de 1867.

Carta de J.A. Saraiva, sem indicação de destinatário e data.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Visconde de Bom Retiro, datada de 26 de novembro de 1867, Barão de Antonina. São Paulo, 26 de novembro de 1867, José da Costa Machado de Sousa. Ouro Preto, 02 de dezembro de 1867, M. Buarque de Macedo. Recife, 12 de dezembro de 1867, Francisco de Paula Batista. Pernambuco, 12 de dezembro de 1867, Antonio de Araújo Aragão. Aracajú, 18 de dezembro de 1867, José Cesário de Faria Alvim. Ouro Preto, 22 de novembro de 1867.

Carta em inglês, assinada por N.M. Rothschild, dirigida ao Ministro da Fazenda. London, 23 de dezembro de 1867.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Visconde de Itaborahy. Paris, 24 de outubro de 1867, J. L.C.Paranaguá, datada de 17 de novembro de 1867 e Pedreira. São Cristóvão, 24 de outubro de 1867.

Cartas de Pedro Leão Veloso dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, 1868.

Cartas do Barão de Vila Bela sem indicação do destinatário, 1868.

Cartas de J.M. da Silva Paranhos sem indicação do destinatário. Rio de Janeiro, 1868.

Carta do Visconde de Itaborahy sem indicação do destinatário. Catete, 15 de julho de 1868.

Carta de Francisco Sales Torres Homem sem indicação do destinatário, datada de 02 de fevereiro de 1868.

Carta de Zacarias de Goes e Vasconcelos dirigida A Antonio Pereira Leitão. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1871. Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos pelo Visconde do Rio Branco, datada de 27 de março de 1871 e 06 de abril de 1871, Barão de Três Barras, datada de 07 de setembro de 1871 e M.J. Barbosa. Paris, 21 de outubro de 1871.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de D. Pedro Maria de Lacerda, datada de 08 de maio de 1872, Visconde de Abaeté, datada de 22 de junho de 1872, José Gonçalves Martins. Bahia, 20 de setembro de 1872, Dionísio Gonçalves Martins. Bahia, 22 de setembro de 1872 , Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Fortaleza, 22 de setembro de 1872, João Cardoso de Meneses e Sousa. Rio de Janeiro , 29 de setembro, 03 de dezembro e 21 de dezembro de 1872.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, do Visconde do Rio Branco, datadas de 27 de fevereiro a 10 de março de 1874, Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Fortaleza, 09 de março de 1874 e Barao de Santo Ângelo. Lisboa, 25 de julho de 1874.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, do Barão de Mauá. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1875, Barão de Cotegipe, datada de 06 de novembro de 1875 e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1875.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Raimundo Furtado Cavalcanti. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1876, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Vila de Curitiba, 02 de março de 1876, Diogo Velho C.de Albuquerque. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1876.

Cartas dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Rio de Janeiro, 13 de junho e Fortaleza, 09 de setembro de 1877. Corte, 13 de junho de 1877, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. Recife, 03 de outubro de 1877, Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Recife, 29 de outubro de 1877, Jerônimo Sodré Pereira. Bahia, 11 de novembro de 1877, Marquês de Herval. Pelotas, 10 de dezembro de 1877.

Carta dirigida a Torres Homem. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1887.

Cartas de Francisco de Sales Homem, sem indicação de destinatário. Sem data.

Cartas sem indicação de destinatário, João José de Almeida Couto, Eusébio de Queiroz, A. Leitão da Cunha, Martim Francisco de Andrade. São Paulo, 09 de novembro (data incompleta), J.M. da Silva Paranhos, em 07 de dezembro (data incompleta).

Cartas de D. Pedro II dirigidas a Zacarias de Goes e Vasconcelos, datadas de 1868.

2. Arquivo Nacional (Seção Histórica)

Códice 783 - Pareceres do Conselho de Estado. Seção de Marinha e Guerra, Justiça e Fazenda - 4 vols.

Códice 283 - Registro de Ordens Imperiais dirigidas ao Conselho de Estado.

Códice 290 - Sinopse e índice cronológico dos negócios sobre os quais foi consultada a seção de Justiça do Conselho de Estado durante os anos de 1867-1868, 1 vol.

II - FONTES IMPRESSAS

Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo. São Paulo, 1852, 1853, 1862, 1866, 1867, 1870.

Anais da Câmara dos Deputados 1840-1889. Rio de Janeiro, 1841/1889.

Anais do Senado do Império 1861-1889. Rio de Janeiro, 1861/1890.

BRASILIENSE, A. Os Programas dos Partidos e o Segundo Império. São Paulo, 1978.

Cartas de D. Pedro II ao Barão de Cotegipe anotações de Wanderley Pinho. São Paulo, 1933. (Brasiliana, 12).

CARVALHO, A.A. de Souza. O Brasil em 1870 - Estudo Político. Rio de Janeiro, s.c.p., 1870.

Coleção de Pareceres da Mesa do Senado 1870-1874. Rio de Janeiro, 1871/1874.

Diário de D. Pedro II in Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1956, Ministério de Educação e Cultura, 27.

Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial a 15 de fevereiro de 1855. São Paulo, 1855.

FIALHO, Anfrísio. Processo da Monarquia Brasileira. Necessidade da Convocação de uma Constituinte. Rio de Janeiro, 1886.

MACHADO, Agostinho José d'Oliveira. A facção Saquarema. Considerações políticas. Santos, 1851.

Os Partidos. Rio de Janeiro. Querino, 1866.

PORTO, Costa. Discursos Parlamentares do Visconde de Ouro Preto. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, 516 p. (Perfis Parlamentares, 5)

A Província de São Paulo - 1875-1876-1885.

Relatório do Presidente da Província do Paraná. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos na abertura das Assembléias Legislativas Provinciais. Curitiba, 1854.

Relatório do Presidente da Província do Piauí. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos na Sessão Legislativa Provincial in Relatórios do Piauí. Oeiras, 1845.

Relatório do Presidente da Província do Piauí. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos na abertura da Sessão Legislativa Provincial in Relatórios do Piauí. Oeiras, 1846.

RODRIGUES, José Honório de. Atas do Conselho de Estado Pleno. Senado Federal, 1973/1978, v. 3 a 13.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. A situação e o Partido Liberal. Rio de Janeiro, 1872.

VALLE, Álvaro. Discursos Parlamentares de José Antonio Saraiva. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, 660p. (Perfis Parlamentares, 4).

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Discursos Parlamentares de Zacarias de Goes e Vasconcelos, 1815-1877. Brasília, Câmara do Deputados, 1979, 588 p. (Perfis Parlamentares, 9).

III - LIVROS E ARTIGOS

ALMEIDA, Aluísio. A Revolução Liberal de 1842. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 46).

ALMEIDA, Tito Franco de. O Conselheiro José Furtado. Biografia e Estudo de História Política Contemporânea. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. (Brasiliana, 245).

ASSIS, José Maria Machado de. O Velho Senado. In Conto e Teatro. Rio de Janeiro, Aguillar, 1959, p. 613-621. (Obras Completas, 2).

ASSIS, José Maria Machado de. Crônicas. In Poesia Crônica, Crítica, Miscelânea e Espistolário. Rio de Janeiro, Aguillar, 1959. (Obras Completas, 3).

BASTOS, Tavares. A Província. Estudo sobre Descentralização no Brasil. 2a. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1937. (Brasiliana, 105).

BENEVIDES, Paulo e VIEIRA, R.A.Amaral. Textos Políticos da História do Brasil. Fortaleza, Imprensa Universitária, s.d.

BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito de Recife. (11.08.1827 a 11.08.1927). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1927.

_____. Uma figura histórica. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 161: 714-722, 1931.

BOEHRER, George. Da Monarquia à República. História do Partido Republicano (1870-1889). Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura , Serviço de Documentação, 1954.

BUESCU, Mircea. Um Capítulo da Inflação Brasileira 1870-1880 - separata da Revista Verbum. Rio de Janeiro, 27 (4): - 1970.

_____. Métodos Quantitativos em História. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos (LTC), 1983.

_____. Evolução Econômica do Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro, APEC, 1974.

_____. Café, Câmbio e Inflação no Brasil (1850-1900) separata da Revista Verbum. Rio de Janeiro, 26 (4): - 1969.

_____. Trezentos anos de Inflação. Rio de Janeiro, APEC, 1973.

_____. Política de endividamento externo do Império. Revista de Informação Legislativa. 37:1212-1226, jan/mar 1982.

_____. No Centenário da Lei Saraiva. Revista de Informação Legislativa. 70:235-242, abr/jun 1981.

BURDEAU, George. Traité de Science Politique, L'Etat Liberal et les Tecniques Politiques de la Démocratie Gouvernée. Vol. I, Paris, Libraire Générale de Droit et de Jurisprudence, 1971.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira , São Paulo, Difusão Européia do Livro, t.2, p.85-137, 1971.

_____. O Açúcar nas Antilhas (1699-1755). São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CARMO, J.A. Pinto do. Ministros da Fazenda 1822-1930. Rio de Janeiro, Pongetti, 1944.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

CELSO, Afonso. Oito anos de Parlamento. Poder Pessoal de Pedro II. São Paulo, Melhoramentos (Obras Raras da História do Brasil).

CERQUEIRA LEITE, Beatriz W. de. O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889). Senado Federal/Universidade de Brasília, 1978, (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, 2).

_____. A Reforma Judiciária de 1871 no Senado do Império. Revista História, 1:61-76, 1982 (UNESP).

_____. Zacarias de Goes e Vasconcelos - o Professor dos Cursos Jurídicos de Olinda. Revista Estudos Históricos, Marília, 36:9-15, 1977.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, 6a. ed., São Paulo, Saraiva, 1971 (Legislação Brasileira, 1).

CORREA FILHO, Virgílio. O Visconde de Ouro Preto e as leis de 28 de setembro. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 171:382-395, 1939.

COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu. Sua vida e sua atuação na política nacional 1840-1899. Rio de Janeiro, Ed.Nacional, 1937. (Brasiliana, 79).

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.

_____. O Escravo na grande lavoura. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t.2, v. 3, p. 135-188, 1969.

COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

DAHL, Robert. O homem político. In A Moderna Análise Política. Rio de Janeiro, Lidador, p. 84-106.

DEVEZA, Guilherme. Política Tributária no período Imperial. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t.2, v.4, p. 60-84, 1971.

DUVERGER, Maurice. Os Regimes Políticos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. Droit Constitutionnel et Institutions Politiques. 4a. ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1959, 2 vols.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. O Conselho de Estado no Segundo Reinado. (Ms).

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo, Universo, 1975.

FERREIRA, F.L. Vieira. Faculdades de Direito do Brasil. In III Congresso de História Nacional. Boletim do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Rio de Janeiro, 5:287-316, 1941.

FLEIUSS, Max. O Imperador Pedro II no Arquivo do Conselheiro José Antonio Saraiva. In I Congresso de História Nacional. Boletim do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Rio de Janeiro, 1:1509-1540, 1915.

FLEIUSS, Max. Ouro Preto. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p.3-44.

GALVÃO, Miguel Arcanjo. Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de 1808 a 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969.

GONÇALVES, Roberto Mendes. Um Diplomata Austríaco na Corte de São Cristóvão (à margem do Diário Hubner). Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970.

GRAHAN, Richard. Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

_____. Relações Internacionais Brasil-Inglaterra 1831-1889. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t.2, v.4, p. 141-152, 1974.

L'HISTOIRE SOCIALE, SOURCES ET MÉTHODES. Colloque de l'École Normale Superieure de Saint Cloud. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico. In História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, t.2, v.5, 1972.

Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a S.M. o Sr. D. Pedro II. Rio de Janeiro, Tipografia do Brasil,1892.

IGLESIAS, Francisco. Vida Política 1848-1868. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t.2, v.3, p.9-132, 1969.

IANNI, Otavio et alii. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

JOUVENEL, Bertrand de. Du Pouvoir. Histoire Naturelle de sa Croissance. Genève, Les Editeurs du Cheval Aitlé, 1917.

KING, Preston. O Estudo da Política, trad. de José Luís Porto de Magalhães. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. (Coleção Pensamento Político, 14).

LACOMBE, Américo Jacobina. As últimas atitudes políticas de Saraiva. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 185:213-226, out/dez. 1944.

LACOMBE, Luís Lourenço. D. Pedro II e o Conselheiro Dantas. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, Ministério de Educação e Cultura, 1949.

LAEMMERT, Eduardo e Henrique. Dicionário Biográfico de Brasileiros Célebres nas Letras, Artes, Política, Filantropia, Guerra, Diplomacia, Industrias, Ciências e Caridade de 1500 aos nossos dias. Rio de Janeiro, 1951.

LASSWELL, Harold. A linguagem da Política. Trad. de Lúcia Dauster Vivàcqua e Silva e Sônia de Castro Neves. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.

LIMA, Heitor Ferreira. História Política Econômica e Industrial do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1970. (Brasiliana, 347).

LINS, Álvaro. Rio Branco (o Barão) 1815-1912. São Paulo, José Olympio, 1945.

LOVE, Joseph. A Locomotiva; São Paulo na Federação Brasileira-1889-1937. Trad. de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. (Coleção Est.Bras. 57).

_____. Political Participation in Brazil (1881-1889). Luso Brazilian Review VII. Dec.1970, p. 3-23.

LUZ, Nícia Vilela. A Monarquia Brasileira em face da República Americana. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 19:93-106, 1965.

_____. As tentativas de Industrialização no Brasil. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira. t.2, v.4, p. 28-41, 1974.

LYRA, Augusto Tavares de. Os Ministros de Estado da Independência à República. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 13:3-104, out/dez. 1946.

_____. O Conselho de Estado. In II Congresso de História Nacional, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Rio de Janeiro, v.1, 1934.

_____. A situação do Brasil em 1840. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. (Contribuições para a Biografia de Pedro II). Rio de Janeiro, p.221-285, 1925.

LYRA, Heitor. História de D. Pedro II. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, 133).

_____. História da Queda do Império. São Paulo, Ed. Nacional, 1964, 2 vols. (Brasiliana, 320).

MACHADO, Fernando. O Conselho de Estado e sua História no Brasil. São Paulo, Salesiana, 1912.

MAGALHÃES JR, Raimundo. Três Panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. (Brasiliana, 286).

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MAQUIAVEL. O Príncipe. Rio de Janeiro, Edições Ouro, s.d.

MEIRA, Sílvio. Teixeira de Freitas. O jurisconsulto do Império. Ministério de Educação e Cultura, Brasília, 1979. (Coleção Documentos Brasileiros, 185).

MERCADANTE, Paulo. A Consciência Conservadora no Brasil. Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

MERTON, Robert K. Algumas funções da máquina Política. In Sociologia Política II. Textos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.

MILLS, Wright. A Elite do Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

MONTEIRO, Fernando. O Banco do Brasil no Segundo Reinado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 28:131-142, out/dez 1968.

MORAIS, Evaristo. A Campanha Abolicionista 1878-1888. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1924.

MOREIRA, Júlio Estrella. Conselheiro Zacarias e a Instalação e Organização do Governo da Província do Paraná, conferência de 19 de dezembro de 1933. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico, Etnográfico Paranaense, v. 22, Curitiba, 1974.

MOSCA, G. e GASTON, Bouthoul. História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro, Garnier, 1897, 3 tomos.

_____. Minha Formação. São Paulo, Universo Brasília, 1963.

OLIVEIRA, Albino José Barbosa de. Memórias de um Magistrado do Império. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1943. (Brasiliana,231).

ORGANIZAÇÕES E PROGRAMAS MINISTERIAIS. Regime Parlamentar do Império. 2a. edição, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1962.

OURO PRETO, Visconde. Enxertos Biográficos. Artigos do Jornal do Brasil 1927-1928. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 157:7-129, 1929.

_____. A Marinha de Outrora subsídios para a História. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 166:5-381, 1935.

PANG, Eul Soo e SEECKINGER, L. Ron. Los Mandarines del Brasil Imperial. Revista de História da Universidade Nacional. Costa Rica, 3 (6): - jan/jul 1978.

PEREIRA, Batista. Figuras do Império e outros Ensaios. São Paulo, Ed. Nacional, 1931 (Brasiliana, 5).

PINHO, João Ferreira de Araújo. Cotegipe no 1º centenário de seu nascimento. Revista do Instituto Histórico da Bahia. 10 (41):104-157, 1915.

PINHO, Wanderley. Cotegipe e seu tempo (1815-1867). São Paulo, Ed.Nacional (Brasiliana, 85).

_____. Uma Escolha Senatorial no fim da Monarquia. A questão Moura Carneiro da Rocha na correspondência do Conselheiro Saraiva. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 185:187 e seguintes, 1945.

_____. Política e Políticos do Império. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1930.

_____. Cartas de Francisco Otaviano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

PINTO, Edmundo da Luz. Principais Estadistas do Segundo Reinado. In III Congresso de História Nacional. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.2, p.605-676, 1941.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1956.

_____. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1957.

PRADO, Nazareth. Antônio Prado no Império e na República. Discursos e atos coligados e apresentados por sua filha. Rio de Janeiro, F. Biguiet, 1929.

QUICK, William. The Second Imperial Council of State of Brazil. 1842-1889 (Ms).

RASMUSSEN, Jorge. O Processo Político. Estudo Comparado. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

RODRIGUES, José Honório. O Parlamento e a Evolução Nacional. Brasília, Senado Federal, 1972. 8 vols.

_____. Conciliação e Reforma no Brasil. Um Desafio Histórico e Político. Rio de Janeiro, Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. Aspirações Nacionais. Interpretação Histórica e Política. 3a. ed. São Paulo, Fulgor, 1963.

_____. Conselho de Estado. O Quinto Poder. Brasília, Senado Federal, 1978, v. 6.

RODRIGUES, Pereira Lafaiete. Carta ao irmão. São Paulo, Ed. Nacional, 1968 (Brasiliana, 342).

ROMERO, Sylvio. Geografia da Politicagem. O Norte e o Sul do Brasil, 1912.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social e outros estudos. São Paulo, Cultrix, s.d.

SANTOS, José Maria. A Política Geral do Brasil. São Paulo, F. Magalhães, 1930.

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. - História Geral da Civilização Brasileira . São Paulo, Difusão Européia de Livros, t.2, v.4, p. 235-259, 1934.

SCHWARTZMAN, Simon. Representação e Cooptação Política no Brasil. Dados, v.5, 1970.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo. Abrindo um cofre. Cartas de D.Pedro II à Condessa de Barral. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1956.

SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Reinado. São Paulo, Ed. Nacional, 1939 (Brasiliana, 170).

_____. Formação Histórica do Brasil. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1962.

_____. História Militar do Brasil. 2a. ed. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Brás Florentino Henrique de. Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional. Recife, Tip. Universal, 1864.

SOUZA, Francisco Belisário de. O Sistema Eleitoral no Império. Apêndice contendo a Legislação Eleitoral no período 1821-1889. Brasília, Senado Federal/Universidade de Brasília, 1979. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, 18).

SOUZA, Paulino José Soares de (Visconde de Uruguai). Ensaio de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1863, t. 1.

TAUNAY, Afonso de E. O Senado no Império. São Paulo, Martins, s.d.

_____. A Câmara de Deputados sob o Império. São Paulo, Imprensa Oficial, 1950.

_____. D. Pedro II. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. (Brasiliana, 18).

_____. Visconde do Rio Branco. Esboço Biográfico. Rio de Janeiro, 1884.

_____. No Brasil Imperial. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 141: p. 235-363.

_____. Memórias. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

TCHUDI, JJ. Von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo, Martins, 1976.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957 (Coleção Documentos Brasileiros, 93).

_____. Os Construtores do Império. Idéias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.

_____. A História Imperial e seus Problemas. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1959.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Interpretação da Realidade Brasileira. 2a. ed. Ed. Brasília, Ministério de Educação e Cultura, 1973 (Coleção Documentos Brasileiros, 141).

TORRES HOMEM, Floriano. Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim). In III Congresso de História Nacional, Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo Especial, Rio de Janeiro, 6:85-165, 1942.

TOUCHARD, Jean. História de las Ideas Politicas. Madrid, Tecnos, 1961.

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

VARGAS, Túlio. O Conselheiro Zacarias. Curitiba, Grafipar, 1977.

VASCONCELOS, Zacarias de Goes e. Da Natureza e Limites do Poder Moderador. 2a. ed. Rio de Janeiro, Laemmert, 1862.

VIANNA, Hélio. Vultos do Império. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. (Brasiliana, 339)

_____. Estudos de História Imperial. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1950 (Brasiliana, 269)

VIANNA, Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro. São Paulo, Ed. Nacional, 1933 (Brasiliana, 10).

_____. O Ocaso do Império. 2a. ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

VIEIRA, Hermes. Ouro Preto, o Homem e a Época. São Paulo, Ed. Nacional, 1949 (Brasiliana, 268).

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, s.d.

WEBER, Max et alii. Ensaios de Sociologia e Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

WIRTH, John D. O fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Trad.Maria Carmelita Pádua Dias.Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.